

VOL. III

ÁREA DE REABILITAÇÃO URBANA DE SANTA CLARA

Deliberação nº 374/AML/2016, em 15 de novembro de 2016, publicada no Diário da República, 2ª série, nº 236, de 12 de dezembro de 2016)

Relatório Diagnóstico da ARU de Santa Clara

Dez 2013 a julho 2016 — Apoio de secretariado ao Presidente da Câmara Municipal de Fafe e coordenação do Núcleo de Apoio ao Executivo;

Jan. 2003 a 2013 — Técnica de Secretariado (Município de Fafe) — Competindo-lhe o apoio administrativo aos órgãos autárquicos — Câmara e Assembleia Municipal; Apoio e elaboração dos processos administrativos relativos aos atos eleitorais e referendários; Interlocutor Único do Município de Fafe no âmbito do Simplex Autárquico, assegurando a articulação entre o Município e os Serviços da AMA — Agência para a Modernização Administrativa, IP;

Fev 2001 a jan. 2003 — Exercício de funções de secretariado no Departamento Administrativo Municipal do Município de Fafe, no âmbito de contrato a termo certo.

Informação Adicional:

Detentora de formação como técnico superior de Higiene e Segurança (2006).

2009 a 2015 — Representante dos Trabalhadores para a Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho da Câmara Municipal de Fafe.

310065168

MUNICÍPIO DE FREIXO DE ESPADA À CINTA

Aviso n.º 15501/2016

Conclusão do período experimental

Em cumprimento do estipulado na alínea b) do n.º 1 do artigo 4.º, do Anexo da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, se faz público, por meu despacho datado de 15 de novembro de 2016, foi homologada a conclusão com sucesso do período experimental de Manuel Eugénio Alves Martins e de Fábio Miguel Galas Fileno, para a categoria de Assistente Operacional, na sequência do procedimento concursal comum de recrutamento para a ocupação de dois postos de trabalho de Assistente Operacional, em regime de Contrato de Trabalho em Funções Públicas por tempo determinado, a termo resolutivo incerto com a remuneração correspondente à posição 1, nível remuneratório 1, correspondente à Remuneração Mínima Garantida, que equivale a € 530,00.

21 de novembro de 2016. — A Presidente da Câmara, *Maria do Céu Quintas*.

310056866

MUNICÍPIO DE LAGOA (AÇORES)

Aviso n.º 15502/2016

Para efeitos do disposto na alínea b) do n.º 1 artigo 4.º da Lei n.º 35/2014 de 20 de junho torna-se público que na sequência do procedimento concursal aberto pelo aviso n.º 8762, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 133, de 13 de julho de 2016, foi celebrado os seguintes contratos de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, com efeitos a 2 de novembro de 2016:

Carreira/Categoria Técnico Superior (Licenciatura em Património Cultural), com a trabalhadora Lucinda de Jesus Medeiros Sousa, com a remuneração mensal correspondente à posição remuneratória 2.ª, nível 15, da tabela remuneratória única dos trabalhadores que exercem funções públicas, ao qual está associado o montante pecuniário de 1201,48 €;

Carreira/Categoria Técnico Superior (Licenciatura em Estudos Europeus e Política Internacional), com a trabalhadora Maria da Graça Borges Oliveira Sousa Silva, com a remuneração mensal correspondente à posição remuneratória 2.ª nível, 15, da tabela remuneratória única dos trabalhadores que exercem funções públicas, ao qual está associado o montante pecuniário de 1201,48 €;

Carreira/Categoria Técnico Superior (Licenciatura em Ciências e Técnicas de Arquitetura), com a trabalhadora Hélène da Silva Resendes, com a remuneração mensal correspondente à posição remuneratória 2.ª, nível 15, da tabela remuneratória única dos trabalhadores que exercem funções públicas, ao qual está associado o montante pecuniário de 1201,48 €.

Para acompanhamento do período experimental foi designado o seguinte júri:

Carreira/Categoria de Técnico Superior (Licenciatura em Património Cultural):

Presidente: Maria Clara Maurício Cordeiro Ganhão, Chefe de Divisão;

Vogais efetivos: Andreia de Morais Lobo Delfim, Chefe de Divisão, que substituirá a Presidente nas suas faltas e impedimentos e Maria da Estrela Aguiar, Técnica Superior;

Vogais suplentes: Verónica Maria Martins Almeida, Técnica Superior e Maria Gabriela Carvalho de Medeiros Sousa, Coordenadora Técnica.

Carreira/Categoria de Técnico Superior (Licenciatura em Estudos Europeus e Política Internacional):

Presidente: Maria Clara Maurício Cordeiro Ganhão, Chefe de Divisão; Vogais efetivos: Catarina da Graça Andrade Machado Oliveira, Técnica Superior, que substituirá a presidente nas suas faltas ou impedimentos e Maria da Estrela Aguiar, Técnica Superior;

Vogais suplentes: Andreia de Morais Lobo Delfim, Chefe de Divisão e Verónica Maria Martins Almeida, Técnica Superior.

Carreira/Categoria de Técnico Superior (Licenciatura em Ciências e Técnicas de Arquitetura):

Presidente: Maria Clara Maurício Cordeiro Ganhão, Chefe de Divisão; Vogais efetivos: Andreia de Morais Lobo Delfim, Chefe de Divisão, que substituirá a Presidente nas suas faltas e impedimentos e Maria da Estrela Aguiar, Técnica Superior;

Vogais suplentes: Verónica Maria Martins Almeida, Técnica Superior e Maria Gabriela Carvalho de Medeiros Sousa, Coordenadora Técnica.

14 de novembro de 2016. — A Presidente da Câmara Municipal, *Cristina de Fátima Silva Calisto Decq Mota*.

310039207

MUNICÍPIO DE LISBOA

Aviso n.º 15503/2016

Aprovação da alteração aos limites da área de reabilitação urbana de Santa Clara

Nos termos da subdelegação de competências conferida através do Despacho n.º 3/DMU/2016, publicado no Boletim Municipal n.º 1169, de 14 de julho de 2016, torna-se público, nos termos do n.º 4 do artigo 13.º do Regime Jurídico da Reabilitação Urbana, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro, alterado pela Lei n.º 32/2012, de 14 de agosto e pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, que a Assembleia Municipal de Lisboa deliberou, através da Deliberação n.º 374/AML/2016, na sua reunião de 15 de novembro de 2016, sob a Proposta n.º 440/CM/2016, aprovada pela Câmara Municipal de Lisboa, na reunião de 27 de julho de 2016, aprovar a Alteração aos Limites da Área de Reabilitação Urbana de Santa Clara, incluindo a Memória Descritiva e Justificativa, a Planta com a Nova Delimitação e o Quadro dos Benefícios Fiscais, que se publicam em anexo.

Torna-se ainda público que os interessados poderão consultar os referidos elementos, identificados no n.º 2 do artigo 13.º do citado Regime Jurídico da Reabilitação Urbana, no sítio do Urbanismo da CML, na Secção Planeamento Urbano — AUGI (<http://www.cm-lisboa.pt/viver/urbanismo/planeamento-urbano/augi>).

24 de novembro de 2016. — O Diretor do Departamento de Planeamento, *Paulo Prazeres Pais*.

Memória Descritiva

I — Enquadramento

A Delimitação da Área de Reabilitação Urbana de Lisboa (ARU), com enquadramento no Regime Jurídico da Reabilitação Urbana (RJRU) (Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro) e fundamentação na Estratégia de Reabilitação Urbana de Lisboa — 2011/2024 (ERU), foi aprovada pela Assembleia Municipal de Lisboa através da Deliberação n.º 61/AML/2014, na sua reunião de 18 de março de 2014, e alterada nos seus limites, através da Deliberação n.º 190/AML/2015, na sua reunião de 7 de julho de 2015.

No decorrer da elaboração do Diagnóstico Participado, parte integrante do Relatório de Caracterização constatou-se que a área respeitante aos Programas Especiais de Realojamento, bem como a área limítima da freguesia a Sul, deveriam fazer parte integrante de toda a intervenção, pelo que considerou-se premente, em momento anterior à execução da correspondente operação, alterar a atual delimitação da ARU, ampliando a sua área de atuação.

Assim, analisada a ARU em vigor, identificaram-se as situações que justificam uma proposta de alteração, enquadrada no âmbito do disposto no n.º 6 do Artigo 13.º do RJRU na sua redação atual. Atendendo ao objetivo de eliminar as discrepâncias referidas e, dessa forma, enquadrá-

—las nos programas vocacionados para a reabilitação urbana, no contexto da ERU que se propõe manter inalterada, assim como o quadro dos benefícios fiscais associados aos impostos municipais.

Das alterações propostas resulta que a área total da ARU — Santa Clara, conforme agora proposta, passa a ser de 76,18ha, em contraponto a 45,02ha da ARU delimitada em 2014, para uma área total da cidade de 8.587,04ha.

Pretende-se assim dar continuidade e alargar a intervenção municipal na reabilitação urbana respondendo aos desafios colocados pelo RJRU, como a vertebração e legibilidade urbana/coesão sócio — territorial, reabilitando a edificação degradada, melhorando as suas condições de utilização e valorizando o património cultural, incrementando a qualificação do espaço público, com vista a reabilitar os tecidos urbanos degradados, assegurar a igualdade de oportunidades dos cidadãos no acesso às infraestruturas, equipamentos, serviços e às funções urbanas, e, através da concertação de interesses públicos e privados assegurar a integração funcional e a diversidade económica e sociocultural nos tecidos urbanos existentes e promover a melhoria geral da mobilidade com a concretização de uma correta hierarquização viária consentânea com diferentes morfologias urbanas em presença.

Assim, a redelimitação e aprovação da ARU têm em vista a consolidação e o aprofundamento da experiência municipal de reabilitação urbana já desenvolvida, favorecendo uma maior convergência de investimentos privados, com apoio público, na reabilitação urbana.

Pretende-se encontrar soluções inovadoras que valorizem e salvaguardem com igual importância a vertente patrimonial e funcional do território e que enquadrem este conjunto de várias áreas que apresentam uma estrutura urbana obsoleta, desarticulada e desconexa, resultante da sobreposição de várias ocupações de épocas distintas, muitas vezes objeto de estudos e programas de reabilitação urbana e valorização patrimonial que nunca chegaram à fase de programação e execução.

Com a presente proposta, pretende-se a aprovação da redelimitação da área de Reabilitação Urbana de Santa Clara, em momento anterior à aprovação da correspondente operação de reabilitação urbana sistemática e respetivas ações a efetuar na área delimitada.

II — Quadro dos benefícios fiscais associados aos impostos municipais para a ARU de Santa Clara

A delimitação de uma área de reabilitação urbana tem como efeitos a obrigatoriedade de definição dos benefícios fiscais associados aos impostos municipais sobre o património, designadamente o imposto municipal sobre imóveis (IMI) e o imposto municipal sobre as transmissões onerosas de imóveis (IMT) e confere aos proprietários e titulares de outros direitos, ônus e encargos sobre os edifícios ou frações nela compreendidos o direito de acesso aos apoios e incentivos fiscais e financeiros à reabilitação urbana, sem prejuízo de outros benefícios e incentivos relativos ao património cultural.

A Estratégia de Reabilitação Urbana 2011-2024 determina que a Área de Reabilitação Urbana serão aplicáveis todos os benefícios e incentivos fiscais previstos no Estatuto dos Benefícios Fiscais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 215/89, de 1 de julho (EBF), designadamente os previstos nos artigos 45.º, 46.º e 71.º, na redação em vigor, bem como quaisquer outros previstos em regime extraordinário de apoio à reabilitação urbana.

Através da Deliberação n.º 310/AML/2015, a Assembleia Municipal de Lisboa aprovou, nos termos e para os efeitos do n.º 19 do artigo 71.º do EBF, as isenções contidas nos n.ºs 7 e 8 do artigo 71.º do EBF, a saber:

Os prédios urbanos objeto de ações de reabilitação são passíveis de isenção de IMI por um período de cinco anos, a contar do ano inclusive da conclusão da mesma reabilitação, podendo ser renovada por um período de cinco adicional de cinco anos;

São isentas de IMT as aquisições de prédio urbanos ou fração autónoma de prédio urbano destinado exclusivamente a habitação própria e permanente, na primeira transmissão onerosa de prédio reabilitado, quando localizado em área de reabilitação urbana.

O artigo 71.º do EBF prevê ainda outros incentivos associados à reabilitação urbana, como sejam a possibilidade de dedução à coleta em sede de IRS de 30 % dos encargos com a reabilitação (com o limite € 500,00), a tributação de mais-valias à taxa autónoma de 5 % na alienação e tributação de rendimentos prediais à taxa de 5 %.

Estão ainda previstos outros incentivos para as áreas delimitadas como Áreas Urbanas de Gênese Ilegal (AUGI) existentes na área reabilitação urbana de Santa Clara, decorrentes da entrada em vigor do Regulamento Municipal para Reconversão Urbanística das AUGI, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 128, de 5 de julho de 2013, com as alterações publicadas no Aviso n.º 2926/2016, DR 2.ª série, 4 de março de 2016.

Este regulamento administrativo prevê a isenção de taxas administrativas, bem como a possibilidade de redução de 75 %, 50 % ou 25 %

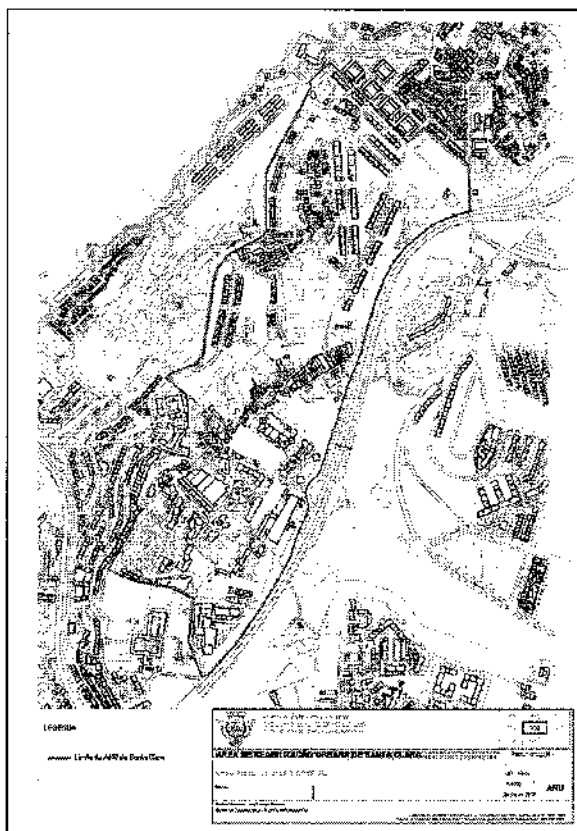
relativamente aos valores da TRIU para a legalização das construções existentes nas AUGI, desde que o respetivo pedido de legalização seja apresentado no prazo de 2 anos, 3 anos ou 4 anos, em função das especificidades do processo de reconversão de cada AUGI.

Quadro dos benefícios fiscais associados aos impostos municipais para a ARU de Santa Clara

[nos termos e para os efeitos da alínea c) do n.º 1 do artigo 13.º e artigo 14.º do RJRU]

Imposto Municipal sobre Imóveis — IMI — Isenção por 5 anos (podendo ser renovada por um período adicional de 5 anos).

Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis — IMT — Isenção na primeira transmissão do imóvel reabilitado destinado exclusivamente a habitação própria e permanente.



210061799

MUNICÍPIO DE LOULÉ

Aviso n.º 15504/2016

Ana Isabel Encarnação Carvalho Machado, com competências delegadas em 21/10/2013, em cumprimento do disposto no artigo 4.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, torna pública a cessação do contrato por tempo indeterminado celebrado em 11 de janeiro de 2016, na categoria de Assistente Técnico, com efeitos a 21 de novembro de 2016, com a trabalhadora Andreia Câmara Cavaco, na sequência do período experimental concluído sem sucesso, mantendo-se a relação jurídica de emprego por tempo indeterminado, na categoria de Assistente Operacional.

29 de novembro de 2016. — A Vereadora, Ana Isabel Encarnação Carvalho Machado.

310066342

Aviso n.º 15505/2016

O Presidente da Câmara Municipal de Loulé, Dr. Vítor Manuel Gonçalves Aleixo, torna público que a Câmara Municipal de Loulé, aprovou em sua sessão ordinária realizada em 23 de novembro de 2016, o



SANTA CLARA | ARU
RELATÓRIO DIAGNÓSTICO

Índice

SINÓPSE	5
PARTE I - ENQUADRAMENTO	7
1. INTRODUÇÃO.....	7
2. ENQUADRAMENTO LEGAL	9
2.1 Definição de Área de Reabilitação Urbana.....	9
2.2 Apoios e incentivos.....	10
2.3 Definição de Operação de Reabilitação Urbana.....	11
3. ARU - FUNDAMENTOS E CRITÉRIOS	13
3.1 A Área de Reabilitação Urbana de Lisboa.....	13
3.2 A Área de Reabilitação Urbana de Santa Clara.....	14
3.3 Redelimitação da ARU de Santa Clara	16
PARTE II – CARACTERIZAÇÃO TERRITORIAL.....	19
4. ENQUADRAMENTO HISTÓRICO.....	19
5. DEFINIÇÃO DE METODOLOGIA E ZONAMENTO	27
6. ANÁLISE SOCIODEMOGRÁFICA SEGUNDO CENSOS	31
6.1 Apresentação do Perfil Sociodemográfico e Urbano das Zonas	46
7. DIAGNÓSTICO PARTICIPADO	49
8. ANÁLISE TEMPORAL E TERRITORIAL INTEGRADA: ALTERAÇÕES ESTRUTURAIS, FÍSICAS E DE INFRA- ESTRUTURAS E SOCIAL	55
8.1 Análise de PDM.....	56
8.2 Caracterização do edificado	61
8.3 Caracterização das atividades económicas	63
8.4 Mobilidade e Transportes	70
8.5 Estrutura ecológica: Análise e práticas.....	72
8.6 Indicadores sociais.....	74
8.7 Espaço público	76
8.7.1 Caracterização	76
8.7.2 Utilização do Espaço Público	77
8.8 Intervenções Municipais previstas e programadas.....	81
9. OPERACIONALIZAÇÃO DA ESTRATÉGIA DE REABILITAÇÃO URBANA	85

Análise SWOT	85
BIBLIOGRAFIA	87
ANEXOS.....	89
RESULTADOS FOCUS GROUPS	91
CARACTERIZAÇÃO DOS AGREGADOS FAMILIARES E DAS SITUAÇÕES SOCIAIS APOIADAS.....	99
FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO	109
CARTA MUNICIPAL DO PATRIMÓNIO EDIFICADO E PAISAGÍSTICO	113

SINÓPSE

Através da deliberação n.º 61/AML/2014, de 18 de março de 2014, a Assembleia Municipal de Lisboa aprovou a delimitação da Área de Reabilitação Urbana de Santa Clara, com vista à definição de uma Operação de Reabilitação Urbana (ORU) Sistemática.

No âmbito da definição da ORU, foi aprofundado o conhecimento do território através de uma metodologia participativa, com envolvimento dos atores chave de cada um dos setores urbanos previamente identificados, de modo a alcançar-se um diagnóstico representativo da diversidade do território envolvido, e de um sequente processo de planeamento participado.

Da auscultação dos atores chave, relevou-se a necessidade de rever os limites da ARU delimitada, de modo a melhor enquadrar um processo integrado de regeneração do território, **propondo-se assim a inclusão:**

- **Do PER da Ameixoeira**, a Norte, de modo a programar-se no âmbito da ORU ações materiais que visem quebrar o isolamento da área, promovam a qualificação do edificado e espaço público, resolvam insuficiências ao nível das redes de equipamentos e ações imateriais que ajudem a inverter processos de exclusão social;
- **Do limite Sul da Freguesia de Santa Clara**, cuja área apresenta um potencial de criação de uma centralidade local, em torno da interface de transportes públicos, a qual pode ancorar uma dinâmica positiva de inversão de processos de degradação dos territórios envolventes.

Os diagnósticos elaborados pela equipa técnica e pelos atores locais apresentam-se convergentes na necessidade de formulação de uma Operação de Reabilitação Urbana Sistemática que se ancore na reabilitação do Centro Histórico e na salvaguarda do património cultural e paisagístico existente; na afirmação de uma centralidade local em torno da interface de transportes; na reconversão das AUGI; na integração urbana do Bairro Social; na estruturação e legibilidade do território, resolvendo designadamente insuficiências ao nível da conexão com os territórios envolventes, na consolidação da estrutura ecológica e na rede de equipamentos coletivos, numa lógica de coesão socio-territorial.

A ORU, subsequente à delimitação da ARU, irá constituir um importante instrumento de programação da regeneração urbana deste território, com capacidade de induzir uma dinâmica positiva de transformação territorial que contrarie as atuais tendências de fragmentação física e social, aumento da exclusão social, degradação do edificado e do espaço público e de periferização da área.

PARTE I - ENQUADRAMENTO

1. INTRODUÇÃO

O presente documento tem como objetivo a caracterização e diagnóstico do território afeto à Área de Reabilitação Urbana (ARU) de Santa Clara, para fundamentação da nova delimitação da ARU sistemática de Santa Clara, bem como, à definição da estratégia de atuação, a enquadrar através da concretização de um Programa Estratégico de Reabilitação Urbana, referente à Operação de Reabilitação Urbana subsequente. Face a este enquadramento, foi estabelecida uma metodologia de trabalho que envolveu vários serviços da CML, entidades locais, população, ajustando a realização do trabalho às condições particulares deste território, para consolidação do conhecimento por parte da Equipa de Diagnóstico.

O presente relatório de diagnóstico é composto por:

Parte I - corresponde ao enquadramento e fundamentos e critérios para a redelimitação da ARU e o tipo de Operação de Reabilitação a desenvolver. É apresentada a ARU de Santa Clara.

Parte II - correspondente à caracterização territorial da área de intervenção, encontra-se dividida em 6 capítulos iniciando-se com o enquadramento histórico, seguindo com a definição da metodologia e zonamento considerados, bem como, a caracterização das distintas dimensões do território, através da análise sociodemográfica e a análise temporal e territorial integrada. Este processo de caracterização contempla também um trabalho desenvolvido com base num diagnóstico participado, através da metodologia de Focus Groups, para a fundamentação da nova delimitação da ARU sistemática de Santa Clara, bem como a definição das estratégias de atuação e áreas de intervenção da posterior Operação de Reabilitação Urbana.

Finalmente, este documento inclui documentos anexos de apoio ao presente relatório de diagnóstico, como bibliografia, resultados dos Focus Groups e formulários utilizados, caracterização dos agregados familiares, bem como, carta municipal do património edificado e paisagístico dos edifícios identificados nesta ARU.

Neste momento, face ao trabalho de caracterização desenvolvido, identificadas as forças, oportunidades, fraquezas e ameaças intrínsecas a este território traduzidas na análise SWOT, estabelecidos os respetivos eixos estratégicos, encontramos-nos em condições de desenvolver o modelo de intervenção associado ao programa estratégico de suporte à futura Operação de Reabilitação Urbana.

2. ENQUADRAMENTO LEGAL

2.1 Definição de Área de Reabilitação Urbana

No atual quadro de significativa degradação das nossas áreas urbanas, a reabilitação urbana assume-se hoje como uma prioridade das políticas de cidade, na medida em que nelas convergem os objetivos de regeneração e revitalização das cidades, em particular das suas áreas mais degradadas, e de qualificação do parque habitacional, procurando-se um funcionamento globalmente mais harmonioso e sustentável das cidades.

O Regime Jurídico da Reabilitação Urbana (RJRU), aprovado pelo Decreto-Lei nº 307/2009, de 23 de outubro, veio enquadrar a programação e execução da reabilitação urbana, tal como os respetivos procedimentos, estruturando as intervenções de reabilitação em torno dos conceitos de “área de reabilitação urbana,” cuja delimitação pelo município tem como efeito determinar a parcela territorial que justifica uma intervenção integrada e de “operação de reabilitação urbana”, correspondente à estruturação concreta das intervenções a efetuar no interior da respetiva área de reabilitação urbana.

A reforma do RJRU operada pela Lei nº 32/2012, de 14 de agosto, veio estabelecer medidas que visam agilizar e dinamizar a reabilitação urbana, nomeadamente através da flexibilização e simplificação dos procedimentos de criação de áreas de reabilitação urbana.

Uma área de Reabilitação Urbana é uma área territorialmente delimitada que, em virtude da insuficiência, degradação ou obsolescência dos edifícios, das infraestruturas, dos equipamentos de utilização coletiva e dos espaços urbanos e verdes de utilização coletiva, designadamente no que se refere às suas condições de uso, solidez, segurança, estética ou salubridade, justifique uma intervenção integrada, através de uma Operação de Reabilitação Urbana aprovada em instrumento próprio ou em plano de pormenor de reabilitação urbana.

A delimitação das áreas de reabilitação urbana é da competência da assembleia municipal, sob proposta da câmara municipal. A proposta de delimitação de uma área de reabilitação urbana é devidamente fundamentada e contém os seguintes elementos:

- a) A memória descritiva e justificativa, que inclui os critérios subjacentes à delimitação da área abrangida e os objetivos estratégicos a prosseguir;
- b) A planta com a delimitação da área abrangida;
- c) O quadro dos benefícios fiscais associados aos impostos municipais.

O ato de aprovação da delimitação da área de reabilitação urbana é publicado através de aviso na 2.ª série do Diário da República e divulgado na página eletrónica do município. Simultaneamente com o envio para publicação do aviso referido no número anterior, a câmara municipal remete ao Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (IHRU) o ato de aprovação da delimitação da área de reabilitação urbana.

A delimitação de uma ARU tem os seguintes efeitos, de acordo com as alíneas a) e b) do artigo 14.º do RJRU:

- a)** Obriga à definição, pelo município, dos benefícios fiscais associados aos impostos municipais sobre o património, designadamente o imposto municipal sobre imóveis (IMI) e imposto municipal de transmissões onerosas de imóveis (IMT).
- b)** Confere aos proprietários e titulares de outros direitos, ónus e encargos sobre os edifícios ou frações nela compreendidos o direito de acesso aos apoios e incentivos fiscais e financeiros à reabilitação urbana, nos termos estabelecidos na legislação aplicável, sem prejuízo de outros benefícios e incentivos relativos ao património cultural.

2.2 Apoios e incentivos

A delimitação de uma área de reabilitação urbana tem como efeito a obrigatoriedade de definição dos benefícios fiscais associados aos impostos municipais sobre o património, designadamente o imposto municipal sobre imóveis (IMI) e o imposto municipal sobre as transmissões onerosas de imóveis (IMT) e confere aos proprietários e titulares de outros direitos, ónus e encargos sobre os edifícios ou frações nela compreendidos o direito de acesso aos apoios e incentivos fiscais e financeiros à reabilitação urbana, sem prejuízo de outros benefícios e incentivos relativos ao património cultural.

A Estratégia de Reabilitação Urbana 2011-2014 determina que à Área de Reabilitação Urbana serão aplicáveis todos os benefícios e incentivos fiscais previstos no Estatuto dos Benefícios Fiscais, aprovado pelo Decreto -Lei n.º 215/89, de 1 de julho, (EBF) designadamente os previstos nos artigos 45.º e 71.º, na redação em vigor, bem como quaisquer outros previstos em regime extraordinário de apoio à reabilitação urbana.

Através da Deliberação n.º 310/AML/2015, a Assembleia Municipal de Lisboa aprovou, nos termos e para os efeitos do n.º 19 do artigo 71.º do EBF, as isenções contidas nos n.ºs 7 e 8 do artigo 71.º do EBF, a saber:

- os prédios urbanos objeto de ações de reabilitação são passíveis de isenção de IMI por um período de cinco anos, a contar do ano inclusive da conclusão da mesma reabilitação, podendo ser renovada por um período de cinco adicional de cinco anos;

- são isentas de IMT as aquisições de prédio urbanos ou fração autónoma de prédio urbano destinado exclusivamente a habitação própria e permanente, na primeira transmissão onerosa de prédio reabilitado, quando localizado em área de reabilitação urbana.

O artigo 71º do EBF prevê ainda outros incentivos associados à reabilitação urbana, como sejam a possibilidade de dedução à coleta em sede de IRS de 30% dos encargos com a reabilitação (com o limite € 500,00), a tributação de mais valias à taxa autónoma de 5% na alienação e tributação de rendimentos prediais à taxa de 5%.

Estão ainda previstos outros incentivos para parte da área de reabilitação urbana de Santa Clara, decorrentes da entrada em vigor do Regulamento Municipal para Reversão Urbanística das Áreas Urbanas de Génesis Ilegal (AUGI), publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 128, de 5 de julho de 2013. Este regulamento administrativo prevê a isenção de taxas administrativas, a possibilidade de redução de 75%, 50% ou 25% relativamente aos valores da TRIU para a legalização das construções existentes nas AUGI, desde que o respetivo pedido de legalização seja apresentado no prazo de 2 anos, 3 anos ou 4 anos, e ainda a possibilidade de redução do valor da compensação devida pela falta de áreas de cedência, até ao limite de 90 % do valor total da compensação calculado na respetiva operação de reversão e em função das especificidades de cada AUGI.

Quadro dos benefícios fiscais associados aos impostos municipais para a ARU de Santa Clara

(nos termos e para os efeitos da alínea c) do nº 1 do artigo 13.º e artigo 14.º do RJRU)

- Imposto Municipal sobre Imóveis — IMI — Isenção por 5 anos (podendo ser renovada por um período adicional de 5 anos).
- Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis - IMT - Isenção na primeira transmissão do imóvel reabilitado destinado exclusivamente a habitação própria e permanente.

2.3 Definição de Operação de Reabilitação Urbana

A cada área de reabilitação urbana corresponde uma operação de reabilitação urbana e os municípios podem optar pela realização de operações de reabilitação urbana simples ou sistemáticas, enquadradas por instrumentos de programação, designados, respetivamente, de estratégia de reabilitação urbana (ERU) ou de programa estratégico de reabilitação urbana (PERU).

Uma Operação de Reabilitação Urbana (ORU) é o conjunto articulado de intervenções, que, de uma forma integrada, visam a reabilitação urbana de uma determinada área.

De acordo com o RJRU são dois os tipos de operação de reabilitação urbana:

- **Operação de reabilitação urbana simples:** dirigida sobretudo à reabilitação do património edificado, num quadro articulado de coordenação e apoio da respetiva execução, sendo enquadrada por uma **Estratégia de Reabilitação Urbana**;

- **Operação de reabilitação urbana sistemática:** intervenção integrada de uma área para a reabilitação do edificado e para a qualificação das infraestruturas, dos equipamentos e dos espaços verdes e urbanos de utilização coletiva, visando a requalificação e revitalização do tecido urbano, associada a um programa de investimento público, sendo enquadrada por um **Programa Estratégico de Reabilitação Urbana**

É no âmbito da **Operação de Reabilitação Urbana Sistemática** que se desenvolverá o **Programa Estratégico de Reabilitação Urbana da Área de Reabilitação Urbana de Santa Clara**.

2.4 Efeitos da Operação de Reabilitação Urbana

Tratando-se de uma operação de reabilitação urbana sistemática, a sua aprovação constituirá causa de utilidade pública para efeitos de **expropriação** ou de **venda forçada** dos imóveis existentes na área abrangida, bem como da constituição das **servidões** necessárias à execução da operação.

Para além dos referidos instrumentos, podem ainda vir a ser utilizados na execução da operação de reabilitação urbana os seguintes instrumentos:

- a) Imposição de obrigação de reabilitar e obras coercivas;
- b) Empreitada única;
- c) Demolição de edifícios;
- d) Direito de preferência nas transmissões onerosas;
- e) Arrendamento Forçado;
- f) Reestruturação da propriedade.

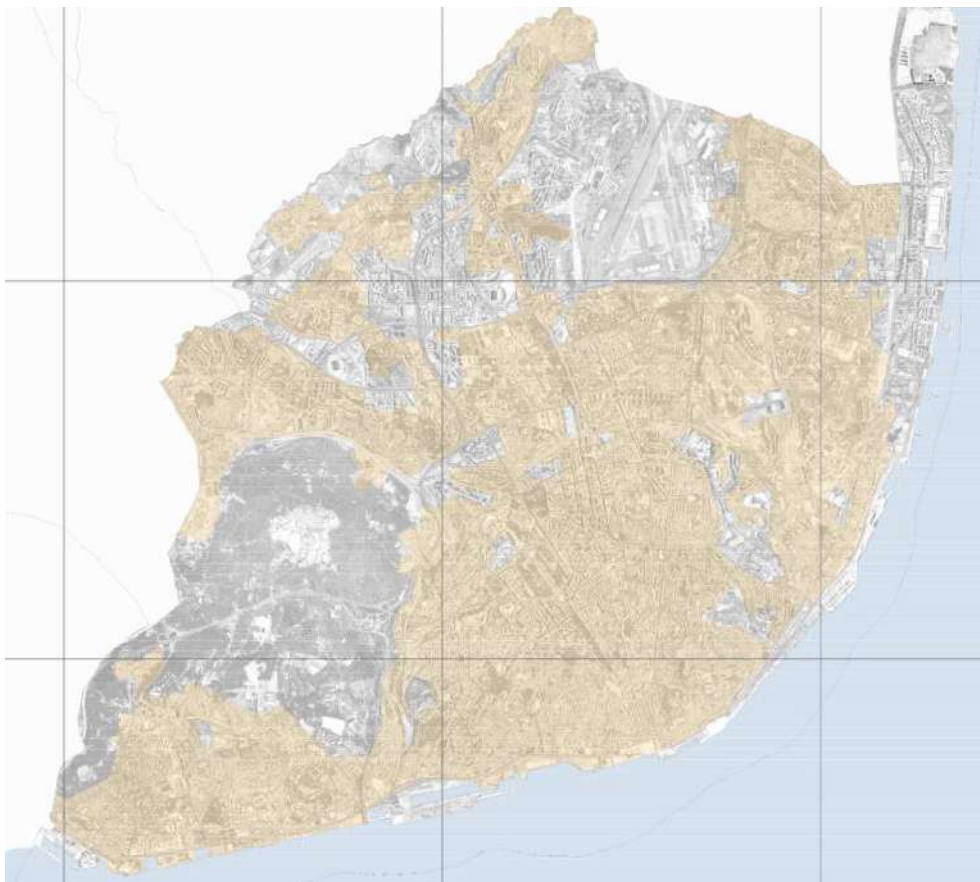
3. ARU - FUNDAMENTOS E CRITÉRIOS

3.1 A Área de Reabilitação Urbana de Lisboa

Através da Deliberação n.º 11/AML/2012, a Assembleia Municipal de Lisboa aprovou, na sua reunião de 20 de março de 2012, a Área de Reabilitação Urbana de Lisboa, com a fundamentação constante da Estratégia de Reabilitação Urbana 2011-2024.

Posteriormente através da Deliberação n.º 190/AML/2015, na sua reunião de 7 de julho de 2015, sob a Proposta n.º 388/2015, aprovada pela Câmara Municipal de Lisboa, na sua reunião de 24 de junho de 2015, aprovou a Alteração à Delimitação da Área de Reabilitação Urbana de Lisboa, incluindo a alteração da planta anexa à Estratégia de Reabilitação de Lisboa (ERU) 2011/2024, bem como a alteração da respetiva Operação de Reabilitação Urbana Simples.

Nos termos da ERU, será delimitada para cada operação de reabilitação sistemática a lançar a correspondente área de reabilitação urbana, que será ao mesmo tempo destacada da atual Área de Reabilitação Urbana de Lisboa, por forma a fazer coincidir cada operação de reabilitação, simples ou sistemática, com a respetiva área de reabilitação.



Planta da ARU de Lisboa

3.2 A Área de Reabilitação Urbana de Santa Clara

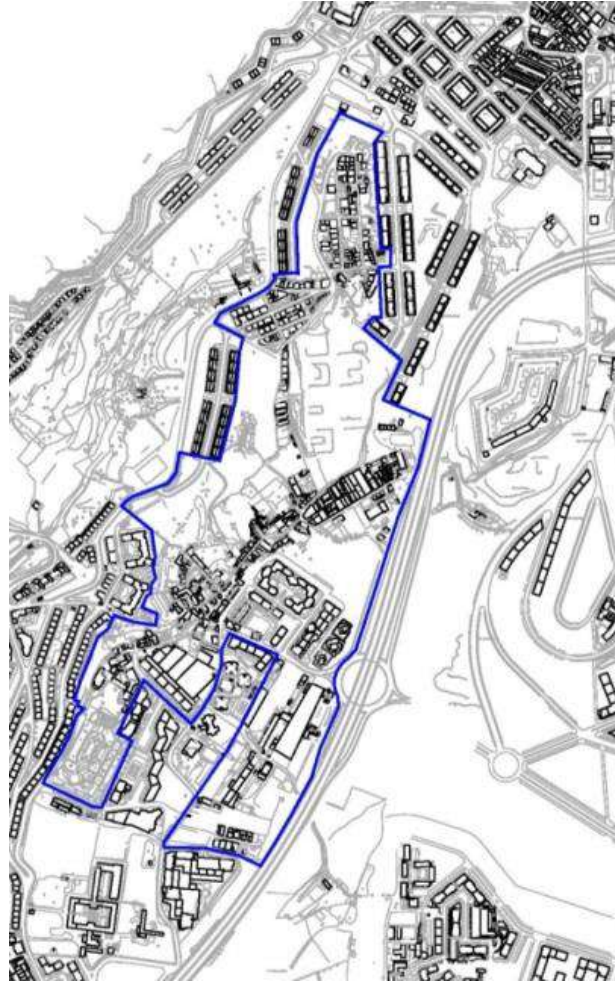
A Assembleia Municipal de Lisboa deliberou, através da Deliberação n.º 61/AML/2014, na sua reunião de 18 de março de 2014, sob as Propostas n.º 691/2013 e n.º 857/2013, aprovadas respetivamente pela Câmara Municipal de Lisboa, na reunião de 24 de julho de 2013 e de 27 de novembro de 2013, aprovar a Delimitação da Área de Reabilitação Urbana de Santa Clara.

A intenção de promover a delimitação da Área de Reabilitação Urbana de Santa Clara (ARU-Santa Clara) consubstanciou-se na necessidade de proceder à integração e articulação de vários contextos urbanos, alguns ainda de cariz rural, com bastante relevância paisagística e patrimonial para a Coroa Norte da cidade.

A continuada degradação e obsolescência dos edifícios integrantes no antigo Núcleo Histórico da Ameixoeira, nomeadamente no que se refere às suas condições de uso, solidez, segurança, estética e salubridade, a problemática inerente ao sistema de mobilidade viária e pedonal de pessoas e bens, que evidencia a urgência de introduzir um aumento da oferta de transportes públicos de qualidade, e por outro lado a necessária coerência entre as várias estruturas urbanas existentes neste território, cujo desenvolvimento espontâneo fez prevalecer alguns núcleos denominados como áreas urbanas de génese ilegal que se apresentam desagregadas e desarticuladas entre a malha urbana envolvente, estão na génese da exigência da promoção de uma intervenção integrada, através da delimitação de uma área de reabilitação urbana.

A área de intervenção delimitada para a ARU-Santa Clara abrange parte da atual freguesia de Santa Clara, a qual integra a área correspondente ao antigo Núcleo Histórico da Ameixoeira, os três núcleos delimitados como áreas urbanas de génese ilegal, dois dos quais se apresentam bastante degradados e também algumas zonas urbanas de carácter consolidado, mas cuja integração e colmatação se pretende resolver.

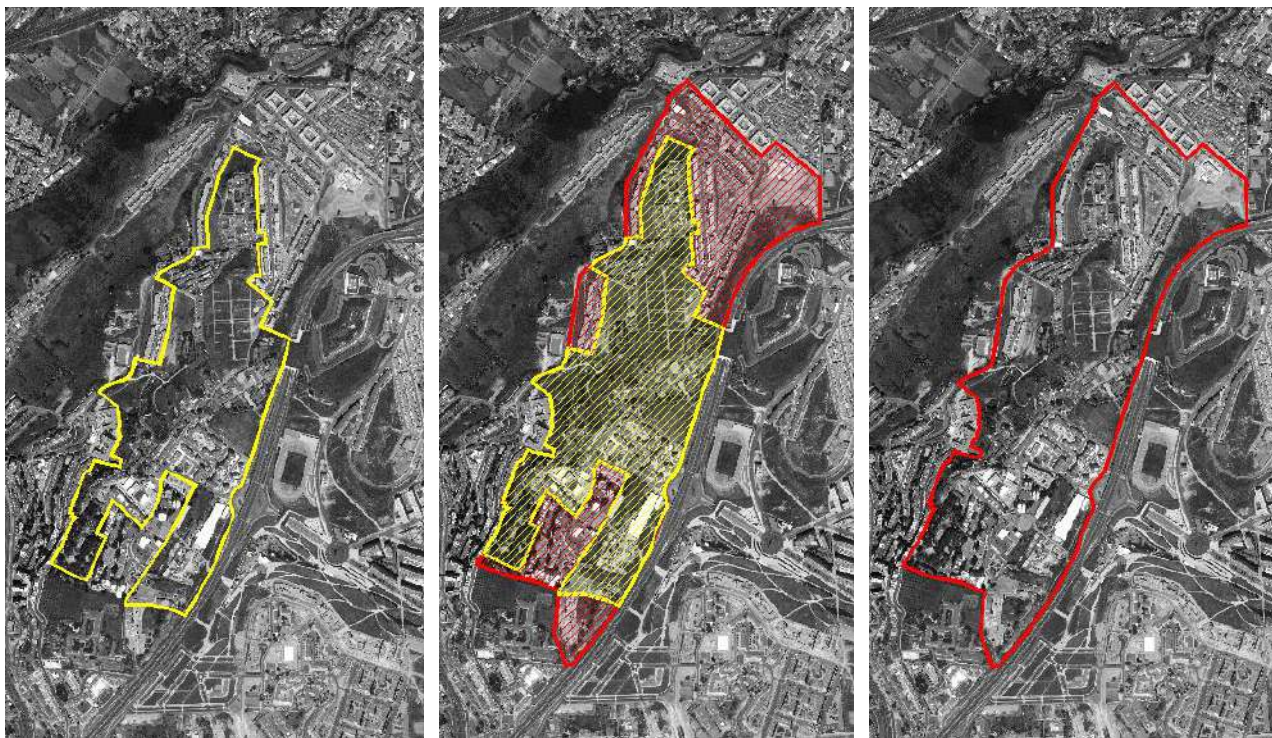
A área objeto da Área de Reabilitação Urbana de Santa Clara será desenvolvida tomando como base as opções estratégicas vertidas no PDML em vigor, tendo em consideração a necessidade de reabilitar e reconverter de forma integrada e programada este território, de carácter periférico, que apresenta problemas específicos de falta de ligação à restante cidade, de degradação do seu núcleo histórico, fragmentação urbana e falta de legibilidade, pela justaposição de áreas urbanas de génese ilegal, loteamentos recentes de iniciativa privada, áreas fragmentadas de cariz rural e terrenos expectantes e uma vasta área de realojamento confinante, com problemas de inserção social.



ARU aprovada em março 2014

Área de Intervenção: 45,02ha

3.3 Redelimitação da ARU de Santa Clara



Março 2014 (Aprovação ARU)

Maió 2016 (Redelimitação ARU)

Decorrente da experiência adquirida in loco, e face às conclusões auferidas através da realização do processo participativo, considerou-se premente, em momento anterior à execução da correspondente operação, alterar a actual delimitação da ARU, ampliando a sua área.

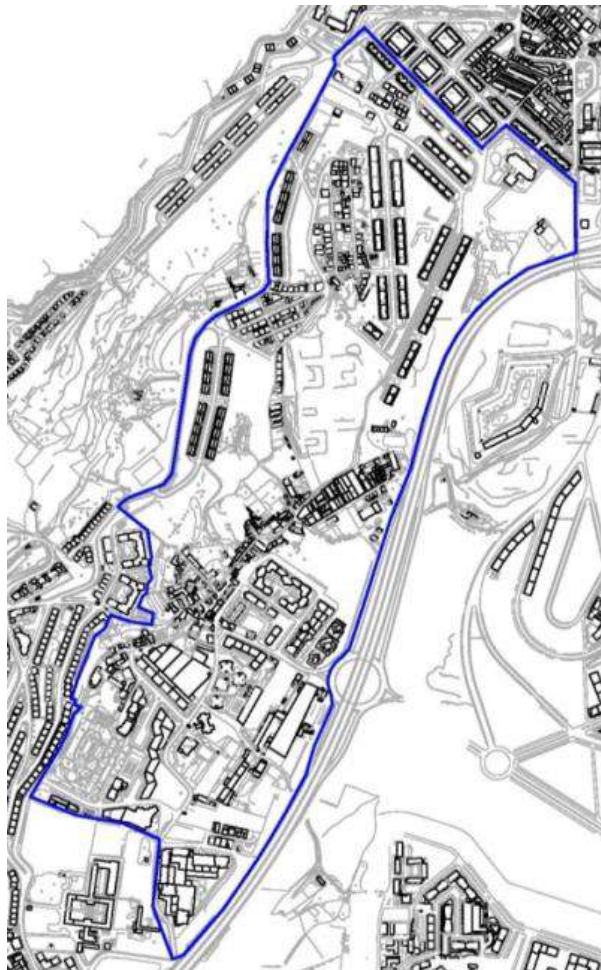
A **definição de uma nova delimitação** da ARU de Santa Clara, tem por pressuposto a integração a norte da área onde se encontram implantados os Programas Especiais de Realojamento (PER's) e a sul os limites da actual Freguesia de Santa Clara.

Pretende-se assim dar continuidade e alargar a intervenção municipal na reabilitação urbana respondendo aos desafios colocados pelo RJRU, como a vertebração e legibilidade urbana / coesão sócio-territorial, reabilitando a edificação degradada, melhorando as suas condições de utilização e valorizando o património cultural, incrementando a qualificação do espaço público, com vista a reabilitar os tecidos urbanos degradados, assegurar a igualdade de oportunidades dos cidadãos no acesso às infraestruturas, equipamentos, serviços e às funções urbanas, e através da concertação de interesses públicos e privados assegurar a integração funcional e a diversidade económica e sociocultural nos tecidos urbanos existentes e promover a melhoria geral da mobilidade com a concretização de uma correta hierarquização viária consentânea com diferentes morfologias urbanas em presença.

Assim, a redelimitação e aprovação da ARU têm em vista a consolidação e o aprofundamento da experiência municipal de reabilitação urbana já desenvolvida, favorecendo uma maior convergência de investimentos privados, com apoio público, na reabilitação urbana.

Pretende-se encontrar soluções inovadoras que valorizem e salvaguardem com igual importância a vertente patrimonial e funcional do território e que enquadrem este conjunto de várias áreas que apresentam uma estrutura urbana obsoleta, desarticulada e desconexa, resultante da sobreposição de várias ocupações de épocas distintas, muitas vezes objeto de estudos e programas de reabilitação urbana e valorização patrimonial que nunca chegaram à fase de programação e execução.

Com a presente proposta, pretende-se a aprovação da redelimitação da área de Reabilitação Urbana de Santa Clara em momento anterior à aprovação da correspondente operação de reabilitação urbana sistemática e respetivas ações a efetuar na área delimitada.



Nova área de delimitação da **ARU**

Área de Intervenção: 76.18ha

PARTE II – CARACTERIZAÇÃO TERRITORIAL

4. ENQUADRAMENTO HISTÓRICO

A Ameixoeira, uma área junto do limite norte da cidade de Lisboa e que atualmente se insere na freguesia de Santa Clara, é um lugar antigo de muitas quintas, que fora habitado por nobres e antigas famílias que exibiam os seus escudos sobre as portas (Morato, 1976, p. 4), bem como de muitas capelas que foram sucessivamente deixadas cair em ruína (Santos, 1994, p. 62).

Tendo pertencido ao termo de Lisboa, passou a fazer parte do concelho de Olivais através do Decreto de 11 de Setembro de 1852, para posteriormente voltar a ser incluída na cidade de Lisboa (Morato, 1976, p. 1).

O território da Ameixoeira compõe-se, maioritariamente, por planície, limitado a nascente pela encosta dum monte e, a poente, num alto que acaba junto da Estrada de Carriche. A norte, antes da expansão do tecido urbano, compunha-se de uma área campina junto da serra da Ameixoeira e, a sul, continua a mesma planície até ao lugar do Lumiar, que vulgarmente se chamou de Várzea da Ameixoeira. A parte nascente desta Várzea também se chamou de Santa Susana, por ali ter havido uma ermida em honra da santa, mas que da qual não constam registos (Morato, 1976, pp. 2 e 3).

O seu aglomerado urbano caracteriza-se pelo núcleo histórico, onde a Rua Direita, com velhas casas de campo e que atravessa toda a extensão do lugar, se destaca como eixo organizador. Na década de 50 do século XX começa-se a desenhar uma nova fisionomia urbanística, com várias construções a surgirem em redor do núcleo primitivo. É o caso do Bairro Económico da CML nas Galinheiras - para realojar os que saem dos terrenos onde está implantado o aeroporto, ou as construções clandestinas na Torrinha (Santo, 2013, p. 311).



Ameixoeira: vista norte sobre as casas em redor da igreja, no fim do século XIX início do século XX (José Bárcia, AML-Arquivo Fotográfico, PT/AMLSB/BAR/000055).

Origem

A história da ocupação deste território remonta aos séculos passados. Sobre a etimologia do seu nome, a versão mais conhecida reporta-se ao nome de um mouro que aqui habitou, chamado *Mixo*, e que derivou em *Amejoeira*, ou *Mexoeira*, traduzindo-se para a definição actual (Morato, 1976, p. 2).

Consta que em toda a Várzea houve batalhas de Romanos, porque no ano de 1719, no sítio do Olival do Morgado / Quinta do Outeiro, descobriu-se uma grande concavidade cheia de ossos humanos. No ano seguinte, noutro olival ali perto e administrado por António Sanches de Noronha, foi encontrada uma pedra de quatro faces - lavradas de escoda e, numa delas, uma inscrição romana (Morato, 1976, p. 3).

Também nesta área se acharam muitas tulhas¹ subterrâneas, nas quais os mouros recolhiam os seus frutos. Estas eram tantas que em 1976 ainda se conservava o nome do sítio como o das “Covas” (Morato, 1976, p. 3). Do período da ocupação moura existiram dois poços, um no largo da acima², e outro, em pedra lavrada na Várzea, conhecido pelo poço do Álamo³ (Morato, 1976, p. 3).



Igreja da Ameixoeira, fachada principal - fim do século XIX início do século XX (José Bárcia, AML-Arquivo Fotográfico, PT/AMLSB/BAR/000132), e Cruzeiro da Ameixoeira e a vista para norte, na década de 1950 (Judah Benoliel, AML-Arquivo Fotográfico, PT/AMLSB/JBN/004770).

A história conta-nos que quando da expulsão dos mouros que por ali habitaram, foi encontrada, numa funcheira⁴, uma imagem de N.ª Senhora. Como forma de cristianização do lugar, em 1267 foi aí edificada a ermida de N.ª Senhora do Funchal e lá se colocou a imagem encontrada. Esta contava com capelão e missa quotidiana (Morato, 1976, p. 8) e tinha ainda a confraria da N.ª Senhora da Encarnação do Funchal (Vale, Gomes, Gonçalves, 1993/2003).

¹ Lugar onde se junta e deposita a azeitona, antes de ser levada para o lagar (<https://www.priberam.pt/DLPO/tulhas> em 16.01.2016), muitas vezes formado por uma cova, de modo que esta possa ser comprimida (Houaiss, 2003, tomo III Mer-Zzz p. 3605).

² Na antiga Terra das Minas, junto da Azinhaga dos Cântaros.

³ Bem perto da Azinhaga da Cidade.

⁴ Funcheira, de funchal – lugar onde crescem funchos, ervas aromáticas de caules fistulosos (Houaiss, 2003, tomo II D-Mer p. 1819)

A ermida, entretanto destruída por um incêndio, foi substituída por uma capela em 1500. Junto desta, os Templários edificaram uma albergaria e um hospital para peregrinos, que, anos mais tarde, passaram para a posse dos Cavaleiros da Ordem de Cristo (Morato, 1976, p. 3; Vale, Gomes, Gonçalves, 1993/2003).

Os moradores do lugar da Ameixoeira, cansados de satisfazer as obrigações de fregueses na Igreja Matriz de S. João Batista do Lumiar e pela grande distância que dela ficavam, conseguiram que a Ameixoeira passasse a freguesia no ano de 1535. Com este ganho, a igreja passou a ter evocação a N.ª Senhora da Encarnação e os habitantes conseguiram que o capelão lhe administrasse os sacramentos e se levantasse a pia baptismal (Morato, 1976, pp. 2 e 9).

Aglomerado Urbano

O tecido urbano da Ameixoeira caracteriza-se por dois contextos: o núcleo histórico, a parte mais antiga da freguesia; e a “nova Ameixoeira”, que corresponde às construções realizadas durante o século XX, localizando-se a maior parte em redor do núcleo primitivo.

O núcleo histórico da Ameixoeira é regulado pela rua principal, a Rua Direita, onde a “povoação” se localiza em toda a sua extensão, prolongando-se ainda pela Estrada da Ameixoeira.



Plancha nº 39. Excerto da planta do Lumiar e Ameixoeira, para a Carta Topográfica dos Subúrbios de Lisboa, levantada por Ordem do Governo - 16 de abril de 1827.

A ligação com o Lumiar e Lisboa realizava-se através da Estrada da Ameixoeira e pela Azinhaga da Cidade, respetivamente. Através da Azinhaga das Galinheiras e, conseqüentemente a Azinhaga para Camarate, fazia-se a ligação a norte. A nascente a ligação à Charneca fazia-se na Estrada da Ameixoeira à Charneca, hoje Estrada de São Bartolomeu. No encontro destas vias com a Rua Direita desenhavam-se três pequenos largos: a norte, o do Terreiro, com a Azinhaga das Galinheiras; a sul, o do Ministro (que terá sido um Rossio no século XVI), no entroncamento da Azinhaga da Cidade com a Estrada da Ameixoeira; por último, o largo da Igreja, na Estrada da Ameixoeira (Santo, 2013, pp. 310-311; Santos, 1994, p. 62).



Ameixoeira: aglomerado urbano atravessado pela Rua Direita da Ameixoeira e Estrada da Ameixoeira. Entre estas artérias o Largo do Ministro e a rematar os limites norte e sul, o Largo do Terreiro e o da Igreja. Planta Silva Pinto, de 1911 in LXI em 07.01.2016.

O tecido urbano deste núcleo, cujo valor cultural e patrimonial se encontra presente no trabalho de caracterização histórica constante nos anexos, distingue-se, por um lado, pelas construções mais populares de simplicidade que patenteavam marca de diferença (Campos, 2013, pp. 1 e 2), e por outro, pelas quintas de nobres e antigas famílias em seu redor, como se podia ver pelos vários escudos sobre as portas (Morato, 1976, p. 4), e que algumas delas ainda mantêm a denominação. Exemplo disso são as Quintas da Atalaia, Mourisca e Torrinha, ou as Azinhagas da S. Gonçalo e a das Galinheiras (Santo, 2013, 309).



Edifícios na Rua Direita da Ameixoeira em 1964 (Augusto de Jesus Fernandes, AML-Arquivo Fotográfico, PT/AMLSB/AJF/001557 e PT/AMLSB/AJF/001558).



Portão da Quinta do Madeira e outro em ferro, de um prédio demolido, ambos de 1961 na Rua Direita da Ameixoeira (Artur João Goulart, AML-Arquivo Fotográfico, PT/AMLSB/AJG/I02047 e PT/AMLSB/AJG/I03934).

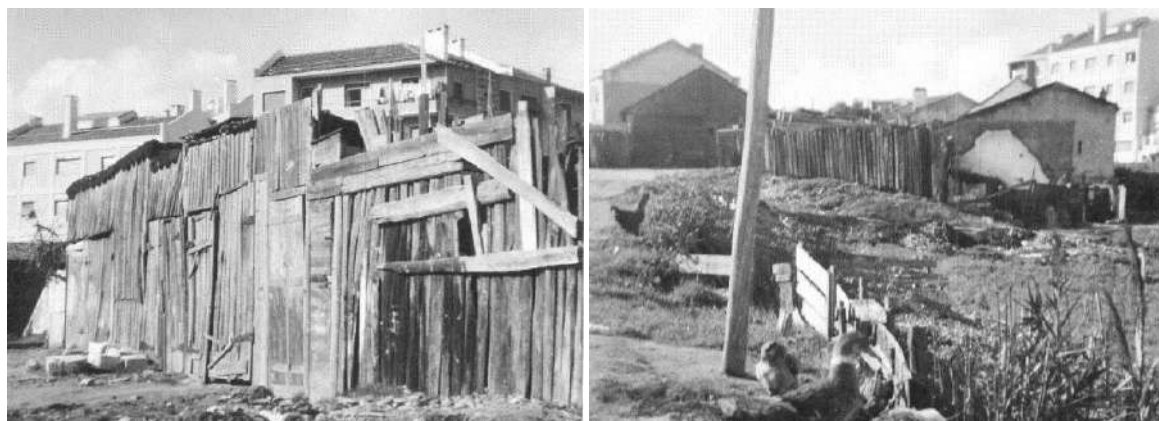
Segundo Nuno Campos (Campos, 2013, p. 1) a evolução urbanística da Ameixoeira está associada à evolução demográfica. Assim, e de acordo com os dados de Maria Helena Santos (Santos, 1994, p. 62), apuramos que:

- Em meados do século XVIII (e sem alterações significativas até finais do século XIX), a freguesia tinha 88 fogos e **338** “pessoas de confissão e comunhão”. Nos inquéritos do século XVIII, pós terremoto, é referida a existência de 23 quintas com nobres e antigos portais;
- No século XX a população aumentou significativamente. Segundo Maria Helena Carvalho dos Santos (Santos, 1994, p. 62), em 1940 havia **1098** habitantes e, no ano de 1960 já eram **2017**. Em 1975 havia **8277** habitantes e, no ano de 1981, **10751**. Em 1991, os dados oficiais apontam para **10.290** habitantes, mas os referenciais da então Junta de Freguesia, estimam uma população em cerca de **15.000** habitantes. Em Maio de 1992, o número de eleitores fixou-se em **9.004** habitantes.



Planta de 1950 in LXI em 21.01.2016.

Esta evolução verificada na segunda metade do século passado surge com a construção do Bairro Económico da CML nas Galinheiras⁵, para realojar as pessoas que saíram dos terrenos para onde o aeroporto de expandiu. É nesta data que se começa a desenhar para a Ameixoeira uma nova fisionomia urbanística. Constrói-se em terrenos baratos, há quem construa na Torrinha clandestinamente⁶. O velho núcleo mantém-se, mas as construções em altura “afogam” as velhas casas de campo (Santo, 2010, p. 311).



Barracão e terreno na Azinhaga da Torrinha em 1961 (Artur João Goulart, AML-Arquivo Fotográfico, PT/AMLSB/AJG/I00677 e PT/AMLSB/AJG/I00689).



Aspecto da Azinhaga das Galinheiras em 1962 e 1967 (AML-Arquivo Fotográfico: Artur João Goulart, PT/AMLSB/AJG/I03939; Augusto de Jesus Fernandes, PT/AMLSB/AJF/S01805).

⁵ Zona carenciada, de baixos recursos, com uma população em grande quantidade desempregada, de marginais e etnia cigana (Santos, 1994, p. 63).

⁶ Uma zona intermédia, de habitação em altura, abrigando uma população de pequenos comerciantes e pequenas indústrias (Santos, 1994, p. 63).



Planta de 1970-83 (Artº 91 – PDM) in LXI em 21.01.2016.

Na estrada da Ameixoeira começam as novas construções, fazendo-se ainda o alargamento da antiga estrada empedrada. Depois de 1974 foi a destruição da Quinta de Santa Clara, com blocos de 14 andares e, na encosta da Serra da Ameixoeira, fazem-se moradias de 9 andares. Nas Quintas do Lavadinhos e Alto do Chapeleiro erguem-se casas desmontáveis para albergar retornados (Santo, 2010, p. 311).



Prédio em construção junto da Azinhaga da Cidade em 1964 (Augusto de Jesus Fernandes, AML-Arquivo Fotográfico, PT/AMLSB/AJF/001555).

Na várzea de Santa Susana, junto da Azinhaga da Cidade nascem as “Torres do Lumiar” e, na Calçada do Poço, construi-se o parque habitacional (privado) da Ameixoeira. Em 1995, na Azinhaga da Cidade, surgem mais blocos de 14 e 17 andares – “Parque Lumiar” (Santo, 2010, p. 311).

Lugar de duelos

A Ameixoeira, além de lugar de quintas e habitada por nobres e antigas famílias, foi lugar de duelos que decorreram no primeiro quartel do século XX na Estrada da Ameixoeira. Como nos refere Eduardo Morato (Morato, 1976, p. 39), algumas ruas parecem predestinadas para certos acontecimentos e a Estrada da Ameixoeira é um deles. Os motivos da escolha deste lugar nunca foram revelados, mas poderá ser por tratar-se de uma estrada militar, numa freguesia rural, pouco frequentada e considerada extramuros.



Duelo entre Melo Barreto (jornalista) e Rodrigues Nogueira (deputado do Partido Progressista) em 2 de Fevereiro de 1909 (Joshua Benoliel, AML-Arquivo Fotográfico, PT/AMLSB/JBN/002137).

Um desses duelos foi o que protagonizaram Melo Barreto, diretor do jornal «Novidades», e Rodrigues Nogueira, deputado do Partido Progressista, em 2 de Fevereiro de 1909. Neste duelo o deputado é ferido levemente num pulso, o que serve de pretexto para terminar o mesmo e, como sempre, com honra para ambas as partes (Morato, 1976, p. 41).

5. DEFINIÇÃO DE METODOLOGIA E ZONAMENTO

O Diagnóstico para a fundamentação da nova delimitação da ARU sistemática de Santa Clara bem como a definição das Estratégias de Reabilitação e áreas de intervenção de uma Operação de Reabilitação Urbana subsequente, partiram sempre de uma perspectiva: “bottom-up” e participada. Assim, podemos definir como principais marcos deste processo:

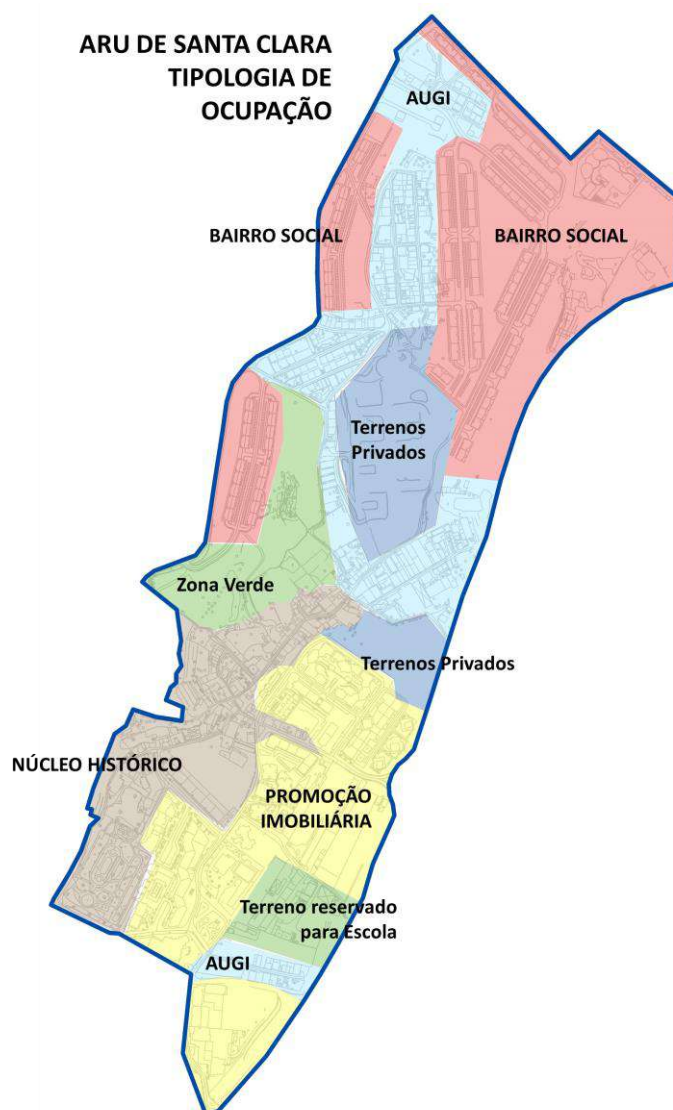
- A visita ao terreno com todos os elementos dos principais serviços envolvidos;
- Elenco de todos os aspetos sócio-urbanísticos a ter em conta no Diagnóstico da zona;
- Definição de metodologias de abordagem;
- Identificação de elementos de identidade da zona.

A complexidade e diversidade visível do território delimitado apresentaram logo na primeira visita, um desafio que implicava uma compreensão desta dispersão e desordenamento que continha, no entanto, realidades sócio urbanísticas diferentes passíveis de comparação.

Assim, conseguiu-se a partir daqui, identificar quatro zonas com características distintas que pareciam, à partida, constituir objetos para uma comparação que ajudasse a entender a lógica dessa diversidade do território por forma a ser tida em conta nas estratégia e no “desenho” da Operação de Reabilitação futura, a saber:

- Área Urbana de Génese Ilegal (AUGI) já delimitadas no âmbito do diploma das AUGI;
- Os Bairros Sociais uma zona que englobava tanto os Bairros geridos pela Gebalis como outras Bairros construídos no âmbito de programas de construção a custos controlados;
- O Núcleo Histórico (designação abreviada Histórico), que engloba a zona composta pelos edifícios identificados como património, as antigas quintas e ainda zonas adjacentes que mantém a estrutura das antigas azinhagas;
- A zona de Promoção Imobiliária (designação abreviada Promo), que compreende uma zona predominantemente de edifícios de habitação em regime de venda e/ou arrendamento no âmbito do mercado imobiliário.

Em resultado desta análise definiu-se o Mapa de zonamento que se apresenta em seguida.



Como não há uma aderência entre os limites tipológicos apurados e as subsecções estatísticas dos Censos em 2001 e em 2011 teve que se proceder a um trabalho de ponderação do peso percentual a atribuir a cada zona dentro dessas subsecções para o apuramento dos respetivos dados censitários.



Deste modo, há alguns casos de “fronteira” em que os limites das zonas que aqui se apresentam ainda englobam tipologias de edifícios de outra zona. Apesar deste facto, como poderemos depois constatar nas conclusões finais da análise sociodemográfica do próximo capítulo, estes desvios e erros não interferem no processo de identificação das especificidades e tendências gerais de cada uma das zonas neste período.

6. ANÁLISE SOCIODEMOGRÁFICA SEGUNDO CENSOS

Gráfico 1- Comparação (N) das principais unidades estatísticas sa ARU e da Freguesia de Santa Clara 2011

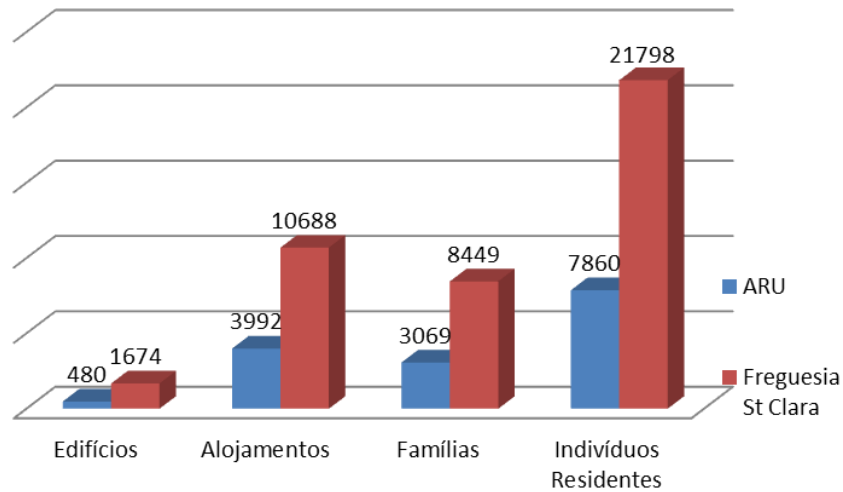
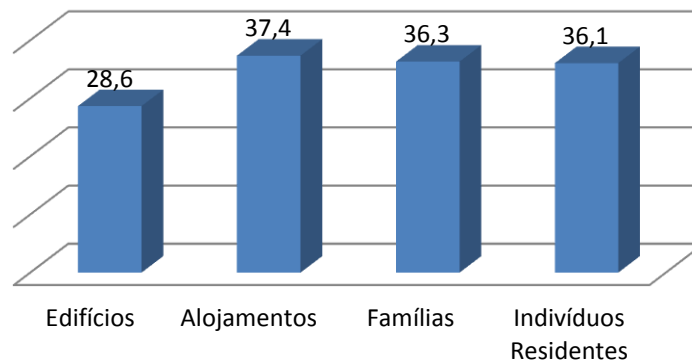
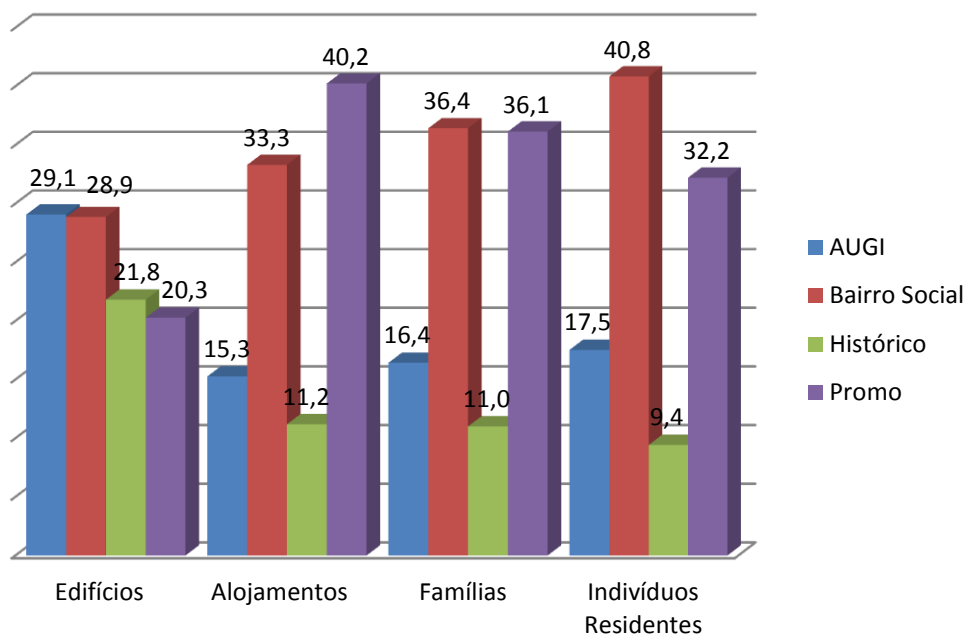


Gráfico 2 - Peso % da ARU por unidades estatística na Freguesia de Santa Clara em 2011



Como primeira conclusão sobre o peso da ARU na Freguesia de Santa Clara podemos concluir que ao nível da Família e Indivíduos estão em consonância e divergem ao nível dos Alojamentos e dos Edifícios podendo concluir-se que, no primeiro caso, se deva aos Alojamentos vagos e, no segundo, às questões de densidade de ocupação.

Gráfico 3- Peso de cada zona na ARU por unidade de análise

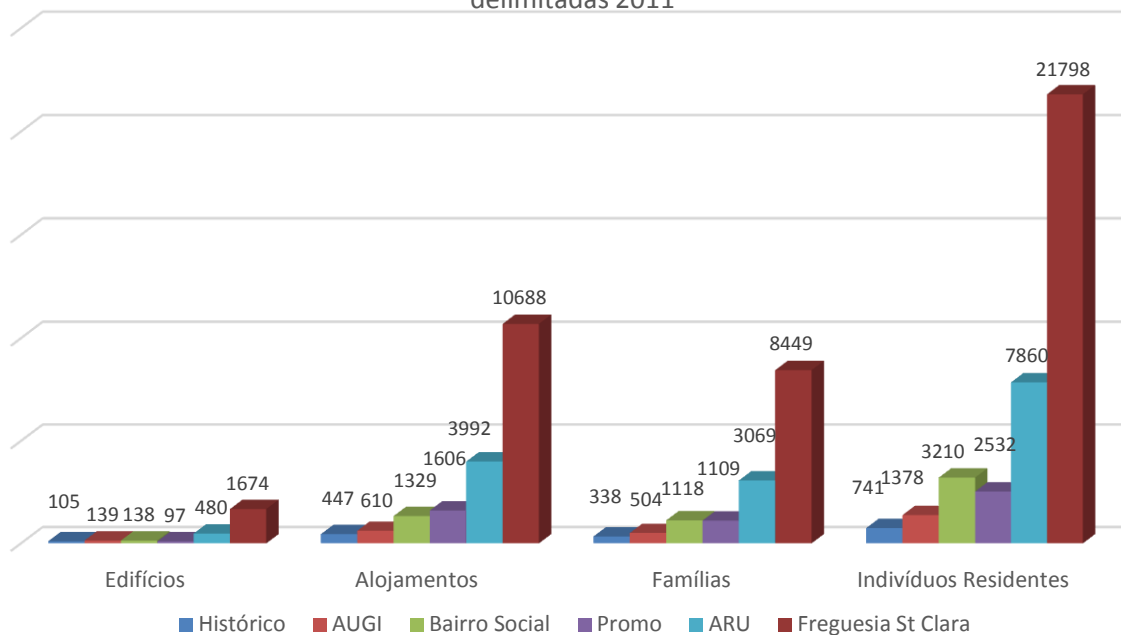


Os Gráficos anteriores, 1, 2 e 3, dão-nos a dimensão da Área de Reabilitação Urbana de Santa Clara por Unidades Estatísticas nomeadamente dos Edifícios, Alojamentos e Indivíduos em relação à Freguesia de Santa Clara e também em termos comparativos entre si.

No Gráfico 3, podemos analisar o peso percentual de cada zona nas Unidades Estatísticas. Aqui se pode perceber questões de densidade comparando, a título de exemplo, a quantidade de Edifícios nas AUGI e na zona de Bairro Social, ambos muito próximos dos 29%. Contudo, a percentagem de alojamentos é significativamente mais díspar em ambas a zonas, respetivamente 15,5% para as AUGI e 33,3% para o Bairro Social o que demonstra o facto da zona do Bairro Social ter maior densidade de habitantes por área construída e, conseqüentemente, cada edifício tem mais pisos.

No Gráfico 4 apresenta-se o peso de cada zona por Unidade Estatística e estabelece-se também a comparação com os dados globais da ARU.

Gráfico 4 - Comparação das unidades estatísticas da ARU e das zonas delimitadas 2011



Evolução Edifícios e Alojamentos 2001-2011

O Gráfico 5, que se apresenta a seguir, mostra-nos os períodos de construção mais marcantes de cada zona construídos até 2011.

No Núcleo Histórico cerca de 60% do edificado foi construído antes de 1919. Nas AUGI o período predominante foi de 1971 a 1980, cerca 40%. Os Bairros Sociais foram em grande parte construídos na década 1996 a 2005, 56% dos edifícios; a zona de Promoção Imobiliária teve um arranque inicial de 1961 a 1970 e posteriormente entre 1996 e 2011 onde podemos contabilizar a construção de cerca de 40% dos edifícios.

Gráfico 5 - Picos de construção segundo época e zona Censos 2011

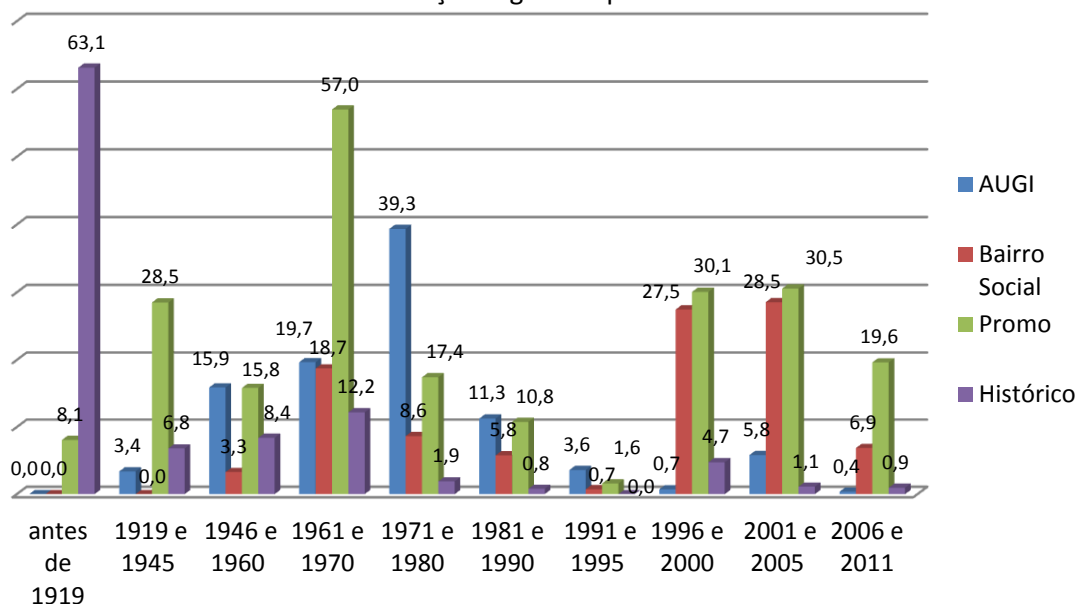
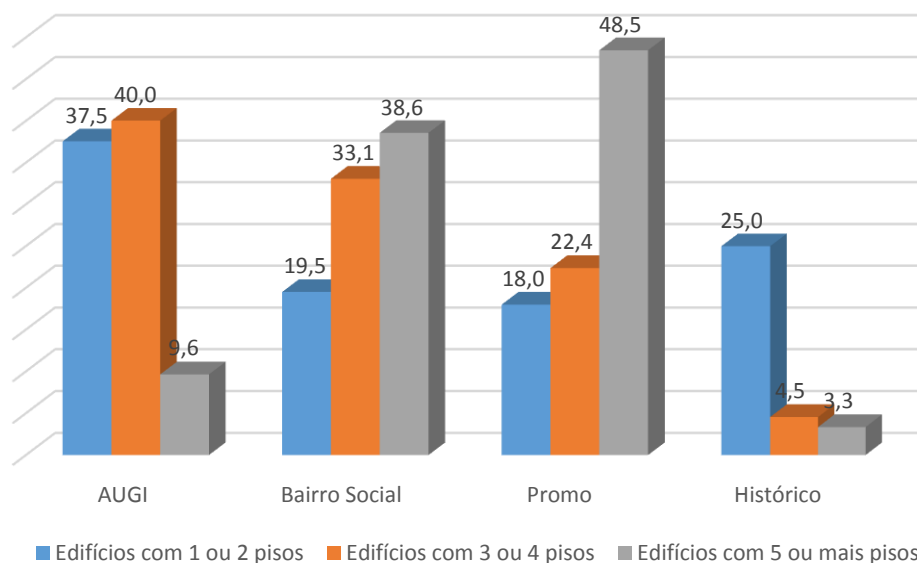


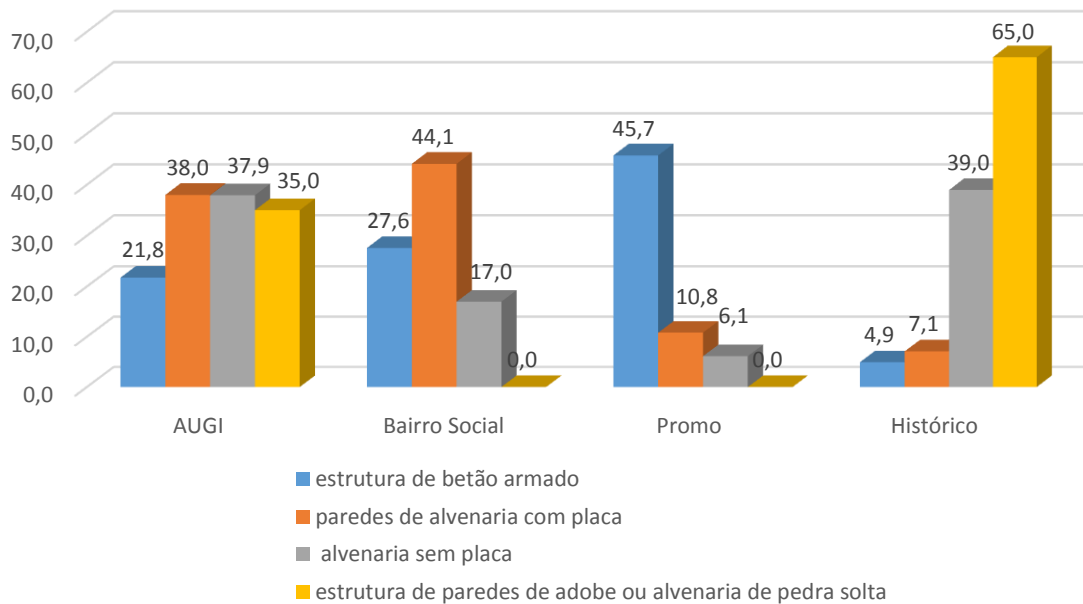
Gráfico 6 - Zonas segundo nº de pisos dos edifícios em 2011



No quadro anterior apresenta-se a distribuição dos edifícios, segundo número de pisos, por zona. Constatase que as Zonas de construção em altura são de Promoção Imobiliária e do Bairro Social e zonas com construções com menos pisos: AUGI e Núcleo Histórico. Esta evolução em termos temporais da construção das zonas apresenta também especificidades ao nível dos tipos de construção. Como se pode verificar no Gráfico 7, zonas como as AUGI e o Núcleo Histórico apresentam construções mais antigas, ou seja “Estrutura de paredes de alvenaria sem placa” ou então “estrutura de paredes de adobe ou alvenaria de pedra solta”. O betão armado é predominante nas outras duas zonas: Bairro Social e Promoção Imobiliária.

Podemos dizer que aqui também se verificam alguns efeitos da ponderação de edifícios entre subsecções estatísticas. Daí que se note o peso que algumas urbanizações novas acabaram por ter na zona Histórica. A zona das AUGI Bairro Social por ter vários tipos construção.

Gráfico 7 - % de Edifícios por zona e tipo de construção em 2011



Em termos de Alojamentos os Gráficos 8, 9 e 10 sintetizam a evolução no período 2001 – 2011. Como principais tendências podemos constatar:

- Na zona das AUGI o crescimento dos Alojamentos Arrendados foi de 6.9% e o decréscimo dos Alojamentos com proprietários ocupantes foi de -2,8%, os Alojamentos Vagos decresceram 1,5%;
- Na zona da Promoção Imobiliária há, em simultâneo, o aumento dos Alojamentos arrendados nesta década, 7%, e o aumento dos Alojamentos vagos, 10%;
- No Núcleo Histórico verifica-se que em 2011 havia 21% dos Alojamentos Vagos com um crescimento de 7,5% em 10 anos. Se projetássemos este valor (atendendo a que todos os outros fatores se mantinham constantes) entre 2011 e 2016, a partir de um valor de crescimento de 0,75% ao ano, no presente ano teríamos cerca 25% dos Alojamentos vagos nesta zona.
- Verifica-se que nos Bairros Sociais houve um aumento de 25 % dos Alojamentos com proprietário ocupante e que os Alojamentos arrendados decresceram 27%. Este dado aponta para 1/3 da população ser proprietário de casa própria nesta zona, contrariando a ideia estereotipada dos Bairros Sociais.

Gráfico 8 - Tipo de ocupação dos Alojamentos em 2011

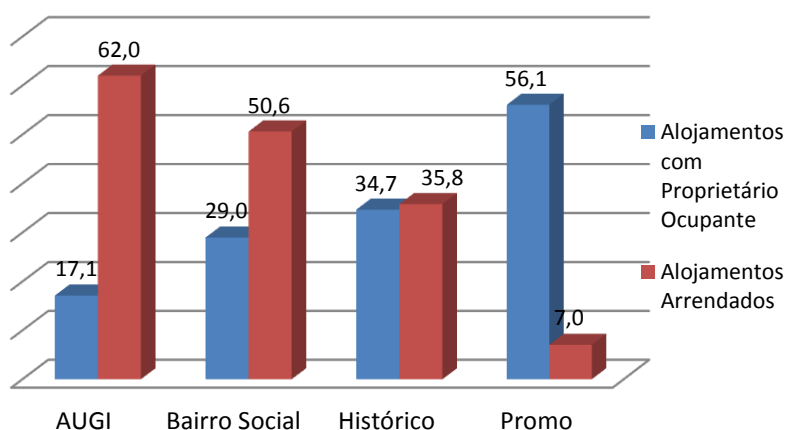


Gráfico 9 - Evolução % dos alojamentos com proprietário ocupante por zonas 2001 - 2011

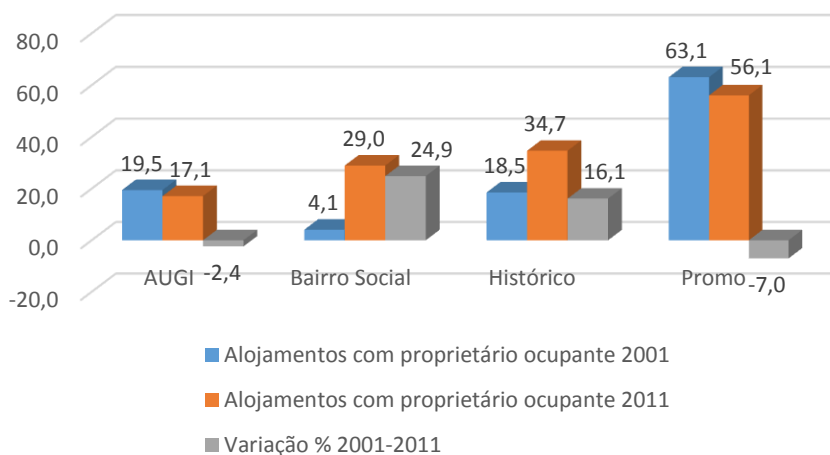


Gráfico 10 - Evolução % dos alojamentos arrendados por zonas 2001 - 2011

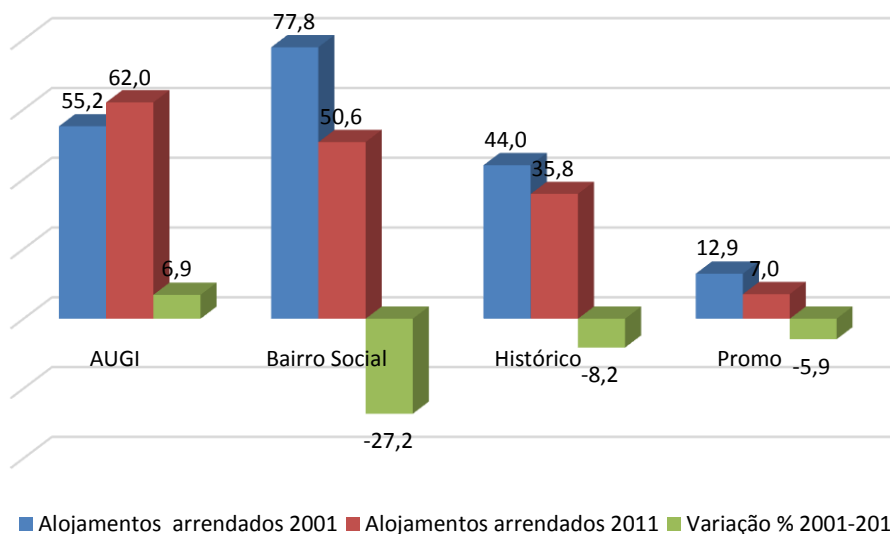
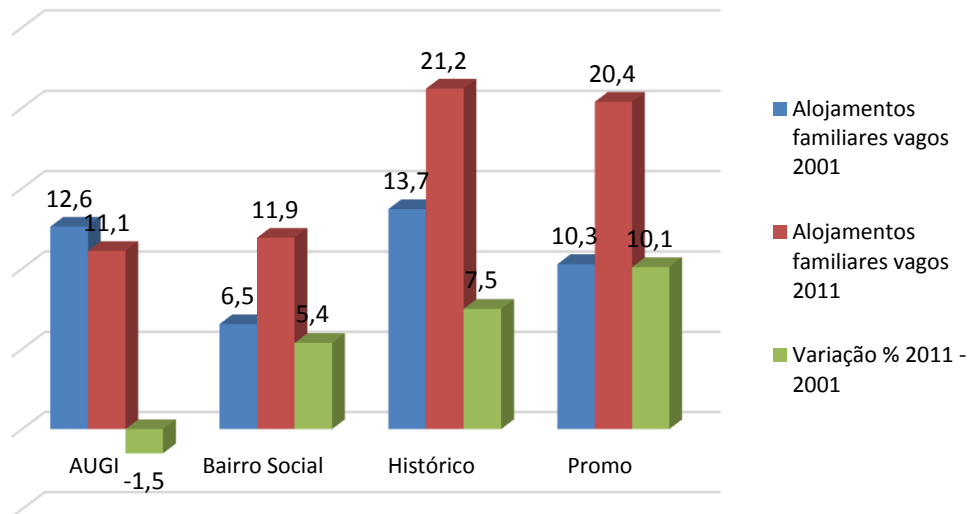


Gráfico 11 - Comparação Alojamentos Vagos 2001 - 2011 por zonas



Evolução Famílias e Indivíduos 2001-2011

A evolução das famílias também não foi uniforme por zonas. Apesar de ter havido um aumento generalizado das Famílias com 1 ou 2 elementos, como se pode verificar nos Gráficos 12, 13, 14 e 15, houve no entanto uma exceção nos Bairros Sociais onde o aumento das famílias com 1 ou 2 elementos é simultâneo com o aumento das famílias com 3 e 4 elementos.

O aumento mais significativo das Famílias com 1 ou 2 elementos foi no Núcleo Histórico, em cerca de 12%. Se conjugarmos com este facto os dados patentes no Gráfico 22 - Índice de Envelhecimento, podemos concluir que no Núcleo Histórico houve um aumento muito acentuado de Idosos Isolados.

Gráfico 12- Evolução (N) das Famílias entre 2001 - 2011

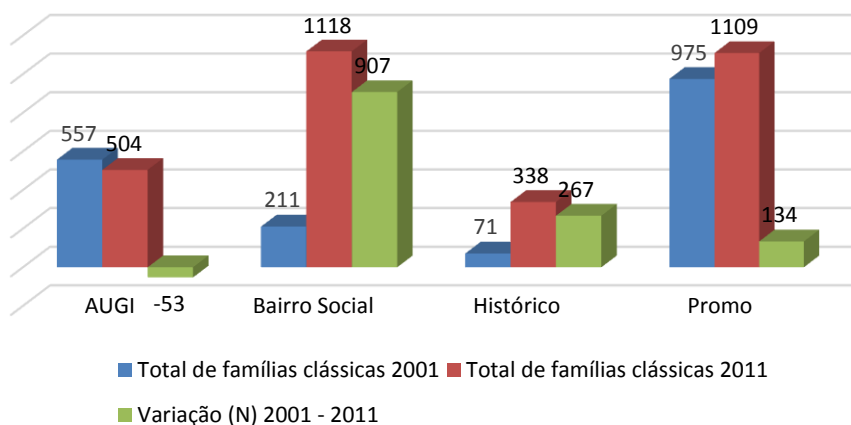


Gráfico 13 - Famílias c/ 1 ou 2 elementos em 2001 e 2011

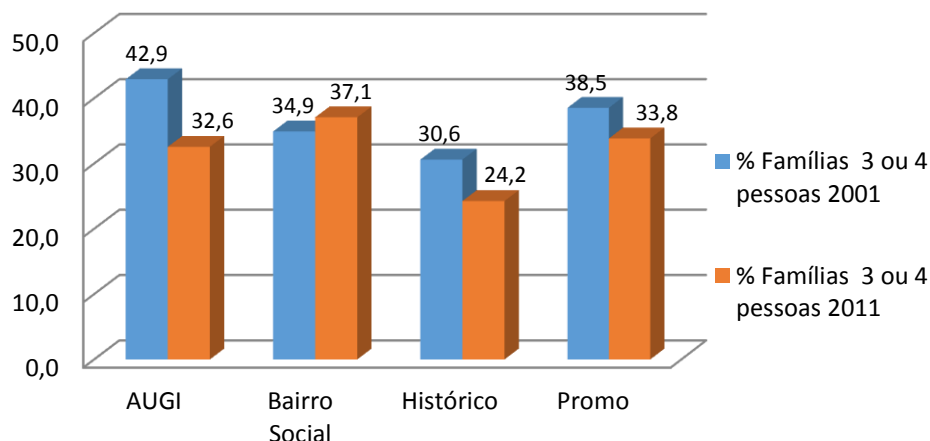


Gráfico 14 - Variação % do tipo de famílias segundo nº elementos 2001-2011

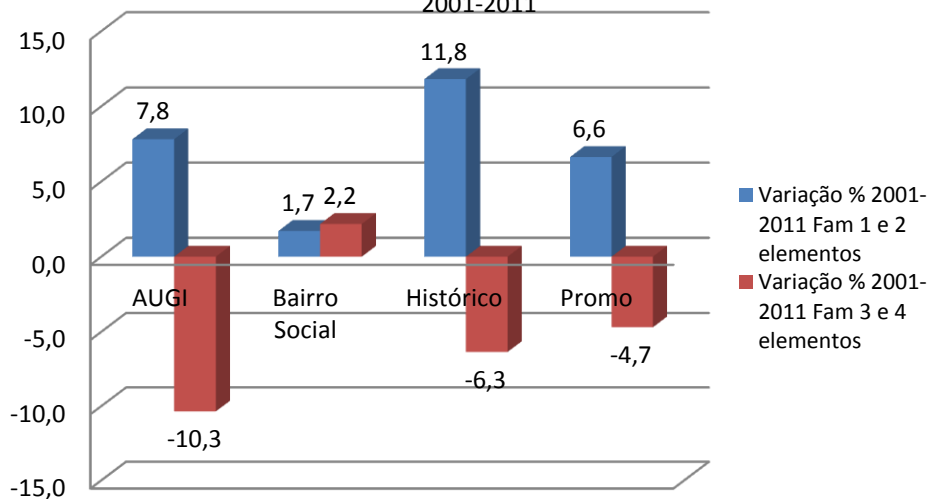
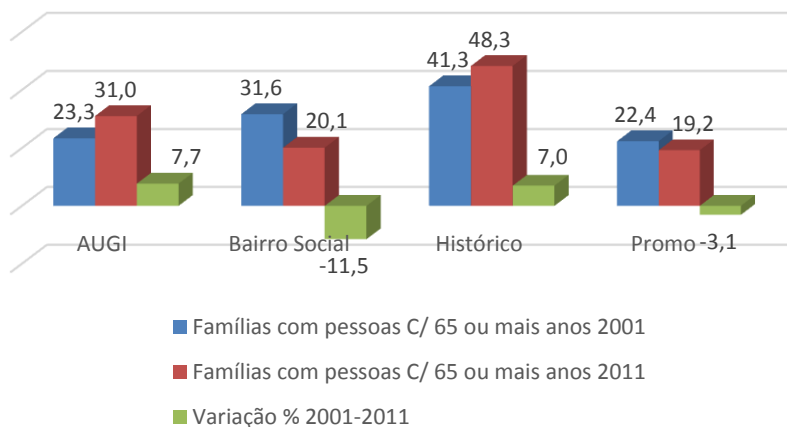


Gráfico 15 - % Famílias com pessoas c/ mais de 65 anos por zona em 2001 e 2011



Se analisarmos os Gráficos seguintes, 16 e 17 podemos concluir que:

- As Famílias Clássicas são constituídas por pessoas que “residem no mesmo alojamento e que têm relação de parentesco entre si (direta ou indireta) e podem ocupar a totalidade ou parte do alojamento (...) é considerada do mesmo modo qualquer pessoa independente que ocupe uma parte ou a totalidade da unidade do alojamento”;
- Núcleos Familiares “um conjunto de duas ou mais pessoas com relação de cônjuge ou união de facto e de progenitor e descendente mesmo em situação isolada” (Documento Metodológico Censos 2011)

Em 2011 havia maior número de Famílias Clássicas com mais do que um núcleo na zona dos Bairros Sociais e sobretudo na zona de Promoção Imobiliária. Face aos Rácios que se apresentam no Gráfico 18 podemos dizer que na zona de Promoção Imobiliária, em 2011, havia 1 Família Clássica por cada 3 onde coabitava mais do que um núcleo familiar. Em síntese, houve um aumento neste período da coabitação entre núcleos familiares de diferentes gerações.

Gráfico 16 - Nº Famílias Clássicas e de Núcleos Familiares

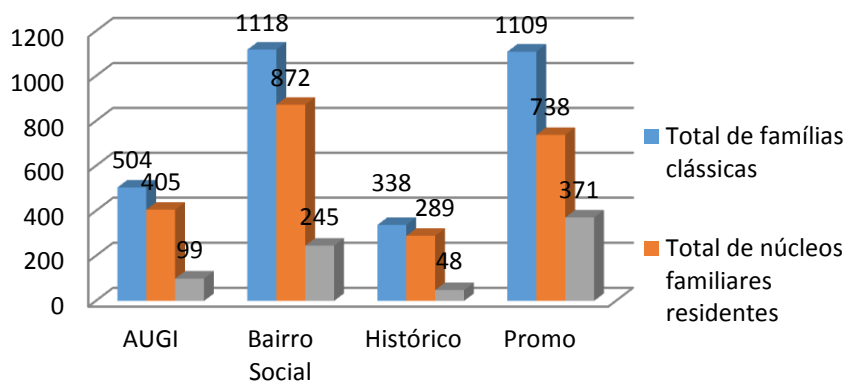
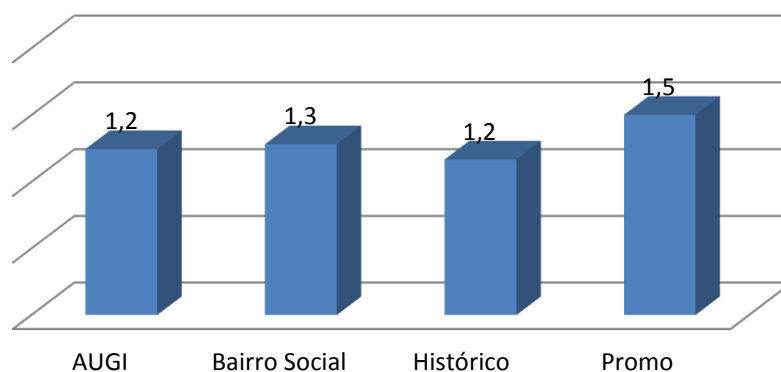


Gráfico 17 - Rácios Famílias Clássicas / Núcleos Familiares em 2011



Tendo em conta os Núcleos Familiares, regista-se em todas a zonas um volume muito significativo de Núcleos Familiares com filhos menores não casados, como se pode verificar no Gráficos 19 e 20. Em relação aos Núcleos Familiares o Bairro Social apresenta os maiores valores em relação aos filhos menores de 6 anos e também nos núcleos com maiores de filhos maiores de 15 anos. Se tivermos em conta os valores do Gráfico 21 tudo aponta para a existência de Famílias Alargadas onde vários núcleos familiares com filhos coabitam.

Por outro lado, no Núcleo Histórico o valor de Famílias com 1 ou 2 elementos é de 72,5% (Gráfico 13). Se tivermos em conta 48,3% das Famílias, nesta zona, têm elementos com mais de 65 anos (Gráfico 15), dão-nos, conjugados a dimensão das famílias de idosos em casal ou isolados.

Podemos apresentar esta mesma dedução em relação à zona de Promoção Imobiliária, mas desta vez tendo em conta a População Ativa e os isolados em idade adulta (Gráfico 21), onde este valor atinge 1/3 dos elementos isolados das Famílias (resultado da diferença entre Famílias Clássicas e Núcleos Familiares atendendo à definição anterior).

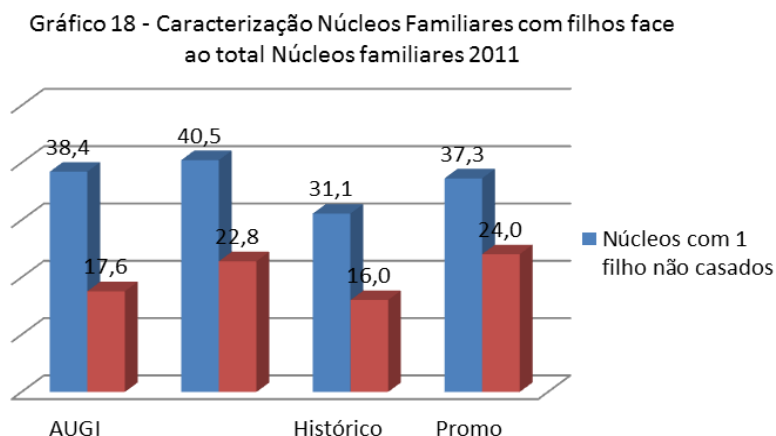


Gráfico 19 - Caracterização Núcleos Familiares com filhos menores 2011

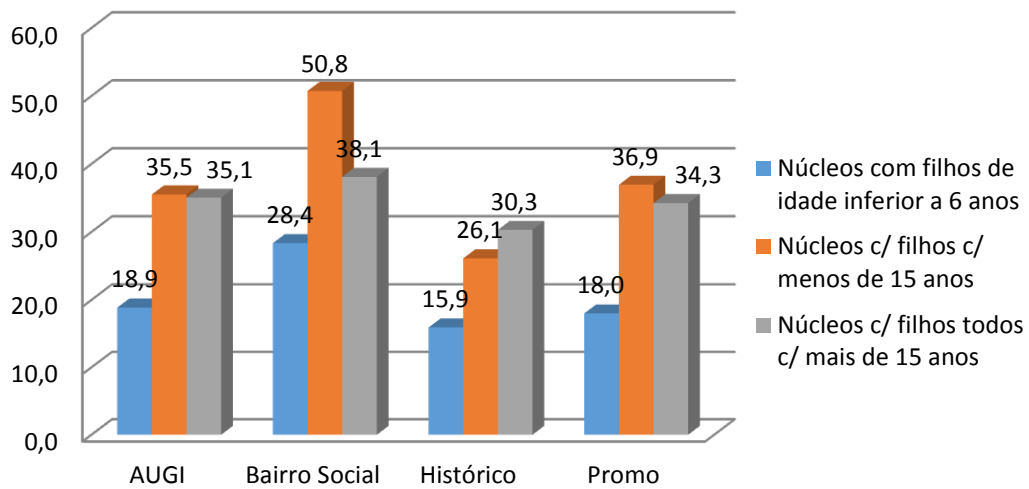


Gráfico 20 - % de Núcleo Familiares com filhos menores e maiores de 15 anos

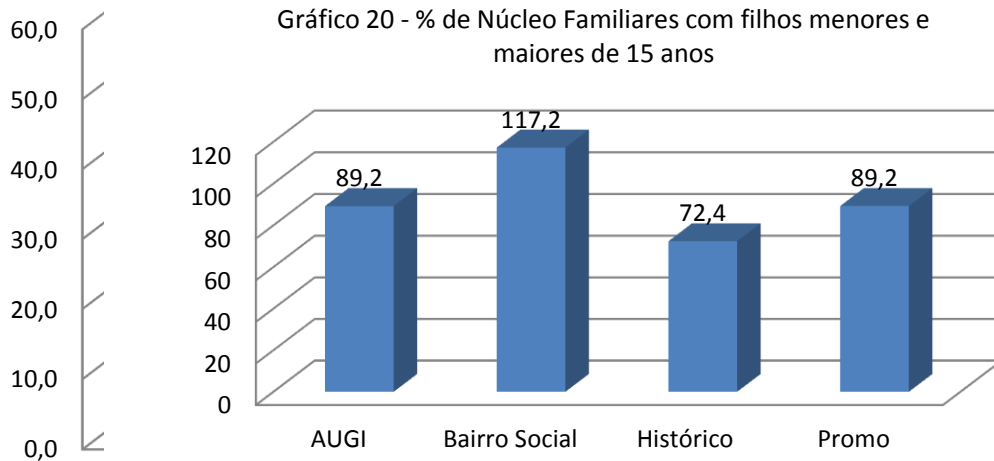
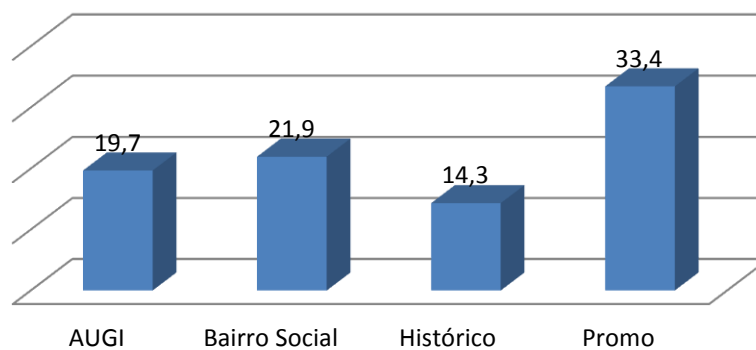


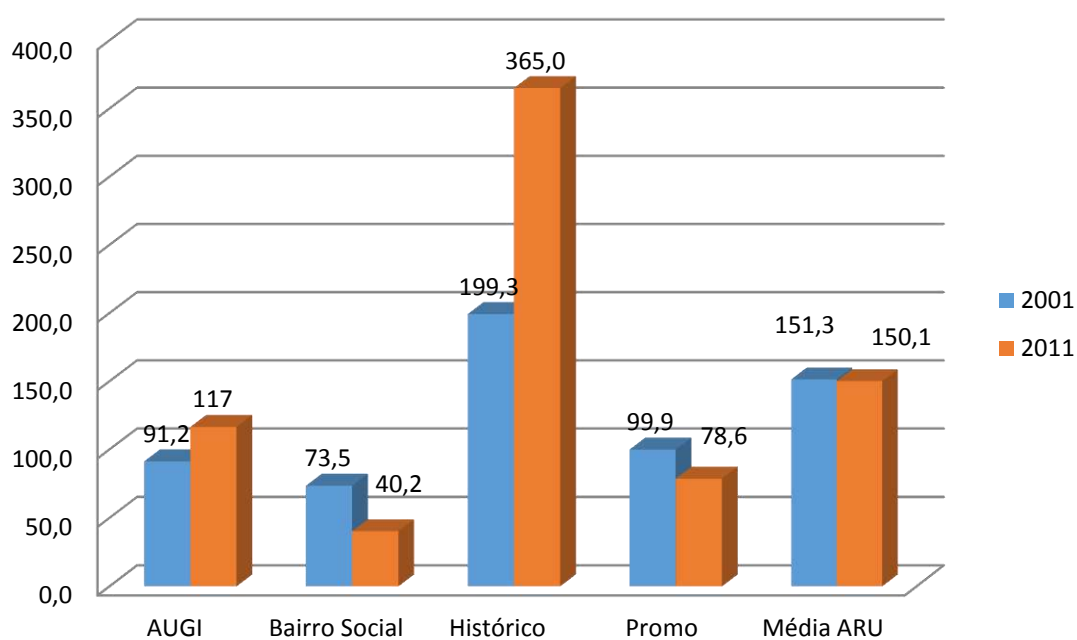
Gráfico 21 - % Elementos de Famílias Clássicas para além dos Núcleos Familiares com filhos



Como tivemos oportunidade de apresentar nos Gráficos anteriores, e tendo em conta o Gráfico 22, o processo de Envelhecimento na zona foi assimétrico. Enquanto na zona Histórica e nas AUGI houve um envelhecimento muito significativo da população, no Núcleo Histórico foi particularmente dramático.

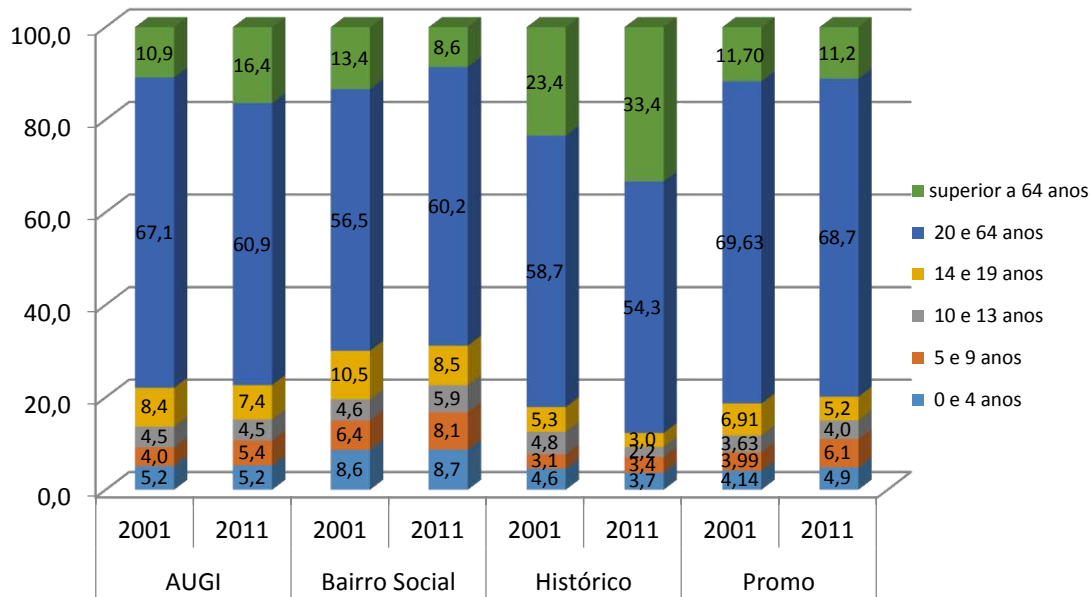
Na outra vertente houve um claro rejuvenescimento dos Bairros Sociais e da zona de Promoção Imobiliária. Alias, no primeiro caso foi bastante significativo o que acabou por afetar a média da ARU para uma tendência de baixa ligeira.

Gráfico 22 - Índice de Envelhecimento em 2001 e 2011



No Gráfico 23 apresenta-se a distribuição etária dos residentes das várias zonas em 2001 e 2011 que reforça os aspetos referidos anteriormente relativos ao envelhecimento e/ou rejuvenescimento da população residente por zona.

Gráfico 23 Distribuição % dos residentes por escalões etários em 2001 e 2011 por zonas



Note-se ainda, em relação à zona de Promoção Imobiliária, o facto de se manter relativamente estável a dimensão da população em idade ativa entre 2001 e 2011 que é, aliás, a de maiores dimensões de todas as zonas.

Evolução Emprego, Habilitações e Atividade Económica

Esta é a área onde as assimetrias entre zonas se mostram mais evidentes. No Gráfico 24 é de assinalar alguns aspetos por zona que se apresentam grandes mudanças. Assim, em primeiro lugar é de assinalar o decréscimo muito acentuado de residentes que “Não sabem ler e escrever “nos Bairros Sociais que passou de 26,9 para 7,1%. O mesmo se verifica na zona das AUGI onde este valor passou de 13,1% em 2001 para 3,7% em 2011 e também Histórica onde decresceu de 12,5% para 4,5%.

Do conjunto de valores registe-se ainda a alteração da população residente licenciada na zona Histórica onde passou de 9,4% para 21,1% e na zona de Promoção Imobiliária onde passou 29,9% para 45,7%. De certo modo, este resultado não deixa de estar ligado aos aspetos já comentados relativos ao envelhecimento e/ou rejuvenescimento da população. Por outro lado, é de salientar que os valores apresentados pela zona de Promoção Imobiliária se situam muito acima da média da Cidade e do País. Em termos da zona Histórica, não é negligenciável, na evolução dos licenciados, o facto de um dos grandes condomínios relativamente recentes terem sido englobados pelas subsecções estatísticas desta zona e

representar um peso adicional a este nível. No Gráfico relativo à população Ativa (Gráfico 25), verifica-se que a única zona que perde população ativa são as AUGI.

Gráfico 24 - Distribuição % dos residentes por níveis de habilitação em 2001 e 2011 por zonas

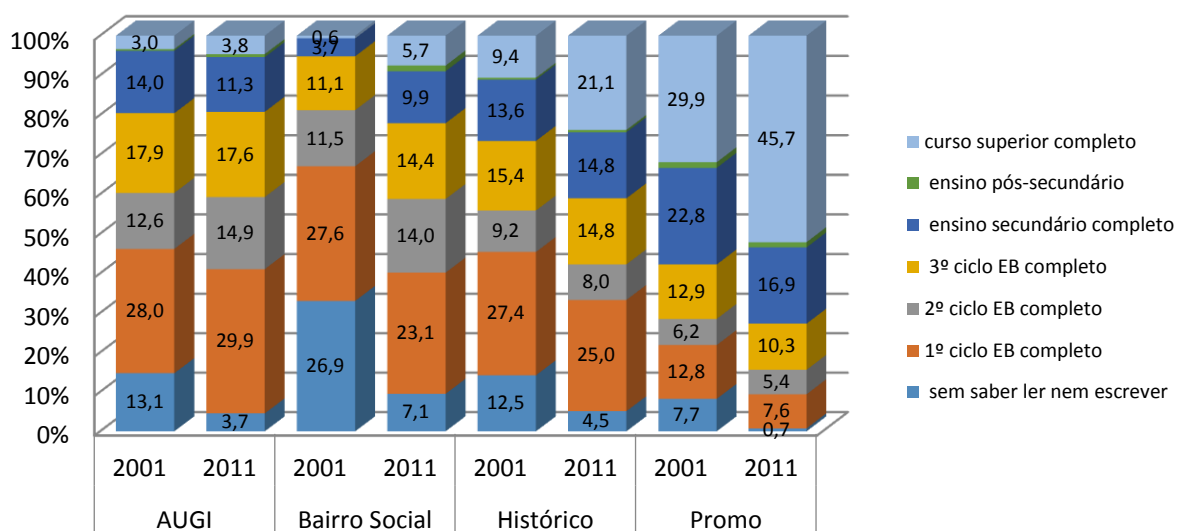
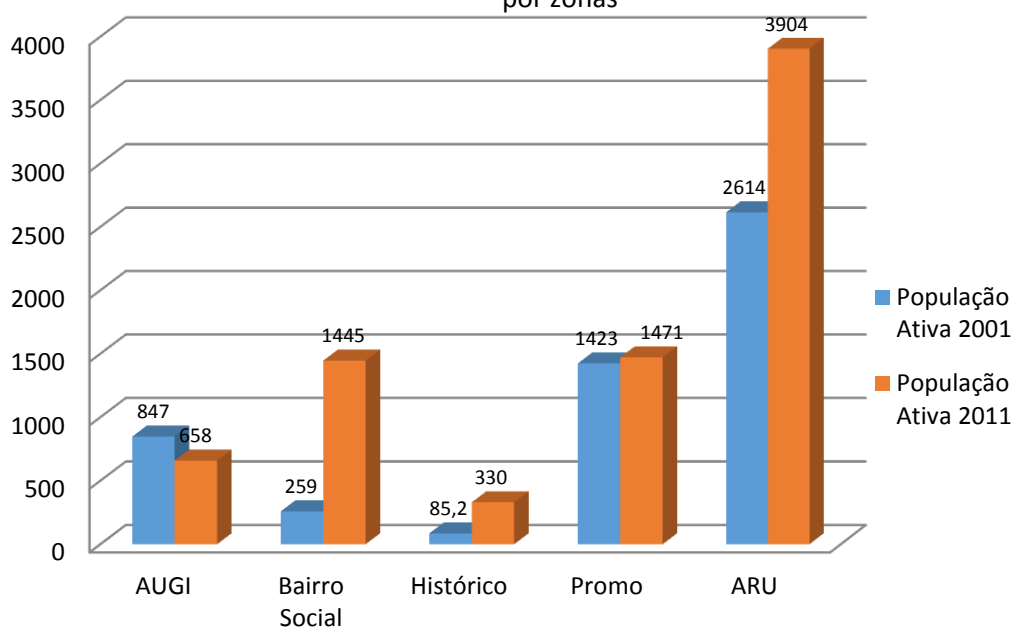


Gráfico 25 - Comparação da População Ativa da ARU em 2001 e 2011 por zonas



O Gráfico 26 confirma alguns dos aspetos sobre o envelhecimento e/ou rejuvenescimento da população.

Gráfico 26 - Residentes sem Atividade Económica e Reformados 2001 - 2011
por zona

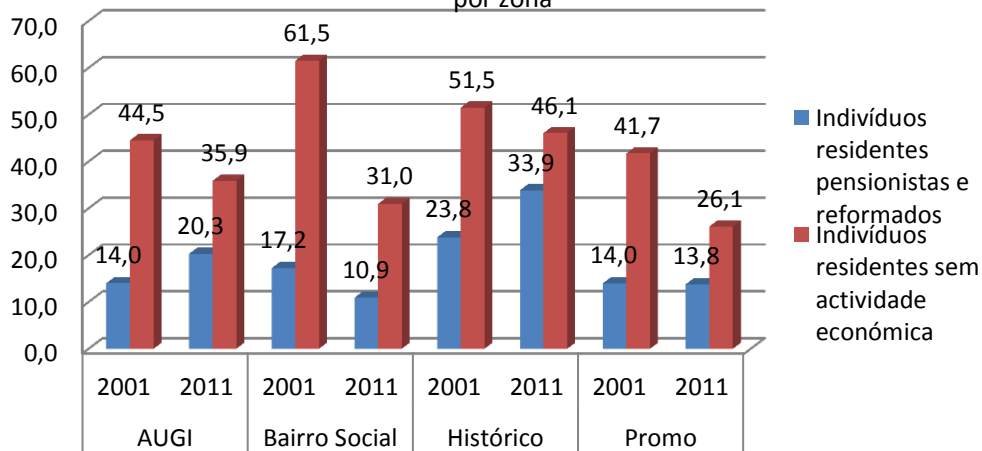
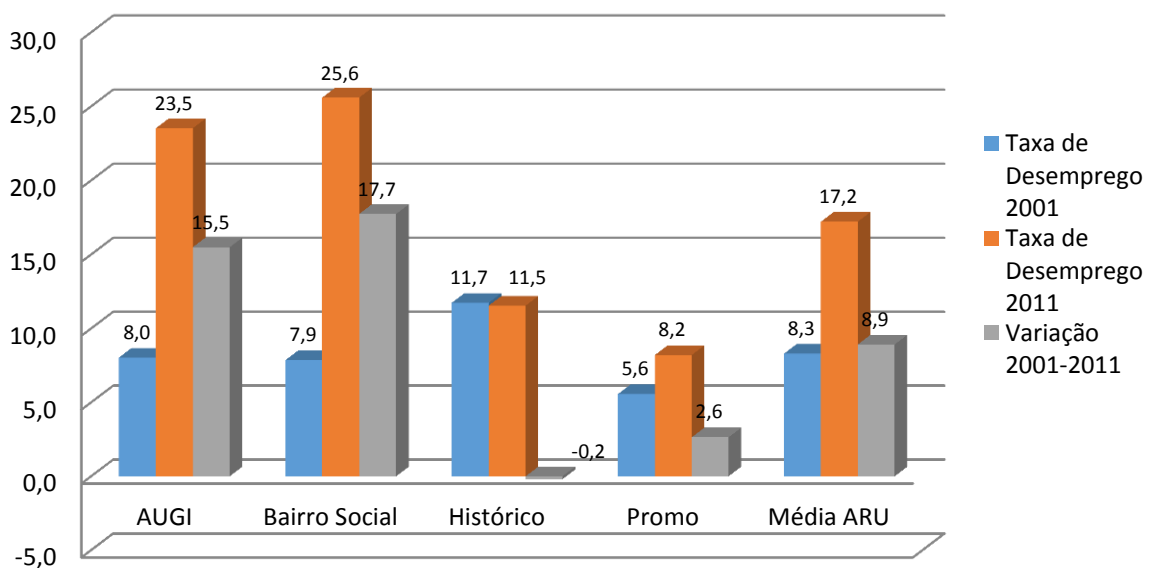


Gráfico 27 - Comparação taxa de Desemprego ARU e zonas delimitadas em 2001-2011



O Gráfico 27, sobretudo no que aos valores de 2011 diz respeito, apresenta a real dimensão do contexto de crise económica vivida no País. São significativos assim os valores da Taxa de Desemprego muito acima da média que se registam nas AUGI e no Bairro Social respetivamente 23,5 e 25,6% e também pela subida tão abrupta entre 2001 e 2011. Estes valores estão também acima da média da ARU que se encontra muito próxima dos valores da média Nacional nesse ano: 15,5%.

6.1 Apresentação do Perfil Sociodemográfico e Urbano das Zonas

AUGI

- Alojamentos vagos + 1,5%
- Alojamentos Arrendados representavam em 2011-60%, e cresceram 5,9% desde 2001
- Segundo maior aumento de famílias com pessoas com menos de 15 anos + 1,7%
- Segundo maior decréscimo de pessoas que não sabem ler e escrever, de 13,1% para 3,7
- Crescimento da Taxa de Desemprego, de 8% para 23%
- População reformada passou de 14% para 20%
- A população sem atividade económica, de 44,5% em 2001 para 35,9%

Os antigos proprietários, construtores das AUGI, estão a ser substituídos por arrendatários mais jovens com situações sociais e laborais precárias.

Núcleo Histórico

- Maior Aumento dos Alojamentos vagos de 13% para 21%
- Alojamentos Arrendados Cresceram 8%
- Maior aumento de famílias mais pequenas, 1 e 2 pessoas - 12% e representavam 74,5% do total
- Maior aumento de famílias com pessoas com mais de 65 anos +7 %, e representavam 48,3%
- A percentagem de Residentes com mais de 65 anos aumentou de 23% para 33%
- Quadruplicou o nº de pessoas reformadas, de 42 para 250

Zona em processo de envelhecimento e esvaziamento.

Bairros Sociais

- 30% da população é proprietária da Habitação.
- Maior aumento de famílias numerosas 3 a 4 pessoas + 2%
- Mais famílias com pessoas com menos de 15 anos 40%
- Maior decréscimo de famílias com pessoas com menos de 65 anos - 12%
- Maior decréscimo de população que “Não sabe ler e escrever” passou de 26,9 para 7,1%
- Havia 40 idosos para 100 jovens
- Desemprego era de 25% em 2011
- A População sem atividade económica passou de 61% para 31%
- População jovem

- Famílias mais numerosas com a coabitação de vários núcleos (Famílias alargadas)
- Baixas habilitações e qualificações

Elevado número de residentes com elevado grau de vulnerabilidade social e dependências do apoio institucional. No entanto cerca de 1/3 da população residente é proprietária da própria casa.

Promoção Imobiliária

- Aumento dos Alojamentos vagos 10%
- Alojamento Arrendado decresceu 5%
- Maior crescimento de famílias com pessoas com menos de 15 anos 2,2%
- A maior dimensão da população em idade ativa entre os 20 e 64, anos 69% da Área
- Maior aumento dos níveis de habilitações: residentes com licenciatura passaram de 30% para 46%
- Níveis de Desemprego Baixos mas quase duplicaram de 5,6% para 8,2%
- Aumento dos residentes em idade ativa com habilitações elevadas e famílias com 1 ou 2 elementos.

Crescimento dos residentes da zona apesar da crise imobiliária, resultante também do regresso às situações de coabitação de isolados e núcleos familiares das gerações mais novas devido também à crise.

7. DIAGNÓSTICO PARTICIPADO

Inicialmente previa-se a aplicação de um questionário aos moradores através de entrevista a “informantes privilegiados”. Este processo tinha como objetivo complementar o Diagnóstico da Área de Reabilitação Urbana com informação atualizada para além dos resultados e conclusões retirados dos Censos de 2011. Para todos os efeitos, já decorreram quase 7 anos desde que os Censos foram concluídos. Logo, havia o risco, entre outros, da evolução das dinâmicas sociais e urbanas atuais não estarem refletidas nestes dados de 2011.

Por outro lado, logo na primeira visita ao terreno tinha-se constatado a diversidade e a complexidade do território o que implicava uma abordagem que permitisse compreender as diferenças, as semelhanças, as mudanças perceptíveis e outras, bem como desmontar os estereótipos e/ou as conclusões precipitadas, relativas a uma Área que vive um notório processo de estigmatização.

Nesta ponderação deveria ser tida em conta a necessidade de criar um lastro para desenvolver um processo de intervenção subsequente à nova delimitação da zona: nomeadamente a definição de um Programa Estratégico de Reabilitação Urbana que sustentasse uma Operação de Reabilitação Urbana posterior.

Assim, acabou por se optar pela metodologia de Focus Groups por 4 motivos principais:

1. Já existia uma relação consolidada com os responsáveis das principais organizações e parceiros locais, quer por via da Comissão Social da Freguesia de Santa Clara e do Grupo Comunitário Galinheiras-Ameixoeira, quer ainda pela ligação estreita com as Comissões de Administração Conjunta das Áreas de Génese Ilegal das Torrinha, Grafanil e Mouriscas;
2. A necessidade de “aproveitar” estas relações estabelecidas e as dinâmicas de participação que daí surgiriam para se poder passar, rapidamente, de um processo de Diagnóstico a um processo de Envolvimento e Intervenção;
3. Lançar as bases para promover um trabalho numa perspetiva de planeamento mais Participativo usando as “mais-valias” deste tipo de processo numa melhor e mais equilibrada apropriação do território, o que nem sempre tem acontecido;
4. Estabelecer e fixar um “retrato do território” que permita a partilha de informação, a negociação e o trabalho em parceria entre vários atores locais e serviços municipais.

Em termos sintéticos, o principal desafio foi: Conhecer melhor a zona através da colaboração das pessoas que residem, trabalham ou têm esta área como objeto de estudo e intervenção.

Assim, definiram-se dois momentos principais de consulta: um que ocorreu no dia 14 de Março de 2016, outro em 17 e Março de 2016. Efetuou-se a seleção de um conjunto representativo de participantes pertencentes ou sugeridos por organizações e parceiros locais de cada zona: AUGI, Núcleo Histórico, Bairro Social e Promoção Imobiliária. Em termos de dinamizadores das sessões contou-se com um mediador e um relator para cada grupo de 8 a 12 pessoas escolhidos em estreita colaboração com os serviços da CML que intervêm na zona com maior frequência.

As sessões tiveram uma duração de cerca de 2h30 a 3 horas e tiveram como principais pontos, o que se designou como desafios:

1º Desafio - Como descrevo este bairro (centrado numa das zonas identificadas)? O que o caracteriza? O que os outros dizem sobre esta área? Ideias para contornar esta questão?

2º Desafio - Passado – como era este lugar? Presente – o que encontro hoje aqui? Futuro – o que espero que venha a acontecer?

3º Desafio - Elaborar uma análise SWOT: pontos fortes e fracos, oportunidades e ameaças

4º Desafio - Se eu fosse Presidente da CML, o que mandava fazer já amanhã?

Face aos objetivos apresentados anteriormente e tendo em conta a necessidade de não se perder de vista a continuidade deste trabalho previram-se 3 momentos de trabalho: as duas sessões tiveram como objetivo analisar, elencar e diagnosticar situações e problemas. Na última pretendeu-se “devolver” os dados, as conclusões e os resultados a que se chegou durante as sessões anteriores e organizou-se na Academia de Santa Cecília, no dia 16 de Maio, uma sessão de apresentação de resultados. Aliás, todo este processo foi objeto de Avaliação com aplicação de um Formulário de Avaliação (em anexo) respondido por cerca de metade dos participantes que por via direta, quer por e-mail (survey monkey) e cujos resultados serão apresentados na próxima fase.

No entanto, verificou-se, após as duas primeiras sessões, que havia setores da população que se encontravam sub-representados e que seria pertinente consultar ou contactar parceiros locais para nova mobilização.

Deste modo, tivemos oportunidade de promover mais uma sessão no Centro de Desenvolvimento Comunitário da Ameixoeira da SCML destinada a pessoas e a moradores de referência dos Bairros PER, assim como uma sessão adaptada, mas com objetivos semelhantes às anteriores, destinada a 1 turma, 3º ou 4º ano, de cada uma das Escolas abrangidas pela ARU: EB1 Maria de Deus da Luz Ramos; EB1 das Galinheiras;

EB1 Eurico Gonçalves, conforme Quadro 3. Estas sessões adicionais realizaram-se nos dias 5 e 10 de Maio respetivamente.

Em complemento a estas sessões tivemos ainda a oportunidade de fazer uma visita com o Pastor da Ameixoeira, o Sr. Abel Vicente, que ainda mantém um dos últimos rebanhos na zona.

Integrada nesta Ação efetuámos uma visita ao Parque Urbano do Vale da Ameixoeira, cujas obras se encontram a decorrer, com Arq.º João Castro, responsável do Gabinete de Projetos de Espaços Verdes.

Nos quadros seguintes, 1 a 3, apresenta-se a caracterização de dinamizadores, participantes e parceiros locais.

Quadro 1

Dinamizadores Sessões por Serviços Envolvidos	Nº elementos
DP/DRAUGI	6
Polícia Municipal	2
DRU	4
SCML – CDC Ameixoeira	2
Arquivo Municipal – Arq.º Fotográfico	2
Professores EB 1º Ciclo da zona	4

Quadro 2

Nº Organizações/Indivíduos Convidados	92
Nº Organizações/Participantes Representados	58
Nº de Sessões Organizadas	6
Nº de Grupos constituídos	11
Pessoas de referência consultadas	2
Turmas do 1º Ciclo	3

Quadro 3

	Tipo de organizações representadas	Nº de participantes
1	IPSS	6
2	Associações Locais	4
3	Junta de Freguesia	3
4	Serviços e Empresas Municipais	10
5	Empresas Locais	2
6	Associações Ambientais	1
7	Saúde	3
8	Educação/Escolas	58
9	Mediadores Locais	3
10	SCML	4
11	Comissões Administração Conjunta AUGI	8
12	Associações de Pais	3
13	Universidade- Investigadores	1
14	Moradores	9
	Total	115

Concluiu-se deste processo participativo: a vontade de mudar e ultrapassar o estigma que recaía sobre toda a zona. Não foram também negligenciados na gestão do processo os acontecimentos de violência com intervenção policial que ocorreram neste período na Ameixoeira. Esse episódio teve uma cobertura jornalística deficitária com uma projeção pública desproporcionada e alarmista que implicou generalizações e interpretações abusivas e extrapolações que ultrapassaram largamente os limites do local e a dimensão do acontecimento.

Em termos de toda a informação recolhida neste processo optou por se apresentar, neste momento, algumas conclusões mais relevantes e um quadro síntese para suporte à definição de uma estratégia de reabilitação urbana. O outro material resultante das consultas, muito rico e diverso, encontra-se em anexo neste documento e servirá para orientar e modelar ações futuras.

Em conclusão, sobre as questões de insegurança mas, sobretudo, tendo em conta a imagem da comunidade vista a partir do exterior, foi possível perceber em todo o processo de consulta que antes do realojamento em 2001, havia uma comunidade com uma identidade local forte, coesa e relativamente integrada no Bairro dos pré-fabricados às Galinheiras. O processo de realojamento veio alterar estes equilíbrios sobretudo em termos da comunidade cigana. O realojamento das famílias do Vale do Forno com escolta policial do corpo de intervenção nessa altura bem como, as incompatibilidades posteriores, a par do mau desenho urbano, vieram potenciar um ambiente de litígio permanente.

Quadro 4

Síntese Propostas (Imagem/Edificado/Espaço Público/Políticas Sociais/Gestão Municipal)
Imagem urbana: desenho e gestão urbano, percepção do exterior, etc.
Sob o signo da insegurança – Incidência do tema ao longo da conversa As fronteiras invisíveis – georreferenciação (Vide Anexo) Círculo vicioso da exclusão: insegurança cria isolamento e marginalização do território, Isolamento cria insegurança e marginalidade e falta de circulação interna à zona o que cria atomização espacial e social Quebrar o isolamento e melhorar a comunicação da imagem para o exterior
Edificado: ocupação, uso, qualidade, valorização, manutenção etc.
Triângulo Estratégico: ordenar, requalificar e reabilitar Desenvolver novas estratégias para gestão da habitação social e das lojas municipais
Espaço Público: barreiras, mobiliário, uso, sinalética, leitura, etc.
Triângulo Estratégico: ordenar, requalificar e reabilitar Mobilidade e inter-conetividade interna Espaço público é preciso, já Uma zona á procura de um centro Resgatar a memória das quintas e do campo “Emendar” erros desenho urbano e barreiras – georreferenciado Vide anexo Aumentar acessibilidade e mobilidade pedonal segura
Políticas Sociais: habitação, educação, coesão social inclusão, saúde, segurança, etc.
Equipamentos âncora em falta: centro de saúde, esquadra, metro Atividade económica e emprego precisa-se Promover coesão social e a comunicação e colaboração entre grupos e culturas Promover inclusão, participação e o trabalho em parceria Intensificar projetos de promoção competências e empowerment
Gestão Municipal: limpeza urbana e manutenção espaço público, habitação; espaços verdes, equipamentos coletivos, iluminação, sinalética,
Estratégia para a governação e gestão autárquica: proximidade, continuidade, responsabilidade Concluir os projetos em curso: Vale da Ameixoeira, Pavimentar; Uma Praça em cada Bairro; Recuperação de 3 Lotes pela Gebalis, Novas Vias

8. ANÁLISE TEMPORAL E TERRITORIAL INTEGRADA: ALTERAÇÕES ESTRUTURAIS, FÍSICAS E DE INFRA-ESTRUTURAS E SOCIAL

<i>Elementos Infraestruturais</i>	Cronologia	
	<i>Datas</i>	<i>Políticas Públicas e Municipais/ Dinâmicas Sociais</i>
	1800 – 1910	<i>Termo da Cidade – Plantas Silva Pinto</i>
	1940 – 1970	<i>Abastecimento Agrícola Lisboa</i>
	1948	<i>Plano de Groer – Espaço verde a preservar</i>
<i>Construção das AUGI</i>	1960 -1980	
<i>Construção do Bº dos Pré-Fabricados das Galinheiras para realojamento</i>	1970	
<i>Construção da zona de Promoção Imobiliária</i>	1990 – 2010	
	1994	<i>PDM Lisboa – Núcleo Urbano de interesse histórico da Ameixoeira</i>
<i>Construção dos PER</i>	1996 – 2006	
	1998 – 2001	<i>Realojamento dos moradores dos Pré-fabricados</i>
	2003	<i>Realojamento forçado das Famílias do Vale do Forno nos PER aumento conflitualidade</i>
<i>Abertura da Estação de Metro da Ameixoeira</i>	2004	
<i>Abertura troço do Eixo Norte-Sul</i>	2007	
	2008	<i>Proposta 1330 /2008 Delimitação das AUGI</i>
	2014	<i>Projeto Policiamento Comunitário PM Ameixoeira/Galinheiras</i>
	2013	<i>1ª Delimitação da Área de Reabilitação urbana sistemática de Santa Clara</i>
	2016	<i>ARU de Santa Clara</i>

8.1 Análise de PDM

Enquadramento nas opções de desenvolvimento urbano do PDM

A presente ARU a desenvolver terá como referência a normativa constante no PDM de Lisboa em vigor, publicado no Diário da República, n.º 168 de 30 de agosto de 2012, Aviso n.º 11622/2012. Desta forma é viável a realização de diversas operações urbanísticas, desde que seja dado cumprimento integral da normativa constante das peças constituintes do PDM - Plantas de Ordenamento e de Condicionantes e Regulamento do Plano.

Assim, observam-se as seguintes orientações nos extratos recolhidos:

1. Planta de Ordenamento- Qualificação de Espaço Urbano

Espaços Consolidados:

- Espaços Centrais e Residenciais – Traçado Urbano A
- Espaços de Uso Especial de Equipamentos
- Espaços verdes de Recreio e Produção

Espaços a Consolidar

- Espaços Centrais e Residenciais
- Espaços verdes e recreio e produção
- Espaços de uso o especial de Equipamentos

Património Arqueológico e Geológico

- Nível Arqueológico II
 - Nível Arqueológico III
- Imóvel – Classificado – 46.69

Bens Imóveis de Interesse municipal e outros bens culturais Imóveis

- 05.04- Quinta de Sant'Ana
- 05.05-Patio do Ministro
- 05.06-Palácio Casal Ribeiro
- 05.07-Cruzeiro da Ameixoeira/Estrada da Ameixoeira
- 05.09 e 05.09 A- Quinta de Santa Clara e Jardim da Quinta de Santa Clara (Estrada da Ameixoeira)
- 05.12- Quinta do Loureiro /Estrada da Ameixoeira
- 05.13- Casal de Nossa Senhora da saúde/Estrada da Ameixoeira

05.16- Quinta de Nossa Senhora do Carmo

05.17- Edifícios da (antiga) Quinta da Castelhana/Travessa de Santo António, 10-12

05.18- Casa dos Ingleses/Estrada de S. Bartolomeu

05.19-Casal de santo António / Estrada de S. bartolomeu

05.20- Edifício de habitação com fachada de azulejo/Rua Direita da Ameixoeira

2. Planta de Ordenamento- Estrutura Ecológica Municipal

Inclui Sistema Húmido (artigo 13º)

Sistema de Corredores Estruturantes - (artigo 12º)

Espaços Verdes (artigo 14º)

3. Planta de Ordenamento - Sistema de Vistas

A área do Plano está abrangida pelo subsistema de ângulos de visão, (artigo 17º)

4. Planta de Ordenamento - Riscos Naturais e Antrópicos

É abrangido por uma zona com vulnerabilidade moderada a inundações (artigo 22º);

É abrangido por uma zona Suscetibilidade de Ocorrência de Movimentos de Massa em Vertentes- Moderada (artigo 23º)

5. Planta de Ordenamento - Riscos Naturais e Antrópicos II

Vulnerabilidade sísmica dos solos: Moderada e Elevada (artigo 24º).

6. Planta de Ordenamento - Condicionantes de Infraestruturas

O Plano é abrangido por uma linha de metro e respetiva área de proteção.

Existência de uma rede principal de saneamento.

7. Planta de Ordenamento - Acessibilidades e Transportes

Está prevista uma rede rodoviária municipal de 3.º Nível, normas do artigo 70º do RPDM.

Abrangida parcialmente por zonas de estacionamento A, B e D

8. Servidões Administrativas e Restrições de Utilidade Pública I

Servidão Militar Aeronáutica

Servidão do Aeroporto

9. Planta de Ordenamento - Servidões Administrativas e Restrições de Util. Pública II

Apresenta áreas específicas sujeitas ao artigo 7º e 8º do RPDM

Imóvel – Classificado – 4669- Igreja de N. Sr.ª da Encarnação, Estrada da Ameixoeira – IIP (Dec. Lei 45/93 DR n.º 280 de 30.11.1993)



1

EXTRATO QUALIFICAÇÃO ESPAÇO URBANO

USO DO SOLO

ESPAÇOS CONSOLIDADOS

- Espaços Centrais e Residenciais - Traçado Urbano A
- Espaços Centrais e Residenciais - Traçado Urbano B
- Espaços Centrais e Residenciais - Traçado Urbano C
- Espaços Centrais e Residenciais - Traçado Urbano D
- Logradouros Verdes Permeáveis a Preservar
- Espaços de Atividades Económicas
- Espaços Verdes de Recreio e Produção
- Espaços Verdes de Proteção e Conservação
- Espaços Verdes de Enquadramento a Infraestruturas
- Espaços Verdes Ribeirinhos
- Espaços de Uso Especial de Equipamentos
- Espaços de Uso Especial de Equipamentos com Área Verde Associada
- Espaços de Uso Especial de Infraestruturas
- Espaços de Uso Especial Ribeirinho

ESPAÇOS A CONSOLIDAR

- Espaços Centrais e Residenciais
- Espaços Centrais e Residenciais - POU
- Espaços de Atividades Económicas
- Espaços Verdes de Recreio e Produção
- Espaços de Uso Especial de Equipamentos
- Espaços de Uso Especial Ribeirinho

PATRIMÓNIO ARQUEOLÓGICO E GEOLÓGICO

- Geomorfismos com Área de Proteção
- Ocorrências Hidrominerais de Alta com Área de Proteção
- Nível Arqueológico I - Área / Restos das Cercas de Lisboa
- Nível Arqueológico II
- Nível Arqueológico III

PATRIMÓNIO EDIFICADO E PAISAGÍSTICO

- Imóveis Classificados
- Imóveis em Vias de Classificação
- Objetos Singulares e Lugares de Referência Histórica e/ou Artística
- Imóveis
- Conjuntos Arquitetónicos
- Logradouros
- Património Paisagístico

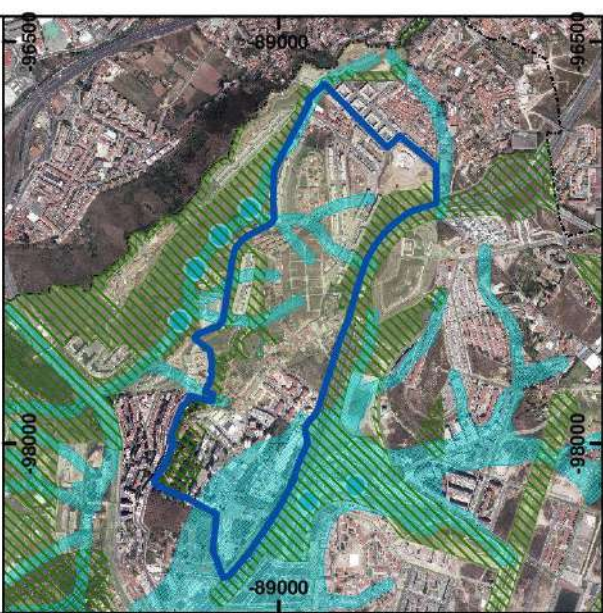
REDE VIÁRIA

existente	prevista	
[Red Line]	[Red Line]	1.º Nível - Rede Rodoviária Nacional
[Red Line]	[Red Line]	1.º Nível - Rede Rodoviária Municipal
[Blue Line]	[Blue Line]	2.º Nível - Rede Rodoviária Nacional
[Blue Line]	[Blue Line]	2.º Nível - Rede Rodoviária Municipal
[Purple Line]	[Purple Line]	Túneis/Viadutos Ferroviários

- Paragens de Comboio existentes
- Estações de Metro existentes
- Estações de Metro em construção
- Estações de Metro previstas

UNIDADES OPERATIVAS DE PLANEAMENTO E GESTÃO

- LIMITE DO MUNICÍPIO / ZONAMENTO ACÚSTICO - Zona Mista



2

EXTRATO ESTRUTURA ECOLÓGICA MUNICIPAL

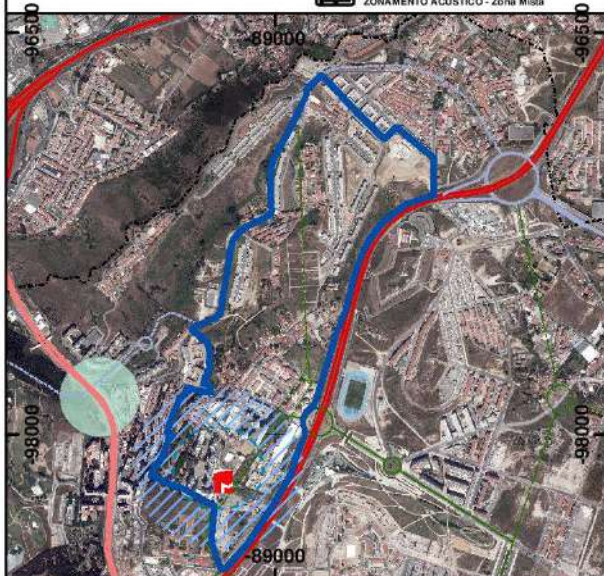
ESTRUTURA ECOLÓGICA MUNICIPAL

- Sistema Corredores Estruturantes
- Sistema Húmido
- Sistema Transição Fluvial Estuário
- Espaços Verdes
- Espaços Verdes de Enquadramento a Áreas Edificadas
- Logradouro Verde Permeável a Preservar
- Eixos Arborizados
- Bacias de Retenção/ Infiltração Pluvial

ESTRUTURA ECOLÓGICA FUNDAMENTAL

ESTRUTURA ECOLÓGICA INTEGRADA

LIMITE DO MUNICÍPIO



7

EXTRATO PLANTA DE ACESSIBILIDADES E TRANSPORTES

REDE VIÁRIA

existente	prevista	
[Red Line]	[Red Line]	1.º Nível - Rede Rodoviária Nacional
[Red Line]	[Red Line]	1.º Nível - Rede Rodoviária Municipal
[Blue Line]	[Blue Line]	2.º Nível - Rede Rodoviária Nacional
[Blue Line]	[Blue Line]	2.º Nível - Rede Rodoviária Municipal
[Green Line]	[Green Line]	3.º Nível - Rede Rodoviária Municipal

Interseções a estudar prioritariamente

ESTACIONAMENTO

- Zona A
- Zona B
- Zona C
- Parques de Estacionamento dissuadores existentes
- Parques de Estacionamento dissuadores previstos

INTERFACES

- existente
- prevista
- Nível 1
- Nível 2
- Nível 3

ESTAÇÕES/PARAGENS TRANSPORTES COLECTIVOS

- Paragens de Comboio existentes
- Estações de Metro existentes
- Estações de Metro em construção
- Estações de Metro previstas

LIMITE DO MUNICÍPIO



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
DIREÇÃO MUNICIPAL DE URBANISMO
DEPARTAMENTO DE PLANEAMENTO

PLANO DIRETOR MUNICIPAL

PLANTA DE ORDENAMENTO

**QUALIFICAÇÃO DO ESPAÇO URBANO,
ESTRUTURA ECOLÓGICA MUNICIPAL E
ACESSIBILIDADES E TRANSPORTES**

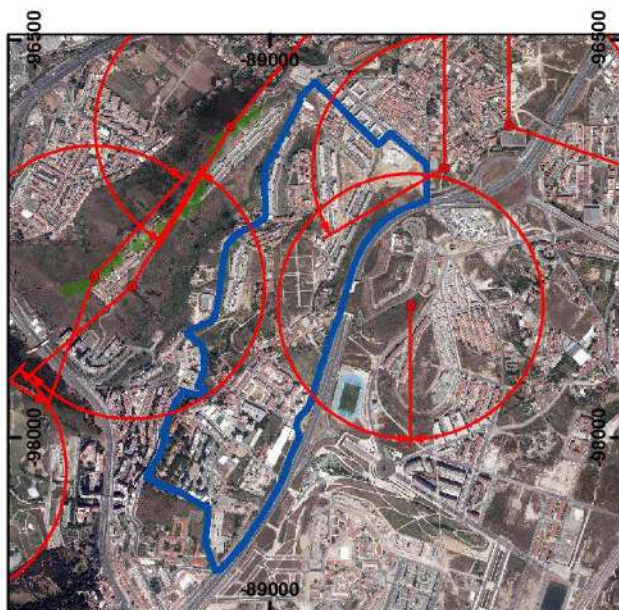
Primeira revisão aprovada em reunião da Assembleia Municipal de 24 de julho de 2012 (Deliberação n.º 46/AML/2012 e Deliberação n.º 47/AML/2012) e publicada em DR de 10 de agosto de 2012

**1 - 2
e 7**

EXTRATOS

1:25.000

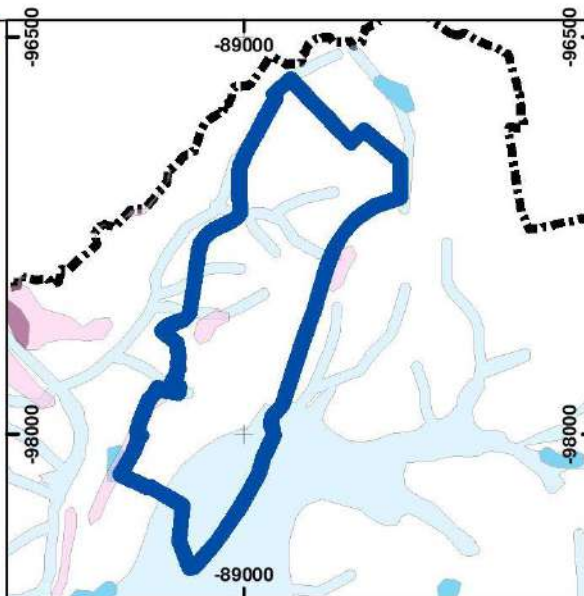
Última atualização em data: Agosto de 2011
Zona de proteção geológica: Registo nº 13 - 1998/Registo geológico: Instituto Geológico Português, setembro de 2007
Sistema de referência: PT-TM62579568 - Equipamento: referencial: GAD 568; Projeto: cartogr. (M.C. Travençolo de Mourão)
Escala: coordenadas: UTM; Projeção: planimétrica; datum: WGS 84



3 EXTRATO PLANTA DS SISTEMA DE VISTAS

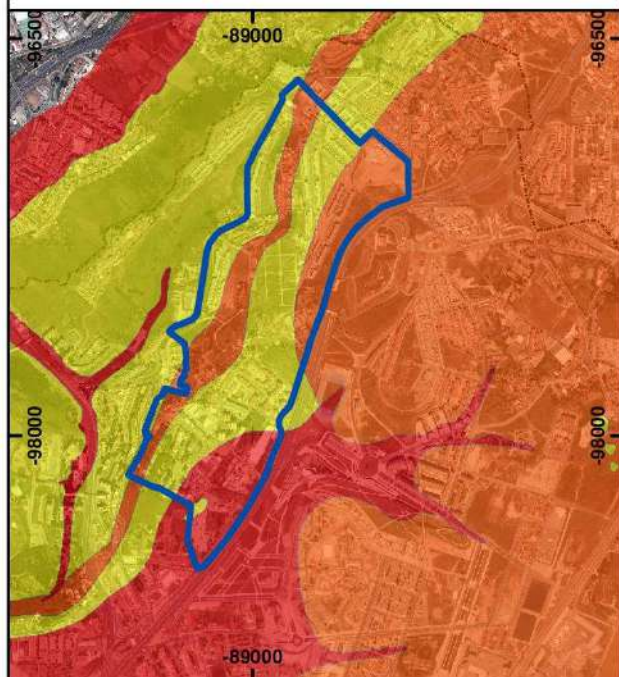
SISTEMA DE VISTAS

- Sub-sistema de pontos dominantes
- Sub-sistema de ângulos de visão
- Sub-sistema de cumeadas principais
- Sub-sistema de frente ribeirinha-sector ocidental
- Sub-sistema de frente ribeirinha-sector oriental
- Sub-sistema de vales
- Limite do Município



4 EXTRATO RISCOS NATURAIS I

- | | |
|---|--|
| <p>Ponto de Máxima Acumulação</p> <ul style="list-style-type: none"> Bacia <5 ha Bacia entre 5 e 75 ha Bacia entre 75 e 500 ha Bacia >500 ha Bacia drenante para Trancão | <p>Susceptibilidade de Ocorrência de Movimentos de Massa em Vertentes</p> <ul style="list-style-type: none"> Moderada Elevada Muito Elevada |
| <p>Vulnerabilidade às Inundações</p> <ul style="list-style-type: none"> Moderada Elevada Muito Elevada | <p>Risco Incêndio Florestal</p> <ul style="list-style-type: none"> Elevado Muito Elevado |
| <p>Susceptibilidade ao Efeito de Maré Direto</p> <ul style="list-style-type: none"> Efeito maré direto | <p> GOC - (Decreto-Lei nº254/2007, 12 de Julho)</p> <p> Limite do Município</p> |



5 EXTRATO RISCOS NATURAIS II

- VULNERABILIDADE SÍSMICA DOS SOLOS**
- Baixa
 - Moderada
 - Elevada
 - Muito Elevada
 - Limite Concelho

CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
DIREÇÃO MUNICIPAL DE URBANISMO
DEPARTAMENTO DE PLANEAMENTO

PLANO DIRETOR MUNICIPAL
PLANTA DE ORDENAMENTO

SISTEMA DE VISTAS
RISCOS NATURAIS E ANTRÓPICOS I + II

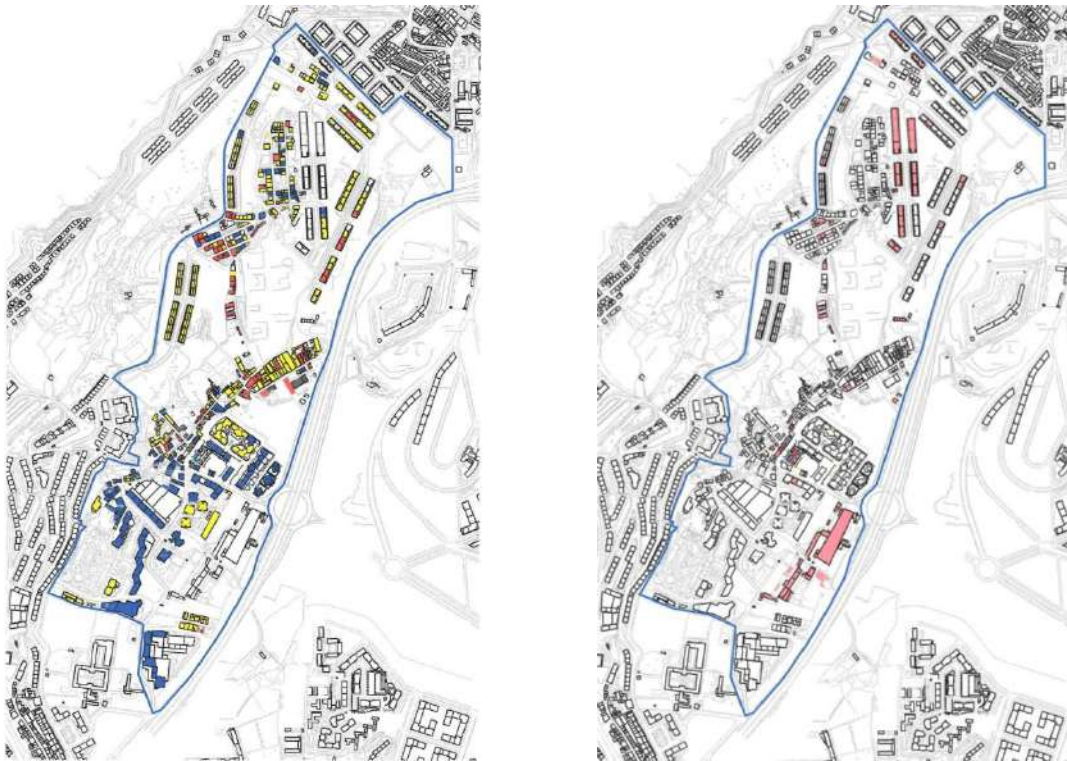
Primeira revisão aprovada em reunião da Assembleia Municipal de 24 de Julho de 2012 (Resolução n.º 44/AM/L/2012 e Distribuição n.º 47/AM/L/2012) e publicada em DR de 30 de agosto de 2012

3 - 5

EXTRATOS

1:25.000

8.2 Caracterização do edificado



A Área de Reabilitação Urbana de Santa Clara apresenta uma grande massa de construção, que tem vindo a desenvolver-se em redor do núcleo histórico - ao longo da Rua Direita, nas áreas de AUGI, nos PER e nas em redor do Jardim de Santa Clara. Este edificado, maioritariamente constituído por habitação, constitui um número de 455 edifícios.

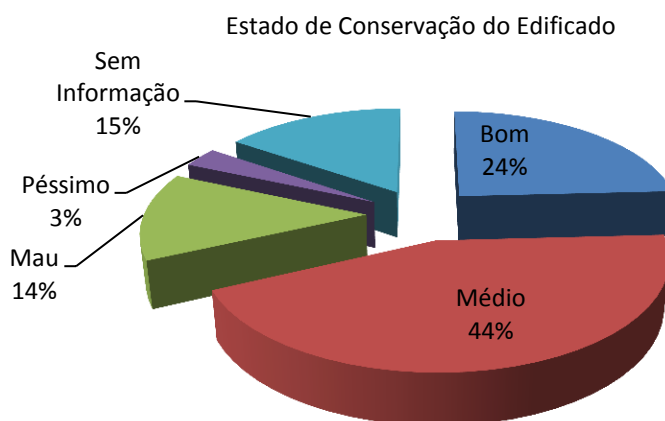
De acordo com os dados disponíveis na Base de Dados da plataforma informática LXI a 30.05.2016, apurou-se que desses 455 edifícios:

- 110 edifícios (24%) encontram-se em BOM estado de conservação.
- 200 edifícios (44%) encontram-se em MÉDIO estado de conservação;
- 61 edifícios (14%) encontram-se em MAU estado de conservação;
- 14 edifícios (3%) encontram-se em PÉSSIMO estado de conservação.

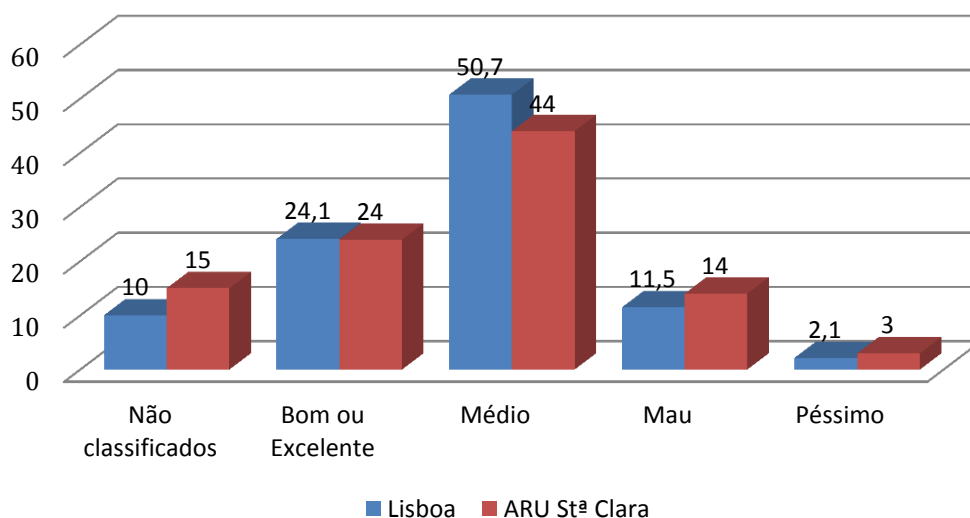
Existem ainda 70 edifícios (15%) que sobre os quais ainda não consta a atribuição do estado de conservação.

Traduzindo estes valores em gráfico, podemos verificar que a maioria dos edifícios localizados dentro dos novos limites da ARU de Santa Clara, encontram-se em MÉDIO estado de conservação (44%), seguido dos edifícios em BOM estado de conservação (24%).

Por outro lado, apurou-se que os edifícios em MAU estado de conservação se distribuem pelas AUGI's da Quinta da Torrinha, Quinta da Mourisca e nos PER. Existem ainda edifícios no núcleo histórico, cujo estado de conservação traduz-se na falta de habitabilidade.



Comparação da situação do estado de conservação dos edifícios na ARU de Stª Clara com a situação global da cidade (%) em 2015



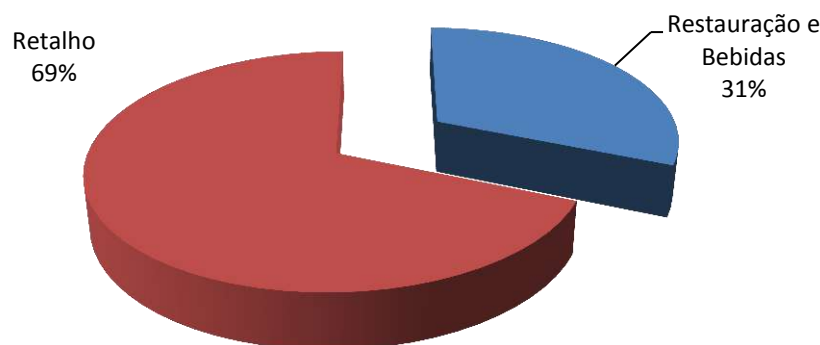
Em termos comparativos com a situação da cidade de Lisboa, cuja situação se apresenta no Gráfico anterior, verifica-se que o estado de conservação dos edifícios da ARU apresenta valores mais baixos e tendencialmente mais problemáticos do que no resto da cidade apesar de 15% dos edifícios não terem sido classificados em comparação com os 10% no total da cidade. Tendo em conta estes valores concluiu-se que se trata de uma zona prioritária a este nível.

8.3 Caracterização das atividades económicas

A partir de um levantamento no terreno foi possível chegar a algumas conclusões sobre tendências determinantes no território da ARU ao nível das atividades económicas em 2010 e em 2016. É de referir que os dados analisados são apenas os que dizem respeito às lojas ou pisos térreos dos edifícios, não incluem empresas ou actividades instaladas noutros pisos dos edifícios.

O Gráfico seguinte sobre o número de empresas por tipo de atividade na antiga Freguesia da Ameixoeira disponível na CML permite-nos concluir que se tratavam de atividades económicas de proximidades destinadas a suprir necessidades dos residentes.

Gráfico 29 - Nº de Empresas por Tipo de Atividade
Freguesia da Ameixoeira 2010



Este perfil das atividades alterou-se significativamente e concluiu-se que se diversificou passando a contar, para além do comércio local e da predominância dos serviços às pessoas e às famílias, tais como por exemplo cabeleireiros, estofadores, carpintarias, etc., com serviços às empresas sobretudo destinados a clientes de toda a cidade.

Nos quadros e Gráficos seguintes é possível identificar áreas de atividades a este nível, bem como a sua distribuição por zonas da ARU. Não se incluem aqui a zona Histórica e o Bairro Social, este último terá um tratamento específico.

Foi possível também chegar a algumas conclusões sobre o peso que têm em termos de outros indicadores e fluxos, nomeadamente ao nível dos Clientes Quadro 6, fluxo diário de clientes. É de referir que nas zonas das

AUGI não houve registo de dados neste item. Por um lado, os levantamentos foram feitos por elementos das Comissões de Administração, por outro, é significativo pela natureza da zona que os respondentes não queiram “declarar” este tipo de informação.

Quadro 5

Nº de Empresas por Área Atividade	AUGI	Promo	Total Geral
Alimentação e Bebidas	19	19	38
Armazéns	1	4	5
Comércio Manutenção e reparação automóvel	10	1	11
Construção		10	10
Imobiliária		0	0
Saúde		9	9
Serviços Prestados às empresas	21	29	50
Serviços prestados pessoas e famílias	13	9	22
Total Geral	64	81	145

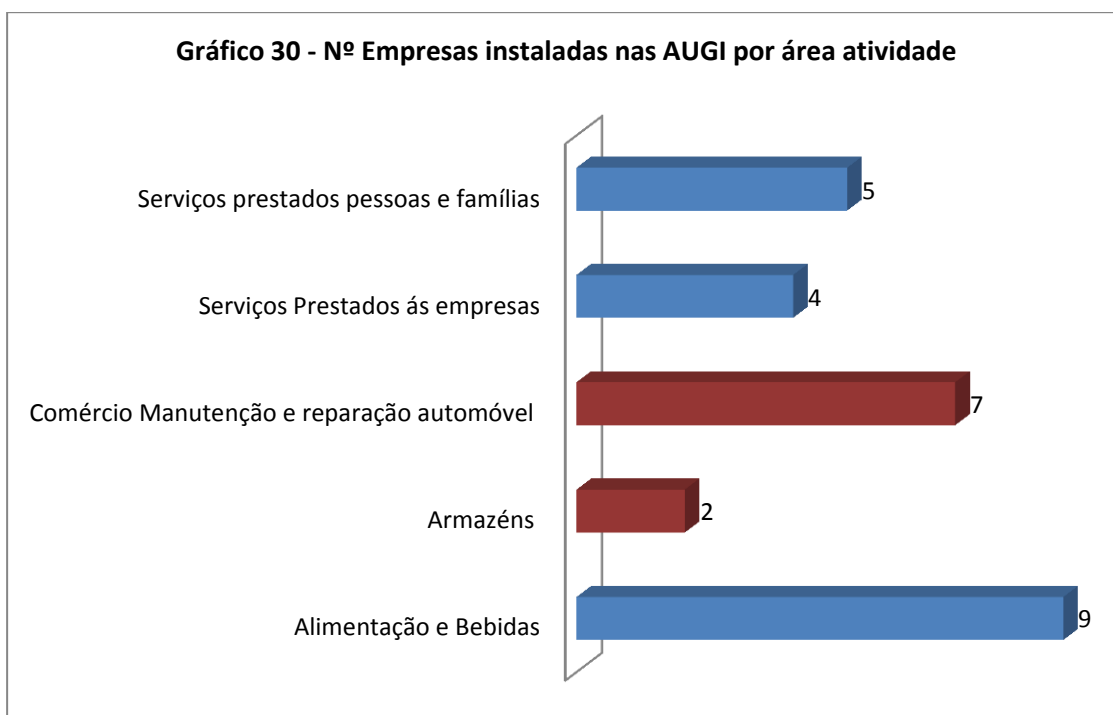
Quadro 6

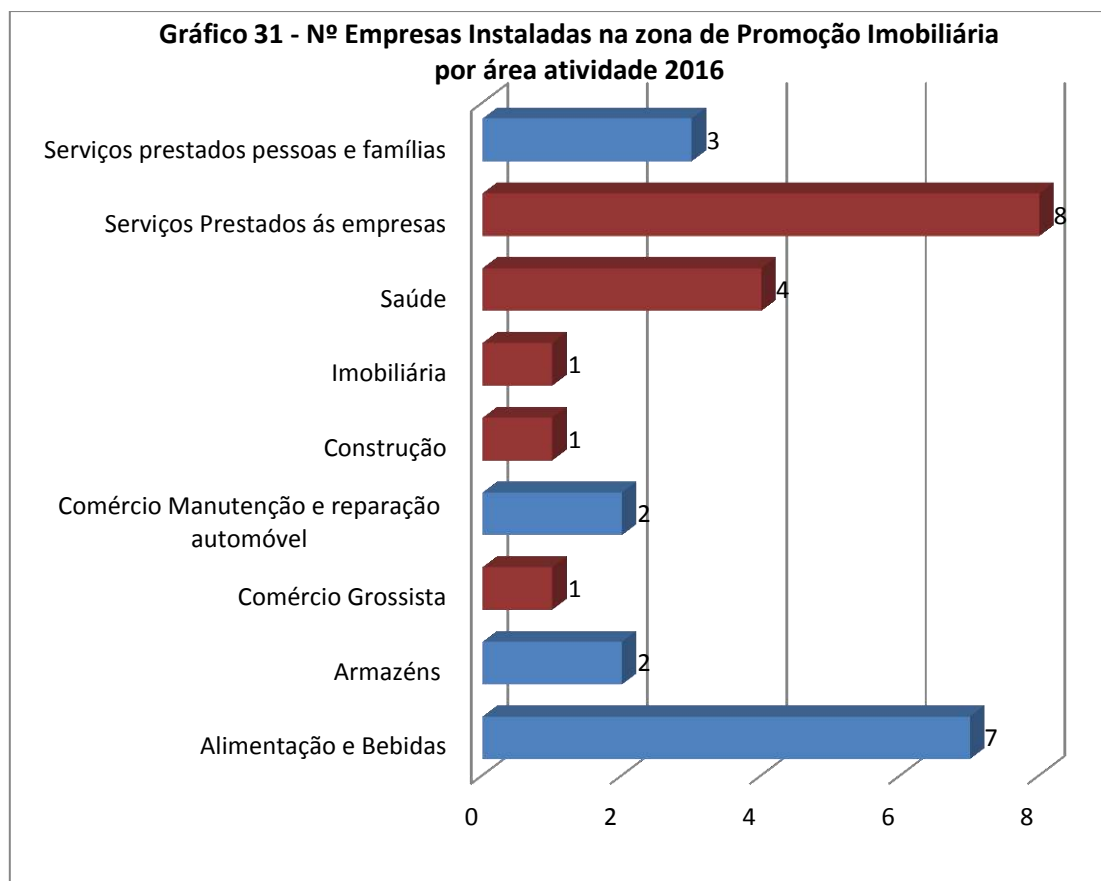
Estimativa Nº Clientes/Dia	AUGI	Promo	Total Geral
Alimentação e Bebidas	0	452	452
Armazéns	0	0	0
Comércio Grossista		0	0
Comércio Manutenção e reparação automóvel	0	50	50
Construção		0	0
Imobiliária		30	30
Saúde		130	130
Serviços Prestados às empresas	0	36	36
Serviços prestados pessoas e famílias	0	46	46
Total Geral	0	738	741

Quadro 7

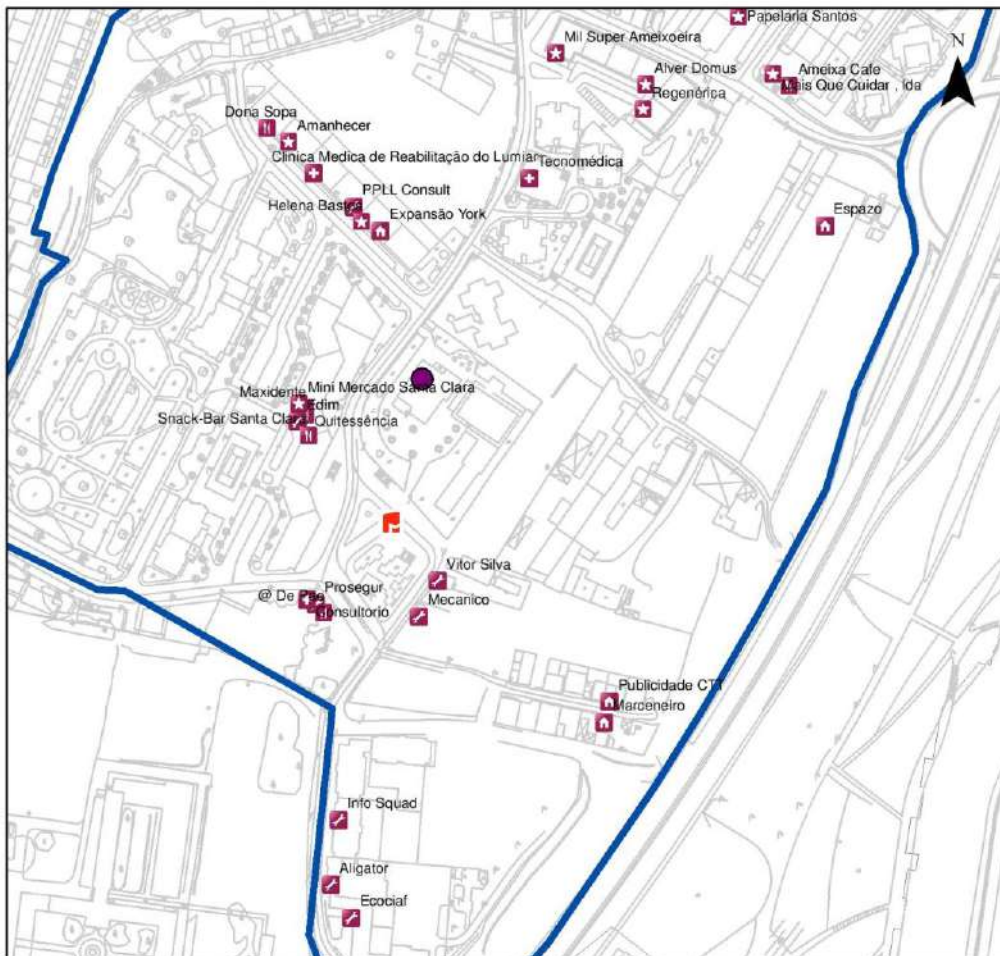
Nº Veículos próprios	AUGI	Promo	Total Geral
Alimentação e Bebidas	9	7	16
Armazéns	2	2	4
Comércio Grossista		1	1
Comércio Manutenção e reparação automóvel	7	2	9
Construção	0	1	1
Imobiliária	0	1	1
Saúde	0	4	4
Serviços Prestados às empresas	4	10	14
Serviços prestados pessoas e famílias	5	3	8
Total Geral	27	28	58

Nos Gráficos seguintes é possível perceber, por zona, alguns padrões de especialização espacial ao nível das atividades económicas. Assim, podemos identificar o predomínio de oficinas de reparação automóvel na zona das AUGI, sobretudo concentrado na Torrinha.





No Gráfico anterior, Gráfico 30, podemos distinguir as atividades de tipo local, a azul, e as atividades de prestação de serviço às empresas (outras aos indivíduos mas que não são de proximidade, ex. Consultórios e Clínicas), a vermelho, vocacionadas sobretudo para o exterior do território criando assim uma tendência de concentração deste tipo de atividades próximo do Eixo Norte-Sul e da Estação do Metro da Ameixoeira, como se pode verificar no mapa seguinte.



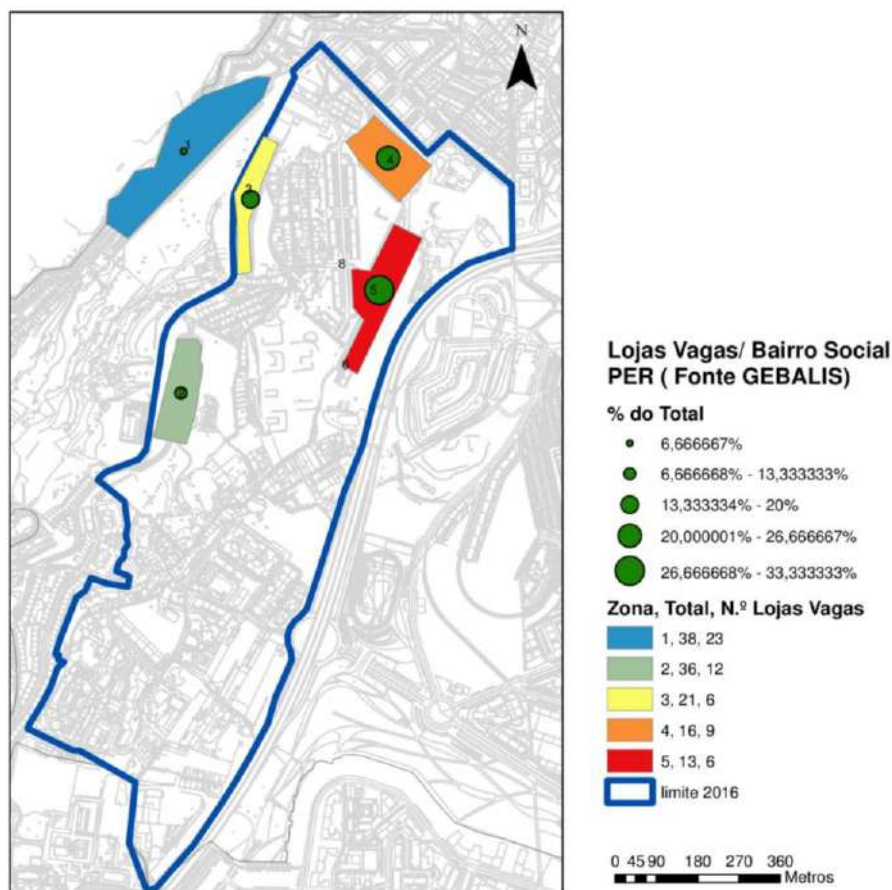
Actividades Economicas 2016

-  Armazem
-  Prestação de serviços
-  Serviço de Proximidade
-  Serviços de Saúde
-  Restauração e bebidas
-  limite 2016
-  Estação de Metro da Ameixoeira
-  Escola do 1º Ciclo

A reforçar os valores e a tendência referida anteriormente podemos também mencionar o efeito de alguns equipamentos e organizações. A Academia da Santa Cecília tem 80 Professores, 750 alunos dos quais 2/3 residentes fora da Freguesia, a Escola Eurico Gonçalves junto ao Metro com 169 alunos. Tudo isto se traduz num impacto importante.

Poderíamos referir também outros contributos de atividade que têm impactos em termos das atividades económicas como sejam as Instalações da Junta de Freguesia de Santa Clara tanto junto ao Metro como próximo do Largo do Ministro que movimenta, em termos aproximados, 100 a 120 funcionários e um fluxo não negligenciável de público.

Concluimos ainda em termos das actividades económicas que nas lojas dos Bairros Sociais estão sobretudo instaladas organizações de carácter social e/ou de utilidade pública, que as ocupam através dos apoios não financeiros previstos no Regulamento de Atribuição de Apoios pelo Município de Lisboa. Na sequência das questões apresentadas durante as sessões de Focus Groups, verificámos que tinham sido mencionados repetidamente as questões das lojas vagas não cedidas e que constituíam motivo de preocupação pelo facto de muitas vezes estarem vandalizadas e ocupadas indevidamente e de se terem tornado, por isso, em foco de marginalidade. Posteriormente, tivemos oportunidade de solicitar à E.M. Gebalis o elenco e a localização destas situações, cujo Mapa apresentamos a seguir.

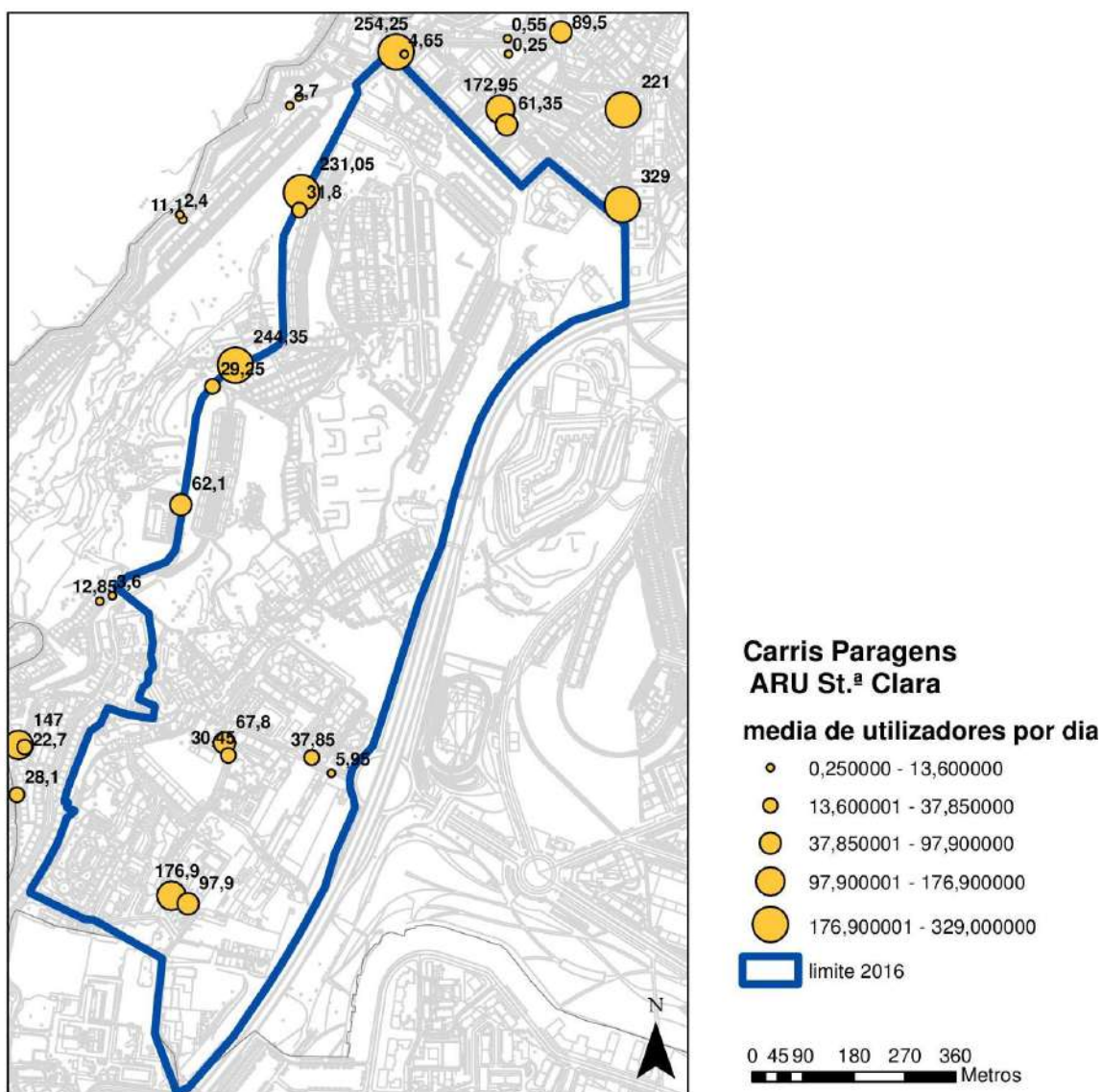


Há ainda a registar numa zona contígua à zona de Promoção Imobiliária, junto ao Metro e à Academia de Santa Cecília, que tem início na zona Histórica e que engloba toda a AUGI da Quintas das Mouriscas (mapa seguinte), os Armazéns, alguns de grandes dimensões, abandonados, vandalizados e mesmo em ruínas.

Foram registados no levantamento efetuado pela Comissão de Administração conjunta das Mouriscas, para além dos dados já apresentados nos gráficos anteriores, 25 armazéns, dos quais 2 estão alugados mas fechados ao público, 15 estão desocupados e degradados e 8 tiveram obras e estão para arrendar.



8.4 Mobilidade e Transportes



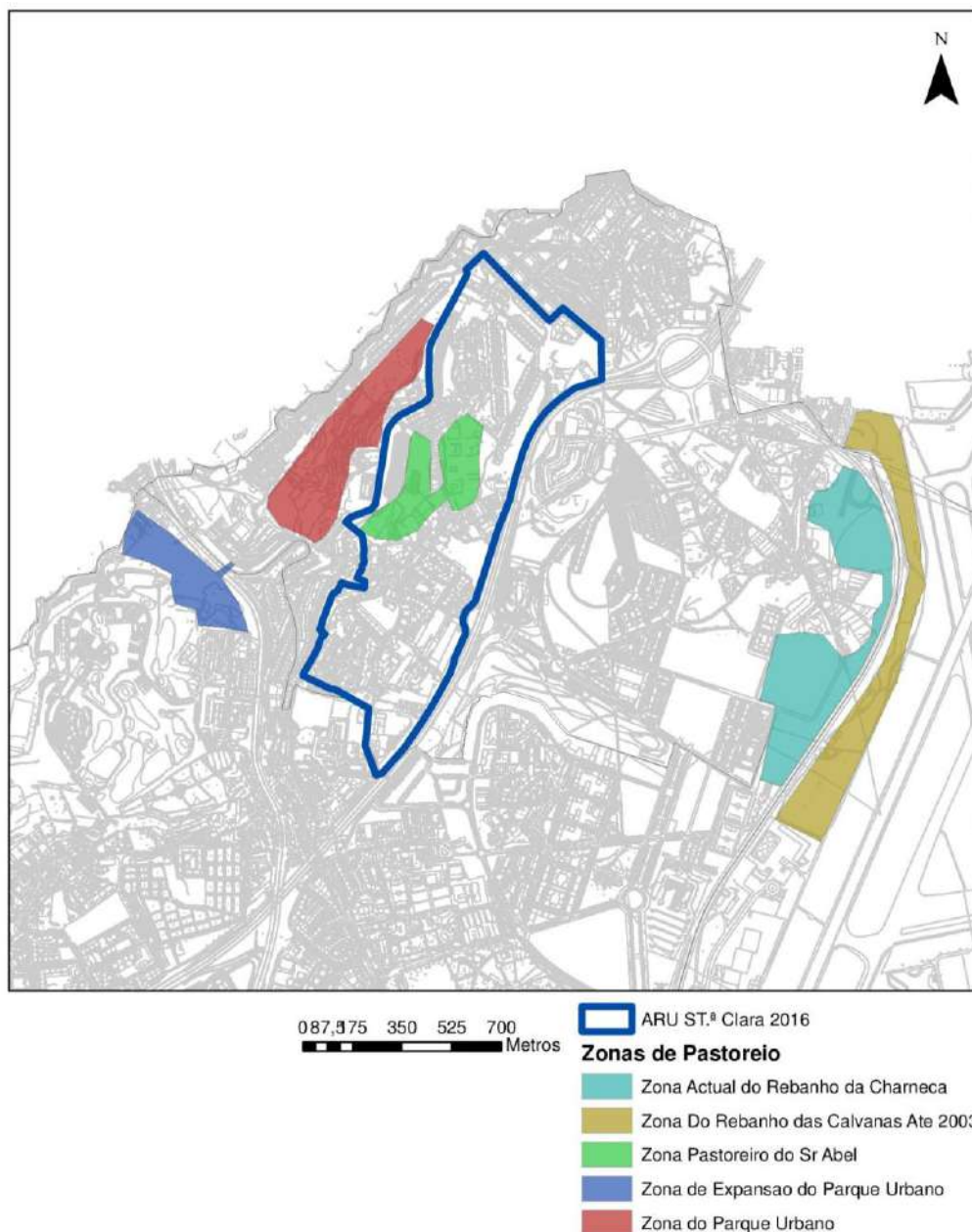
O Mapa anterior apresenta-se o fluxo de passageiros nas paragens da Carris próximas da ARU segundo o número de títulos de transportes nas máquinas automáticas. As dimensões que se apresentam têm a ver com o fluxo diário e permitem-nos ter uma ideia da vitalidade de vários pontos deste território, havendo uma clara relação entre pólos de atividade comércio, residência. São notórios maiores fluxos no limite Norte do território que tem a ver sobretudo com as EB1 das Galinheiras e com a Feira das Galinheiras. O mesmo se verifica próximo dos pólos de comércio na Rua do Grafanil à entrada do Bairro Eropan. Em contraponto, as zonas de menor fluxo correspondem às situações de insegurança real ou sentida pelos residentes e identificadas durante as sessões de Focus Groups.

Quadro 8

Faixa Horária	Ameixoeira		
	Entradas	Saídas	Movimento
	Passageiros	Passageiros	Passageiros
Resultado global	688.246	603.336	1.291.582
Antes da Ponta da Manhã (6:00-7:30)	37.938	8.750	46.688
Ponta da Manhã (7:30-9:30)	229.763	71.086	300.849
Fim da Manhã (9:30-12:00)	90.349	43.302	133.651
Período de Almoço (12:00-14:30)	95.008	70.382	165.390
Início da Tarde (14:30-17:00)	75.264	62.813	138.077
Ponta da Tarde (17:00-20:00)	114.982	231.401	346.383
Noite (20:00-1:30)	44.942	115.602	160.544

No outro extremo da Área de Reabilitação Urbana temos a estação de Metro da Ameixoeira cujos fluxos de passageiros se apresentam no Quadro anterior. Estes valores dão-nos a dimensão da centralidade urbana na zona da Promoção Imobiliária e, a par dos dados e conclusões no ponto anterior, a caracterização das Atividades Económicas, apontam em conjunto para o processo de consolidação de um centro urbano dentro do limite da ARU.

8.5 Estrutura ecológica: Análise e práticas



O Mapa anterior resultou da conversa tida com o Senhor Abel Vicente, Pastor na Ameixoeira, em Maio deste ano. Foi-nos dizendo que a atividade de pastoreio dá mais prejuízo do que lucro e que para ser viável tem que ter uma certa escala e condições para poder ser rentável. Aliás a única atividade que explora com o rebanho é a venda de borregos jovens. Acabou por herdar os rebanhos do pai quando regressou da Alemanha onde trabalhou como bate-chapas.

Herdou também um terreno onde edificou um prédio na Qª da Torrinha de 4 andares visível da Quinta da Atalaia. Diz ser dos poucos ali em situação legal. O pai era caseiro de uma pessoa de origem açoriana, José

Furtado Leite, proprietário da Quinta da Comenda. No que resta da Quinta da Castelhana, julgamos que teria sido a casa dos caseiros, ainda serve atualmente como suporte à atividade do pastoreio e para fazer criação de galinhas, patos, gansos etc..

Quando era miúdo (tem atualmente 67 anos) existiam cerca de 12 quintas e uma quantidade de pastos disponíveis que justificavam a atividade de forma contínua. Acontece que os PER vieram transformar a paisagem e a atividade está praticamente a morrer.

Aliás, existem apenas 2 pastores na zona: ele e outro próximo do Bairro dos Potes próximo do campo das Amoreiras na Charneca. Há ainda um ou outro na zona de Camarate, que se lembre. Depois, mais para Loures ainda subsistem um ou outro. Aliás, houve em tempo um engenheiro já reformado da Câmara de Loures que pretendia fazer um projeto para a zona no sentido de preservar e aproveitar a atividade de outro modo, mas já não se lembra do nome dele.

Em 2001/2003, data de construção do bairro ainda havia grandes rebanhos na zona. Nessa altura chegou a haver um próximo de Calvanas com cerca de 300 cabeças. Agora, a intervenção em curso no Vale da Ameixoeira, o Parque periférico, veio trazer-lhe alguns problemas, nomeadamente as árvores jovens plantadas há pouco tempo acabam por ficar acessíveis ao gado e enquanto não crescerem acabam por ser pasto para as ovelhas.

Algumas das espécies são venenosas para o gado como sejam o Loureiro. Daí que evite as zonas plantadas recentemente e, por este motivo, tem deixado de atravessar a Rua do Grafanil para o outro lado do Vale junto da piscina. Só quando as árvores deixarem de estar ao alcance dos animais é possível virem a utilizar o parque. Antes, ainda ia para zona próxima do forte da Ameixoeira onde era inclusive autorizado a usar as zonas para além dos portões.

Já no outro lado da Rua do Grafanil fizemos a visita com o Arq^o João Castro às obras em curso no Vale da Ameixoeira. Considera que a atividade de pastoreio é perfeitamente compatível com aquela e outras zonas da estrutura verde conquanto se preservem zonas de atravessamento. Se for para frente a ideia de uma ponte para o atravessamento do vale da Calçada de Carriche, pode inclusive ficar uma ligação entre o Vale da Ameixoeira e a zona do Golfe das Quinta dos Alcoutins.



8.6 Indicadores sociais

Num trabalho em parceria com a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa através da UDIP Unidade de Desenvolvimento e Intervenção de Proximidade da Alta de Lisboa e do Gabinete de Monitorização e Apoio à Gestão do Departamento de Ação Social e Saúde foi possível obter dados muito relevantes do Sistema de Informação do Acolhimento Social (12-04-2015 a 12-04-2016) que nos dão outra leitura das assimetrias sociais neste território.

Apresentam-se nos quadros e gráficos seguintes os resultados daí obtidos. Nos quadros 8 e 9 procede-se ao exercício de comparação entre o número de situações acompanhadas pela SCML e os Agregados e Indivíduos Residentes em 2011, distribuídos por zonas.

Quadro 9

	Famílias Residentes 2011	Indivíduos Residentes 2011	Famílias Acompanhadas	Indivíduos Acompanhados
AUGI	504	1378	191	599
Bairro Social	1118	3210	371	1356
Histórico	338	741	53	100
Promo	1109	2532	22	59
Totais ARU	3069	7861	637	2114

Quadro 10

	Famílias Acompanhadas	Indivíduos Acompanhados
AUGI	37,9	43,47
Bairro Social	33,2	42,24
Histórico	15,7	13,50
Promo	2,0	2,33
Totais ARU	22,2	25,4

Podemos concluir dos quadros anteriores que, em média, a ARU apresenta percentualmente valores idênticos à media Nacional de população no limiar e/ou abaixo do limiar de pobreza. Contudo, se analisarmos os dados por zona, verificamos que o Bairro Social e as AUGI apresentam valores que estão muito acima desse valor, 25%, e se situam acima dos 40%.

Este valor é no entanto “desagregável” noutros aspectos cujos Gráficos interpretativos se encontram em anexo. Em termos sumários podemos assinalar como principais conclusões:

- Os pedidos de apoio são sobretudo efetuados por pessoas em idade ativa na zona da ARU;
- As famílias alargadas e de maiores dimensões encontram-se na zona do Bairro Social;
- Há um maior número de Idosos isolados acompanhados pela SCML no Bairro Social e nas AUGI;
- O maior número de famílias monoparentais com progenitor feminino encontra-se também nas AUGI;
- Em todas as zonas há maior peso dos arrendatários;
- As famílias nucleares com filhos são em maior número em todas as zonas seguidas das monoparentais femininas e as pessoas isoladas;
- O maior número de caso de pessoas com subsídio mensal é nas AUGI e é destinado ao apoio à 3ª Idade e à Subsistência das famílias;
- Relativamente às causas diagnosticadas durante os pedidos de apoio são normalmente, em todas as zonas, o desemprego, o baixo rendimento, a doença crónica e também o desemprego de longa duração e a ausência de rendimentos que surgem no topo da lista. Aliás o peso destas causas por zona diz também muito da estrutura etária da população.

Reforçam e confirma estas conclusões, os dados relativos ao número e percentagem de alunos do 1º Ciclo que frequentam as três escolas da zona, conforme Quadro 10 com zona de residência apresentado abaixo.

Quadro 11

	Alunos EB1 ARU	Alunos Escalaõ A	% Alunos Escalaões A e B
Alta	102	71	69,6
Alto Chapeleiro	41	33	80,5
Camarate	2	2	100,0
Charneca	5	2	40,0
Galinheiras	164	112	68,3
Grafanil	18	17	94,4
Histórico	13	11	84,6
Outra	34	13	38,2
PER	318	225	70,8
Promo	29	15	51,7
Torrinha	48	33	68,8
Total Geral	774	534	69,0

8.7 Espaço público

8.7.1 Caracterização

O Espaço Público integrado na área da ARU de Santa Clara apresenta características distintas de acordo com a tipologia dos diferentes núcleos edificados, verificando-se uma diferenciação entre a zona norte e a zona sul.

Na zona norte, onde se localizam os núcleos de realojamento e as AUGI's, o espaço público caracteriza-se por:

- Dificil mobilidade viária e pedonal;
- Insalubridade das áreas expectantes;
- Falta de iluminação pública;
- Espaço público inexistente, degradado ou desqualificado;
- Falta de higiene urbana, motivada por mau uso do espaço público;
- Animais sem controlo na via pública (cavalos e cães de luta);

Como aspetos positivos, destacam-se:

- Uma forte base associativa, várias iniciativas junto da população e candidaturas a linhas de financiamento;
- A implementação do Parque do Vale da Ameixoeira, na área adjacente à área da ARU, vem contribuir para uma requalificação significativa da zona, funcionando ainda como importante polo de atração.

Na zona sul, localiza-se o núcleo consolidado da Ameixoeira com 3 épocas de desenvolvimento urbano, o núcleo central histórico, uma zona de crescimento urbano dos anos 60/70 e uma fase mais recente, envolvendo o núcleo histórico que se prolonga até ao Eixo Norte/Sul. As principais características são:

- Zona consolidada com problemas de mobilidade e acessibilidade complicados;
- Falta de articulação viária e pedonal entre os diferentes núcleos;
- Traçados viários sinuosos no núcleo histórico e nas urbanizações mais recentes;
- Problemas de estacionamento e trânsito principalmente na envolvente à estação do metropolitano.

Aspectos positivos:

- Existência de áreas expectantes com possibilidade de intervenção (criação de áreas de estacionamento e integração de espaços na rede de circulação pedonal e em espaços de estadia).

No que diz respeito ao estado de conservação dos pavimentos estão, de um modo geral em mau estado, com excepção de algumas vias que têm vindo a ser repavimentadas no âmbito do Plano Pavimentar Lisboa 2015-2020, como é o caso da Estrada de S. Bartolomeu e Azinhaga do Poço. Estão ainda previstas diversas intervenções, para alguns dos arruamentos integrados na área da ARU.

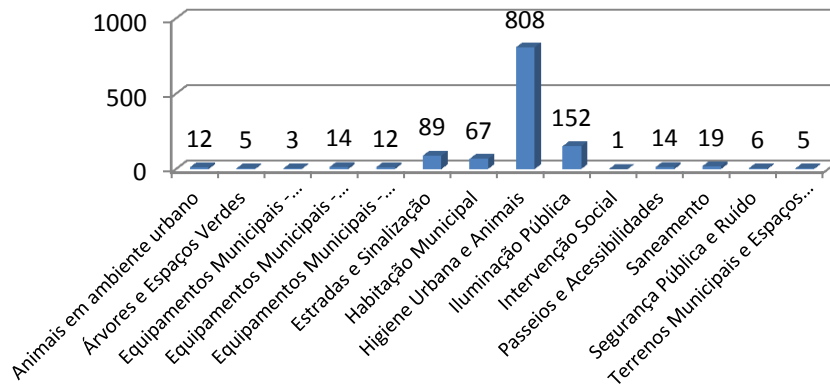
8.7.2 Utilização do Espaço Público

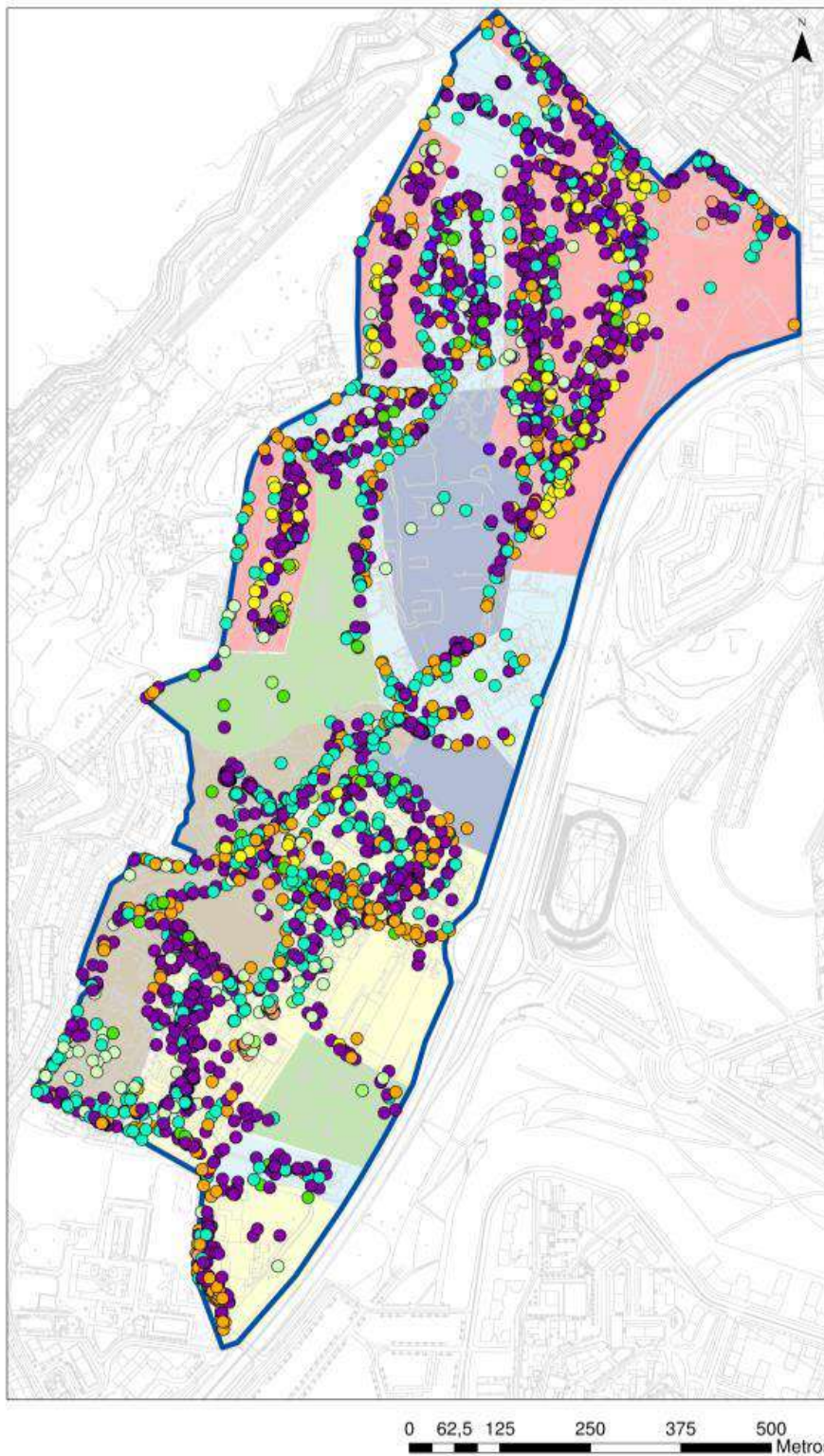
Nos mapas seguintes apresentam-se o conjunto das ocorrências registadas durante um ano no portal “a minha rua”. No primeiro mapa estão apresentadas a incidência de número/volume de pedidos por local.

Numa outra leitura podemos verificar também quais os locais objeto de maior número de ocorrências registadas. Ou seja, são locais onde os munícipes intervêm com maior frequência no registo de ocorrências ou são de facto os locais onde há maior número de ocorrências?

De qualquer modo podemos adiantar, face ao que foi referenciado por parceiros locais e moradores, que a densidade apresentada é um misto de ambos os aspectos. Analisados os 1207 registos do ano anterior tendo em conta os 20 tipos de pedido mais frequente, temos os resultados do quadro seguinte.

Gráfico 31 - Total Ocorrências GOPI 2015 por Área





Quadro 12

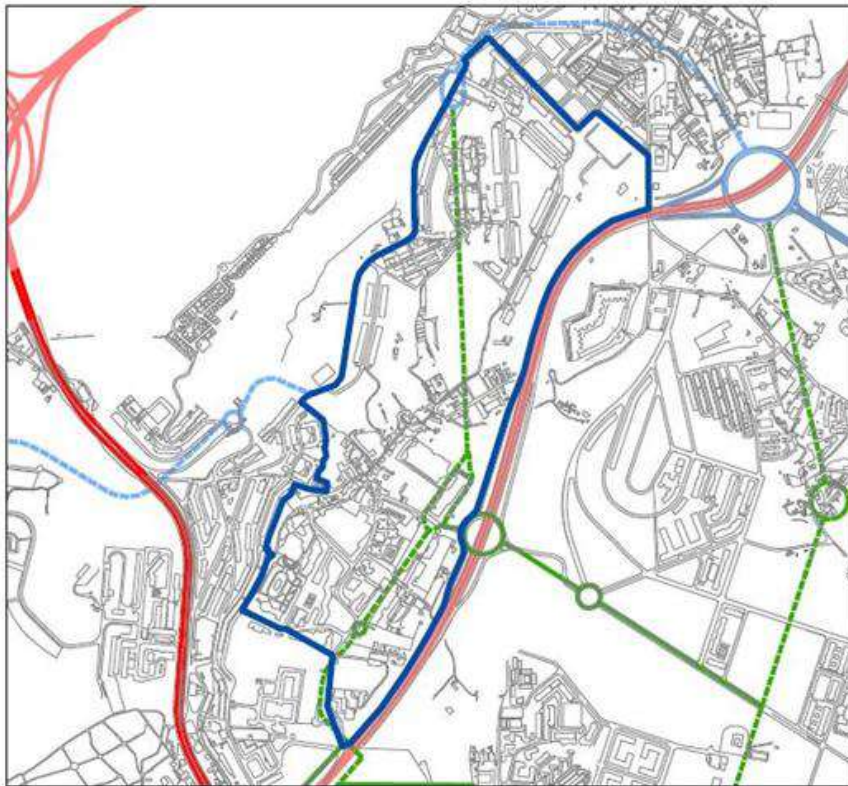
Tipologia das 20 Ocorrência mais Freqüentes		Nº
1	Pedido de recolha de objectos volumosos ou fora de uso	521
2	Avaria na lâmpada do candeeiro (apagada, intermitente, ...)	105
3	Entulhos, objetos volumosos, resíduos de jardim ou perigosos abandonados	85
4	Buraco na faixa de rodagem - Betuminoso	42
5	Manutenção ou reparação	41
6	Emparedamento ou entaipamento	34
7	Pedido ou ocorrência em contentores para resíduos urbanos	29
8	Outras situações em Iluminação Pública	26
9	Bairro, arruamento ou área às escuras	21
10	Animais	20
11	Pragas e doenças	20
12	Remoção-Monstros-Pedido de recolha	20
13	Empreitada UCT	19
14	Pedido ou ocorrência em ecopontos, vidrões, pilhões ou ecoilhas	18
15	Novos sinais de trânsito e outra sinalização Vertical	17
16	Pedido de recolha de resíduos de jardim (até 1 m3)	15
17	Gebalis - Manutenção ou reparação	12
18	Contentor colectivo (4 rodas) danificado	11
19	Pedido de contentor de pequena capacidade (2 rodas)	10
20	Contentor de pequena capacidade (2 rodas) danificado	9

Podemos constatar que a maior parte das ocorrências por Área de intervenção têm a ver com Higiene Urbana, Iluminação Pública; Habitação Municipal, Estradas e Sinalização. Por outro lado, a questão dos monstros e a sua recolha são a ocorrência de maior frequência em toda a área da ARU. Muito embora essa distribuição tenha uma configuração diferente por zona, como se pode constatar nos Mapas em anexo por zona, onde se verifica que a questão da Higiene Pública (a amarelo), e dos Monstros (amarelo torrado) é geral a toda a ARU, a questão da Habitação Social nos Bairros Sociais (a preto) e as questões da Iluminação Pública (a azul) na zona da Promoção Imobiliária e zona Histórica ganham realce apesar de não ser menos importantes nos Bairros Sociais. Nas AUGI há um número significativo de ocorrências sobre estradas e sinalização.

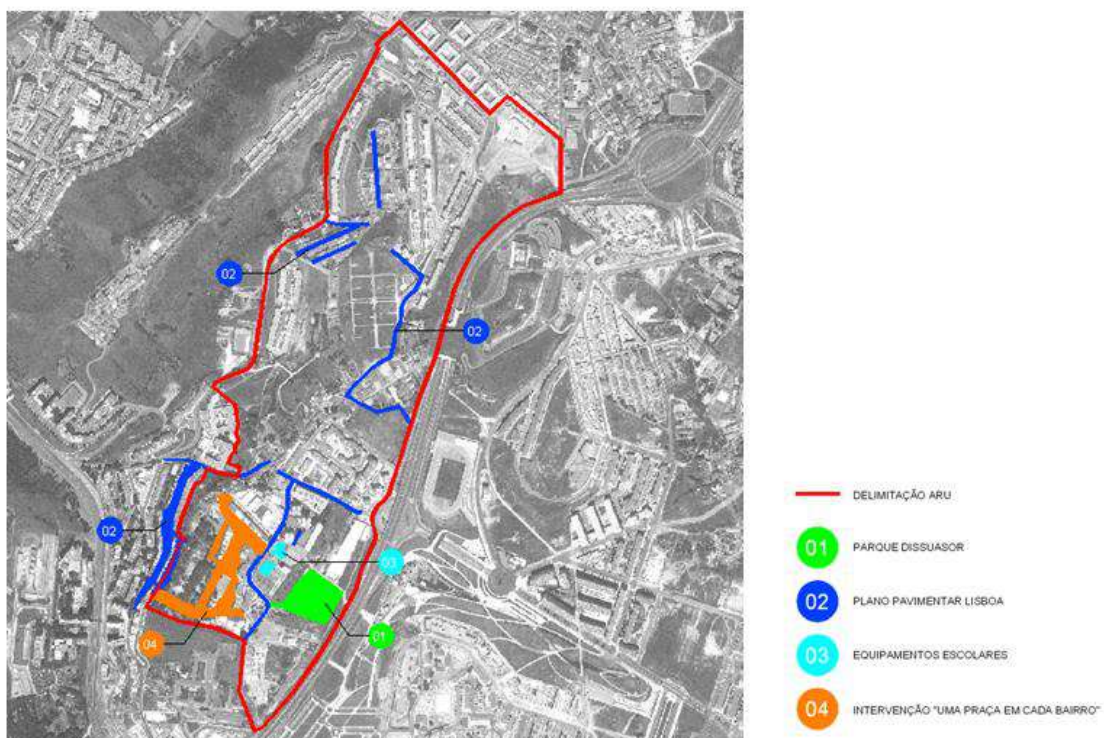
Por último, é importante realçar do mapa anterior sobre o número de ocorrências por zona. Este dá-nos o que poderíamos chamar a identificação das zonas de “vigilância natural da comunidade” dando forma e limites às dimensões de vazios urbanos já assinalados anteriormente nas Atividades Económicas e nos Transportes e Mobilidade.

8.8 Intervenções Municipais previstas e programadas

Alteração da Rede Viária



Intervenções Previstas

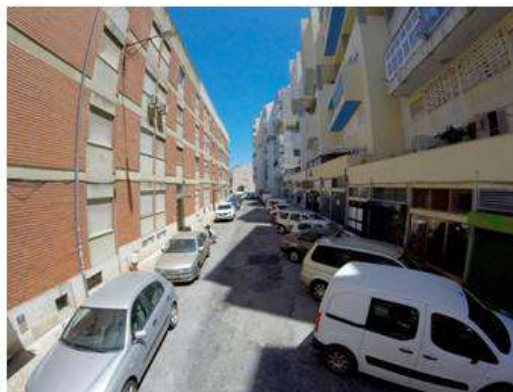


Parque de Estacionamento Dissuasor



Plano Pavimentar Lisboa

Pavimentação da Rua Quartin Graça



Intervenções em Equipamentos Escolares

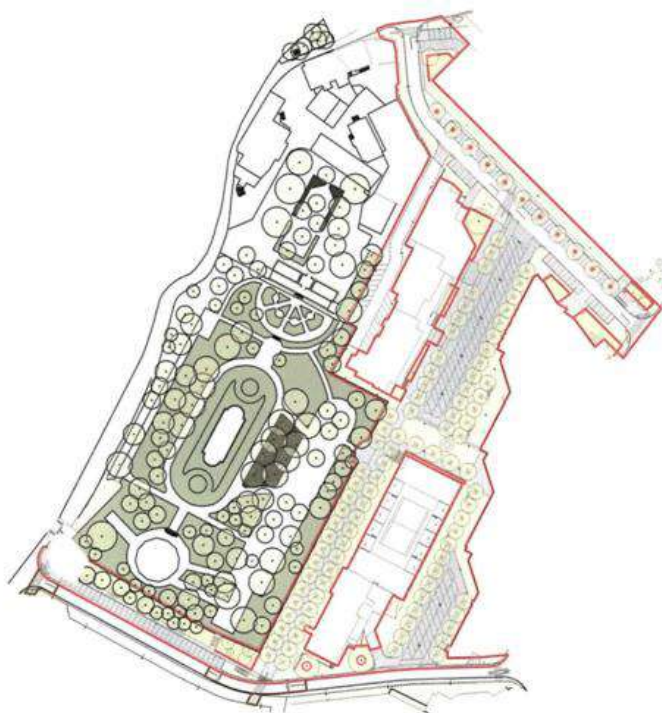


Escola Básica Eurico Gonçalves



Jardim de Infância da Ameixoeira

Intervenções no Espaço Público – Uma Praça em Cada Bairro



9. OPERACIONALIZAÇÃO DA ESTRATÉGIA DE REABILITAÇÃO URBANA

Análise SWOT

Forças:

- Existência de património arquitetónico relevante;
- Manutenção da dinâmica de crescimento populacional, em contraste com a tendência recessiva da globalidade da Cidade;
- Composição etária mais jovem (particularmente na zona de realojamento);
- Aumento da população em idade ativa entre 2001 e 2011;
- Diminuição da percentagem de pessoas sem atividade económica, entre 2001 e 2011;
- Crescimento global de residentes e um maior crescimento de pessoas com menos de 15 anos na área de promoção imobiliária entre 2001 e 2011;
- Existência de metropolitano na zona Sul do território;
- Existência de equipamentos de referência à escala local e da Cidade, de que é exemplo a Academia de Santa Cecília;
- Tecido económico que responde não só à procura local, como, nalguns setores, atua para um território mais alargado;
- Rede social presente e atuante;
- Manutenção de atividades tradicionais, ligadas ao passado rural (pastorícia).

Fraquezas:

- Processo de crescimento urbano desordenado;
- Degradação de edificado e espaço público;
- Isolamento dos setores urbanos situados a Norte;
- Insuficiência da rede de acessibilidade local;
- Falta de transportes públicos (com exceção da área servida pelo metropolitano);
- Aumento do desemprego que atinge níveis muito elevados particularmente nas AUGI e Bairro Social;
- Baixas qualificações académicas dos moradores do Bairro Social;
- Grande número de agregados com necessidade de apoio social em todos os setores urbanos;
- Elevados níveis de exclusão social;
- Aumento das famílias mais pequenas;
- Rede de equipamentos insuficiente;
- Núcleo Histórico em processo de envelhecimento e esvaziamento.

Oportunidades:

- Centro Histórico mantém escala e identidade;
- Mobilização dos atores locais no âmbito do processo de redelimitação da ARU, que demonstraram interesse em participar num processo de transformação positiva do território;
- Mobilização das Comissões de Administração Conjunta das AUGI no sentido de tomarem parte na reconversão urbana dos bairros;
- Parque da Ameixoeira em construção;
- Ações em curso de requalificação do espaço público e de reabilitação de equipamentos públicos;
- Relação topográfica privilegiada, que permite tirar partido do sistema de vistas sobre a paisagem circundante;
- Localização de um Parque de Estacionamento dissuasor, que permite aliviar a carga sobre o estacionamento destinado aos moradores e aumentar a utilização de rede de metro a partir da estação da Ameixoeira;
- Possibilidade de potenciação desta nova interface de transportes para consolidar uma centralidade urbana, que permita induzir uma dinâmica de regeneração progressiva dos territórios envolventes;
- Possibilidade de verteberação urbana através de uma via estruturante que ligará ao Eixo Central do Alto do Lumiar, ao Eixo Norte Sul e o Centro do Lumiar;
- Existência de grandes espaços livres que permitem estruturar uma nova malha urbana planeada e resolver insuficiências nas redes de equipamentos e de acessibilidades e consolidar a estrutura ecológica urbana;
- Maior qualificação académica da população residente em todos os setores;
- Efeitos na melhoria das perspetivas de governação do território, quer pelo processo participativo de envolvimento das populações, quer pelo efeito de programação e de procura de interdependências no âmbito da Operação de Reabilitação Urbana Sistemática.
-

Ameaças:

- Fratura social entre setores urbanos;
- Fenómenos de exclusão social exacerbados por episódios de violência e consequente perceção de insegurança;
- Apropriação indevida do espaço público no Bairro Social;
- Vastas áreas construídas emparedadas por razões de falta de procura (lojas) ou de segurança (estacionamento) no Bairro Social;
- Rede de equipamentos existente com problemas de base resultantes da respetiva localização inserção urbana, que induz a uma utilização muito polarizada relativamente aos setores urbanos onde cada equipamento se situa, e que a torna incapaz de contribuir para a coesão socio-territorial;
- Elevada percentagem de fogos arrendados nas AUGI por população em processo de exclusão social;
- Aumento de fogos vagos no intervalo intercensitário (com exceção das AUGI);
- Saída do ISG;
- Perceção de se tratar de um território periférico ao longo da história (local fora de portas e de duelos), até à atualidade.

BIBLIOGRAFIA

CAMPOS, Nuno C. J. – **Estudo patrimonial do Núcleo Histórico da Ameixoeira**. Lisboa, CML, 2013 (Policopiado).

HOUAISS, António [Dir.] – **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa – 3 tomos**. Lisboa: Temas e Debates, 2003.

MORATO, Eduardo – **Ameixoeira, arrabalde de Lisboa: notas para a sua história**. Lisboa: Comissão de Moradores da Ameixoeira, 1976 (2ª ed. Lisboa: Junta de Freguesia da Ameixoeira, 2010).

SANTO, Eduardo do Espírito – **Ameixoeira: um núcleo histórico**. 2ª ed. Lisboa: Edição do Autor, 2013 [1ª ed. 1997].

SANTOS, Maria Helena Carvalho dos – Ameixoeira (Sítio da). In SANTANA, Francisco; SUCENA, Eduardo (Dir) – **Dicionário da história de Lisboa**. Sacavém: Carlos Quintas & Associados – Consultores, Lda., 1994, pp- 62-63.

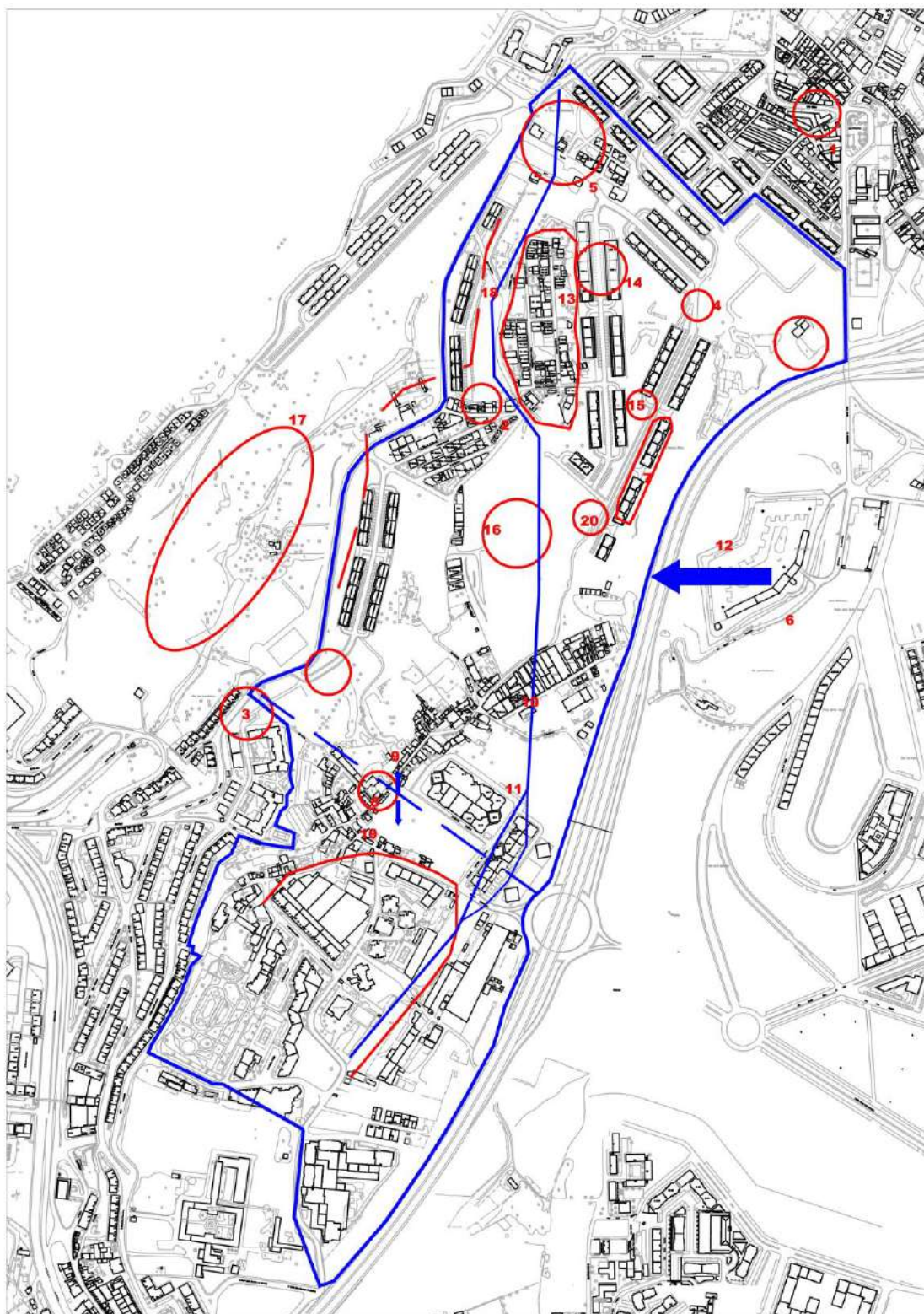
SANTOS, Maria Helena Carvalho dos – “Ameixoeira velha e Ameixoeira nova: alguns aspectos actuais”. **Olisipo**. 2ª serie, n.º 3. 1996, pp. 89-92.

VALE, Teresa; GOMES, Carlos; GONÇALVES, Joaquim - **Igreja Paroquial da Ameixoeira / Igreja de Nossa Senhora da Encarnação**. SIPA, 1993/2003, in http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=6473 em 05.01.2016.





ANEXOS

RESULTADOS FOCUS GROUPS

Mapa de Registo georreferenciado de situações resultante das Sessões FG



Legenda

-  Hipótese solução viária
-  "A fronteira invisível" linha que normalmente não é ultrapassada pelo moradores da Promoção Imobiliária
-  Linha divisória de identificação de áreas e lógicas urbanas
-  Elementos da Imagem externa da zona

1. Zona de tráfico e consumo de droga. Zona de conflito, violência e criminalidade com foco bar local e zona labiríntica pátios permite zona de fuga á polícia;
2. Ruas sem saída: Ruas Varela Silva e Fernanda Alves;
3. Rua sem saída;
4. Barreiras arquitetónicas; os residentes fizeram a demolição dos muros de suporte para ter melhor acessibilidade para uma pessoa em cadeira de rodas; Entretanto os utentes SCML identificaram cerca de 90 barreiras arquitetónicas à mobilidade; Zona onde ninguém vai e zona de conflito;
5. Obras ilegais em lojas municipais que servem com o igreja e que implicaram risco para a estrutura do prédio; além disto houve referência constante às alterações perigosas da habitação social e sobretudo as puxadas ilegais sobretudo água, luz e inclusive gás (muito perigoso);
6. Localização da nova Esquadra próximo da feira das Galinheiras;
7. Separador central da Av. Glícinia Quartín impede inversão de marcha rápida e já houve pessoas com carros assaltados e vandalizados;
8. Zona inacessível com o exterior e com dificuldade de circulação no interior;
9. Acesso pedonal necessário curto prazo;
10. Percepção/imagem das zonas: Clandestino e Histórico. Falta de ligação entre a duas zonas;
11. Futura via para aumento de acessibilidade;
12. Toda a zona não vem representada em alguns mapas e por GPS só existe identificada a estrada da circunvalação;
13. Torrinha: fraca qualidade da habitação e conservação zero;
14. Lojas vazias e vandalizadas;
15. Ringue/Campo de Futebol: ruído nocturno, insegurança e vandalismo;
16. Falta de espaços públicos de encontro para as comunidades;
17. Faltam infra-estruturas e iluminação no Vale da Ameixoeira;
18. Autocarros da carreira 796 não circulam depois das 20h; Muita gente não paga bilhete nos transportes públicos; Falta de estacionamento seguro e ordenado;
19. A fronteira invisível entre zonas local a partir do qual os moradores da zona de promoção privada não passam "também porque não precisam";
20. Equipamento de difícil gestão em processo de reestruturação e redefinição de funções e valências.



Pontos Fracos

1. Falta de Segurança
2. Heterogeneidade da população
3. Isolamento social e físico
4. Vandalismo - Zona sem saída
5. Insegurança
6. Transportes públicos não ligam a Área de Intervenção
7. Desordenamento do território
8. Becos/ruas sem saída
9. A apropriação das lojas
10. Falta articulação entre a população e as entidades locais
11. Falta de Comércio
12. Falta de Serviços
13. Ausência de rede ligação de transportes interna
14. Barreiras arquitectónicas
15. Insegurança e sentimento de insegurança das pessoas
16. Falta de diálogo e conflito entre culturas
17. Insegurança
18. Falta de acessibilidades
19. Falta de estratégia de coesão territorial
20. Falta de Serviços/comércio
21. Falta de identificação dos realojados com o território
22. Falta de diálogo entre comunidade
23. Degradação do património material e imaterial.
24. Acessos dentro da Ameixoeira.
25. Falta de estacionamento
26. Não aproveitamento das Quintas
27. Falta de Planeamento
28. Falta de equipamento de Saúde
29. "Imagem" da Ameixoeira.
30. Jardim de Santa Clara – as obras à sua volta estragaram-no, foram removidos bancos e o chão foi alterado.
31. Falta de comércio
32. Falta de segurança – área insegura
33. - Acessibilidades fracas
34. - Estradas muito degradadas
35. - Insegurança
36. - Falta de serviços, comércio
37. - Falta de coesão territorial
38. - Reajuntamento forçado
39. - Falta de espaços de convergência
40. - Saída do Instituto Superior de Gestão (ISG)
41. - Proximidade dos equipamentos gera complicações viárias
42. - População jovem muito dependente
43. - Falta de abertura ao exterior - área muito isolada
44. - Falta de sinalética, iluminação e policiamento



Pontos Fortes

1. Heterogeneidade geracional e étnica
2. Proximidade a "Lisboa"
3. Diversidade: Física, Social, Cultural, Histórica
4. Localização
5. Proximidade ao Eixo NS
6. Quantidade Instituições
7. Multiculturalidade
8. Quantidade de Associações e empenhos dos parceiros locais
9. Capacidade associativa da comunidade
10. População Jovem
11. Riqueza do território
12. Bairrismo
13. Diversidade Sociocultural
14. Localização geográfica: proximidade e acessibilidade
15. Património natural com Investigação feita
16. Envolvimento da comunidade em eventos participados
17. Proximidade ao Eixo NS
18. Proximidade Eixo Ponte
19. Sossego Noturno
20. Existência de loja passíveis de serem ocupadas
21. Vale da Ameixoeira e a pastorícia/agricultura, numa relação histórica que ainda persiste
22. O núcleo Histórico da Ameixoeira, mesmo sofrendo adaptações
23. Vivência das pessoas na área mais antiga
24. A Quinta da Mourisca é um local fronteiro e importante entre as "duas Ameixoeiras".
25. Diversidade Cultural e social que existe.
26. Equipamento desportivo (Estádio Moniz Pereira e Piscina Municipal) e cultural (Academia de Santa Cecília).
27. Os acessos à Ameixoeira – Eixo N/S e o estação de Metro.
28. Parque de estacionamento da Academia Santa Cecília.
29. - A Diversidade Cultural da comunidade
30. - A existência de grandes áreas do território por explorar
31. - População jovem - Santa Clara é a freguesia com maior % de jovens na cidade de Lisboa
32. - Existência de muitas pessoas com interesse e vontade em atuar/contribuir para o melhoramento desta área
33. - A História, a Academia de Santa Cecília
34. - A localização geográfica com grandes potencialidades em termos de acessibilidade



Ameaças

1. Falta de tratamento paisagístico (perigo de inundações e infiltrações)
2. Falta de ocupação das pessoas
3. Falta de Equipamentos
4. Falta de competências da população jovem
5. Menos transportes públicos
6. Imagem negativa do território por parte do exterior
7. Sobrevivência das associações por falta de financiamento
8. Desemprego e desocupação dos jovens
9. Território muito heterogéneo
10. Uso indevido do poder no processo de realojamento
11. Falta de Limpeza
12. Falta de Iluminação
13. Insegurança
14. "bomba ao retardador" do insucesso e abandono escolar
15. Gestão das expectativas nos processos participativos
16. Accountability
17. Decisão não partilhada
18. Abandono do território
19. Concentração de Per's em excesso
20. Enorme responsabilidade (des)responsabilidade das entidades responsáveis pela gestão do território
21. Mais construção
22. Diferentes realidades sócio-económicas
23. Estratégias de integração social não participativas, assistencialistas e discriminatórias.
24. Falta de investimento da CML.
25. Arranjo do Jardim Desresponsabilização das comunidades residentes/presentes no território;
26. Desocupação da população; Falta de competências da população jovem;
27. Falta de tratamento paisagístico – risco de inundações e infiltrações no edificado;
28. Existência de lojas vagas e ocupadas abusivamente PER;
29. Falta de transportes e comércio
30. Transformação desta área em parque de estacionamento periférico da cidade
31. Baixa escolaridade
32. Desemprego e desocupação dos jovens
33. Falta de civismo
34. Insegurança/furtos/tráfico/vandalismo
35. O facto de ser uma zona limítrofe da cidade



Oportunidades

1. Parque Urbano do Vale da Ameixoeira
2. Áreas disponíveis de grandes dimensões
3. Proximidade ao Metro
4. Ocupação das Lojas devolutas á comunidade e para sua gestão
5. Projecto BIP/ZIP
6. Habitação Social suficiente falta é gestão de fogos e agregados de outro modo;
7. Lojas desocupadas p/ habitação para idosos e associações
8. Activar estação do metro da Qª das Lavadeiras
9. Implementação e dinamização de serviços e comércio
10. Interculturalidade
11. Envolvência da comunidade
12. Capacitação da população jovem
13. Acessibilidades periféricas
14. Investigação científica do património natural
15. Projecto de ligação de via estruturante de ligação do metro ao Grafanil
16. Saída do Eixo Norte Sul
17. Projectos Comunitário para envolvimento da comunidade
18. Núcleo Histórico (requalificado)
19. Olhar a Ameixoeira de uma forma integrada e não sectorizada.
20. Diversidade socio cultural
21. Manter o Vale da Ameixoeira para que não seja descaracterizado.
22. Aproveitamento da ruralidade.
23. Uma quinta pedagógica.
24. Arranjo do Jardim de Santa Clara de modo a tornar-se agradável a sua frequência.
25. Explorar a multiculturalidade
26. Explorar a sua localização geográfica
27. População jovem
28. Promoção de ações de interação entre os "bairros"
29. Valorização do bairro com recursos e competências próprias
30. Intergeneracionalidade

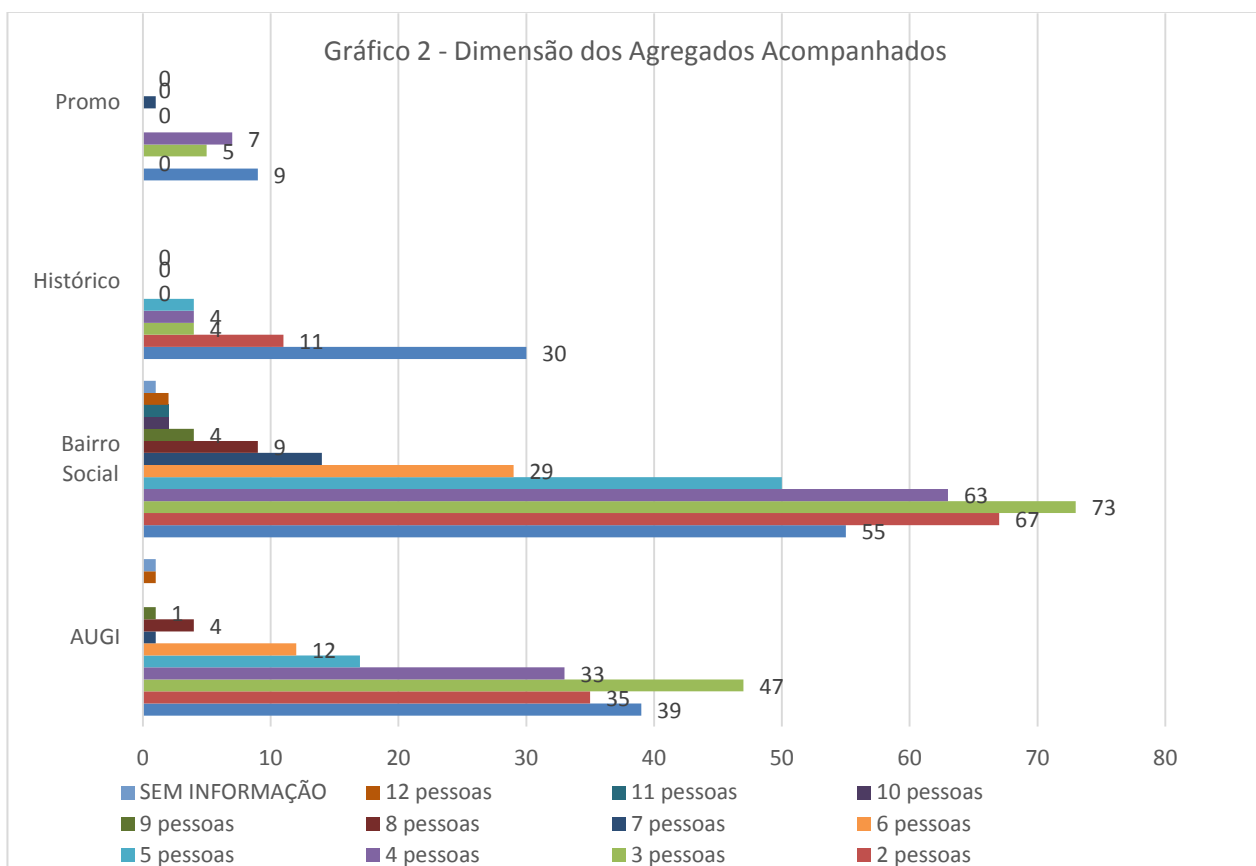
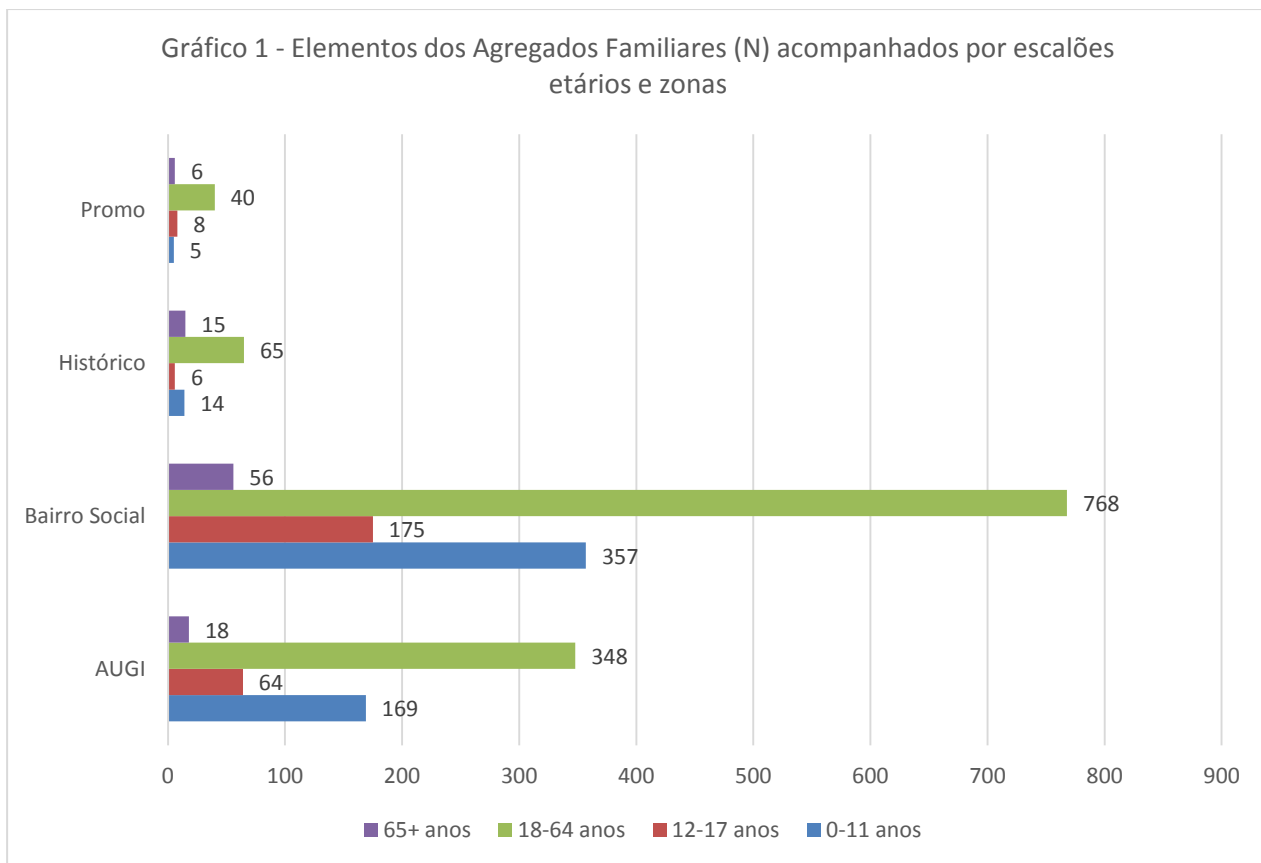
PROPOSTAS: “SE EU FOSSE PRESIDENTE DA CML”

1. Finalizar o Parque do Vale da Ameixoeira
2. Conhecer o terreno. Passar uma semana no terreno
3. A mesma centralidade em todas as freguesias
4. Distribuir os PER por outros municípios
5. Escolas com currículos mais práticos, direcionados a profissões, a começar mais cedo na idade
6. Discussão dos projectos para a Ameixoeira entre vários serviços da CML e com a População
7. Melhor todas as placas de sinalização e de informação
8. Rever o processo de atribuição das casas nos PER e nas outras em redor, bem como a sua manutenção
9. Remodelar a nova escola para integrar os alunos da escola mais antiga
10. Construir um polo desportivo na zona central dos bairros
11. Baixar as rendas das lojas para potenciar o desenvolvimento do comércio local
12. Construir um parque agrícola
13. Dar seguimento á construção do centro de saúde já projetado
14. Requalificar e fechar ao trânsito a zona histórica de Santa Clara e integrava-la nos roteiros turísticos da cidade
15. Colocar do Gabinete do Presidente na zona
16. Construir e novos acessos ao bairro
17. Redistribuir os realojados por toda a área
18. Abrir novas ruas que dessem acesso a toda a ARU
19. Trazer o policiamento de proximidade
20. Rever o regulamento das rendas não habitacionais
21. Legalizar todas as AUGI a custo zero
22. Criar acessibilidade para pessoas com deficiência
23. Criar acessos entre a zona antiga e zona nova para diminuir a imagem de “guetto”
24. Criar mais espaços públicos de convívio
25. Tornar mais atrativas a zona entre PER’s
26. Replicar o exemplo e a estratégia do Intendente
27. Promover uma gestão participada e de proximidade
28. Fiscalização regular das habitações sociais
29. Começar a intervenção pelas crianças
30. Intervenção integrada e de co-responsabilidade
31. Melhorar a gestão a gestão das pessoas e dos recursos
32. Promover uma maior eficácia da gestão municipal
33. Atribuir espaços a associações/grupos locais com rendas acessíveis
34. Promover programa de resolução do isolamento: quebrar barreiras arquitetónicas no exterior e interior e criar acessibilidade
35. Abrir um gabinete local da câmara
36. Melhorar a mobilidade e transportes públicos
37. Criar um polo económico
38. Mini-Bus porta a porta para pessoas com mobilidade reduzida
39. Executar uma rede viária de transportes
40. Promover a responsabilização em relação ao vandalismo
41. Executar o levantamento da realidade do território e agilização dos procedimentos
42. Promover o envolvimento da Comunidade no uso e gestão do espaço Renovava todo o bairro PER

43. Criar mais espaços verdes
44. Construir uma esquadra
45. Conhecer as necessidades porta a porta e avaliava as condições dos prédios
46. Transportes diários
47. Ouvir e responder às necessidades
48. Criar um local de convívio para os moradores
49. Promover concursos para rendas baratas para dinamizar os Bairros PER
50. Abrir a Casa da Cultura Cigana
51. Demolir a Casa da Cultura Cigana
52. Colocar os idosos nos R/chão dos edifícios - melhorar a gestão habitacional
53. Construir um centro de saúde
54. Criar programas para jovens



CARACTERIZAÇÃO DOS AGREGADOS FAMILIARES E DAS SITUAÇÕES SOCIAIS APOIADAS



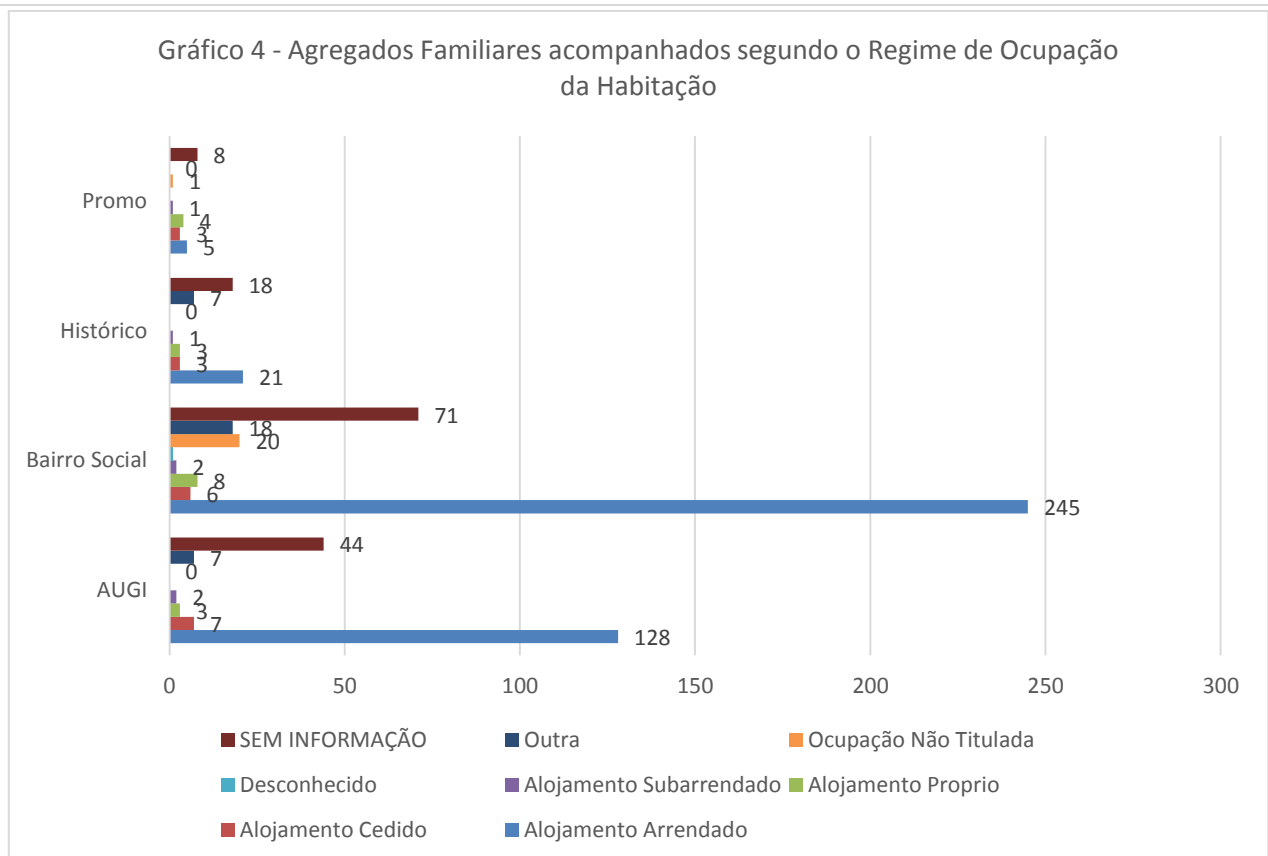
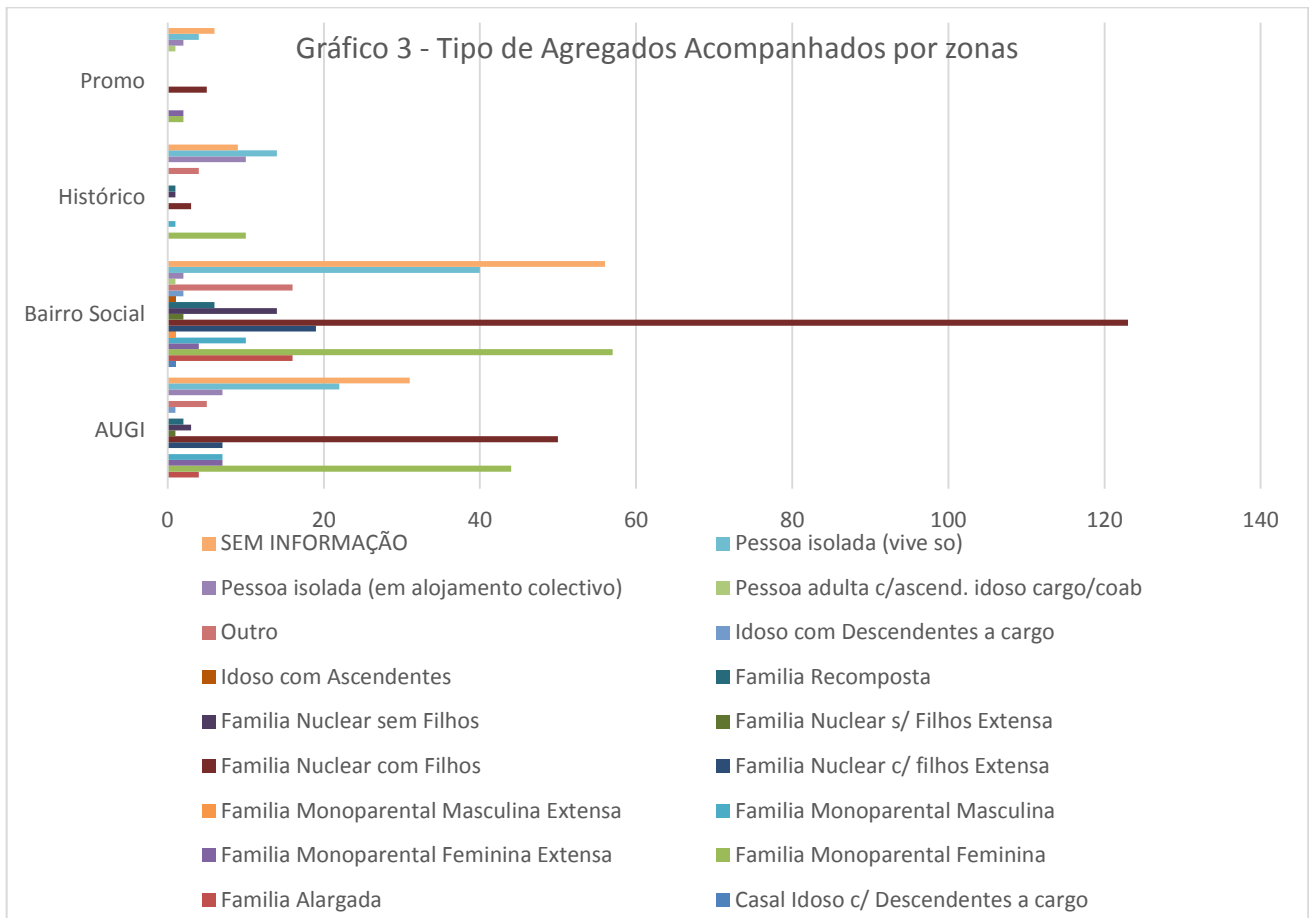


Gráfico 5 - Tipo de Habitação dos Agregados Acompanhados (N)

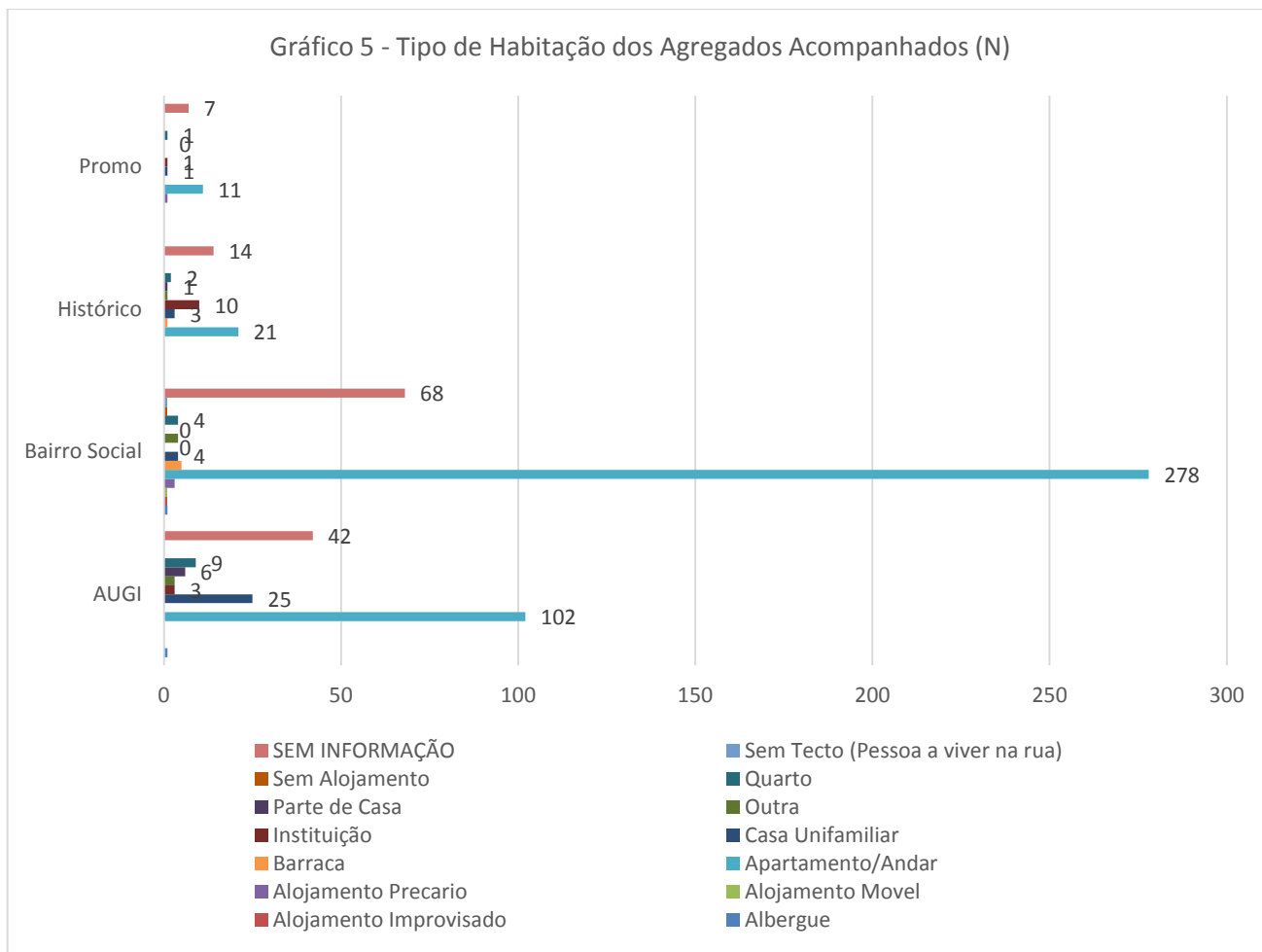


Gráfico 6 - Idosos a Viver só Apoiados (N) pela SCML

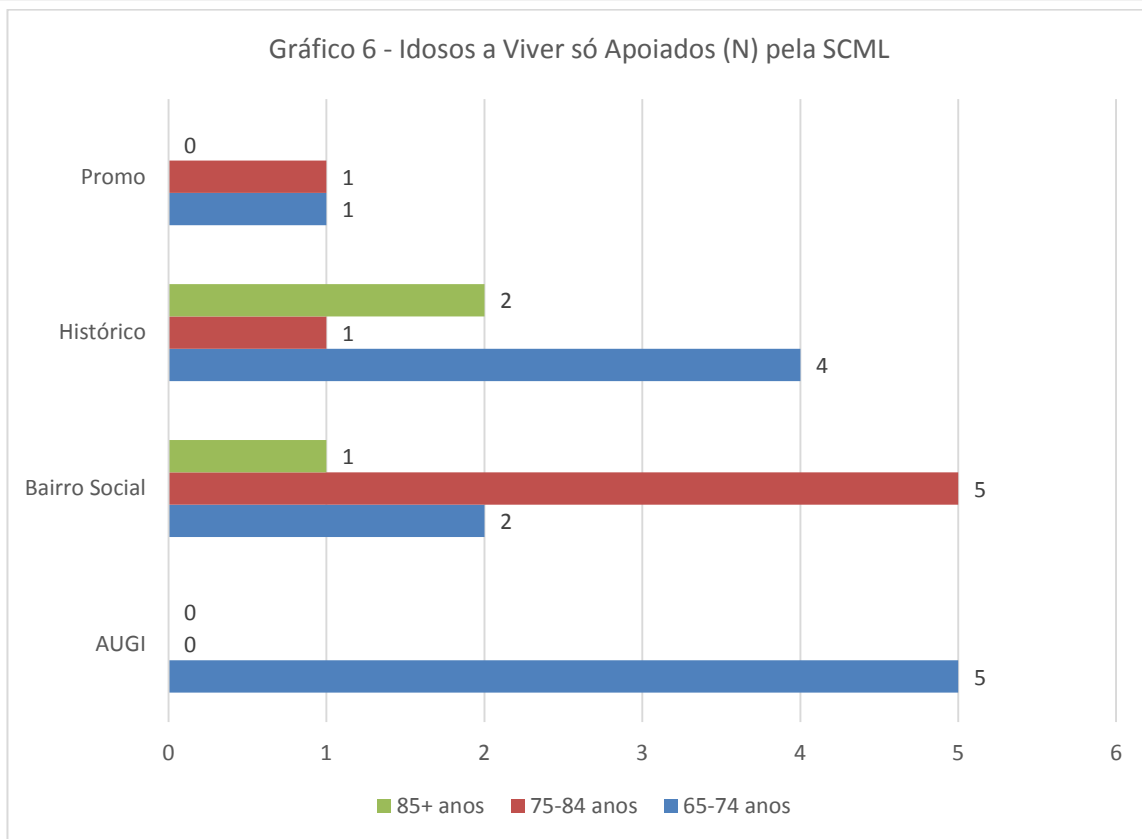


Gráfico 7 - Subsídios mensais das SCML aos Agregados Familiares segundo finalidade (N)

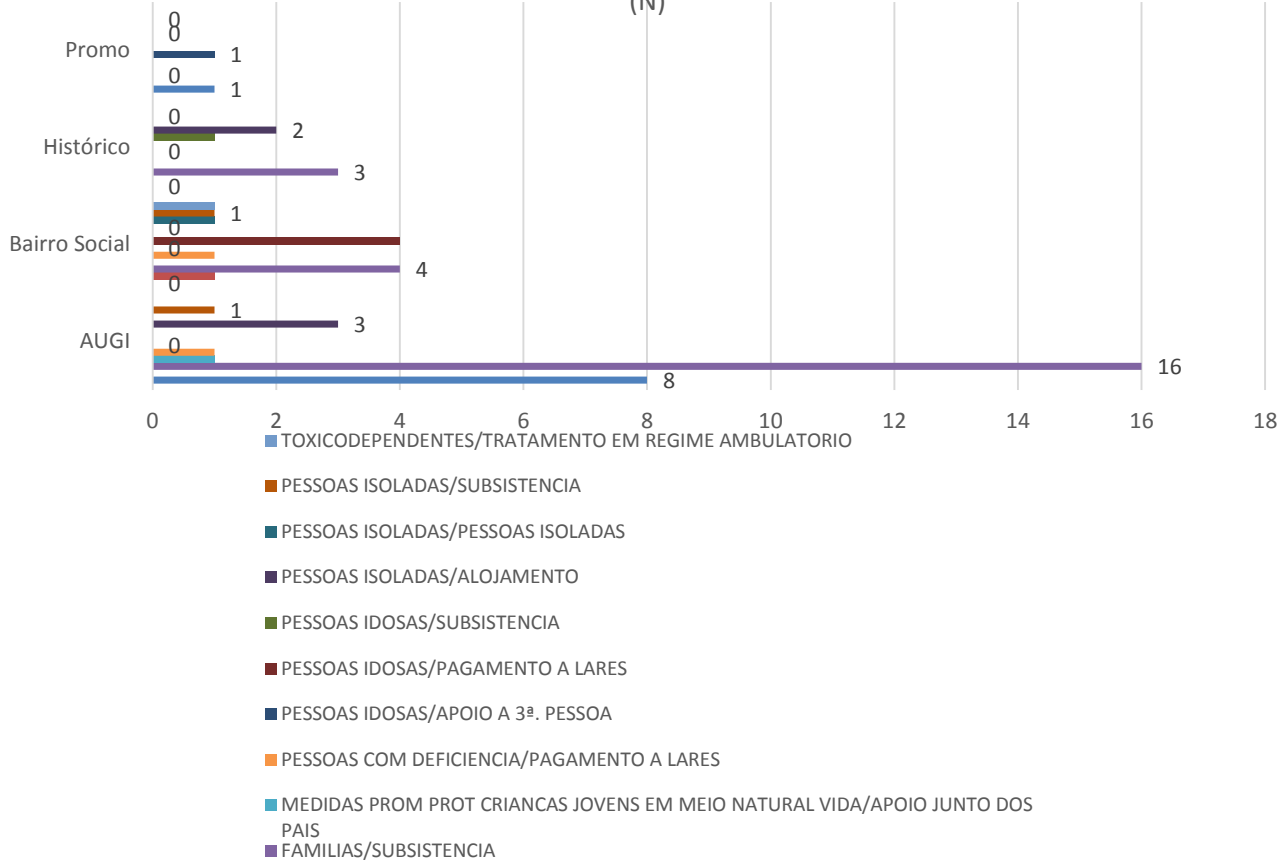


Gráfico 8 - Diagnóstico Social por Área de Problemas dos Agregados c/Diagnóstico e por zona

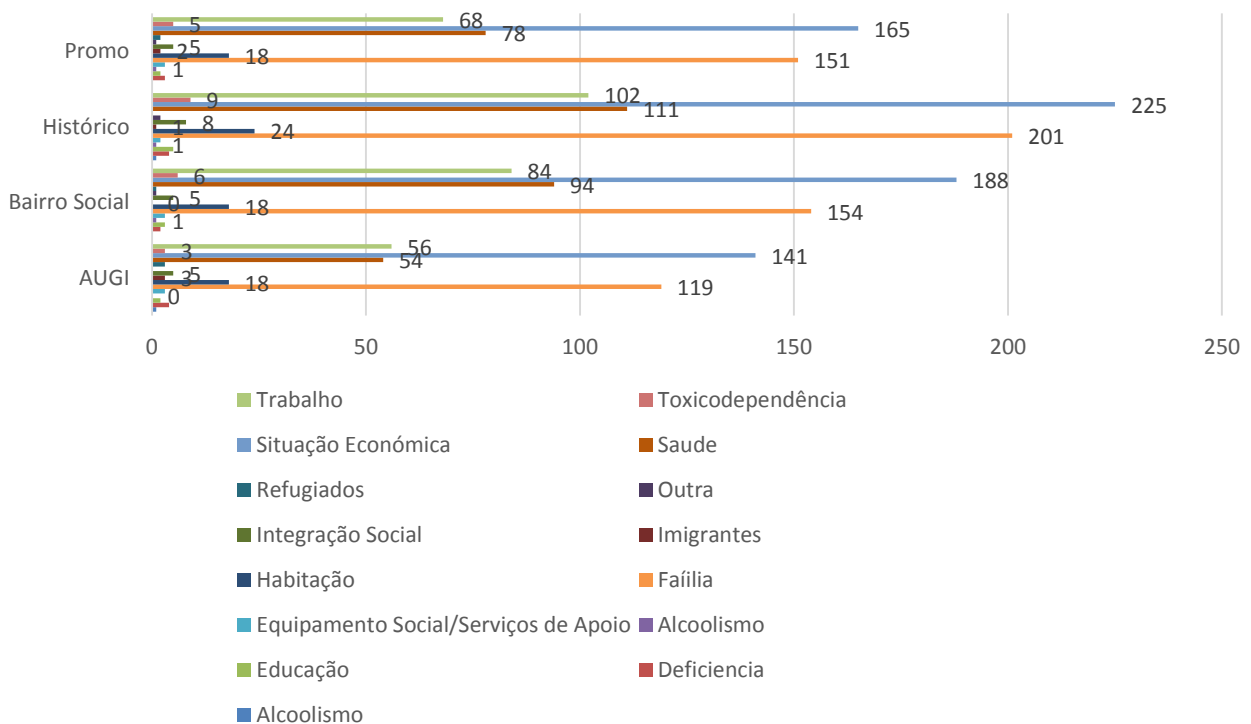


Gráfico 9 - Diagnóstico Social pelas 10 causas dignosticadas mais frequentes (ordem crescente e contagem cumulativa nos agregados) nas AUGI

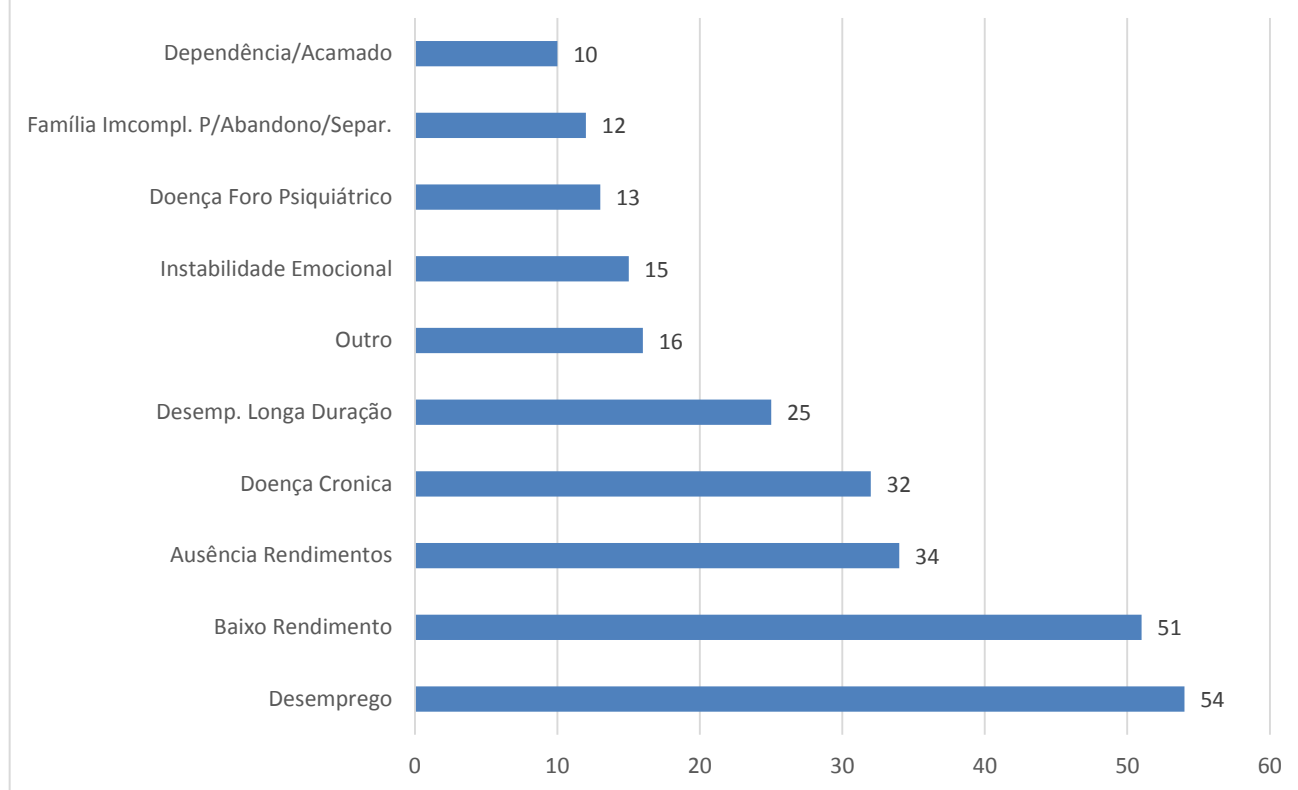


Gráfico 10 - Diagnóstico Social pelas 10 causas dignosticadas mais frequentes (ordem crescente e contagem cumulativa nos agregados) no Bairro Social

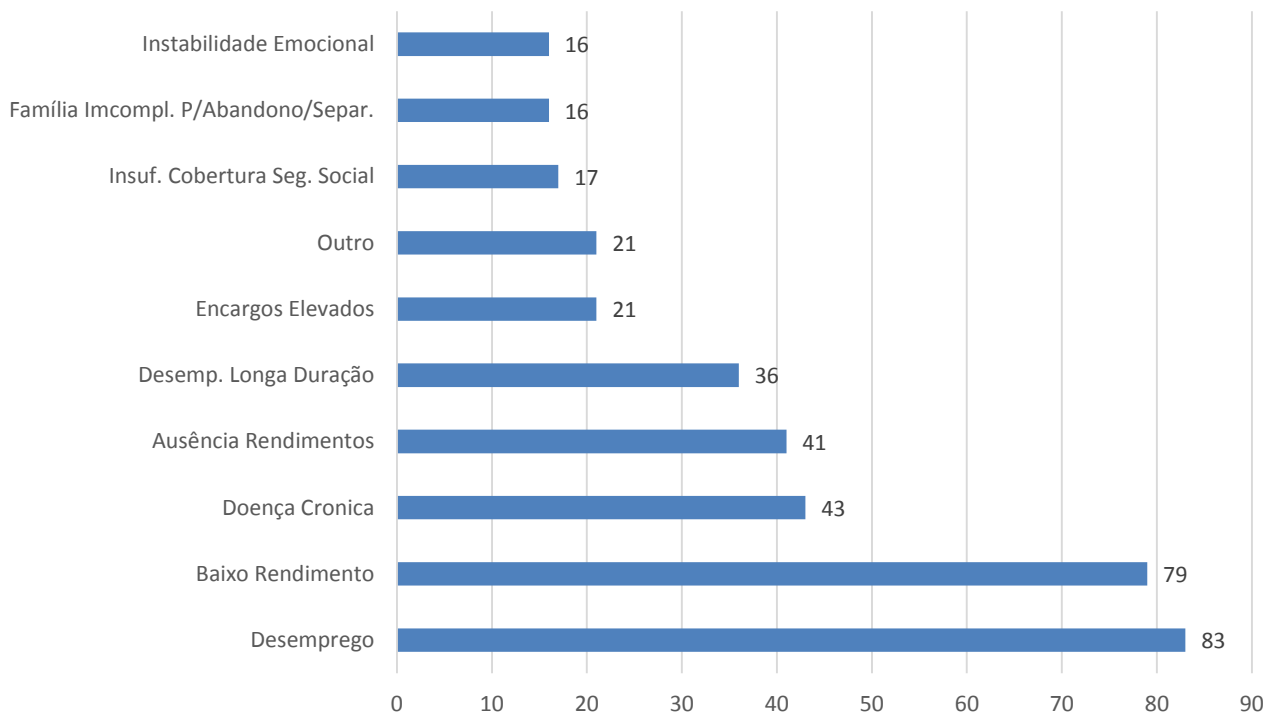
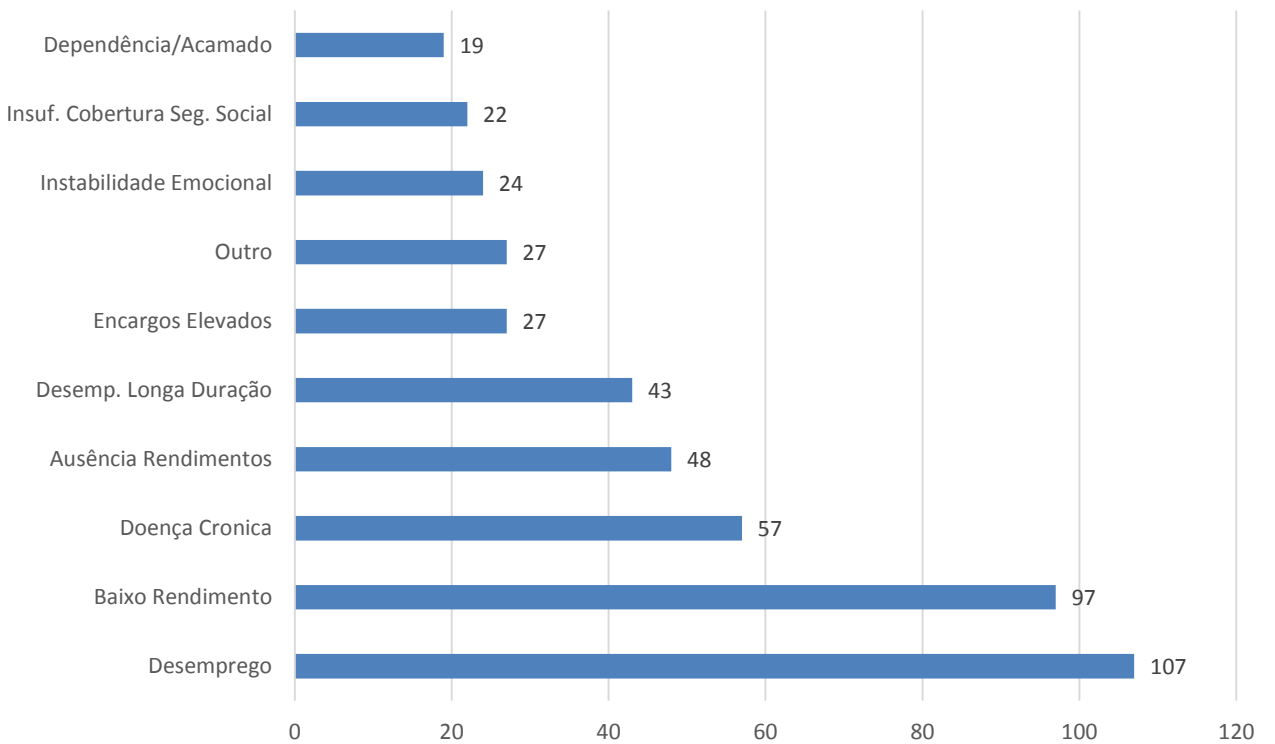
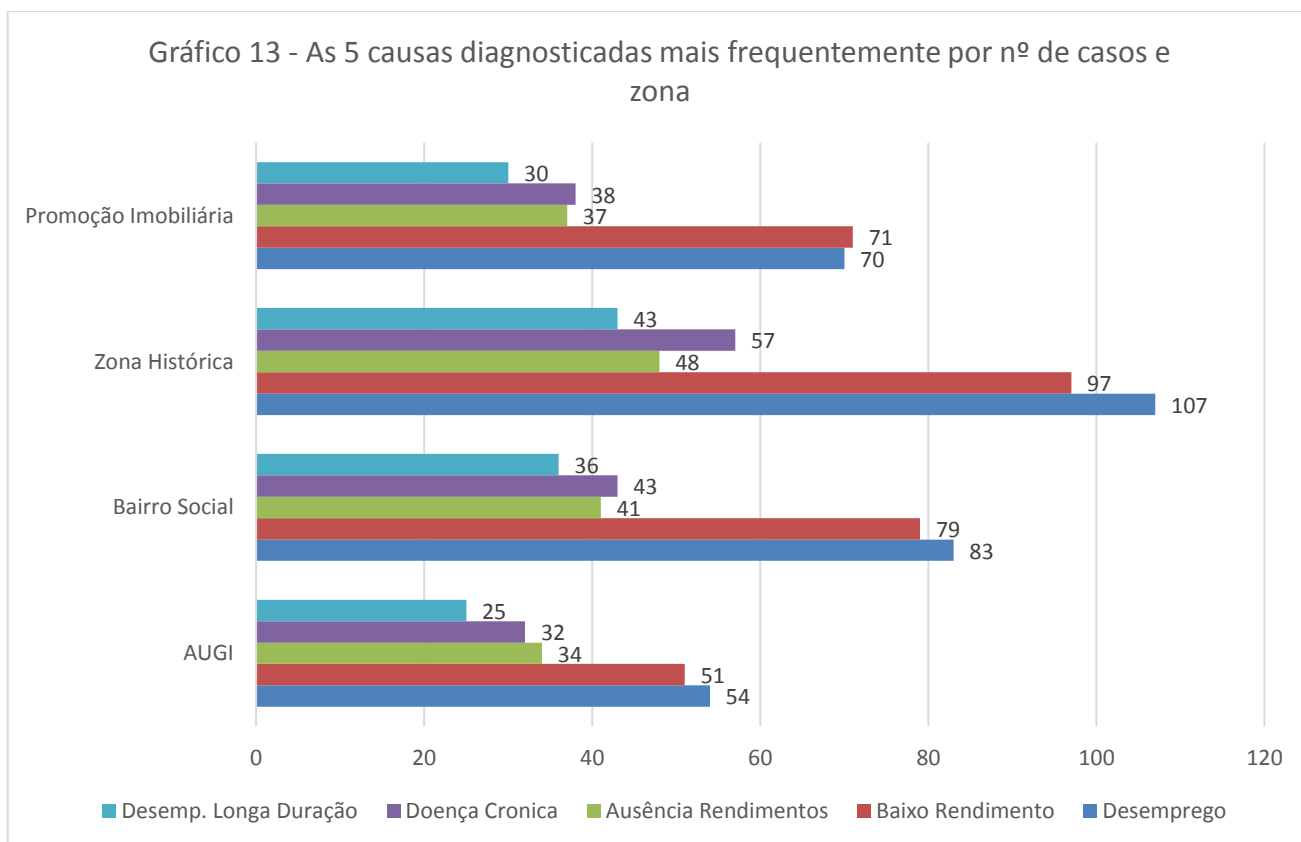
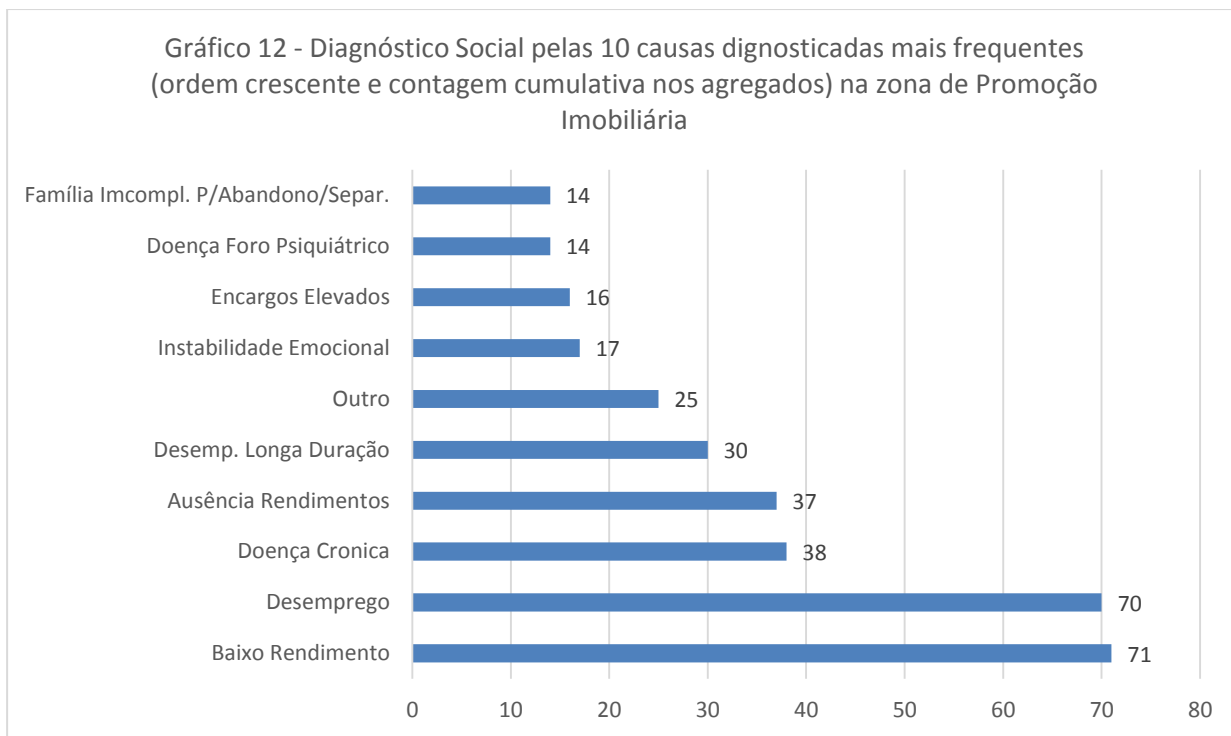
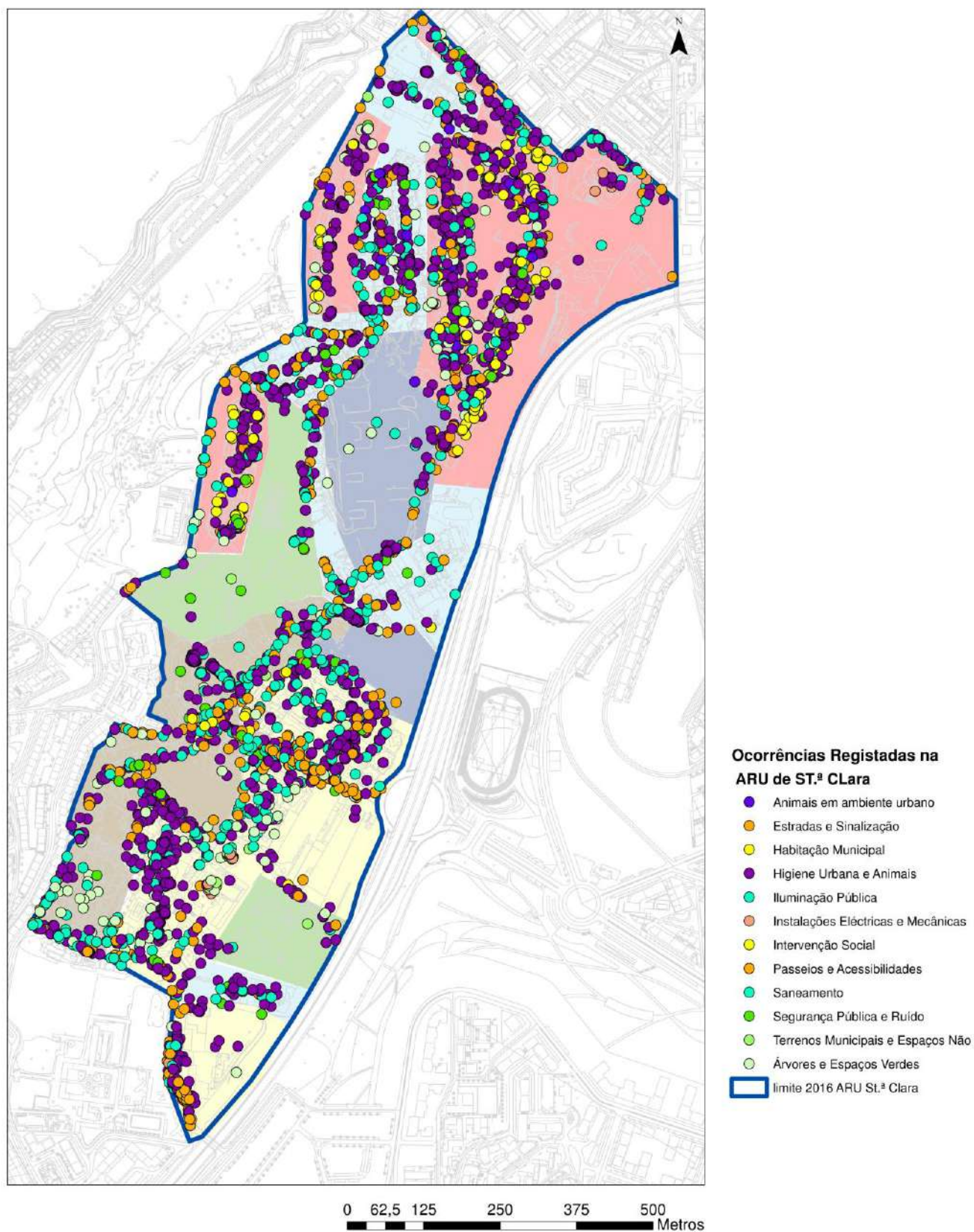


Gráfico 11 - Diagnóstico Social pelas 10 causas dignosticadas mais frequentes (ordem crescente e contagem cumulativa nos agregados) na Zona Histórica





OCORRÊNCIAS GOPI 2015



FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO



Câmara Municipal de Lisboa DMU/DP/DRAUGI

Divisão de Reconversão das Áreas Urbanas de Génese Ilegal

Ficha de Avaliação

A sua colaboração tem sido muito importante para nós. Gostaríamos de conhecer a sua opinião sobre o modo como decorreu todo o processo de consulta relativo á **Área de Reabilitação Urbana de Santa Clara**. Indique a(s) **Sessão(ões)de Consulta** em que participou:

14 de Março	<input type="checkbox"/>
17 de Março	<input type="checkbox"/>
16 de Maio	<input type="checkbox"/>
Outra (5 ou 10 de Maio)	<input type="checkbox"/>

Pertence à seguinte Organização e É:

IPSS ou SCML	<input type="checkbox"/>	Profissional	<input type="checkbox"/>
Associação ou Comissão Local	<input type="checkbox"/>	Voluntário	<input type="checkbox"/>
Autarquia Local	<input type="checkbox"/>	Dirigente	<input type="checkbox"/>
Saúde	<input type="checkbox"/>	Morador	<input type="checkbox"/>
Educação	<input type="checkbox"/>		
Morador	<input type="checkbox"/>		
Outra	<input type="checkbox"/>		

1. Avaliação das Sessões

Indique o seu grau de Satisfação (1 mínimo 5 máximo) em geral com a sessão onde participou, assinale com X:

1	2	3	4	5

Em relação aos vários aspectos, indique o grau de satisfação assinalando com um X do valor mais baixo 1 ao valor mais alto 5:

Contacto e Recepção

1	2	3	4	5

Organização e Materiais

1	2	3	4	5

Funcionamento do Grupo/Grupos onde participou

1	2	3	4	5

Conclusões e Resultados

1	2	3	4	5

2. Sessão de Apresentação de conclusões e resultados 16 de Maio:

Indique assinalando com um X do valor mais baixo 1 ao valor mais alto 5:

O Grau de Satisfação com a sessão

1	2	3	4	5

Em seu entender, qual a percentagem das propostas apresentadas (10% mínimo e 100% máximo), será concretizada, no prazo de 5 anos?

10%	25%	50%	75%	100%

3. Participação e Parceria

Qual o grau de importância da participação dos parceiros locais e moradores, de 1 a 5, nos seguintes aspectos:

Todos

Planeamento Urbano.

1	2	3	4	5

Edificado (manutenção, conservação, reabilitação e reconversão).

1	2	3	4	5

Espaço Público (adaptação, renovação de vias, segurança, higiene urbana, conservação de equipamentos e mobiliário).

1	2	3	4	5

Intervenção Social (Acção Social, Saúde, Educação, Apoio a Idosos, etc.).

1	2	3	4	5

4. Processo de participação

Um processo como este é muito importante para a melhoria da zona e da comunidade. Diga o seu grau de concordância com esta afirmação sendo o mínimo 0 - Discordo completamente ao 4 - Máximo concordo completamente.

0 – Discordo Completamente	1	2	3	4 – Concordo Completamente
-------------------------------	---	---	---	-------------------------------

Observações/Sugestões

CARTA MUNICIPAL DO PATRIMÓNIO EDIFICADO E PAISAGÍSTICO



Câmara Municipal de Lisboa
Estrutura Consultiva Residente

Carta Municipal do Património Edificado e Paisagístico
(Grupo de Trabalho, criado pela Deliberação n.º 762/2012)

Informação

Assunto: ARU Santa Clara – Carta Municipal do Património Edificado e Paisagístico

Consideração preliminar

Por solicitação da senhora Chefe da Divisão de Programas de Reabilitação Urbana e no âmbito da Área de Reabilitação Urbana de Santa Clara, foi pedido a identificação do património histórico localizado na dita área de intervenção. Neste contexto, foi realizada uma visita em 1 de dezembro de 2015 (com a participação de todos os intervenientes) de reconhecimento do território considerado. Posteriormente, e em função de uma reunião de trabalho, foram distribuídas as tarefas consoante a estrutura de trabalho formalizado cabendo à Estrutura Consultiva Residente, a apresentação das fichas histórico – patrimoniais dos Bens identificados e relativos à área delimitada para intervenção.

1 - Enquadramento

A área objecto de reconversão enquadra-se em parte na freguesia de Santa Clara e é delimitada a norte pela Rua Barata Feyo, a sul pela Rua Jorge de Sena e Azinhaga da Cidade, a nascente pelo Eixo Norte - Sul e, a poente pela Estrada da Ameixoeira, Azinhaga do Rio e Rua Professor Adelino da Palma Carlos. Trata-se de um território fragmentado por diversos contextos urbanísticos, e que pela sua diversidade morfológica se procura numa estratégia programada viabilizar a sua integração no tecido urbano envolvente. Salienta-se o núcleo Histórico da Ameixoeira desenvolvido sobre a Estrada da Ameixoeira, elo viário de ligação da zona norte e sul da ARU, no qual se identificam valores culturais (CMPEP) cuja salvaguarda e consequente valorização respeita o estabelecido na Carta Estratégica de 2010 – 2024. Os valores culturais a que se faz referência integram a Carta Municipal do Património, documento que consubstancia a identidade e a singularidade cultural da cidade assinalando objectos singulares e lojas de referência histórica, imóveis (com e sem logradouro) e conjuntos arquitectónicos (somatórios de edifícios que possuem imagem definida) património paisagístico com interesse histórico, arquitectónico e / ou ambiental. Os Bens referidos estão assinalados na Planta de Qualificação do Espaço Urbano encontram-se abrangidos pelo determinado na Secção II - Valores Culturais e articulado legal subjacente (RPDM, art.º 26 e seguintes).

Despacho



Câmara Municipal de Lisboa Estrutura Consultiva Residente

Carta Municipal do Património Edificado e Paisagístico
(Grupo de Trabalho, criado pela Deliberação n.º 762/2012)

2 – Contextualização do Núcleo Histórico da Ameixoeira (CMPEP)

Apesar de diminuta e dispersa no tempo, a informação proveniente das investigações históricas realizadas para o sítio da Ameixoeira permitem apontar que a ocupação humana remonta ao período pré-histórico. Porém, é do período pós reconquista que surge informação mais detalhada sobre o povoamento e as propriedades. A referência toponímica *Muchinis* datável aos anos pós reconquista alega a existência da Ameixoeira. Este território era propriedade do rei que o doou em parte à nobreza, às ordens religiosas e militares. Eugénio do Espírito Santo na sua monografia *Ameixoeira, um Núcleo Histórico* apresenta uma vasta listagem de antigos moradores (século XVI ao XIX), entre os quais, cavaleiros professos da Ordem de Cristo e, ainda hoje documentado pela única pedra de arma na Rua Dtª da Ameixoeira com as siglas *Ameixoeira – Basto* e a cruz de Cristo. A exploração da propriedade organizava-se em quintas, casais, fazendas e courelas. Grande parte das famílias nobres possuía quinta própria nos arredores da cidade e, nela habitavam durante longo período de tempo. Segundo Manuel Severim de Faria, Lisboa teria no século XVII, cerca de duas mil quintas. Após o terramoto de 1755, era preferível viver no campo face à falta de higiene e segurança na cidade. No século XVIII (1758) é descrita por um “lugar [que] foi composto de nobres e antigas famílias como ainda hoje sobre alguns portais os escudos de suas armas o publicam” (MATOS e PORTUGAL 1974, p. 28). Neste contexto na Estrada Direita da Ameixoeira, número 2 (apesar de não pertencer a este local) observa-se uma inscrição encimada por portão datada de 1579. Da área em análise, o edificado foi sendo erguido e organizado em função da exploração da propriedade e ao longo dos caminhos pré-existentes. Formaram-se quintas senhoriais salientando-se a Quinta de Nª Sr.ª do Carmo (CMPEP – 05.16), Quinta de Stª Ana (CMPEP - 05.04), Quinta da Castelhana (CMPEP - 05.17), Quinta de Stº António (CMPEP - 05.03)

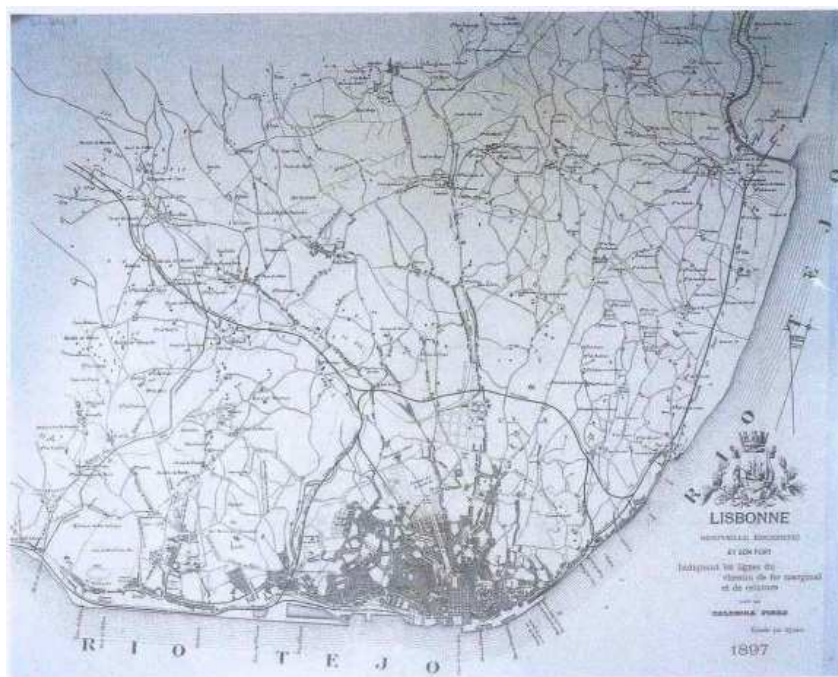
	
Edifícios da Quinta de Santa Ana – CMPEP 05.04	Edifícios da Quinta de N. Sr.ª do Carmo – CMPEP 05.16
	
Edifício da Quinta da Castelhana – CMPEP 05.17	Edifício da Quinta de Stº António – CMPEP 05.03



Câmara Municipal de Lisboa
Estrutura Consultiva Residente

Carta Municipal do Património Edificado e Paisagístico
(Grupo de Trabalho, criado pela Deliberação n.º 762/2012)

Estas quintas localizam-se a poente da Estrada da Ameixoeira, a área que melhor conserva a ambiência do antepassado rústico que os registos fotográficos e ortofoto documentam. Salienta-se igualmente as azinhagas que estabeleciam a articulação das comunicações delimitando as quintas. Caracterizam-se por trilhos (caminhos) de pé posto, estreitos entre muros (cuja destruição em parte contribuiu para a perda da sua identidade) constituindo a memória mais antiga da área rústica. Em conjunto com as atuais áreas ajardinadas das quais se destaca o Jardim de Santa Clara (CMPEP 05.09 A) espaços verdes privados, representam uma área significativa do património paisagístico da Ameixoeira.



"Carta do Concelho de Lisboa em 1897, destacando-se o território rural de quintas e azinhagas" in Atlas de Lisboa, A Cidade no espaço e no tempo, p. 94.



Câmara Municipal de Lisboa Estrutura Consultiva Residente

Carta Municipal do Património Edificado e Paisagístico
(Grupo de Trabalho, criado pela Deliberação n.º 762/2012)

3 - Quintas do Núcleo Histórico



Planta das Quintas (extracto) – Plano de Acção Territorial, Maio de 2007

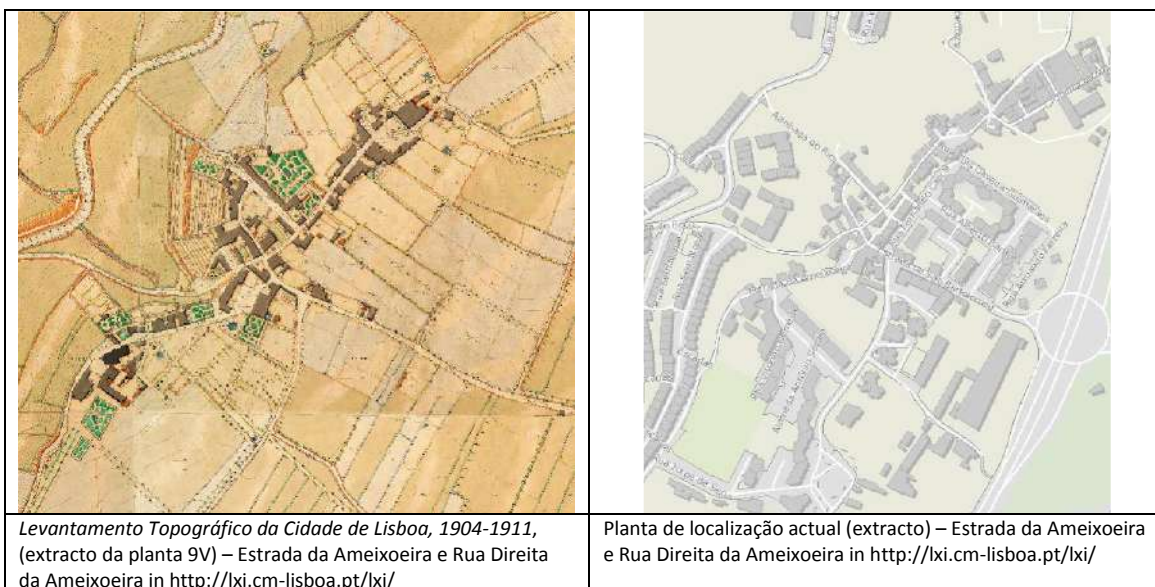
A antiga freguesia da Ameixoeira, fundada no século XVI (1541) actualmente limítrofe do concelho, na saída oeste, direcção de Loures, integrou o concelho dos Olivais em 1852 até 1885, ficando depois desta data integrada no perímetro da capital limitada a norte pela estrada da circunvalação e por carta de lei de 1885. Este território considerado parte do termo, (conceito utilizado desde a idade média até oitocentos que significava extensão variável de território que abastecia a cidade com o pão, a carne, o vinho, o azeite, a fruta e as hortaliças de que carecia), caracteriza-se por edificações religiosas de carácter público (com possível origem numa ermida, perto da qual e segundo a tradição constava que a irmandade de Santa Maria do Funchal da Ameixoeira tinha uma albergaria (século XV) para tratar pobres e peregrinos e, em proximidade destas, veio a ser construída a igreja matriz da Ameixoeira). Mas também de carácter privado, capelas de “casas de quintas” que pelas sucessivas alterações, evoluíram para uma arquitectura mais nobre, habitações modestas para alojamento dos trabalhadores rurais, pequenos largos de escala adequada ao núcleo e como ponto de encontro e de convívio. O Largo do Ministro (que terá sido o Rossio do século XVI) em conjunto com o Largo da Igreja a sul e o Largo do Terreiro a norte, constituem os redutos a partir dos quais e através de antigas vias que ainda subsistem (Estrada da Ameixoeira, Estrada de S. Bartolomeu, Azinhaga da Cidade, Azinhaga das Galinheiras) estabeleciam a ligação com Lumiar e com Lisboa. As



Câmara Municipal de Lisboa **Estrutura Consultiva Residente**

Carta Municipal do Património Edificado e Paisagístico
(Grupo de Trabalho, criado pela Deliberação n.º 762/2012)

azinhas tinham o papel fundamental da ligação entre quintas e a comunicação com os eixos principais. É este ambiente histórico patrimonial, elucidativo de uma vivência rústica ainda hoje sobrevivente que caracteriza este núcleo singular de encontros de memórias. Na envolvente deste aglomerado mais antigo, delimitado a poente por encostas de declive acentuado, proporcionando um sistema de vistas panorâmicas privilegiado e, que as fichas histórico patrimonial caracterizam, desenvolveu-se uma malha urbana que retalhou as antigas quintas e cujas alterações se verificaram a partir da década de 50 do século XX. No entanto, já o estudo urbanístico na década de 40 (Plano de Groer, 1948) considerava a Ameixoeira um espaço verde a preservar.



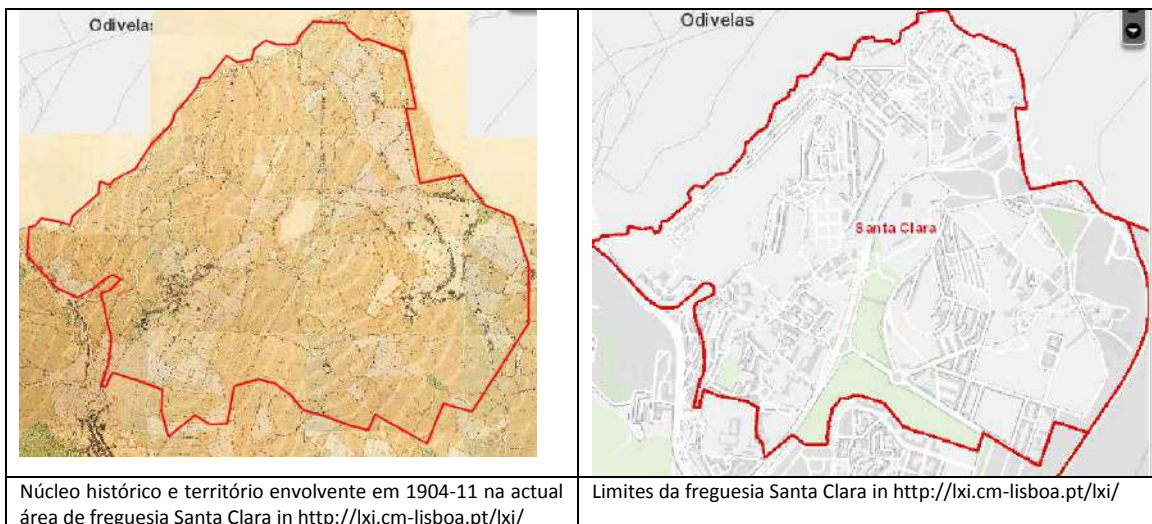
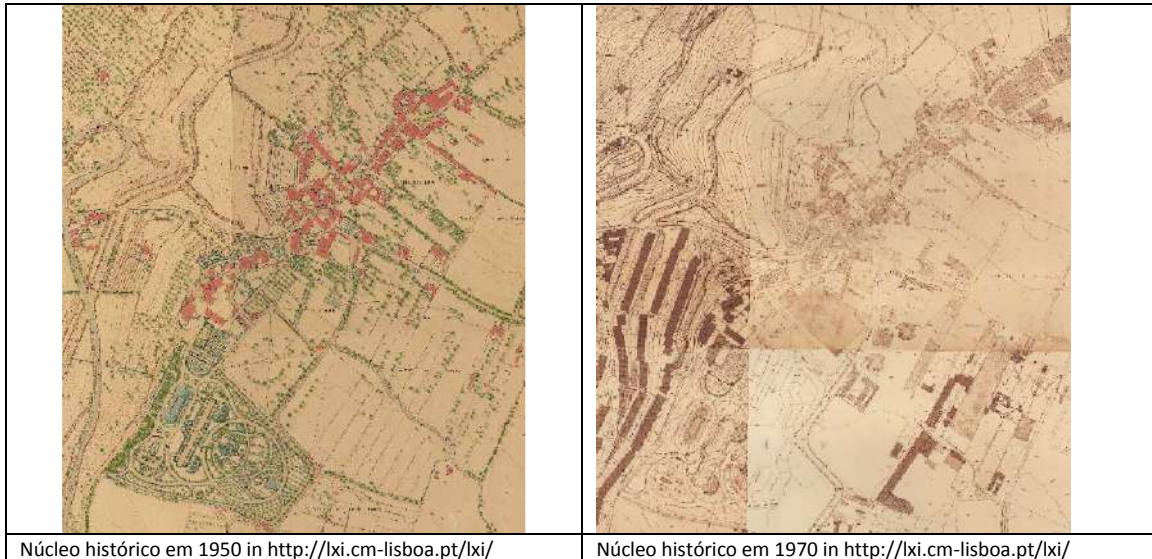
Mais tarde, os estudos sectoriais da autoria de José - Augusto França (1970) identificam o núcleo da Ameixoeira e da Charneca como “ povoações na sua definição actual [ficarem] protegidas igualmente nas zonas limítrofes ... [devendo] considerar-se que novas construções, que aliás [ameaçavam] já a Ameixoeira, [deveriam] ser mantidas a uma distância tal das povoações que não [prejudicassem] a sua imagem rústica que importa acima de tudo preservar como documento sete – oitocentista...” (FRANÇA, 2012, p.62, 63 e 177).

Também o Plano Verde de Lisboa (componente do PDM 94) tal como o Inventário Municipal do Património publicado pela primeira vez num Plano Director Municipal (de 94), o Plano Estratégico para a Preservação do Património Arquitectónico e Urbanístico de Lisboa em relação com o desenvolvimento sócio – económico (projecto VALIS), são documentos normativos que contemplaram o Núcleo Urbano de Interesse Histórico da Ameixoeira.



Câmara Municipal de Lisboa
Estrutura Consultiva Residente

Carta Municipal do Património Edificado e Paisagístico
(Grupo de Trabalho, criado pela Deliberação n.º 762/2012)



4 – Espaço público: Áreas Poente e Nascente do Núcleo Histórico, pormenores





Câmara Municipal de Lisboa
Estrutura Consultiva Residente

Carta Municipal do Património Edificado e Paisagístico
(Grupo de Trabalho, criado pela Deliberação n.º 762/2012)



Largo do Ministro



Largo do Terreiro



Estrada da Ameixoeira



Rua Dtª da Ameixoeira



Câmara Municipal de Lisboa
Estrutura Consultiva Residente

Carta Municipal do Património Edificado e Paisagístico
(Grupo de Trabalho, criado pela Deliberação n.º 762/2012)



Largo da Igreja / Estrada da Ameixoeira



Beco dos Ferreiros



Largo da Igreja / Elementos de cantaria



Estrada da Ameixoeira/ Guarda de ferro fundido; Elementos de cantaria





Câmara Municipal de Lisboa
Estrutura Consultiva Residente

Carta Municipal do Património Edificado e Paisagístico
(Grupo de Trabalho, criado pela Deliberação n.º 762/2012)



Largo do Ministro / Chafariz



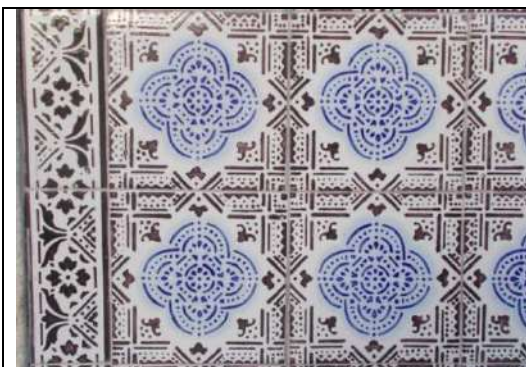
Largo do Terreiro / Chafariz



Tv. De Stº António / Azulejaria semi – industrial



Rua Dtª da Ameixoeira/ Azulejaria semi – industrial



Largo do Ministro/ Azulejaria semi – industrial



Rua Dtª da Ameixoeira / Balastrada e outros elementos cerâmicos



Câmara Municipal de Lisboa
Estrutura Consultiva Residente

Carta Municipal do Património Edificado e Paisagístico
(Grupo de Trabalho, criado pela Deliberação n.º 762/2012)





Câmara Municipal de Lisboa
Estrutura Consultiva Residente

Carta Municipal do Património Edificado e Paisagístico
(Grupo de Trabalho, criado pela Deliberação n.º 762/2012)



Tv de Stº André à Ameixoeira / Registro de Stª Ana



Tv de Stº André à Ameixoeira / Beiral e telha de aba e canudo



Estrada Dtª da Ameixoeira / Siglas Mexoeira – Basto com a Cruz de Cristo



Tv de Stº André à Ameixoeira / Pavimento empedrado



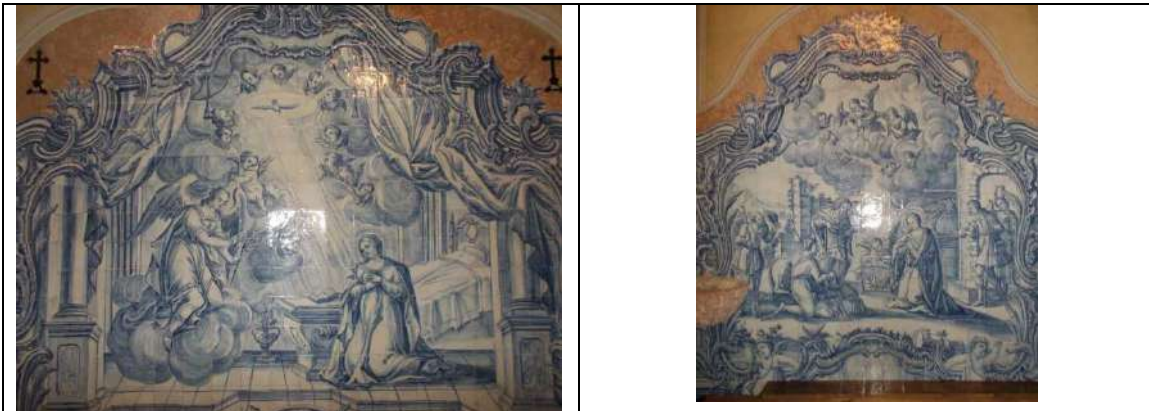
Estrada da Ameixoeira / Rua Jorge de Sena – Jardim público de Stª Clara



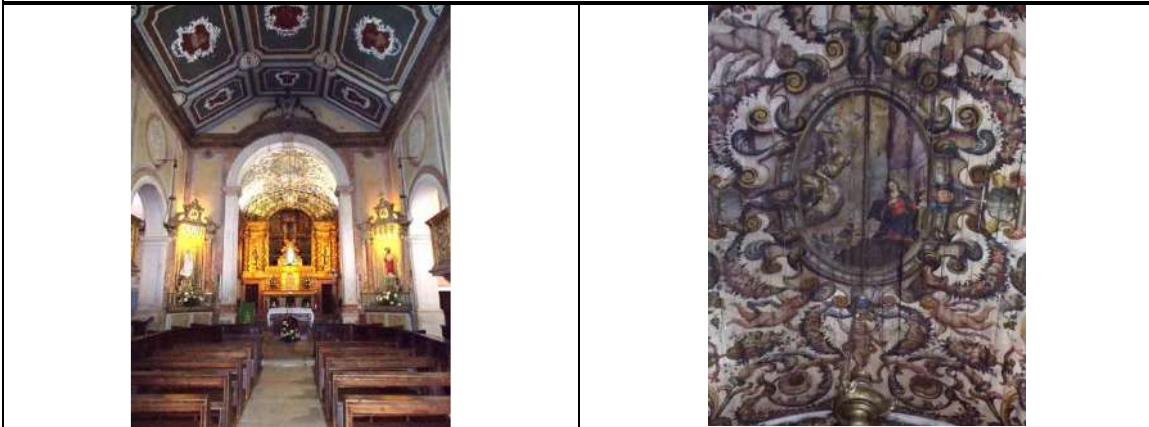


Câmara Municipal de Lisboa
Estrutura Consultiva Residente

Carta Municipal do Património Edificado e Paisagístico
(Grupo de Trabalho, criado pela Deliberação n.º 762/2012)



Interior da Igreja (IIP) – Azulejaria alusiva à vida de Nª Sª da Encarnação



Nave com tecto de masseira / capela –mor em abóbada de berço e pintura “A Encarnação”



Estuques decorativos



Símbolos marianos e talha dourada do púlpito



Câmara Municipal de Lisboa **Estrutura Consultiva Residente**

Carta Municipal do Património Edificado e Paisagístico
(Grupo de Trabalho, criado pela Deliberação n.º 762/2012)



Azulejaria monocroma do século XVIII e lavabo datado de 1560

5- Breve caracterização e estado de conservação

O núcleo urbano de interesse histórico da Ameixoeira, cartografado no levantamento do Património construído e ambiental em 1991 para os estudos preliminares da Carta Municipal do Património, desenvolve-se ao longo da Estrada da Ameixoeira, no Largo do Ministro, no cruzamento das Estradas de S. Bartolomeu com a Travessa de Stº André à Ameixoeira e com a Calçada do Poço e Estrada Direita da Ameixoeira e por último no Largo do Terreiro com ligação ao Beco dos Ferreiros. Face ao que se observa no local todas as frentes determinam um espaço urbanisticamente consolidado, organizado em função da estrutura viária subordinada à formação de quintas e, cuja toponímia fixada nas Azinhagas, recupera e caracteriza a memória e a identidade do lugar. Os arruamentos (também servidos por iluminação em candeeiros de chão e de parede “lanterna de Lisboa”) revelam uma estrutura morfológica coerente apresentando características em consonância com uma arquitetura tipológica de uso habitacional com edifícios de apoio às funções agrícolas. Neste contexto assinala-se propriedade maioritariamente particular com duas categorias de edifícios: os que atingem três a quatro pisos de altura e, de um a dois pisos com características mais modestas, mas os mais antigos. Apesar do mau estado (pontual) de conservação de alguns edifícios (Quinta de Stº António – CMP 05.03 e o edificado que lhe fica fronteiro, Casa dos Ingleses – CMP 05.18 e, ainda as frentes da Rua Direita da Ameixoeira) globalmente o conjunto dos imóveis integra-se de forma coerente e em razoável estado de conservação formando com a envolvente uma ambiência harmoniosa. Registam-se alguns edifícios cujos acessos se fazem também por grandes portões de ferro ladeados por muros altos com vasos de coroamento e, que antecedem pátios amplos em torno dos quais se organiza o edificado. Identificam-se neste conjunto os Bens da Carta Municipal do Património com os códigos: 05.13; 05.05; 05.04; 05.03). A azulejaria de fachada de produção semi-industrial na técnica da estampilha e faiança também aqui está presente. Revestem integralmente as fachadas principais de três edifícios sendo que um deles (edifício da quinta de Stº António) a registar grandes quantidades de azulejos em falta e em mau estado de conservação. De padronagem de temática vegetalista policroma guarnecida por frisos na mesma temática e paleta cromática, correspondem a produções da fábrica Viúva Lamego. As coberturas de águas múltiplas registam em grande parte, telha cerâmica de aba e canudo com os beirais simples e duplos na mesma telha. As azinhagas (do que resta) em conjunto com os espaços verdes privados e jardim municipal de Stª Clara constituem o património paisagístico de relevância.



Câmara Municipal de Lisboa
Estrutura Consultiva Residente

Carta Municipal do Património Edificado e Paisagístico
(Grupo de Trabalho, criado pela Deliberação n.º 762/2012)



Núcleo Urbano de Interesse Histórico da Ameixoeira – Estudos Preliminares da Carta Municipal do Património – freguesia Ameixoeira, 1991



Traversa de Stº António com ligação à Traversa de Stº André à Ameixoeira



Traversa de Stº André à Ameixoeira



Traversa de Stº André à Ameixoeira



Traversa de Stº António



Câmara Municipal de Lisboa
Estrutura Consultiva Residente

Carta Municipal do Património Edificado e Paisagístico
(Grupo de Trabalho, criado pela Deliberação n.º 762/2012)

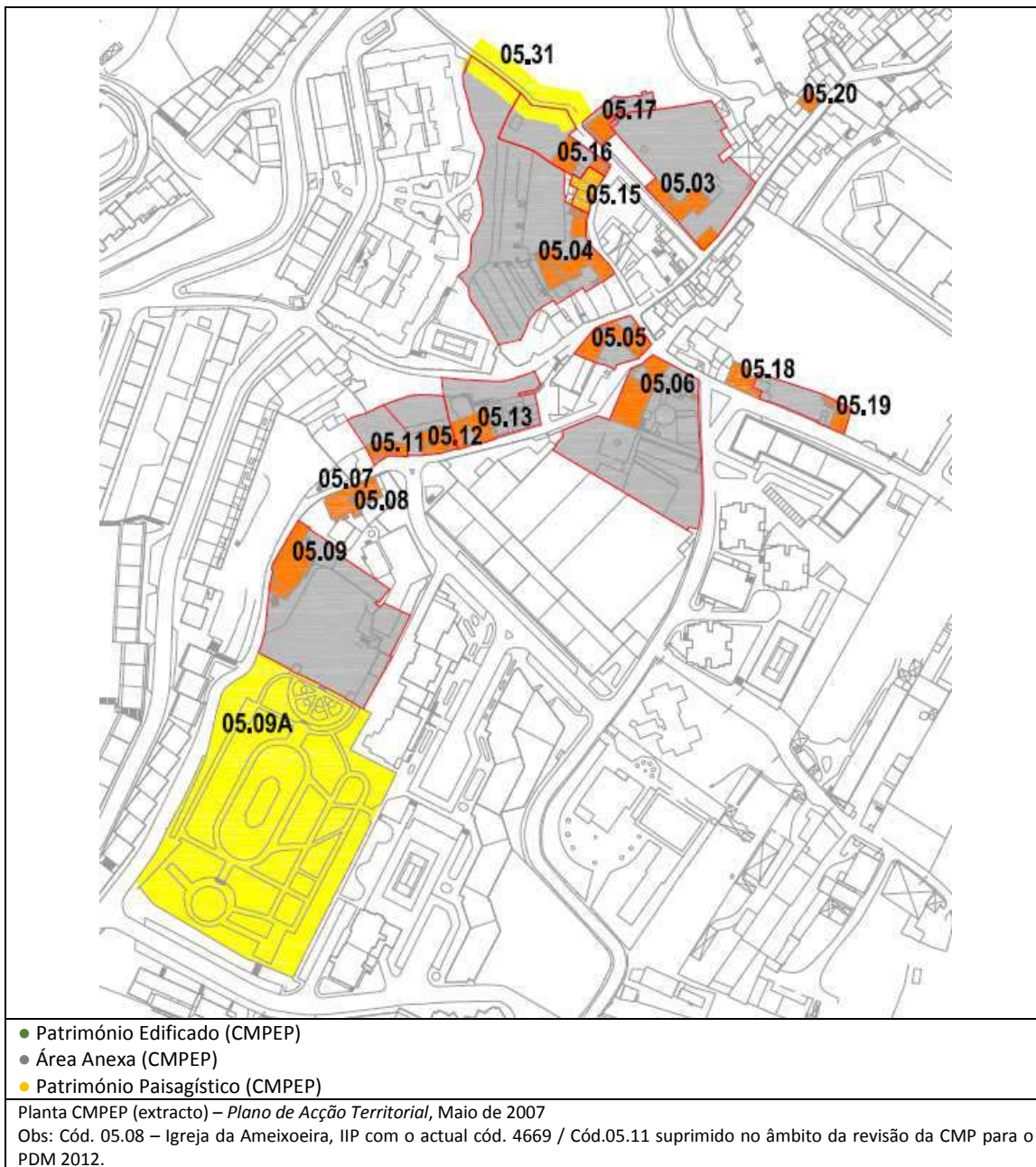
<p>Eстрада Dtª da Ameixoeira</p>	
<p>Eстрада de S. Bartolomeu</p>	
<p>[levantamento fotográfico em 21 e 26 de Janeiro 2016]</p>	



Câmara Municipal de Lisboa
Estrutura Consultiva Residente

Carta Municipal do Património Edificado e Paisagístico
(Grupo de Trabalho, criado pela Deliberação n.º 762/2012)

6 – Planta da Carta Municipal do Património





Câmara Municipal de Lisboa
Estrutura Consultiva Residente

Carta Municipal do Património Edificado e Paisagístico
(Grupo de Trabalho, criado pela Deliberação n.º 762/2012)

8 – Bens da Carta - RPDM - Anexo III / Pareceres patrimoniais

Código	Designação	Morada	Pareceres Patrimoniais
05.09 A	Jardim da Quinta de Stª Clara	Estrada da Ameixoeira	
05.09	Quinta de Stª Clara	Estrada da Ameixoeira, 112 - 114	
05.07	Cruzeiro da Ameixoeira	Estrada da Ameixoeira	
4669	Igreja da Ameixoeira (IIP)	Estrada da Ameixoeira	
05.12	Quinta do Loureiro	Estrada da Ameixoeira, 125 – 127 A	
05.13	Casal de Nª Senhora da Saúde	Estrada da Ameixoeira, 129	Proc. n. (...) – Inf. n.º 4363/INT/2010 de 13 de dezembro
05.18	Casa dos Ingleses	Estrada de S. Bartolomeu, 32 - 38	Inf. n.º 2638/INT/DMGU/DMDIU/DMU/2005 de 17 de Junho
05.19	Casal de Stº António	Estrada de S. Bartolomeu, 28 - 30	Proc. n.º 1185/EDI/2007 Inf. n.º 4446/INT/DMGU/DMDIU/DMU/2007 de 12 de Outubro/Proc. n.º 1185/EDI/2006 Inf. n.º 896/INT/DMGU/DMDIU/DMU/2008, de 4 de Março /Proc. n.º 781/EDI/2008 – Inf. 5698 de 30 Dezembro 2008
05.06	Palácio Casal Ribeiro	Largo do Ministro, 7 - 9	
05.05	Pátio do Ministro	Acesso: Largo do Ministro, 3	
05.04	Quinta de Stª Ana	Tv. de Santo André, 9 – 13	
05.15	Conjunto de quatro edifícios de habitação unifamiliar	Tv. De Santo André, 15, 17, 19 e 21	
05.16	Quinta de Nª Senhora do Carmo	Tv. De Stº António, 15 - 17	
05.31	Azinhaga do Rio		
05.17	Edifícios da (antiga) Quinta da Castelhana	Tv. De Santo António, 10 – 12; Azinhaga do Rio	
05.03	Quinta de Stº António	Tv. De Santo António à Ameixoeira, 2 - 4	Proc. n.º 1165/EDI/2011 – Inf. 1207/INT/2012 de 2 de Março 2012/ Proc. n.º 933/EDI/2010 – Inf. n.º 3395/INT/2010, de 1 de Out 2010/Proc. n.º 975/EDI/2008 – Inf. n.º 4565/INT/2008 de 14 de Outubro
05.20	Edifício de habitação com fachada de azulejo	Rua Direita da Ameixoeira, 27 - 29	



Câmara Municipal de Lisboa **Estrutura Consultiva Residente**

Carta Municipal do Património Edificado e Paisagístico
(Grupo de Trabalho, criado pela Deliberação n.º 762/2012)

9- Conclusão

O Núcleo histórico da Ameixoeira conserva até à actualidade uma imagem ambiental herdada das pré-existências do século XVI/XVII. Ainda que com alguns edifícios de substituição e outros, somatório de sucessivas intervenções, o valor patrimonial do conjunto advém-lhe da sua integração consolidada e ligada à memória urbanística e arquitectónica do sítio. A arquitectura religiosa aqui presente, nomeadamente a igreja matriz da Ameixoeira e pequenas capelas integradas no casario envolvem-se com a arquitectura residencial cujos acessos são servidos por pavimentos empedrados. Este núcleo documenta um arrabalde da cidade (à semelhança de outros) com uma antiga estrutura viária - azinhagas - que articulava os núcleos populacionais e, que constituem as memórias mais marcantes do seu passado rústico. As quintas de recreio e de produção fonte do abastecimento de bens essenciais à cidade foram em parte retalhadas e ocupadas por novas construções em altura em função das alterações urbanísticas verificadas a partir das décadas de 50 e 60 do século XX. A importância da salvaguarda deste aglomerado com valores históricos subjacentes, é defendido com mais detalhe nos inícios dos anos 70 (estudos de J. A. França), contemplado no PDM de 94 e, retomado no PDM em vigor.

O RPDM no seu anexo III contempla nesta área de reabilitação (ARU – Santa Clara) dezassete bens de interesse histórico arquitectónico e que integram o nível 2 arqueológico de intervenção. Os bens mencionados regem-se pelos princípios orientadores dos *Bens Culturais Imóveis de Interesse arquitectónico, histórico e paisagístico da Carta Municipal do Património*, cujas intervenções a terem lugar **“devem respeitar quer a morfologia e as estruturas urbanas na sua interligação com o território envolvente, quer as características substanciais dos imóveis que contribuem para a continuidade urbana, incluindo a morfologia, a volumetria, a altura das fachadas, o cromatismo e os revestimentos”** (RPDM, artº 27º, Diário da República, 2ª Série, n.º 168 de 30 de Agosto de 2012, p. 30282). Devem ainda ser observados os artigos 13º e 43º do Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação de Lisboa (RMUEL, Diário da República, 2ª Série, n.º 74 de 16 de Abril de 2013)

Também pela Carta Estratégica de Reabilitação urbana é afirmado que: **“Deve ser garantida e promovida a valorização do Património Cultural afirmando os valores patrimoniais, materiais e simbólicos como factores de identidade, diferenciação e competitividade urbana.”** (Carta Estratégica de Reabilitação Urbana de Lisboa – 2011 – 2024, 4º suplemento ao Boletim Municipal N.º 945, Março 2012, p. 84)



Câmara Municipal de Lisboa
Estrutura Consultiva Residente

Carta Municipal do Património Edificado e Paisagístico
(Grupo de Trabalho, criado pela Deliberação n.º 762/2012)

Fontes de Informação:

ANTUNES, Eugénio do Espírito Santo - *Ameixoeira, um Núcleo Histórico*, Lisboa, 2013

Atlas de Lisboa, A cidade no espaço e no tempo, Lx, Contexto, Editora Lda, 1993

Carta Estratégica de Reabilitação Urbana de Lisboa – 2011 – 2024, 4º suplemento ao Boletim Municipal N.º 945, Março 2012

Estudo Patrimonial do Núcleo Histórico da Ameixoeira – ARU – Área de Reabilitação Urbana Sistemática da Ameixoeira, CML, 2013

Estudos Preliminares da Carta Municipal do Património – Freguesia da Ameixoeira, CML, 1991

FRANÇA, José Augusto, *Estudo das Zonas ou Unidades urbanas de Carácter Histórico – Artístico em Lisboa*, CML, 2012

LOURENÇO, Marta Rente, *Projecto Urbano – Ameixoeira, um núcleo histórico enquadrado nas áreas de expansão recente*, dissertação de mestrado integrado em arquitectura, Instituto Superior Técnico, Universidade Técnica de Lisboa, 2011.

Pelas freguesias de Lisboa, o termo de Lisboa, Benfica, Carnide, Lumiar, Ameixoeira, Charneca, CML, 1993

Plano de Pormenor Salvaguarda da área de intervenção do Gabinete Técnico Rua do Lumiar / Ameixoeira, Área da Ameixoeira, CML / DMRU, s.d (policopiado)

Plano de Acção Territorial, Ameixoeira, Charneca, Lumiar, CML, 2007

PLANO DIRECTOR MUNICIPAL REGULAMENTO, Lisboa, CML, 2012.

PORTUGAL, Fernando e MATOS, Alfredo de, *Lisboa em 1758, Memórias Paroquiais de Lisboa*, Lisboa, 1974

Reabilitação Urbana, Núcleos Históricos, CML, 1993

SANTANA, Francisco; SUCENA, Eduardo - *Dicionário da História de Lisboa*; Sacavém: Carlos Quintas & Associados-Consultores, 1994

SILVA PINTO, Júlio António Vieira da, *Levantamento Topográfico da cidade de Lisboa, 1904 – 1911*.

Nota:

Em resposta ao solicitado, o presente documento foi produzido no âmbito da Carta Municipal do Património para o estudo em curso da Área de Reabilitação Urbana de Santa Clara (ARU -Santa Clara). Considerando anteriores trabalhos realizados pela equipa do NEP / ECR no âmbito do Plano de Acção Territorial – Ameixoeira, Lumiar e Charneca (Maio de 2007) e numa outra fase, como apoio à Área de Reabilitação Urbana Sistemática da Ameixoeira (Abril de 2013), são utilizados neste documento, duas plantas e as fichas de carácter histórico patrimonial (agora reconvertidas para o atual modelo de ficha) dos referidos trabalhos de 2007 e 2013.

ARU Santa Clara – Carta Municipal do Património Edificado e Paisagístico [2 Parte] - Fichas Patrimoniais

Fátima Alcobia, hist.

09/02/2016



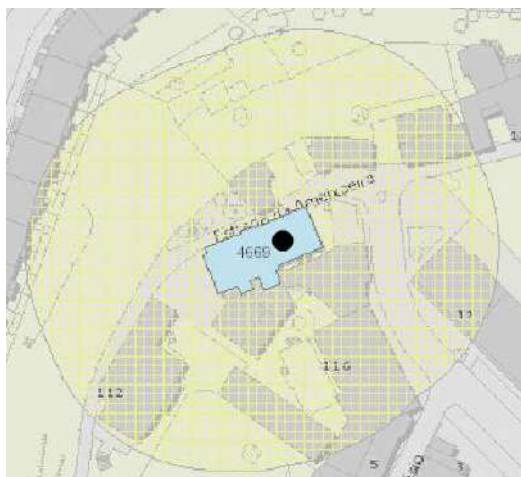
CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

CARTA MUNICIPAL DO PATRIMÓNIO EDIFICADO E PAISAGÍSTICO

FICHA PATRIMONIAL

(NOS TERMOS DO DISPOSTO NO PONTO 9, DO ART.º 26, DO REGULAMENTO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE LISBOA)

IDENTIFICAÇÃO E LOCALIZAÇÃO		
Código CMP:	Nome: Igreja de Nossa Senhora da Encarnação	
Outros Códigos CMP: 4669	Outras Designações: Igreja Matriz da Ameixoeira; Igreja de Nossa Senhora do Funchal.	
Número de Obra: 10010	Freguesia: Santa Clara	Freguesia Antiga: Ameixoeira
Morada: Estrada da Ameixoeira		
Código SIG: 0501102003001		



Planta de localização



Adro e acesso principal [Jan. 2016]

INFORMAÇÃO DE SÍNTESE										
Classificação da Administração Central / Municipal:	I I P - Igreja de Nossa Senhora da Encarnação / Igreja Paroquial da Ameixoeira			Decreto nº 45/93, DR, 1ª série-B, nº 280, de 30-11-1993						
Planos	PDM 1994		x	PDM 2012		x	PU		PP	
Designação dos PU e PP										
Nível Arqueológico (Art.º 33º do PDM)			Azulejaria em Espaço Público – PISAL				Grau de Intervenção			
1	2	X	3	1	2	3	1	x	2	3
Prémios										
Autores/Projetistas	Mateus de Sousa (projecto da capela-mor)			Data do Projeto			Data da Edificação	Séc. [XV]-XX		



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

CARTA MUNICIPAL DO PATRIMÓNIO EDIFICADO E PAISAGÍSTICO

FICHA PATRIMONIAL

(NOS TERMOS DO DISPOSTO NO PONTO 9, DO ART.º 26, DO REGULAMENTO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE LISBOA)

Sumário:

Esta Igreja terá sido construída no lugar de uma ermida, provavelmente anterior a 1500, tendo recebido obras de alteração e melhoramentos ao longo do tempo. Face a uma grande destruição de que foi alvo após o terramoto de 1755, foi reconstruída “com gosto discreto e austero da arquitectura pombalina”. Classificada como imóvel de interesse público, define-se por planta longitudinal, nave única cujo programa decorativo caracterizado por azulejaria, pinturas, talha dourada e outros elementos de apoio à função religiosa enobrecem o acervo patrimonial.

CARACTERIZAÇÃO HISTÓRICO-ARQUITETÓNICA

Contextualização histórico-urbana

Esta igreja, de acordo com várias fontes, datará do século XV, ainda antes da passagem da Ameixoeira a freguesia, ao se ter desmembrado da do Lumiar, sendo uma ampliação de uma ermida [P. Luís Cardoso, *Diccionario Geografico ou Noticia Historica de todas as Cidade, Lugares e Aldeas, Rios Ribeiras, e Serras do Reyno de Portugal, e Algarve, com todas as cousas raras, que nelles se encontrão, assim antigas, como modernas*, Tomo I, Lisboa, Regia Officina Sylviana, 1747, p. 443; ANTT, *Memorias Paroquiais*, vol. 3, nº 67, fl. 270v]. Com base na descrição do pároco da Ameixoeira, Reitor José Nunes Vieira, de 1758, “o corpo da Igreja [era] de hũa nave [baixa], e capella mor á porproção” [ANTT, *Memorias Paroquiais*, vol. 3, nº 67, fl. 270v]. Sabe-se que ela teve obras de alterações ou de melhoramentos ao longo dos séculos seguintes, por, segundo o P. Luís Cardoso, ter sofrido, algures no tempo, obras, justificadas por ser já pequena para o número de crentes, tendo-lhe sido construído um “pórtico, e Igreja com dous Altares, e huma pequena Capella mor” [P. L. Cardoso, *op. cit.*, p. 443] ou “choro sobre cunhaes, e columnas da parte de fora da porta principal” [ANTT, *Memorias Paroquiais*, vol. 3, nº 67, fl. 270v]. Em finais do século XVII (1682), D. Pedro II “mandou fazer, pelo dinheiro das Decimas da Freguezia paredes, e telhados para capella mor, e tribuna (...), que a Confraria de Nossa Senhora da Encarnação (...) ornarão de entalhado dourado” [*Ibidem*] hoje identificada de “erudita decoração barroca” [Victor Serrão, «Entrada nº 178 – Igreja Matriz de Nossa Senhora da Encarnação da Ameixoeira», in *Monumentos e Edifícios Notáveis do Distrito de Lisboa*, vol. V-Quarto Tomo (2ª Parte), Lisboa, Assembleia Distrital de Lisboa, 2000, p. 338]. Já em 1758, na descrição feita pelo Reitor José Nunes Vieira, a igreja ficou seriamente danificada, por causa do sismo de 1 de novembro de 1755: Deitou abaxo o choro da Igreja, o frontespício, e metade da Torre dos Sinos com taboas, e vem que tangerão com o impulso; as paredes da Capella mor, Tribuna, e Sanchristia, padecerão grande ruina [ANTT, *Memorias Paroquiais...*, fl. 274r]. Em 1758, a igreja continuava em ruínas, explicada por a “Freguezia ser pequena, e muito pobre, e as modicas rendas de Nossa Senhora da Encarnação com o mesmo Terremoto se arruinarão, e estão quazi extintas” [*Ibidem*].

Descrição – Com a sua reconstrução, ela passa a refletir, como Vítor Serrão sugere, “o gosto discreto e austero da arquitectura pombalina, com três corpos cingidos por grossas pilastras verticais, integrando, ao centro, o portal de frontão curvo acoplado ao janelão do coro, que o sobrepuja e, à esquerda, a torre sineira, de coruchéu muito amplo, tudo rematado por pináculos nos acrotérios e nos ângulos do frontão” [V. Serrão, «art. cit.», in *op. cit.*, p. 338]. No interior do frontão, lápide em pedra mármore rosa, com a inscrição latina de consagração da igreja a “Maria Mãe de Deus”. Poderão ser balizas cronológicas de grande parte dos trabalhos de reconstrução a data de 1760 (gravada em chapa colocada nas almofadas superiores dos batentes da entrada principal) e a de 1777, o ano de falecimento do Reitor José Nunes Vieira (em lápide da sua sepultura existente no interior da igreja) [*Idem*, pp. 338-339]. Na fachada lateral encontra-se parte de uma lápide tumular epigrafada e uma pedra de armas, da família dos Maia.

Esta igreja composta por nave única e cinco altares albergando o mor o santíssimo e a imagem do orago, regista do século XVII e XVIII o seu principal acervo decorativo. Salienta-se os painéis figurativos monocromos localizados nos panos de parede do coro alto (1768) e na nave (1688), estes últimos de atribuição a António de Oliveira Bernardes. A azulejaria parietal também presente na



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

CARTA MUNICIPAL DO PATRIMÓNIO EDIFICADO E PAISAGÍSTICO

FICHA PATRIMONIAL

(NOS TERMOS DO DISPOSTO NO PONTO 9, DO ART.º 26, DO REGULAMENTO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE LISBOA)

sacristia e áreas anexas complementada com apainelados em estuque e símbolos marianos. Realça-se ainda os púlpitos, retábulos de talha dourada, pinturas em telas de autoria de Pedro Alexandrino e de Bento Coelho da Silveira, a pintura nos tectos datada de 1697 de autoria José de Sousa Figueiredo em parceria com António da Cunha Cidrão e João Carvalho e, de 1702 tecto em brutesco de autoria de António de Almeida e Manuel Dias. Outros elementos patrimoniais deste acervo religioso como sejam o arcaz e o sacrário do século XVII, o lavabo mandado edificar pelo pároco Sebastião Ribeiro e datado de 1560, enobrecem o conjunto decorativo. As lápides sepulcrais estudadas por Júlio de Castilho datadas do século XVI a XVIII documentam os enterramentos (cuja proibição definitiva legislada em 10 de fevereiro de 1844) das nobres famílias habitantes do lugar.

Excursão Brasão: Leitura - Escudo português, esquartelado: I e IV – armas da família Vieira - seis vieiras dispostas em duas palas de três; II e III – armas da família Maia - águia virada a dextra, estendida e sancada. Comentário – Pedra de armas esculpida em baixo-relevo, estando destacado os limites externos do escudo e os relativos ao esquartelado. A base do escudo termina numa ligeira ponta arredondada. Lápide: Leitura: AQVI IAS NESTA CAPELA OS INSTITOIDORES D\ E/LA MVITO POR SVA VOMTAD\ E/ E PED\ E/M POR CARIDAD\ E/ A QVEM ESTE LER AOS NOSOS IRMAOS QVE LHE REZEM HVM PADRE NOSTRE PELAS ALMAS POR ESTES FIEIS CRISTAOS O QVAL FOI MANOEL VIEIRA DA MAIA FIDALGO D\ E/ MVI NOBRE E A\ N/TIGVA LINHAGEM E SVA MOLHER DONA BRITES D\ E/ BITOGE ESPERAO PELA MISERICORDIA D\ E/ CRISTO. Comentário: lápide epigráfica de caracteres latinos maiúsculos, com nexos de letras, que são apresentados entre \ /. As letras ausentes no texto aparecem na transcrição em itálico>.

O documento mais antigo em livro de obra data de 1971 e refere-se à necessidade de reparação urgente na cobertura da igreja, (Cf. Obra 10010/Petição 12623/1971/fl.1). Ainda na década de 70 foram realizadas obras clandestinas numa vasta área a tardoz da igreja e com acesso pela Estrada da Ameixoeira. O processo foi alvo de regularização e em 1980 foi arquivado. As obras realizadas constam de uma casa mortuária com instalação sanitária, uma sala de trabalho, uma arrecadação, uma sala de convívio, um salão de festas com palco com cabine com projecção e instalação sanitária, (Cf. Obra 10010/Vol.1/Proc. 2034/I/77/fl. 27).

Imagens:



Perspetiva da fachada da Igreja Matriz
(Fonte: CML/DMPRGU/DPRU-DRU-ECR-CMP)



Perspetiva da fachada lateral virada para a Estrada da Ameixoeira
(Fonte: CML/DMPRGU/DPRU-DRU- ECR-CMP)



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

CARTA MUNICIPAL DO PATRIMÓNIO EDIFICADO E PAISAGÍSTICO

FICHA PATRIMONIAL

(NOS TERMOS DO DISPOSTO NO PONTO 9, DO ART.º 26, DO REGULAMENTO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE LISBOA)



Vista aérea da localização da igreja (Fonte: MapSnapshot.jpg)



Localização da igreja matriz – 1827 (Fonte: Prancha nº 39 - *Planta do Lumiar e Ameixoeira, para a Carta Topographica dos Suburbios de Lisboa, levantada por Ordem do Governo - 16 de abril de 1827* (<http://sidcarta.exercito.pt/bibliopac/bin/wxis.exe/bibliopac/11.abr.2013>))



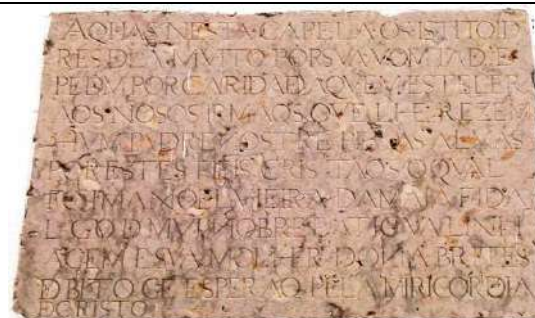
Localização da igreja matriz – 1907-1911 (Fonte: Júlio António Vieira da Silva Pinto, *Levantamento da Planta de Lisboa: 1904-1911*, Prancha nº 9V - PT-AMLSB-CMLSB-UROB--PU-05-03-237)



Pedra com inscrição epigráfica colocada no frontão da entrada principal da igreja matriz (Fonte: CML/DMPRGU/DPRU-DRU-ECR-CMP)



Pedra de armas da família Vieira Maia colocada na fachada lateral da igreja matriz (Fonte: CML/DMPRGU/DPRU-DRU-ECR-CMP)



Pedra tumular epigrafada de elementos da família Vieira Maia colocada na fachada lateral da igreja matriz (Fonte: CML/DMPRGU/DPRU-DRU-ECR-CMP)



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

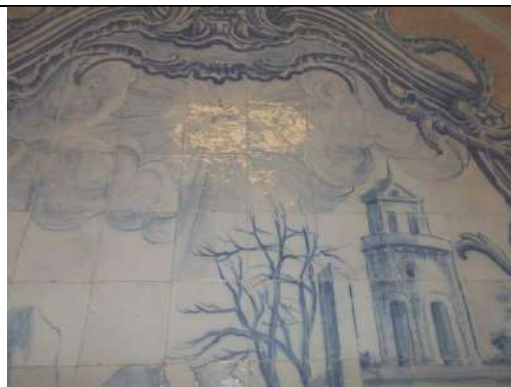
CARTA MUNICIPAL DO PATRIMÓNIO EDIFICADO E PAISAGÍSTICO

FICHA PATRIMONIAL

(NOS TERMOS DO DISPOSTO NO PONTO 9, DO ART.º 26, DO REGULAMENTO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE LISBOA)



Programa decorativo [Imagens de Jan. 2016]





CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

CARTA MUNICIPAL DO PATRIMÓNIO EDIFICADO E PAISAGÍSTICO

FICHA PATRIMONIAL

(NOS TERMOS DO DISPOSTO NO PONTO 9, DO ART.º 26, DO REGULAMENTO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE LISBOA)



Pormenores decorativos [Imagens de Jan. 2016]

OBSERVAÇÕES

Com a reorganização administrativa em 2012, a Ameixoeira foi integrada na freguesia de Stª Clara [Diário da República, 1ª série, n.º 216, Lei nº 56/2012]

FONTES E BIBLIOGRAFIA

Fontes e Bibliografia: ESPÍRITO SANTO, Eugénio do, *Ameixoeira – Um Núcleo Histórico*, [Ameixoeira/Lisboa, ed. de Eugénio do Espírito Santo], 1997. SERRÃO, Victor, «Entradas nºs 178 – Igreja Matriz de Nossa Senhora da Encarnação», in *Monumentos e Edifícios Notáveis do Distrito de Lisboa*, vol. V-Quarto Tomo (2ª Parte), Lisboa, Assembleia Distrital de Lisboa, 2000; ANTT, *Memórias Paroquiais*, vol. 3, nº 67; CARDOSO, P. Luís, *Diccionario Geografico ou Noticia Historica de todas as Cidade, Lugares e Aldeas, Rios Ribeiras, e Serras do Reyno de Portugal, e Algarve, com todas as cousas raras, que nelles se encontrão, assim antigas, como modernas*, Tomo I, Lisboa, Regia Officina Sylviana, 1747; *Diário da República – I Série-B*, nº 280, de 30 de Novembro de 1993; Arquivo Municipal, Obra 10010; Prancha nº 39 - *Planta do Lumiar e Ameixoeira, para a Carta Topographica dos Suburbios de Lisboa, levantada por Ordem do Governo - 16 de abril de 1827* in <http://sidcarta.exercito.pt/bibliopac/bin/wxis.exe/bibliopac/> - 11.abr.2013; SILVA PINTO, Júlio António Vieira da, *Levantamento da Planta de Lisboa: 1904-1911*, Prancha nº 9V - PT-AMLSB-CMLSB-UROB--PU-05-03-237; Inventário do Património Arquitectónico, *Igreja Paroquial da Ameixoeira*, ficha n.º 00006473 in www.monumentos.pt consulta em 15.02.2016.

EQUIPA TÉCNICA

Elaboração: Nuno CJ Campos	Data: 26 de Abril de 2013
Actualização: Fátima Alcobia	Data: Março de 2016



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

CARTA MUNICIPAL DO PATRIMÓNIO EDIFICADO E PAISAGÍSTICO

FICHA TÉCNICA DE CARACTERIZAÇÃO

(NOS TERMOS DO DISPOSTO NO PONTO 9, DO ART.º 26, DO REGULAMENTO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE LISBOA)

IDENTIFICAÇÃO E LOCALIZAÇÃO		
Código CMP: 05.03	Nome: Quinta de Santo António	
Outros Códigos CMP:	Outras Designações:	
Número de Obra: 17873	Freguesia: Stª Clara	Freguesia Antiga: Ameixoeira
Morada: Travessa de Santo António, 2-4; Rua Direita da Ameixoeira, 9		
Código SIG: 0501415014001		



Planta de localização



Vista da fachada com o acesso principal [Jan. 2016]

INFORMAÇÃO DE SÍNTESE												
Classificação da Administração Central / Municipal:												
Planos	PDM 1994		x	PDM 2012		x	PU			PP		
Designação dos PU e PP												
Nível Arqueológico (Art.º 33º do PDM)				Azulejaria em Espaço Público – PISAL (Nível)				Grau de Intervenção				
1		2	X	3		1		2	x	3		
Prémios												
Autores/Projetistas				Data do Projeto				Data da Edificação	Séc. XVII			
<p>Sumário: Delimitada por muros altos, esta propriedade desfruta de vistas panorâmicas sobre o vale. Estrutura de antiga quinta senhorial possui edifício principal com construções de apoio, terrenos de cultivo – horta, pomar, jardim. A informação mais antiga da génese do edifício data do século XVII, tendo havido intervenções nos finais do século XIX e primeira metade do século XX que o dotaram com a presente imagem.</p>												



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

CARTA MUNICIPAL DO PATRIMÓNIO EDIFICADO E PAISAGÍSTICO

FICHA TÉCNICA DE CARACTERIZAÇÃO

(NOS TERMOS DO DISPOSTO NO PONTO 9, DO ART.º 26, DO REGULAMENTO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE LISBOA)

CARACTERIZAÇÃO HISTÓRICO-ARQUITETÓNICA

Contextualização histórico-urbana:

A Ameixoeira está situada num ponto elevado de Lisboa, posição que proporcionou o aparecimento de ocupações humanas desde a pré-história. Quando a cidade foi conquistada aos mouros existia aí um povoado com o nome latino de Muchinis. No entanto, é no período pós reconquista que a documentação fornece informação mais detalhada sobre as propriedades e o povoamento. O território foi em parte doado ao Mosteiro de Santos, existindo também documentos do século XIII referentes a propriedades agrícolas pertencentes à igreja de Santa Marinha situadas no lugar de Moyxoeira. O território evoluiu a partir do tipo de organização e exploração da propriedade, dividida em quintas, casais, fazendas e courelas, desenvolvendo-se o núcleo urbano ao longo dos caminhos preexistentes correspondendo, a Rua Direita, à estrada que fazia a ligação com o Lumiar e com Lisboa, e através de outras vias que se mantêm como a estrada da Ameixoeira, a azinhaga da Cidade ou a azinhaga de S. Bartolomeu. Os largos do Terreiro, do Ministro, da Igreja, formaram-se a partir do encontro destes arruamentos. No início do século XVI, a Ameixoeira foi separada da freguesia do Lumiar, de que fazia parte desde 1266, com a criação da freguesia sob a invocação de Nossa Senhora da Encarnação. De referir que o registo paroquial mais antigo do concelho de Lisboa é precisamente da Igreja da Ameixoeira datando de 1540, altura em que a freguesia ainda não estava completamente desvinculada do Lumiar. Em 1660 foi construída a Fonte da Torrinha, com a sua mãe-d'água e, entre 1664 a 1681, efetuaram-se grandes obras na igreja sendo-lhe acrescentada a capela-mor e pintados os painéis do teto por Bento Coelho da Silveira. Apesar dos estragos materiais provocados pelo terramoto, tanto na igreja como nas casas e quintas da freguesia, foi muita a população que se acolheu nesta área. A formação de quintas de recreio evoluiu neste arrabalde da cidade, em consequência do gosto de uma boa parte das famílias nobres pelas quintas de vilegiatura onde residiam durante largos períodos de tempo. Ainda persistem algumas das mais antigas como a de Santa Ana do século XVI e as de Santo António e de N. Senhora do Carmo do século XVII. Em alguns portais ainda subsistem vestígios que comprovam a sua nobreza como é o caso de um portal na Rua Direita encimado pelo brasão da família Mexoeira Basto. Do século XVIII existe uma descrição que indica a existência de 23 quintas e 8 ermidas na freguesia muitas das quais valorizadas pela burguesia durante os séculos XVIII e XIX. As cartas topográficas de 1835 e de 1897 do concelho de Lisboa ainda identificam e certificam o território ocupado pelas quintas, as azinhagas, permitindo salientar o carácter rural na formação e distribuição da terra. As mutações de ocupação verificam-se pela comparação da cartografia disponível datada do início, meados e finais do século XX, que nos permite identificar o edificado, as divisões das propriedades, as antigas azinhagas das quais se desenvolvem algumas vias da recente malha viária verificando-se uma ocupação desmesurada daquilo que foi outrora por excelência, espaço rural. A Quinta de Santo António, situada no centro do núcleo histórico da Ameixoeira, com uma configuração muito próxima da atual na cartografia da cidade de 1904/1910, é o produto de uma estrutura rural, que após sucessivas transformações, adquiriu a configuração atual. De difícil datação face às alterações ocorridas ao longo dos tempos, há porém notícias de em meados do séc. XVII esta propriedade ter pertencido a Estevão de Brito Foios tendo sido o seu filho que, em 1684, mandou construir uma capela de invocação a Santo António. Em 1798 era administrada por António José de Foios e Sousa e constava da propriedade, lojas e um andar, capela, pátio, cisterna, poço de nora, jardim, cerca com parreiral e pardieiro com cerca. Em Setembro desse ano a quinta é aforada ao negociante Bento Cosmelli. Foi depois vendida ao negociante espanhol André Martins que fez obras de renovação no edifício, concluídas em 1865. Em 1894, quando era proprietário Francisco José de Carvalho, foi reedificado o atual corpo de 1 piso sobre a Travessa de Santo António. Durante o século XIX a fachada virada à rua adquiriu uma feição mais cuidada contrastando com a simplicidade das restantes, mas em 1935, quando a quinta foi adquirida pelo Dr. Mário Castro, foram efetuadas grandes obras no âmbito das quais se deu o revestimento a azulejo do edifício principal,



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

CARTA MUNICIPAL DO PATRIMÓNIO EDIFICADO E PAISAGÍSTICO

FICHA TÉCNICA DE CARACTERIZAÇÃO

(NOS TERMOS DO DISPOSTO NO PONTO 9, DO ART.º 26, DO REGULAMENTO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE LISBOA)

muro e construções adjacentes. A quinta de Santo António é atualmente constituída pelo edifício principal, a casa do caseiro, um conjunto de construções de apoio e terrenos de cultivo-horta, pomar e jardim (a nascente). A propriedade é delimitada por altos muros desfrutando de panorâmica sobre o vale. O edifício principal, com 2 pisos, é rematado por cimalkhas e beiral saliente, e apresenta ao nível do 1º andar 3 janelas de sacada com gradeamentos em ferro fundido. O acesso ao piso superior faz-se exteriormente através de uma escadaria de pedra em cujo vão existe um pequeno nicho. No enfiamento da frente virada à Travessa de Santo António surge uma sucessão de construções de apoio, de 1 só piso e com acesso direto à via pública (antigas cavalariças, armazém de alfaias, adega). O primeiro bloco foi reedificado em 1894 e apresenta a mesma fachada de então, coroada com uma platibanda fendida por guarda em ferro forjado, já inexistente, e encimada por crateras de cerâmica vidrada branca. O edifício principal, muro e construções adjacentes ainda permanecem revestidos a azulejo de padrão estampilhado de cor verde azulada, em dois tons, produzidos pela Fábrica Viúva Lamego. As fachadas internas encontram-se também revestidas a azulejo, mas este estampilhado de padrão "crochet". O acesso ao pátio de entrada faz-se através de um portão coroado por um frontão contracurvado onde se inscreve um registo de azulejo representando Santo António, datado de 1865. Delimitado por um muro baixo de suporte do patamar, o pátio de planta retangular é pavimentado com calçada preta e branca com desenhos em raio partindo do centro, onde se encontrava uma mesa que servia como elemento ornamental definidor da geometria. O espaço é complementado por um nicho de embrechados de onde escorre água embutido no muro de suporte. A plataforma acima é constituída por um jardim em L e por um pátio murado. O jardim é um espaço de sombra ao gosto romântico do século XIX. Uma fonte de embrechados e lagos, um deles de forma irregular, antecede o portão que dá acesso à Rua Direita da Ameixoeira. O muro perpendicular ao portão é revestido por uma cascata integralmente preenchida por pedras encastradas, com mascarão ao centro e algumas pequenas bacias pelas quais a água escorre, onde cresciam avencas formando uma parede verde que terá sido objeto de reparo por parte do príncipe D. Luís Filipe. No muro nordeste existe mais um nicho de embrechados por onde a água escorre entre conchas sequencialmente de maiores dimensões. O jardim é complementado pelo referido pátio, onde existe ao centro um poço e uma cisterna que garantem a alimentação dos antigos sistemas de rega de todo o jardim. O jardim dá acesso ao pomar através de um portão de onde parte um caminho principal em terra, ladeado por canteiros de buxo preenchidos por plantas. A área, de grandes dimensões, é dominada por uma grande araucária, por um pombal de planta circular e, a noroeste, por um lago octogonal de repuxo central a imitar rocha. Aqui, o muro de delimitação da propriedade era interrompido por um gradeamento de onde se vislumbra o vale de Carriche e de Loures. Encontra-se nesta data em apreciação um processo de edificação (1165/EDI/2011) que inclui a reabilitação do edificado e dos respectivos jardins e pomar.

Consultado o livro obra, verifica-se que o documento mais antigo data de 1894 e é relativo à construção de uma casa abarracada cujo proprietário era Francisco José de Carvalho, Cf. Obra 17873/Vol.1/1894/proc. 6202/fl. 1 a 3.

Em 2007 foi realizado um levantamento topográfico com o objectivo de rectificar a área da propriedade. Tendo sido reunidos todos os elementos solicitados, foi certificado o teor da informação acompanhado pelo referido levantamento topográfico, Cf. Obra 17873/Vol.1/1894/proc. 1350/Doc/2007/fl.27 e 28.



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

CARTA MUNICIPAL DO PATRIMÓNIO EDIFICADO E PAISAGÍSTICO

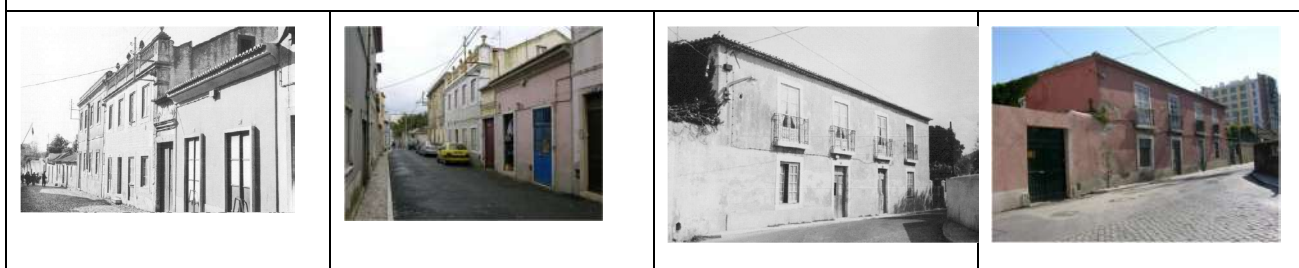
FICHA TÉCNICA DE CARACTERIZAÇÃO

(NOS TERMOS DO DISPOSTO NO PONTO 9, DO ART.º 26, DO REGULAMENTO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE LISBOA)

Imagens:



Rua Direita da Ameixoeira, antes e em 2012





CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

CARTA MUNICIPAL DO PATRIMÓNIO EDIFICADO E PAISAGÍSTICO

FICHA TÉCNICA DE CARACTERIZAÇÃO

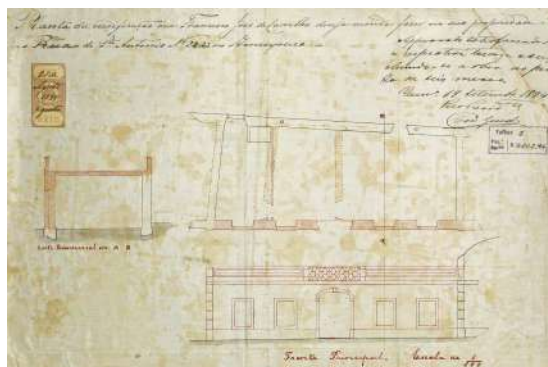
(NOS TERMOS DO DISPOSTO NO PONTO 9, DO ART.º 26, DO REGULAMENTO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE LISBOA)

Travessa de Santo António à Ameixoeira, antes e em 2012



Planta da cidade de Lisboa, 1904 / 1911

Quintas do Núcleo histórico da Ameixoeira sobre ortofoto



Construção de casa abarracada - Obra 17873; Processo 6202/1ªREP/PG/1894; Página 2

Levantamento topográfico da propriedade - Obra 17873; Processo 1350/DMGU/DOC/2007; Página 27



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

CARTA MUNICIPAL DO PATRIMÓNIO EDIFICADO E PAISAGÍSTICO

FICHA TÉCNICA DE CARACTERIZAÇÃO

(NOS TERMOS DO DISPOSTO NO PONTO 9, DO ART.º 26, DO REGULAMENTO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE LISBOA)

OBSERVAÇÕES

Proc. n.º 1165/EDI/2011 – Inf. 1207/INT/2012 de 2 de Março **2012**/ Proc.nº 933/EDI/2010 – Inf. n.º 3395/INT/**2010**, de 1 de Out 2010/Proc. n.º 975/EDI/2008 – Inf. n.º 4565/INT/**2008** de 14 de Outubro.

O edifício em 1934 já estava revestido a azulejo conforme documenta a requisição de licença para limpeza de prédios e obras, Cf. Obra 17873/Vol.1/senha 25493/1934/fl.1.

Com a reorganização administrativa em 2012, a Ameixoeira foi integrada na freguesia de Stª Clara [Diário da República, 1ª série, n.º 216, Lei nº 56/2012].

FONTES E BIBLIOGRAFIA

Fontes e Bibliografia

Plano de Pormenor Salvaguarda da área de intervenção do Gabinete Técnico Rua do Lumiar / Ameixoeira, Área da Ameixoeira, Ficha de Património - Edifício nº 4, CML / DMRU, s.d., pag. 2.15 a 2.18 (policopiado); Levantamento Topográfico da cidade de Lisboa, 1904-1911, dir. J. A. V. da Silva Pinto, Folha 9V; Arquivo de Obras da CML, Obra nº 17683, Travessa de Santo António, 2 e 4: Rua Direita da Ameixoeira, 9, 1 vol.; Arquivo Fotográfico da CML, Fotografias de Ameixoeira; DGEMN, Inventário do Património Arquitetónico, "Quinta de Santo António", Nº IPA PT031106050922; A Água nos Jardins Portugueses, Dir. Cristina Castel-Branco, Scribe, 2010; AAVV, Pelas Freguesias de Lisboa, O Termo de Lisboa, Benfica, Carnide, Ameixoeira, Charneca, Lumiar, Lisboa, CML, 1993; CARRÉRE, J. B. F. Panorama de Lisboa no ano de 1796, Lisboa, Biblioteca Nacional, 1989; CASTELO-BRANCO Fernando, Lisboa Seiscentista, Livros Horizonte, 1990; CASTILHO, Júlio de, A Quinta de Santa Ana: Ameixoeira, Lisboa, Oficinas Gráficas da Empresa do Anuário Comercial, 1936; CASTILHO, Júlio de, Lisboa Antiga, Lisboa, 1981; Lisboa em 1758 – Memórias Paroquiais de Lisboa (coligidas por Fernando Portugal e Alfredo matos), Câmara Municipal de Lisboa, 1974; SANTANA, Francisco de (dir), e SUCENA, Eduardo, Dicionário da História de Lisboa, Lisboa, s.n, 1994; SANTO, Eugénio Espírito, Ameixoeira um núcleo histórico, Lisboa, 1997; Vistoria do NREC em 8 de Outubro de 2008. Plano de Pormenor salvaguarda da área de intervenção do Gabinete Técnico Rua do Lumiar / Ameixoeira, Área da Ameixoeira, Ficha de Património - Edifício nº 4, CML

EQUIPA TÉCNICA

Elaboração:

José Rocha Oliveira / Beatriz Franco

Data: Março de 2012

Atualização: Fátima Alcobia

Data: Abril de 2016



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

CARTA MUNICIPAL DO PATRIMÓNIO EDIFICADO E PAISAGÍSTICO

FICHA PATRIMONIAL

(NOS TERMOS DO DISPOSTO NO PONTO 9, DO ART.º 26, DO REGULAMENTO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE LISBOA)

IDENTIFICAÇÃO E LOCALIZAÇÃO		
Código CMP: 05.04	Nome: Quinta de Sant'Ana	
Outros Códigos CMP:	Outras Designações: Quinta dos Leões	
Número de Obra: 20000	Freguesia: Santa Clara	Freguesia Antiga: Ameixoeira
Morada: Travessa de Santo André, 9-13		
Código SIG: 0502102006001		



Planta de localização



Vista do acesso [Jan. 2016]

INFORMAÇÃO DE SÍNTESE									
Classificação da Administração Central / Municipal:									
Planos	PDM 1994		x	PDM 2012		x	PU		PP
Designação dos PU e PP									
Nível Arqueológico (Art.º 33º do PDM)			Azulejaria em Espaço Público – PISAL (Nível)				Grau de Intervenção		
1		2	X	3		1		2	3
Prémios									
Autores/Projetistas				Data do Projeto			Data da Edificação	Séc. XVII-XX	

Sumário:

Datam do século XVI notícias de edificações na área da actual quinta de Stª Ana, porém a presente propriedade resulta de um acumulado de intervenções (a partir do século XVII) sendo que, o conjunto inicial corresponderia ao edifício principal de habitação e construções de apoio com área significativa de cultivo.



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

CARTA MUNICIPAL DO PATRIMÓNIO EDIFICADO E PAISAGÍSTICO

FICHA PATRIMONIAL

(NOS TERMOS DO DISPOSTO NO PONTO 9, DO ART.º 26, DO REGULAMENTO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE LISBOA)

CARACTERIZAÇÃO HISTÓRICO-ARQUITETÓNICA

Contextualização histórico-urbana: Júlio de Castilho, suportado em várias documentações do Fundo do Hospital de S. José, aponta para o século XVI e para o reinado de D. Manuel, o período mais recuado com indicações da existência de construções naquele local, propriedade de Mendo Afonso, cavaleiro da Casa Real daquele rei [Júlio de Castilho, *A Quinta de Sant’Anna – Ameixoeira*, Lisboa, Oficinas Gráficas do Anuário Comercial, [1936], p. 9; Eugénio do Espírito Santo, *Ameixoeira – Um Núcleo Histórico*, [Ameixoeira/Lisboa, ed. de Eugénio do Espírito Santo], 1997, pp. 175-177.] Ao longo dos séculos seguintes, aquelas propriedades transitaram de dono, chegando ao século XIX a pertencerem a João Coelho de Abreu e mulher, que, em 1831, as venderam a Miguel António Trancoso [J. de Castilho, *op.cit.*, p. 24]. Com base numa relação consultada por aquele autor, das várias propriedades que o filho de Miguel António Trancoso, António Cipriano Eleutério da Costa Trancoso [Foi um dos fundadores da Associação Lisbonense de Proprietários (<http://pagfam.geneall.net/5505/pessoas.php?id=1114088> – 11.abr.2013)] possuiu na Ameixoeira e arredores, podendo depreender-se que a maior parte delas teria sido herdada por morte de seu pai, fazia parte a Quinta de Sant’Ana, que era apresentada como composta de “casas nobres, pateo de serviço, casas térreas e de sobrado anexas, e entrada pelo beco de Santo André nº 10” [J. de Castilho, *op.cit.*, p. 25; em nota de rodapé, há a indicação de, à época de Júlio de Castilho, ser o nº 13]. Sempre segundo Júlio de Castilho, relativamente às “casas nobres”, sabe-se que estas, apesar de estarem em estado de ruína, denunciavam a época da sua construção e ampliações havidas entre os séculos XVII e XVIII [Victor Serrão, «Entrada nº 179 – Quinta de Santana», in *Monumentos e Edifícios Notáveis do Distrito de Lisboa*, vol. V-Quarto Tomo (2ª Parte), Lisboa, Assembleia Distrital de Lisboa, 2000, p. 344.]. Todo o complexo da Quinta de Sant’Ana desempenhou o seu papel na consolidação do golpe militar de 28 de Maio de 1926, a servir de quartel-general de um destacamento militar [*Idem*, p. 29; *Idem*, p. 344.]. O documento mais antigo em livro obra data de 1887 e é referente a uma modificação pretendida pelo seu proprietário António Cipriano Eleutério da Costa Trancoso (Cf. obra 20000; Processo 6312/1ªREP/Pg/1887; Página 2). Pela informação do livro obra, em 1928 a quinta estava arrendada a Júlio Baptista Ribeiro sendo seu proprietário Miguel António Trancoso. Na década de 50 do século XX, o edifício foi objecto de obras de beneficiação geral pelos herdeiros de Miguel António Trancoso. O último documento em obra datado de 1973 é referente à realização de pequenas obras no edifício cujo proprietário era António Dias Ferreira Trancoso, depreendendo-se pela documentação contida em livro obra que a propriedade desde século XIX até à segunda metade do século XX esteve na posse da família Trancoso.

Descrição: Com entrada principal pela Travessa de Santo André, destaca-se o portão alto de ferro, com dois frades [E. do Espírito Santo, *op. cit.*, p. 187; foram colocados em 1972, provenientes dos restos de um edifício demolido em Póvoa de Stª Adrião (*Ibidem*)] ladeado de muros igualmente altos, encimado de frontão interrompido e de molduras contracurvadas, tudo “de traça erudizante” [V. Serrão, «art. cit.», in *op. cit.*, p. 344]. No tímpano, domina um painel azulejar com temática alusiva a Santa Ana [*Ibidem*] No muro virado a nordeste, há um segundo painel azulejar, com a identificação pintada em caracteres latinos maiúsculos de “QVINTA DE SANTANA”, disposta em três linhas e emoldurada com desenho de cartela fitomórfica. Desconhece-se a data da sua colocação e a sua autoria. Terá sido trabalho de Pereira Cão? [Cf. Excurso 2.] A fachada não é a mesma que Júlio de Castilho conheceu: abre-se, n’um muro alto o singelo portão da quinta (...), ornamentado apenas pelo azulejo da Senhora Sant’Anna, e por dois pessimos leões de pedra, lá no alto, pintado de amarelo escuro. [J. de Castilho, *op.cit.*, p. 27]. Excurso 1 – Júlio de Castilho, na monografia da Quinta de Sant’Ana, conta a história dos dois leões e a sua proveniência, algures na segunda metade do século XIX, do palácio dos antigos Condes de Soure, no Bairro Alto, que também era propriedade de António Cipriano da Costa Trancoso: “[colocados] aos dois lados do alto do seu palácio da Ameixoeira (...), por isso algumas pessoas denominam a Quinta de Sant’Anna” [*Idem*, p. 29; Júlio de Castilho, *Lisboa Antiga: O Bairro Alto de Lisboa*, IV Vol., 2ª ed., Antiga Casa Bertrand - José Bastos, 1902-1904, p. 171.]



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

CARTA MUNICIPAL DO PATRIMÓNIO EDIFICADO E PAISAGÍSTICO

FICHA PATRIMONIAL

(NOS TERMOS DO DISPOSTO NO PONTO 9, DO ART.º 26, DO REGULAMENTO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE LISBOA)

Passado o portão, acede-se a um pátio calcetado e com decoração geometrizarante (17,70m² por 10,25m²) [*Idem*, p. 29; Júlio de Castilho conheceu-o decorado com trepadeiras floridas à volta e tendo uma palmeira ao centro (*Ibidem*).] Suficientemente largo para possibilitar darem “perfeitamente volta as carroagens” [*Ibidem*] tendo à sua volta os edifícios dispostos em U, apresentados, segundo Júlio de Castilho, como sendo de habitação os edifícios da ala esquerda e o central, e o da ala direita como cavalariças, com uma segunda porta, mais pequena, a dar acesso quer aos anexos da ermida de St^o André, quer à parte da quinta. O edifício da esquerda, um edifício de dois pisos: o primeiro piso composto da entrada única para o interior ladeada de janelas de peito de duas batentes e o segundo piso de janelas de peito, também de dois batentes. Possivelmente colocado ao centro deste piso, encontra-se um painel de azulejos em forma de dois medalhões, de temática hagiológica, o da esquerda alusiva a N^a Sr^a da Conceição e o da direita a St^o António e S. Marçal [*Ibidem*.] Excurso 2 – Este painel foi retirado de um prédio algures em Lisboa e que estava a sofrer obras de melhoramentos. Por o painel estar bastante estragado, foi recuperado por Pereira Cão [*Ibidem*.], pseudónimo de José Maria Pereira Júnior (Setúbal, 1841-Lisboa, 1941). Desconhece-se a data da sua colocação, mas, a ser verdade a sua nota biográfica, “foi durante os seus últimos vinte e cinco anos de vida artística que se dedicou à pintura de azulejos” [Pereira “Cão”/José Maria Pereira Júnior (<http://mnazulejo.imc-ip.pt/pt-PT/Coleccao/Coleccoes/ContentDetail.aspx?id=410> – 6.abr.2013).] ou seja, à volta de 1915/16, podendo coincidir com uma outra encomenda de um painel azulejado de St^o André, feita pelos filhos de António Cipriano da Costa Trancoso para a ermida de St^o André [*Idem*, p. 29.] O edifício central caracteriza-se pela sua importância hierárquica em relação à anterior, patente na sua fachada, de um só piso, dominado por uma entrada ladeada de duas janelas de maiores dimensões, comparativamente às da ala esquerda, também de dois batentes, tudo servido por duas lanternas. A parte superior, ao nível do segundo piso do edifício da esquerda, destaca-se pelas molduras de cantaria de janelas cegas, dispostas simetricamente sobre as janelas e porta de entrada. Estas molduras são intercaladas de dois mosaicos com as figuras de cavaleiros em baixo-relevo, colocados em combate. A ermida, consagrada a Santo André, desde o século XVIII que estava profanada por causa de um incêndio [ANTT, *Memórias Paroquiais*, vol. 3, nº 67, fl. 273r; J. de Castilho, *op.cit.*, p. 26] referida por Júlio de Castilho como “interessante (...), pequenina mas muito composta” [, J. de Castilho, *op.cit.*, p. 27.] dá as suas dimensões com 6m de comprimento e 3,20m de largura [*Ibidem*]. Eugénio do Espírito Santo indica que a capela, em 1826, ficou arruinada, muito devido à sua ocupação pelas tropas francesas [E. do Espírito Santo, *op. cit.*, p. 99.], que é de admirar, visto a primeira invasão (Junot) ter-se dado entre 1807 e 1808 e a última (Massena) entre 1810 e 1811. Durante muito tempo, terá servido de “depósito de alfaias rurais, e casa da malta” [, J. de Castilho, *op.cit.*, p. 29.] sendo recuperada em finais do século XIX, princípios do XX, por iniciativa dos dois filhos de António Cipriano da Costa Trancoso. Por um lado, contrataram Pereira Cão para efetuar um painel azulejado de Santo André [*Cf. Excurso 2.*], para substituir “um péssimo e arruinadíssimo *fresco* do mesmo Orago, junto ao altar, da banda da Epistola”. Por outro, a ermida voltou às práticas litúrgicas, chegando, em 1909, a ser a sede paroquial, enquanto a igreja matriz estava em obras de reparação [*Idem*, p. 29.].



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

CARTA MUNICIPAL DO PATRIMÓNIO EDIFICADO E PAISAGÍSTICO

FICHA PATRIMONIAL

(NOS TERMOS DO DISPOSTO NO PONTO 9, DO ART.º 26, DO REGULAMENTO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE LISBOA)

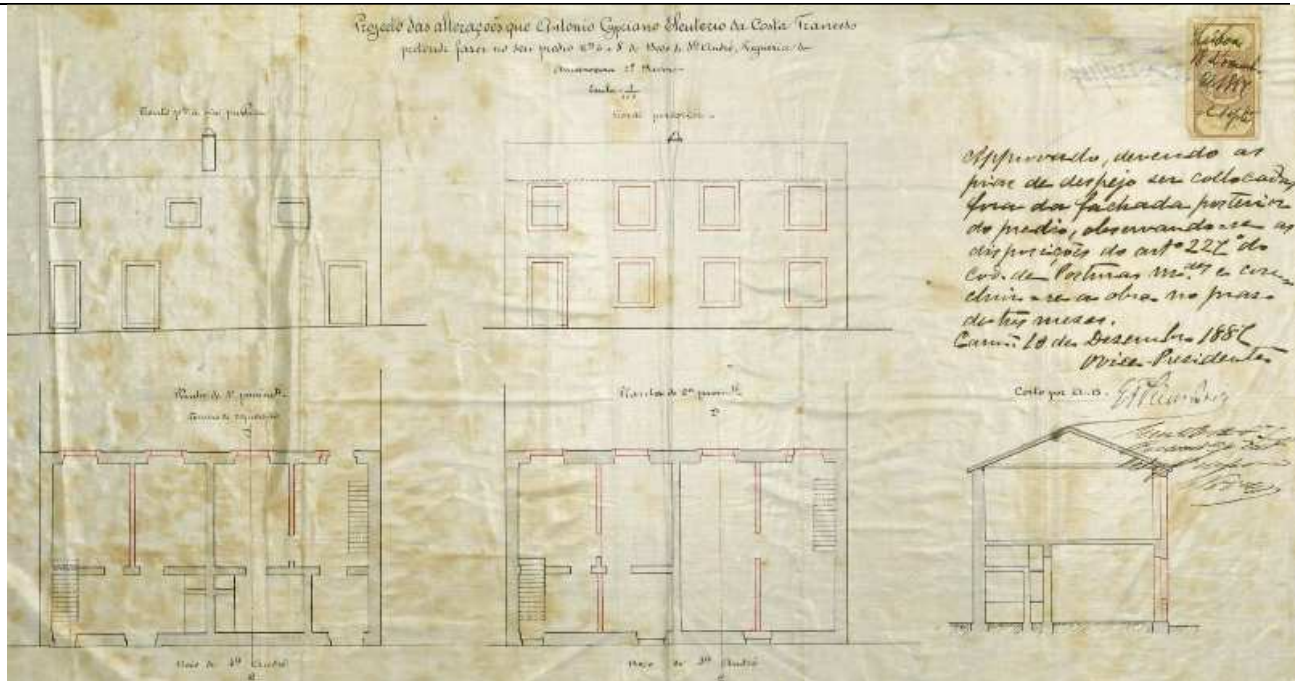
Imagens:



Vista aérea da localização da construção (Fonte: MapSnapshot.jpg)



Pormenor da planta de localização da construção (Fonte: MapSnapshot.jpg)



Projecto de alterações – Obra 20000; Processo 6312/1ªREP/PG/1887; Página 2



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

CARTA MUNICIPAL DO PATRIMÓNIO EDIFICADO E PAISAGÍSTICO

FICHA PATRIMONIAL

(NOS TERMOS DO DISPOSTO NO PONTO 9, DO ART.º 26, DO REGULAMENTO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE LISBOA)

Travessa de Stº André à Ameixoeira [Jan. 2016]	Pátio de acesso à habitação[Jan. 2016]
Registos votivos / pormenor do portão[Jan. 2016]	Elementos decorativos / lanterna de Lisboa[Jan. 2016]
OBSERVAÇÕES	
<p>Na reunião realizada com a Srª. Maria Adelaide do Centro Paroquial (dia 29 de Abril) foi mostrado interesse em visitar o interior desta quinta, face ao património documentado por Júlio de Castilho e que enriquece a história patrimonial da cidade. Neste contexto, o agendamento ficou a aguardar pelos contactos a estabelecer e a disponibilidade possível do proprietário. As imagens a registar na sequência da visita, carecem de autorização do proprietário, caso se entenda a sua divulgação.</p> <p>Com a reorganização administrativa em 2012, a Ameixoeira foi integrada na freguesia de Stª Clara [Diário da República, 1ª série, n.º 216, Lei nº 56/2012]</p>	

FONTES E BIBLIOGRAFIA

Fontes e Bibliografia

CASTILHO, Júlio de, *A Quinta de Sant'Anna – Ameixoeira*, Lisboa, Oficinas Gráficas do Anuário Comercial, [1936]; CASTILHO, Júlio de, *Lisboa Antiga: O Bairro Alto de Lisboa*, IV Vol., 2ª ed., Antiga Casa Bertrand - José Bastos, 1902-1904; ESPÍRITO SANTO, Eugénio do, *Ameixoeira – Um Núcleo Histórico*, [Ameixoeira/Lisboa, ed. de Eugénio do Espírito Santo], 1997; SERRÃO, Victor, «Entrada nº 179 – Quinta de Santana», in *Monumentos e Edifícios Notáveis do Distrito de Lisboa*, vol. V-Quarto Tomo (2ª Parte), Lisboa, Assembleia Distrital de Lisboa, 2000; ANTT, *Memórias Paroquiais*, vol. 3, nº 67, fl. 273r; Arquivo Municipal, Obra 20000; MapSnapshot.jpg; António Cipriano Eleutério da Costa Trancoso in (<http://pagfam.geneall.net/5505/pessoas.php?id=1114088> – 11.abr.2013); Pereira “Cão”/José Maria Pereira Júnior in (<http://mnazulejo.imc-ip.pt/pt-PT/Coleccao/Coleccoes/ContentDetail.aspx?id=410-6.abr.2013>); Levantamento fotográfico realizado em Abril de 2013 e Janeiro de 2016.

EQUIPA TÉCNICA

Elaboração: Nuno CJ Campos

Data: 11 de Abril de 2013

Atualização: Fátima Alcobia

Data: Abril de 2016



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

CARTA MUNICIPAL DO PATRIMÓNIO EDIFICADO E PAISAGÍSTICO

FICHA PATRIMONIAL

(NOS TERMOS DO DISPOSTO NO PONTO 9, DO ART.º 26, DO REGULAMENTO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE LISBOA)

IDENTIFICAÇÃO E LOCALIZAÇÃO		
Código CMP: 05.05	Nome: Pátio do Ministro	
Outros Códigos CMP:	Outras Designações: (Antiga) Quinta do Ministro	
Número de Obra: 28634	Freguesia: Santa Clara	Freguesia Antiga: Ameixoeira
Morada: Largo do Ministro, 3		
Código SIG: 0502106002001		



Planta de localização



Vista do acesso

INFORMAÇÃO DE SÍNTESE									
Classificação da Administração Central / Municipal:									
Planos	PDM 1994		x	PDM 2012		x	PU		PP
Designação dos PU e PP									
Nível Arqueológico (Art.º 33º do PDM)			Azulejaria em Espaço Público – PISAL (Nível)				Grau de Intervenção		
1		2	X	3		1		2	3
Prémios									
Autores/Projetistas	Data do Projeto			Data da Edificação			Séc. XIX		

Sumário:

Pelas características ainda visíveis, trata-se de edifícios de apoio com a função original de cocheira, cavalariças, palheiro e arrecadação de alfaías agrícolas. Este conjunto datável ao século XIX é complementado por um edifício na sua origem possivelmente destinado a residência de serviçais.



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

CARTA MUNICIPAL DO PATRIMÓNIO EDIFICADO E PAISAGÍSTICO

FICHA PATRIMONIAL

(NOS TERMOS DO DISPOSTO NO PONTO 9, DO ART.º 26, DO REGULAMENTO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE LISBOA)

CARACTERIZAÇÃO HISTÓRICO-ARQUITETÓNICA

Contextualização histórico-urbana: Localizado em frente ao Palácio Casal Ribeiro, eventualmente construído sobre as ruínas de “casas velhas” de um chão adquirido pelo comerciante espanhol Manuel Iglésias, que mandou construir naquele largo um palacete [Eugénio do Espírito Santo do, *Ameixoeira – Um Núcleo Histórico*, [Ameixoeira/Lisboa, ed. de Eugénio do Espírito Santo], 1997, p. 149; cf. Ficha IMP 05.06]. Naquele espaço, encontram-se dois tipos de edifícios, o mais imponente destinado a cocheira, cavaliças, palheiro e arrecadações de alfaias agrícolas. À direita, uma construção muito mais simples comparativamente à anterior, e que eram as residências de criados. O documento mais antigo em livro *Obra* data de 1927, cuja proprietária Maria Emilia da Costa Ramos Casal Ribeiro solicitava através de requerimento “reparos interiores e exteriores” da sua propriedade, Cf. *Obra* 28634/vol.1/senhan1/de 22 Fevereiro de 1927. No entanto em 1930 Artur Porto Melo e Faro, proprietário do edifício próximo (ver ficha CMPEP 05.13), solicitava licença para obras e reparações nomeadamente “ folhear soalho, concertar caixilhos, colocar envidraçados para fazer quarto para Chaufer, trabalhos estes localizados no primeiro andar que servia antigamente de palheiro” Cf. *Obra* 28634/vol.1/senha 8658/1930). Subentende-se que terá sido *arrendado* o edifício a Artur Porto Melo e Faro, uma vez que nesta sequência de obras, em 1936 solicitava licença para alargar de 1,95 para 2.10 m, o vão de porta da garagem, Cf. *Obra* 28634/vol.1/senha 8255/1936). Mas em 1960 o edifício continuava propriedade da família Casal Ribeiro, desta vez em nome de José Frederico Casal Ribeiro que solicitava licença para obras de beneficiação geral. Os documentos seguintes e últimos, datados de 1984 (em livro *Obra*), informam que a propriedade passou a municipal, Cf. *Obra* 28634/vol.1/proc12850/1984/fl. 1 a 11.

Descrição: Frente virada para o largo e cujos limites terminam, a nordeste, num muro, que separa de uma propriedade, e, a sudoeste, uma coluna, que é continuada em profundidade por um muro e que são a separação de outra propriedade, esta a sudoeste. Esta frente caracteriza-se por um gradeamento de ferro fundido lanceolado na extremidade superior e assente em base de alvenaria. Colunas paralelepípedas, encimadas por ábacos de área superior às daquelas e onde assentavam jarrões. Portões altos de ferro fundido, à semelhança do gradeamento, e também lanceolado. Passada a entrada, pátio calçetado, de dimensões suficientes para manobras de carruagens/coches, à época. Primeiro edifício: de construção com fachada classizante, de dois pisos, o primeiro com entrada de viatura de arco abatido, ladeada de uma janela de peito e verga reta à esquerda e quatro à direita. O segundo piso, dispostas em simetria com as do primeiro piso, cinco janelas de verga reta, uma de sacada, de três batentes, servida de varanda, e quatro de peito. Finaliza-a um frontão aberto. Segundo edifício: à direita do edifício principal, duas casas geminadas de um só piso, de alvenaria e com ausência de decoração, caracterizadas pela simplicidade de terem, cada, uma porta e uma janela, ambas de verga reta.

Imagens:



Localização da construção (Fonte: MapSnapshot.jpg)



Vista aérea (Fonte: MapSnapshot.jpg)




CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

CARTA MUNICIPAL DO PATRIMÓNIO EDIFICADO E PAISAGÍSTICO

FICHA PATRIMONIAL

(NOS TERMOS DO DISPOSTO NO PONTO 9, DO ART.º 26, DO REGULAMENTO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE LISBOA)

	
Localização do edifício – 1827 (Fonte: Prancha nº 39 - <i>Planta do Lumiar e Ameixoeira, para a Carta Topographica dos Suburbios de Lisboa, levantada por Ordem do Governo - 16 de abril de 1827</i> in http://sidcarta.exercito.pt/bibliopac/bin/wxis.exe/bibliopac/11.abr.2013)	Localização do edifício – 1907-1911 (Fonte: Júlio António Vieira da Silva Pinto, <i>Levantamento da Planta de Lisboa: 1904-1911</i> , Prancha nº 9V - PT-AMLSB-CMLSB-UROB--PU-05-03-237)
	
Acesso, pormenores, pátio [Jan. 2016]	
OBSERVAÇÕES	
Com a reorganização administrativa em 2012, a Ameixoeira foi integrada na freguesia de Stª Clara [Diário da República, 1ª série, n.º 216, Lei nº 56/2012]	

FONTES E BIBLIOGRAFIA

Fontes e Bibliografia

ESPÍRITO SANTO, Eugénio do, *Ameixoeira – Um Núcleo Histórico*, [Ameixoeira/Lisboa, ed. de Eugénio do Espírito Santo], 1997; SERRÃO, Victor, «Entrada nº 181 – Palácio do Conde de Casal Ribeiro», in *Monumentos e Edifícios Notáveis do Distrito de Lisboa*, vol. V-Quarto Tomo (2ª Parte), Lisboa, Assembleia Distrital de Lisboa, 2000; Arquivo Municipal, Obra 28634; Júlio António Vieira da Silva Pinto, *Levantamento da Planta de Lisboa: 1904-1911*, Prancha nº 9V - PT-AMLSB-CMLSB-UROB--PU-05-03-237; Prancha nº 39 - *Planta do Lumiar e Ameixoeira, para a Carta Topographica dos Suburbios de Lisboa, levantada por Ordem do Governo - 16 de abril de 1827* in <http://sidcarta.exercito.pt/bibliopac/bin/wxis.exe/bibliopac/> - 11.abr.2013; Levantamento fotográfico realizado em Abril de 2013 e Janeiro de 2016; Arquivo Municipal, Obra 28634.

EQUIPA TÉCNICA

Elaboração: Nuno CJ Campos

Data: 15 de Abril de 2013

Atualização: Fátima Alcobia

Data: Abril de 2016



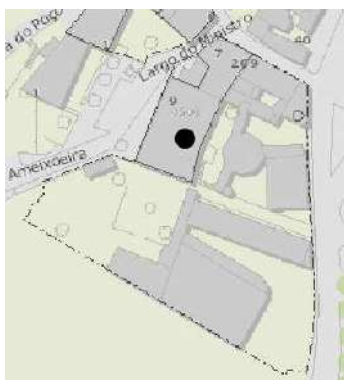
CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

CARTA MUNICIPAL DO PATRIMÓNIO EDIFICADO E PAISAGÍSTICO

FICHA PATRIMONIAL

(NOS TERMOS DO DISPOSTO NO PONTO 9, DO ART.º 26, DO REGULAMENTO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE LISBOA)

IDENTIFICAÇÃO E LOCALIZAÇÃO		
Código CMP: 05.06	Nome: Palácio Casal Ribeiro	
Outros Códigos CMP:	Outras Designações: Palácio do Conde de Casal Garcia; (Antiga) Quinta do Ministro; Academia de Música de Santa Cecília	
Número de Obra: 15138 (16 Vols.)	Freguesia: Santa Clara	Freguesia Antiga: Ameixoeira
Morada: Largo do Ministro, 7-9		
Código SIG: 0501101001001		



Planta de localização



Fachada principal

INFORMAÇÃO DE SÍNTESE											
Classificação da Administração Central / Municipal:											
Planos	PDM 1994		x	PDM 2012		x	PU		PP		
Designação dos PU e PP											
Nível Arqueológico (Art.º 33º do PDM)				Azulejaria em Espaço Público – PISAL (Nível)				Grau de Intervenção			
1		2	X	3		1		2		3	
Prémios											
Autores/Projetistas				Data do Projeto				Data da Edificação	Séc. XIX		
Sumário:	<p>O conjunto constituído por edifício e área de <i>quinta</i>, passou a propriedade municipal na década de 60 do século XX. O imóvel foi mandado construir por José Maria Caldeira do Casal Ribeiro (1825 – 1896). Com fachada neoclássica virada ao Largo do Ministro define-se por um corpo central mais elevado ladeado por dois corpos laterais. Destaca-se a varanda corrida suportada por mísulas e os janelões em arcos redondos encimados por cornijas.</p>										
CARACTERIZAÇÃO HISTÓRICO-ARQUITETÓNICA											



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

CARTA MUNICIPAL DO PATRIMÓNIO EDIFICADO E PAISAGÍSTICO

FICHA PATRIMONIAL

(NOS TERMOS DO DISPOSTO NO PONTO 9, DO ART.º 26, DO REGULAMENTO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE LISBOA)

Contextualização histórico-urbana: Pela cartografia dos anos 20 do século XIX, sabe-se que, no urbanismo da Ameixoeira, existia já um largo naquele espaço [Prancha nº 39 - *Planta do Lumiar e Ameixoeira, para a Carta Topographica dos Suburbios de Lisboa, levantada por Ordem do Governo - 16 de abril de 1827* in <http://sidcarta.exercito.pt/bibliopac/bin/wxis.exe/bibliopac/> - 11.abr.2013] que, de acordo com documentação escrita coeva, teria já a denominação popular de Largo do Ministro [Eugénio do Espírito Santo do, *Ameixoeira – Um Núcleo Histórico*, [Ameixoeira/Lisboa, ed. de Eugénio do Espírito Santo], 1997, p. 150; Victor Serrão sugere que aquela designação toponímica seja mais recente, para a altura do primeiro Conde do Casal Ribeiro, também apontado por este historiador como tendo sido o comprador do palácio (cf. Victor Serrão, «Entrada nº 181 – Palácio do Conde de Casal Ribeiro», in *Monumentos e Edifícios Notáveis do Distrito de Lisboa*, vol. V-Quarto Tomo (2ª Parte), Lisboa, Assembleia Distrital de Lisboa, 2000, p. 345)]. Esta designação ter-se-á ficado a dever à existência ali de uma construção, como aquela cartografia identifica, embora não se saiba quem fosse o seu proprietário, com Eugénio do Espírito Santo a levantar a hipótese de poder ter sido alguém ligado à governação ou administração pública [E. do Espírito Santo do, *op. cit.*, p. 150]. Ao longo da década de 50 do mesmo século, sabe-se que as casas lá existentes eram referidas como “casas velhas” e a pertencerem a um chão, que, entretanto, veio a ser propriedade de várias pessoas, sendo a última Manuel Iglésias, um comerciante espanhol radicado em Lisboa, que mandou construir um palacete [Idem, p. 149; em 1860, a Quinta de São João Batista foi comprada por ele a Francisco Marcos de Melo Barreto (cf. *Ibidem*)] o que demorou anos [Idem, p. 150; cf. Ficha IMP 05.05] com o edifício principal a ficar recuado relativamente à rua, com uma espécie de pátio parecido ao do Palácio Galveias no Campo Pequeno, mas de dimensões mais reduzidas [Idem, p. 152]. Nos finais da década de 70, princípios da seguinte, alienou a propriedade a um francês [Idem, p. 150], que a teve por pouco tempo, vendendo-a ao comerciante José Joaquim Vieira da Silva [*Ibidem*; este, em 1883, havia adquirido a Quinta Nova (cf. *ibidem*; cf. IMP 05.09)]. Em finais do século XIX, inícios do XX, a propriedade foi vendida a João de Azevedo Coutinho, oficial da Marinha [, *Ibidem*] que, talvez devido ao seu percurso quer profissional, quer político (Governador-Geral de Moçambique e Ministro da Marinha), a vendeu ao segundo Conde do Casal Ribeiro, José Frederico do Casal Ribeiro [Idem, pp. 151-152]. Posteriormente, veio a ser ocupado por várias empresas, para, mais tarde, vir a ser adquirida pela Câmara Municipal de Lisboa, que o arrendou à Academia de Música de Santa Cecília, para ali instalar um estabelecimento de ensino especializado naquela expressão artística [Idem, pp. 157]

Descrição: José Frederico do Casal Ribeiro decidiu-se por fazer obras de vulto que implicaram a alteração da fachada, que passou a ficar junto à via pública, caracterizando-se pela existência de três corpos, um central e dois laterais. O primeiro é o corpo principal, a sobressair pelas suas dimensões em comparação com os laterais e demarcados por colunas de cantaria adossadas. Outros elementos que ajudam a demarcá-lo dos outros dois são, no primeiro piso, a existência da entrada principal, ladeada de duas janelas de peito de verga reta, semelhantes às outras duas que cada um dos corpos laterais possui, todas envolvidas de cantaria. No segundo piso, dominam três janelas de sacada e de verga curva, sobrepujadas de cornijas e também emolduradas de cantaria, servidas de uma só varanda de ferro fundido, apoiada em mísulas trabalhadas. Os corpos laterais também têm duas janelas de sacada, mas de menores dimensões que as do corpo central, cada uma servida de respetiva varanda de ferro fundido. No terceiro piso, o corpo central tem três janelas de peito, todas de verga reta, igualmente emolduradas de cantaria. Os três corpos finalizam com platibandas, rematados nas extremidades por urnas com jarrões. O espaço do outrora pátio foi adaptado a um átrio de acesso ao salão nobre, no segundo piso, de tradição neo-árabe [V. Serrão, «art.cit.», in *op. cit.*, p. 345]. As traseiras da propriedade dão para a Azinhaga da Cidade e Rua de S. Bartolomeu, destacando-se uma construção torreada, referida como tendo sido um pombal [Esta construção é o móvel principal do brasão da Freguesia da Ameixoeira, ladeada por outros dois móveis, estes falantes, duas árvores alusivas ao nome da freguesia (*Diário da República*, III Série de 11/08/1993)]. José-Augusto França define-o pela “sobriedade neoclássica perfeitamente equilibrada, integrada no ciclo romântico dos finais do século XIX” [Citado por E. do Espírito Santo do, *op.*



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

CARTA MUNICIPAL DO PATRIMÓNIO EDIFICADO E PAISAGÍSTICO

FICHA PATRIMONIAL

(NOS TERMOS DO DISPOSTO NO PONTO 9, DO ART.º 26, DO REGULAMENTO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE LISBOA)

cit., p. 152. Victor Serrão] apresenta-o com “um prospecto arquitectónico majestoso, dentro da severidade da traça, que é isenta de banalidade (...) num efeito geral que guarda eficaz sabor neoclássico” [V. Serrão, «art.cit.», in *op. cit.*, p. 345].

Em livro *Obra* o documento mais antigo referente ao edifício data de 1927 e refere-se à fiscalização de obras realizadas. Era nesta altura a proprietária condessa D. Maria Emília da Costa Ramos, viúva do 2º Conde José Frederico (1907). Após o falecimento da Condessa em 1942 a propriedade foi explorada por uma empresa cinematográfica e depois pela empresa Sociedade de Troia. Na década de 60 toda a propriedade rural e urbana foi cedida à Câmara Municipal de Lisboa e, em 1964 surge (em livro obra) a informação da ocupação do edifício pela Academia de Música de Santa Cecília através de arrendamento (Cf. *Obra* 15138/Vol.1/Proc. 39698/1964/fl.1 a 5). Em 2002, a área de logradouro (a sul do edifício principal) foi objecto de projecto de autoria do arquitecto Xavier de Faria. Constituído por unidades independentes mas interligadas com carácter autónomo, teve por objectivo a ampliação das instalações da Academia (Cf. *Obra* 15138/Vol.2/Proc. 134/2002/fl.23).

Imagens:



Vista aérea da localização da construção (Fonte: MapSnapshot.jpg)



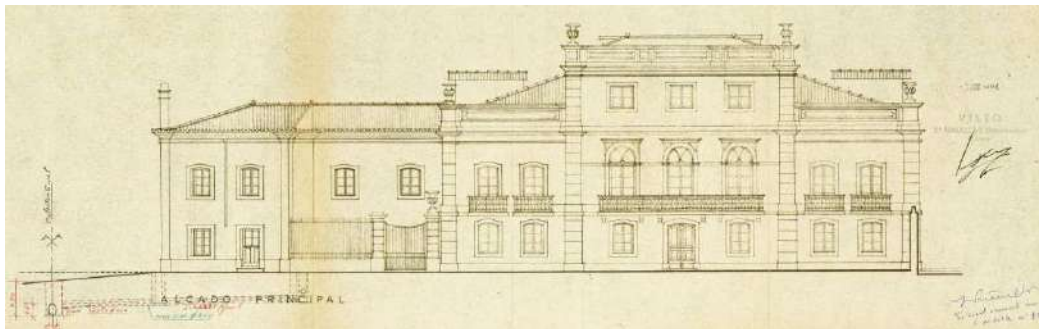
Pormenor da planta de localização da construção (Fonte: MapSnapshot.jpg)



Localização do edifício – 1827 (Fonte: Prancha nº 39 - *Planta do Lumiar e Ameixoeira, para a Carta Topographica dos Suburbios de Lisboa, levantada por Ordem do Governo - 16 de abril de 1827* in <http://sidcarta.exercito.pt/bibliopac/bin/wxis.exe/bibliopac/11.abr.2013>)



Localização do edifício – 1907-1911 (Fonte: Júlio António Vieira da Silva Pinto, *Levantamento da Planta de Lisboa: 1904-1911*, Prancha nº 9V - PT-AMLSB-CMLSB-UROB--PU-05-03-237)



Alçado - *Obra* 15138; Volume 1 ; Processo 39698/DAG/PG/1964 - Tomo 1; Página 5



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

CARTA MUNICIPAL DO PATRIMÓNIO EDIFICADO E PAISAGÍSTICO

FICHA PATRIMONIAL

(NOS TERMOS DO DISPOSTO NO PONTO 9, DO ART.º 26, DO REGULAMENTO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE LISBOA)



Ampliação das instalações da Academia - Obra 15138; Processo 134/DMRU/OBRU/2002; Página 23



Pormenores decorativos [Jan. 2016]

OBSERVAÇÕES

Com a reorganização administrativa em 2012, a Ameixoeira foi integrada na freguesia de Stª Clara [Diário da República, 1ª série, n.º 216, Lei nº 56/2012]

FONTES E BIBLIOGRAFIA

Fontes e Bibliografia: ESPÍRITO SANTO, Eugénio do, *Ameixoeira – Um Núcleo Histórico*, [Ameixoeira/Lisboa, ed. de Eugénio do Espírito Santo], 1997; SERRÃO, Victor, «Entrada nº 181 – Palácio do Conde de Casal Ribeiro», in *Monumentos e Edifícios Notáveis do Distrito de Lisboa*, vol. V-Quarto Tomo (2ª Parte), Lisboa, Assembleia Distrital de Lisboa, 2000; Arquivo Municipal, Obra 15138; Júlio António Vieira da Silva Pinto, *Levantamento da Planta de Lisboa: 1904-1911*, Prancha nº 9V - PT-AMLSB-CMLSB-UROB--PU-05-03-237; Prancha nº 39 - *Planta do Lumiar e Ameixoeira, para a Carta Topographica dos Suburbios de Lisboa, levantada por Ordem do Governo - 16 de abril de 1827* in <http://sidcarta.exercito.pt/bibliopac/bin/wxis.exe/bibliopac/> - 11.abr.2013.

EQUIPA TÉCNICA

Elaboração: Nuno CJ Campos

Data: 15 de Abril de 2013

Actualização: Fátima Alcobia

Data: Março de 2016



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

CARTA MUNICIPAL DO PATRIMÓNIO EDIFICADO E PAISAGÍSTICO

FICHA PATRIMONIAL

(NOS TERMOS DO DISPOSTO NO PONTO 9, DO ART.º 26, DO REGULAMENTO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE LISBOA)

IDENTIFICAÇÃO E LOCALIZAÇÃO		
Código CMP: 05.07	Nome: Cruzeiro da Ameixoeira	
Outros Códigos CMP:	Outras Designações:	
Número de Obra:	Freguesia: Santa Clara	Freguesia Antiga: Ameixoeira
Morada: Estrada da Ameixoeira		
Código SIG:		



Planta de localização



Perspetiva do Cruzeiro

INFORMAÇÃO DE SÍNTESE																
Classificação da Administração Central / Municipal:	Área de protecção do IIP - Igreja de Nossa Senhora da Encarnação / Igreja Paroquial da Ameixoeira					Decreto nº 45/93, DR, 1ª série-B, nº 280, de 30-11-1993										
Planos	PDM 1994		x		PDM 2012		x		PU			PP				
Designação dos PU e PP																
Nível Arqueológico (Art.º 33º do PDM)				Azulejaria em Espaço Público – PISAL (Nível)					Grau de Intervenção							
1		2	X	3		1		2		3		1		2		3
Prémios																
Autores/Projetistas						Data do Projeto					Data da Edificação	Séc. XVII				
Sumário: Com localização em área de miradouro e em proximidade do adro da igreja, poder-se-á atribuir-lhe o significado de padrão de fé, padrão paroquial. Sem informação precisa da sua génese (julgando-se do século XVII) surge documentado em informação da Irmandade do Santíssimo Sacramento e de Nossa Senhora da Encarnação da Ameixoeira nos finais do século XIX.																



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

CARTA MUNICIPAL DO PATRIMÓNIO EDIFICADO E PAISAGÍSTICO

FICHA PATRIMONIAL

(NOS TERMOS DO DISPOSTO NO PONTO 9, DO ART.º 26, DO REGULAMENTO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE LISBOA)

CARACTERIZAÇÃO HISTÓRICO-ARQUITETÓNICA

Contextualização histórico-urbana:

Construído nos finais da primeira metade do século XVI [«Igreja Paroquial da Ameixoeira / Igreja de Nossa Senhora da Encarnação Portugal, Lisboa, Lisboa, Ameixoeira» (http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=6473 - 12.abr.2013).nos séculos XVII/XVIII, o espaço envolvente à igreja paroquial era apresentado como um “adro de suficiente grandeza” [P. Luís Cardoso, *Diccionario Geografico ou Noticia Historica de todas as Cidade, Lugares e Aldeas, Rios Ribeiras, e Serras do Reyno de Portugal, e Algarve, com todas as cousas raras, que nelles se encontrão, assim antigas, como modernas*, Tomo I, Lisboa, Regia Officina Sylviana, 1747, p. 443; ANTT, *Memorias Paroquiais*, vol. 3, nº 67, fl. 270r] tendo construções nas imediações [Eugénio do Espírito Santo, *Ameixoeira – Um Núcleo Histórico*, [Ameixoeira/Lisboa, ed. de Eugénio do Espírito Santo], 1997, p. 111]. Apontando-se para que o Cruzeiro date de século XVII [PAT-Programa de Acção Territorial Ameixoeira/Galinheiras. *Valores Patrimoniais-Relatório Preliminar*. 2007, Lisboa, CML-DMPU, 2007, p. 33] não se encontrou documentação que assim o confirme e mesmo a relativa à igreja paroquial e a obras de reparação projetadas ou executadas não o mencionam. Só em 1891, em documentação da Irmandade do Santíssimo Sacramento e de Nossa Senhora da Encarnação da Ameixoeira, é que aparece explícita a existência do Cruzeiro e a situá-lo nas proximidades da igreja paroquial, a necessitar de obras de conservação [E. do Espírito Santo, *op. cit.*, p. 114]A Prancha 8V de Silva Pinto, datada de 1907, confirma a sua existência e localização[Júlio António Vieira da Silva Pinto, *Levantamento da Planta de Lisboa: 1904-1911*, Pranchas nºs 8V - PT-AMLSB-CMLSB-UROB--PU-05-03-237]Já no tempo da República, no ano de 1914, há a notícias do Cruzeiro, dadas pelo Juiz da Confraria do Santíssimo Sacramento, em resposta a um questionário remetido pelo Administrador do 3º Bairro Administrativo de Lisboa. Inserido no contexto ideológico e político que se vivia, havia a informação de ter havido atos de vandalismo que levaram ao derrube da cruz do Cruzeiro [E. do Espírito Santo, *op. cit.*, p. 80].

Descrição: “[Base desenvolvida] em três quadrados sobrepostos, de dimensões diferentes sendo o do superior o de dimensões mais reduzidas. Como elementos de ligação, um pilar central encimado por uma cruz” latina [Plano de Pormenor – *Salvaguarda da Área da Ameixoeira*, sl, CML – DMRU/Gabinete Técnico Rua do Lumiar/Ameixoeira, sd, p. 2.51]

Imagens:



Localização e identificação do Cruzeiro próximo à igreja paroquial - 1907 (Fonte: Júlio António Vieira da Silva Pinto, *Levantamento da Planta de Lisboa: 1904-1911*, Pranchas nºs 8V - PT-AMLSB-CMLSB-UROB--PU-05-03-237)

Perspectiva e localização [Jan. 2016]



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

CARTA MUNICIPAL DO PATRIMÓNIO EDIFICADO E PAISAGÍSTICO

FICHA PATRIMONIAL

(NOS TERMOS DO DISPOSTO NO PONTO 9, DO ART.º 26, DO REGULAMENTO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE LISBOA)

OBSERVAÇÕES

Anos depois, em 2006, “na pressa de agradar a alguém, a Junta de Freguesia reparou a base do Cruzeiro, com cimento (!). Posteriormente, porque os eleitos da CDU na Assembleia de Freguesia chamaram a atenção para esta enormidade, o cimento foi removido, o que constituiu a rectificação deste erro grosseiro e lesivo do Património da Freguesia.

Com a reorganização administrativa em 2012, a Ameixoeira foi integrada na freguesia de Stª Clara [Diário da República, 1ª série, n.º 216, Lei nº 56/2012]

FONTES E BIBLIOGRAFIA

Fontes e Bibliografia: ESPÍRITO SANTO, Eugénio do, *Ameixoeira – Um Núcleo Histórico*, [Ameixoeira/Lisboa, ed. de Eugénio do Espírito Santo], 1997; CARDOSO, P. Luís, *Diccionario Geografico ou Noticia Historica de todas as Cidade, Lugares e Aldeas, Rios Ribeiras, e Serras do Reyno de Portugal, e Algarve, com todas as cousas raras, que nelles se encontrão, assim antigas, como modernas*, Tomo I, Lisboa, Regia Officina Sylviana, 1747; *PAT-Programa de Acção Territorial Ameixoeira/Galinheiras. Valores Patrimoniais-Relatório Preliminar. 2007*, Lisboa, CML-DMPU, 2007; *Plano de Pormenor – Salvaguarda da Área da Ameixoeira*, sl, CML – DMRU/Gabinete Técnico Rua do Lumiar/Ameixoeira, sd.; SILVA PINTO, Júlio António Vieira da, *Levantamento da Planta de Lisboa: 1904-1911*, Pranchas nºs 8V - PT-AMLSB-CMLSB-UROB--PU-05-03-237. Fotografia do AMLSB/CMLSB/POR002019; «Boletim Informativo da CDU na Freguesia da Ameixoeira (Outubro/Novembro 2006)» in <http://www.dorl.pcp.pt/index.php/arq-not/47-lisboa/434-boletim-informativo-da-cdu-na-freguesia-da-ameixoeira> - 18.abr.2013); «Igreja Paroquial da Ameixoeira / Igreja de Nossa Senhora da Encarnação Portugal, Lisboa, Lisboa, Ameixoeira» in http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=6473 - 12.abr.2013.

EQUIPA TÉCNICA

Elaboração: Nuno CJ Campos

Data: 18 de Abril de 2013

Actualização: Fátima Alcobia

Data: Fevereiro de 2016



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

CARTA MUNICIPAL DO PATRIMÓNIO EDIFICADO E PAISAGÍSTICO

FICHA PATRIMONIAL

(NOS TERMOS DO DISPOSTO NO PONTO 9, DO ART.º 26, DO REGULAMENTO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE LISBOA)

IDENTIFICAÇÃO E LOCALIZAÇÃO		
Código CMP: 05.09	Nome: Quinta de Santa Clara	
Outros Códigos CMP:	Outras Designações: Quinta do Chora; Instituto Superior de Gestão	
Número de Obra: 9666 (3 Vols)	Freguesia: Santa Clara	Freguesia Antiga: Ameixoeira
Morada: Estrada da Ameixoeira, 112-114 / Rua Vitorino Nemésio, S/N Rua Jorge de Sena, S/N		
Código SIG: 0501102001001		



Planta de localização



Acesso principal [Jan. 2016]

INFORMAÇÃO DE SÍNTESE										
Classificação da Administração Central / Municipal:	Em área I I P - Igreja de Nossa Senhora da Encarnação / Igreja Paroquial da Ameixoeira			Decreto nº 45/93, DR, 1ª série-B, nº 280, de 30-11-1993						
Planos	PDM 1994		x	PDM 2012		x	PU		PP	
Designação dos PU e PP										
Nível Arqueológico (Art.º 33º do PDM)			Azulejaria em Espaço Público – PISAL (Nível)					Grau de Intervenção		
1		2	X	3		1		2		3
Prémios										
Autores/Projetistas	João Eugénio Duarte (Arqtº); Fiel Viterbo (Dr.)			Data do Projeto				Data da Edificação	Séc. Séc. XVII-XX	



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

CARTA MUNICIPAL DO PATRIMÓNIO EDIFICADO E PAISAGÍSTICO

FICHA PATRIMONIAL

(NOS TERMOS DO DISPOSTO NO PONTO 9, DO ART.º 26, DO REGULAMENTO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE LISBOA)

Sumário:

O edifício integra uma área outrora de quinta que incluía jardins, hortas e construções de apoio. Conhecida a partir de 1926 por quinta de Santa Clara apresenta um edifício de desenho oitocentista e caracterizado por V. Serrão no seu interior por um revivalismo próximo do “pastiche”. Servido por uma área ajardinada, alberga uma instituição de ensino superior.

CARACTERIZAÇÃO HISTÓRICO-ARQUITETÓNICA

Contextualização histórico-urbana:

Segundo a tradição, a menção mais antiga relativa a uma construção naquele terreno terá sido a hospedaria de apoio a viajantes [P. Luís Cardoso, *Diccionario Geografico ou Noticia Historica de todas as Cidade, Lugares e Aldeas, Rios Ribeiras, e Serras do Reyno de Portugal, e Algarve, com todas as cousas raras, que nelles se encontrão, assim antigas, como modernas*, Tomo I, Lisboa, Regia Officina Sylviana, 1747, p. 446; ANTT, *Memorias Paroquiais*, vol. 3, nº 67, fl. 272r; Victor Serrão, «Entrada nº 180 – Casa de Santa Clara», in *Monumentos e Edifícios Notáveis do Distrito de Lisboa*, vol. V-Quarto Tomo (2ª Parte), Lisboa, Assembleia Distrital de Lisboa, 2000, pp. 314-315] embora ela já não existisse em 1758, dada a ausência de referências a ela da parte do pároco da freguesia, ou seja, entre o século XVI e parte do XVII. Em finais deste século (1694), já se conhece a existência de uma propriedade particular, designada oficialmente de Quinta Nova e a que Eugénio do Espírito Santo apelida de Quinta de Desembargadores [Eugénio do Espírito Santo, *Ameixoeira – Um Núcleo Histórico*, [Ameixoeira/Lisboa, ed. de Eugénio do Espírito Santo], 1997, p. 161] ocalizada, de acordo com uma escritura de aforamentos de 1736, “junto ao adro da Igreja” [*Ibidem*]. A quinta esteve na posse dos descendentes desta família até 1835, quando a venderam, a António Mascarenhas Calheiros, que a teve até 1853, quando a doou ao seu enteado Ezequiel de Sá Prego [*Idem*, pp. 162-164]. Tendo dois filhos, Henrique da Fonseca de Sá Prego e Ezequiel da Fonseca de Sá Prego, em partilha celebrada em 1873, a Quinta Nova ficou a pertencer ao primeiro [*Idem*, p. 165]. Veio a vendê-la, em 1883, a José Joaquim Vieira da Silva, ligado ao comércio com as colónias ultramarinas [*Idem*, pp. 165-166; este comerciante era tio da pintora Maria Helena Vieira da Silva, que chegou a frequentar aquela casa (cf. V. Serrão, «Entrada nº 177 – Sítio da Ameixoeira», in *Monumentos e Edifícios Notáveis do Distrito de Lisboa*, vol. V-Quarto Tomo (2ª Parte), Lisboa, Assembleia Distrital de Lisboa, 2000, p. 337]. Este, anos mais tarde, veio a anexar parte dela à Quinta do Ministro, que também lhe pertencia e era vizinha [E. do Espírito Santo, *op. cit.*, p. 166]. Entre 1915 e 1917, José Joaquim Vieira da Silva vendeu-a a Eduardo Jorge, passando a ser a sua residência [*Ibidem*; “Fundada em 1888, a empresa do Eduardo Jorge foi uma das empresas que ajudou o alfacinha, deslocar-se dentro da cidade, de uma forma económica. Os suas carroças puxadas a mulas eram bem conhecidas dos lisboetas, que muitas vezes as preferiam em detrimento dos «americanos» da Carris, pois o preço das suas viagens manteve-se praticamente inalterado durante os 26 anos da sua existência” (cf. «Empresa Eduardo Jorge» (<http://bilhetes.no.sapo.pt/camionagem.htm> - 10.abr.2013))]. Continuando a ser designada como Quinta Nova, junto da população, ela passou a ser conhecida por Quinta do Chora, devido ou aos lamentos de Eduardo Jorge [E. do Espírito Santo, *op. cit.*, p. 166] ou pelos chiões que as viaturas da sua empresa faziam em andamento [«História dos transportes públicos» (<http://bibesjcp.no.sapo.pt/historiadotransporte.htm> - 10.abr.2013)]. Em 1926, a Quinta Nova voltou a ser vendida, sendo seu comprador Augusto Carreira de Sousa, pessoa ligada à banca, que lhe alterou o nome para Quinta de Santa Clara [E. do Espírito Santo, *op. cit.*, p. 167]. Desde 1984, que parte do jardim foi comprado por uma instituição de ensino superior particular [*Idem*, p. 173.]

Em livro Obra o documento mais antigo data de 1896 e refere-se à ampliação do prédio com mais um andar na propriedade de José Joaquim Vieira e denominada Quinta Nova (Cf. Obra 9666/Vol.1/proc.1087/1896/fl.1 a 3). O proprietário que lhe introduziu alterações, resultando o imóvel hoje conhecido, foi José Augusto Carreira de Sousa. Em 1927 este proprietário apresentou um projecto assinado por Eugénio Duarte de Castro “transformando o prédio existente, conservando-se [contudo] quanto possível a



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

CARTA MUNICIPAL DO PATRIMÓNIO EDIFICADO E PAISAGÍSTICO

FICHA PATRIMONIAL

(NOS TERMOS DO DISPOSTO NO PONTO 9, DO ART.º 26, DO REGULAMENTO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE LISBOA)

posições dos vãos e outras partes importantes da estrutura do prédio” (Cf. Memória descritiva e plantas, Obra 9666/Vol.1/Proc. 8425/1927/fl.2 a 6 e 7). Na restante área da propriedade em 1928, mandou construir um lago (Cf. Obra 9666/Vol.1/proc. 10322/1928/fl. 2), que integra o actual jardim público. No ano seguinte, a propriedade foi murada com revestimento que segundo a M.D “[seria] feito em argamassa imitando pedra no capeamento, pilastras e socos e em estuque nas partes lisas, em linhas sóbrias em harmonia com as frentes da casa se está reconstruindo” (Cf. Obra 9666/Vol.1/proc. 17015/1929/fl. 1 a 19). Em 1983 em função da ocupação do edifício por um estabelecimento de ensino particular “ensinus Lda” Instituto Superior de Gestão foram feitas novas alterações nomeadamente a instalação de um self – service, e estruturas para serviços de apoio. Dois anos depois novo projecto destinado à ampliação de um andar num anexo para funcionamento de aulas (Cf. Obra 9666/Vol.1/proc. 4188/1983/fl. 1 a 37 e proc.10/OB/1985).

Descrição: De acordo com Eugénio do Espírito Santo, em 1926, a planta do edifício era retangular, com a parte superior das janelas em ogiva [*Idem*, p. 167] formato alterado para retangulares dentro das obras posteriores que finalizaram em 1929, num trabalho conjunto de João Eugénio Duarte e Fiel Viterbo [*Ibidem*]. Edifício apalaçado de desenho oitocentista [V. Serrão, «art. cit», in *Monumentos e Edifícios Notáveis...*, p. 337.] de dois pisos, caracterizando-se o seu interior pelo revivalismo muito próximo do “pastiche”, como Victor Serrão assim o define [*Idem*, p. 345]. Destaca-se a imponência da escadaria de acesso ao piso superior, assim como os tetos em estuque trabalhado existente em vários salões [*Ibidem*]. Com a propriedade a abranger uma grande área, a parte mais próxima à habitação foi destinada à construção de um jardim.

Pela memória descritiva do projecto de 1927 “ as caves seriam aumentadas em altura ficando nelas o piso da capela, a sacristia, as entradas de serviço, cozinha, copa, dispensa, casa de trabalho e refeitório dos criados, garrafeira, casas fortes. No R/ch ficaria o vestíbulo principal, sala de visitas, escritório, casa de jantar, almoço, sala de estar, coro da capela, lavabos. No primeiro andar situar-se-iam os quartos de dormir e de toilette e a tribuna da capela. No sótão localizar-se iam os quartos para as criadas, casa de engomados, arrecadações. O terraço seria ampliado no lado nascente e as frentes norte e sul seriam dotados também de terraços. Os vãos seriam também modificados nas suas cantarias e os telhados em parte ficariam em mansarda. No R/c os pisos seriam de mármore no vestíbulo principal e nos terraços, de soalho à inglesa nos restantes à excepção da sala de visitas que seria em parquet. Na bomba da escada de serviço teria instalado um ascensor e haveria mais dois outros ascensores para objectos: um na mesma escada e outro entre a copa da cave e do R/c. Os caixilhos e a maior parte das portas interiores seriam em casquinha” (Cf. Memória descritiva, Obra n. 9666/Vol.1/Proc. 8425/1927/fl.7 a 10). Em Abril de 1928, o projecto apresentado pelo processo n.º 8425 recebeu alterações devido ao mau estado das paredes primitivas do prédio, nomeadamente novo estudo de distribuição resultando na ampliação e modificação da planta nas caves, consequente ampliação do terraço da frente sul, modificação nas divisórias entre o escritório e a casa de jantar, alteração na distribuição dos quartos, casas de banho no primeiro andar, mudança das chaminés. No exterior a frente seria ampliada sobre a via pública. O sótão receberia três trapeiras viradas ao norte sendo duas de abrir e uma outra simulada (Cf. Obra 9666/Vol.1/proc. 1639/1927/fl. 1 a 3).



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

CARTA MUNICIPAL DO PATRIMÓNIO EDIFICADO E PAISAGÍSTICO

FICHA PATRIMONIAL

(NOS TERMOS DO DISPOSTO NO PONTO 9, DO ART.º 26, DO REGULAMENTO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE LISBOA)

Imagens:

Vista aérea da localização da construção (Fonte: MapSnapshot.jpg)	Pormenor da planta de localização da construção (Fonte: MapSnapshot.jpg)	Ampliação do edifício - Obra 9666; Processo 1087/1ªREP/PG/1896; Página 2
<p>Projecto de alteração e grandes reparações — que o Ex.º Sr Augusto Carreira de Sousa preten de fazer na casa de habitação da sua propriedade denominada Quinta Nova, situada na — Estrada da Ameixoeira</p> <p>Freguesia de Lxavier Sr Carreira</p> <p>Planta topográfica Trabalho nº 100</p>		
Obra 9666; Processo 8425/SEC/PG/1927; Página 2		Obra 9666; Processo 8425/SEC/PG/1927; Página 3
Obra 9666; Processo 8425/SEC/PG/1927; Página 4	Obra 9666; Processo 8425/SEC/PG/1927; Página 5	
Obra 9666; Processo 8425/SEC/PG/1927; Página 6		

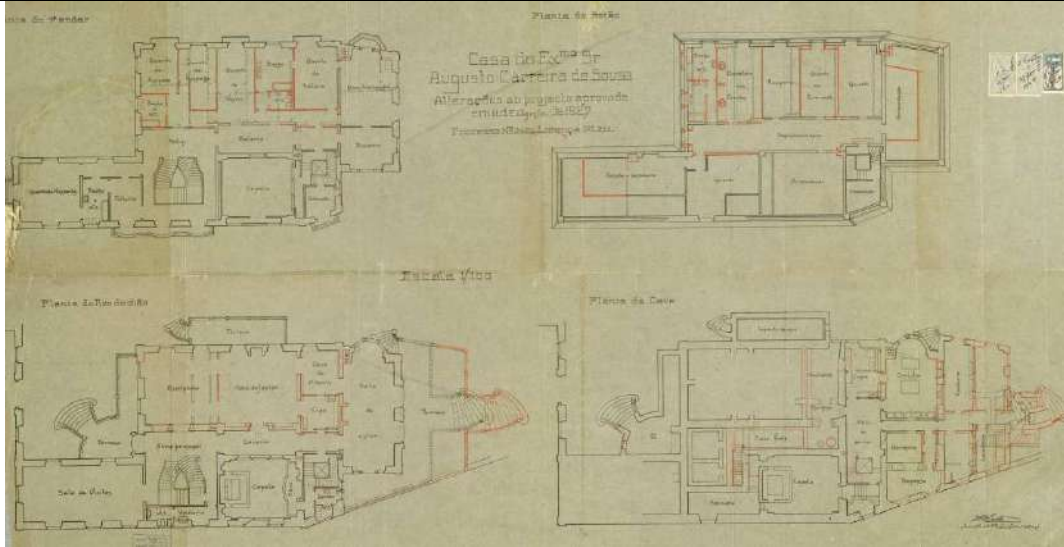


CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

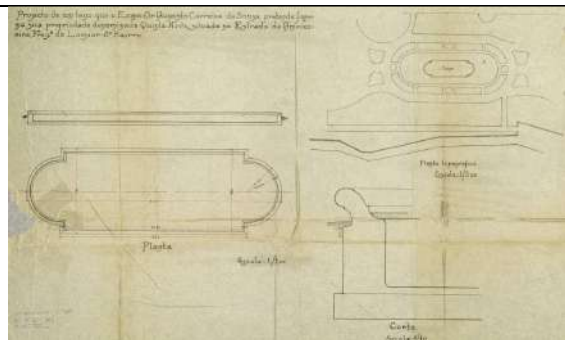
CARTA MUNICIPAL DO PATRIMÓNIO EDIFICADO E PAISAGÍSTICO

FICHA PATRIMONIAL

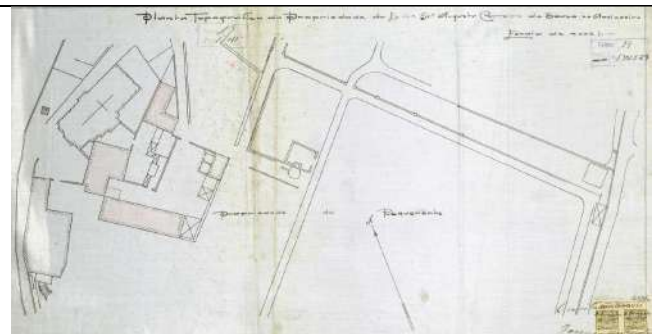
(NOS TERMOS DO DISPOSTO NO PONTO 9, DO ART.º 26, DO REGULAMENTO DO PLANO DIRECTOR MUNICIPAL DE LISBOA)



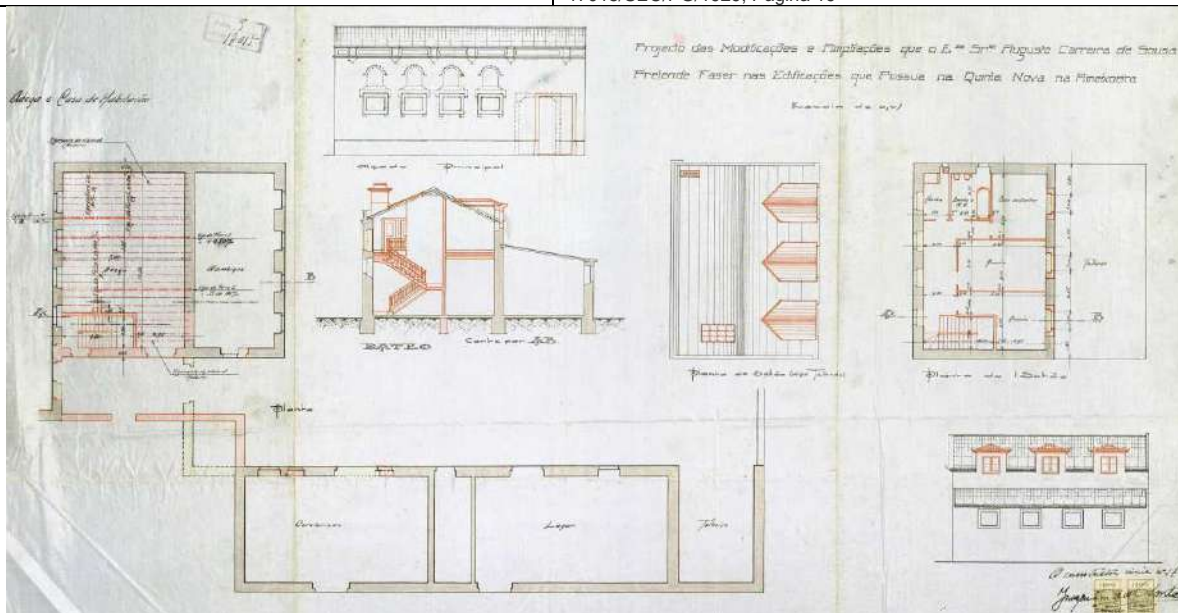
Alterações ao processo 8425 - Obra 9666; Processo 1639/SEC/PG/1928; Página 3



Projecto do lago - Obra 9666; Processo 10322/SEC/PET/1928; Página 2



Ampliação das construções existentes - Obra 9666; Processo 17015/SEC/PG/1929; Página 19



Obra 9666; Processo 17015/SEC/PG/1929; Página 9



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

CARTA MUNICIPAL DO PATRIMÓNIO EDIFICADO E PAISAGÍSTICO

FICHA PATRIMONIAL

(NOS TERMOS DO DISPOSTO NO PONTO 9, DO ART.º 26, DO REGULAMENTO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE LISBOA)



Perspetiva da fachada do edifício, virada para o adro da Igreja(Fonte: CML/DMPRGU/DPRU-DRU-ECR-CMP)



Perspetiva da fachada do edifício, virada para a Estrada da Ameixoeira(Fonte: CML/DMPRGU/DPRU-DRU- ECR-CMP)



Pormenores decorativos [Jan. 2016]

OBSERVAÇÕES

Com a reorganização administrativa em 2012, a Ameixoeira foi integrada na freguesia de Stª Clara [Diário da República, 1ª série, n.º 216, Lei nº 56/2012].

FONTES E BIBLIOGRAFIA

Fontes e Bibliografia:

ESPÍRITO SANTO, Eugénio do, *Ameixoeira – Um Núcleo Histórico*, [Ameixoeira/Lisboa, ed. de Eugénio do Espírito Santo], 1997;SERRÃO, Victor, «Entradas nºs 177-181 – Sítio da Ameixoeira e outros artigos», in *Monumentos e Edifícios Notáveis do Distrito de Lisboa*, vol. V-Quarto Tomo (2ª Parte), Lisboa, Assembleia Distrital de Lisboa, 2000; ANTT, *Memórias Paraquiais*, vol. 3, nº 67; Arquivo Municipal, *Obra 9666*; CARDOSO, P. Luís, *Diccionario Geografico ou Noticia Historica de todas as Cidade, Lugares e Aldeas, Rios Ribeiras, e Serras do Reyno de Portugal, e Algarve, com todas as cousas raras, que nelles se encontrão, assim antigas, como modernas*, Tomo I, Lisboa, Regia Officina Sylviana, 1747; «Empresa Eduardo Jorge» in <http://bilhetes.no.sapo.pt/camionagem.htm> - 10.abr.2013).

EQUIPA TÉCNICA

Elaboração: Nuno CJ Campos

Data: 15 de Abril de 2013

Actualização: Fátima Alcobia

Data: Março de 2016



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

CARTA MUNICIPAL DO PATRIMÓNIO EDIFICADO E PAISAGÍSTICO

FICHA PATRIMONIAL

(NOS TERMOS DO DISPOSTO NO PONTO 9, DO ART.º 26, DO REGULAMENTO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE LISBOA)

IDENTIFICAÇÃO E LOCALIZAÇÃO		
Código CMP: 05.09A	Nome: Jardim da Quinta de Santa Clara	
Outros Códigos CMP:	Outras Designações:	
Número de Obra:	Freguesia: Santa Clara	Freguesia Antiga: Ameixoeira
Morada: Estrada da Ameixoeira		
Código SIG:		



Planta de localização



Perspectiva geral – sentido sul [Jan. 2016]

INFORMAÇÃO DE SÍNTESE										
Classificação da Administração Central / Municipal:										
Planos	PDM 1994		x	PDM 2012		x	PU		PP	
Designação dos PU e PP										
Nível Arqueológico (Art.º 33º do PDM)			Azulejaria em Espaço Público – PISAL (Nível)				Grau de Intervenção			
1	2	X	3	1	2	3	1	2	3	
Prémios										
Autores/Projetistas	João Eugénio Duarte (Arqtº); Fiel Viterbo (Dr.)			Data do Projeto				Data da Edificação	Séc. XIX-XX	



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

CARTA MUNICIPAL DO PATRIMÓNIO EDIFICADO E PAISAGÍSTICO

FICHA PATRIMONIAL

(NOS TERMOS DO DISPOSTO NO PONTO 9, DO ART.º 26, DO REGULAMENTO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE LISBOA)

Sumário:

Este jardim integrava a propriedade da *quinta* de Santa Clara, sendo parte dele oferecido à autarquia em 1975 que o tornou jardim público. Dotado de área generosa compõe-se por um grande lago central, bancos revestidos a azulejos e grande diversidade de espécies arbóreas.

CARACTERIZAÇÃO HISTÓRICO-ARQUITETÓNICA

Contextualização histórico-urbana:

É corrente apontar-se que naquele terreno terá havido uma hospedaria de apoio a viajantes [P. Luís Cardoso, *Diccionario Geografico ou Noticia Historica de todas as Cidade, Lugares e Aldeas, Rios Ribeiras, e Serras do Reyno de Portugal, e Algarve, com todas as cousas raras, que nelles se encontrão, assim antigas, como modernas*, Tomo I, Lisboa, Regia Officina Sylviana, 1747, p. 446; Victor Serrão, «Entrada nº 180 – Casa de Santa Clara», in *Monumentos e Edifícios Notáveis do Distrito de Lisboa*, vol. V-Quarto Tomo (2ª Parte), Lisboa, Assembleia Distrital de Lisboa, 2000, pp. 314-315] se bem que ela já não devesse existir em 1758, uma vez o pároco da freguesia não a referir [ANTT, *Memorias Paroquiais*, vol. 3, nº 67, fl. 272r]. Quanto à ocupação daquele espaço como quinta, em finais deste século (1694) já há a menção a uma propriedade particular, conhecida por Quinta Nova e a que Eugénio do Espírito Santo apelida de Quinta de Desembargadores [Eugénio do Espírito Santo, *Ameixoeira – Um Núcleo Histórico*, [Ameixoeira/Lisboa, ed. de Eugénio do Espírito Santo], 1997, p. 161] localizada, de acordo com uma escritura de aforamentos de 1736, “junto ao adro da Igreja”. [Ibidem]. A quinta esteve na posse dos descendentes dessa família até 1835, quando a venderam, a António Mascarenhas Calheiros, que a teve até 1853, quando a doou ao seu enteado Ezequiel de Sá Prego [Idem, pp. 162-164]. Tendo dois filhos, Henrique da Fonseca de Sá Prego e Ezequiel da Fonseca de Sá Prego, em partilha celebrada em 1873, a Quinta Nova ficou a pertencer ao primeiro. [Idem, p. 165]. Veio a vendê-la, em 1883, a José Joaquim Vieira da Silva, ligado ao comércio com as colónias ultramarinas. [Idem, pp. 165-166; este comerciante era tio da pintora Maria Helena Vieira da Silva, que chegou a frequentar aquela casa (cf. V. Serrão, «Entrada nº 177 – Sítio da Ameixoeira», in *Monumentos e Edifícios Notáveis do Distrito de Lisboa*, vol. V-Quarto Tomo (2ª Parte), Lisboa, Assembleia Distrital de Lisboa, 2000, p. 337]. Este, anos mais tarde, veio a anexar parte dela à Quinta do Ministro, que também lhe pertencia e era vizinha [E. do Espírito Santo, *op. cit.*, p. 166]. Entre 1915 e 1917, José Joaquim Vieira da Silva vendeu-a a Eduardo Jorge, passando a ser a sua residência [Ibidem; “Fundada em 1888, a empresa do Eduardo Jorge foi uma das empresas que ajudou o alfacinha, deslocar-se dentro da cidade, de uma forma económica. Os suas carroças puxadas a mulas eram bem conhecidas dos lisboetas, que muitas vezes as preferiam em detrimento dos «americanos» da Carris, pois o preço das suas viagens manteve-se praticamente inalterado durante os 26 anos da sua existência” (cf. «Empresa Eduardo Jorge» (<http://bilhetes.no.sapo.pt/camionagem.htm> - 10.abr.2013)]. Continuando a ser designada como Quinta Nova, junto da população, ela passou a ser conhecida por Quinta do Chora, devido ou aos lamentos de Eduardo Jorge [E. do Espírito Santo, *op. cit.*, p. 166] ou pelos chiores que as viaturas da sua empresa faziam em andamento. [«História dos transportes públicos» (<http://bibesjcp.no.sapo.pt/historiadotransporte.htm> - 10.abr.2013)]. Em 1926, a Quinta Nova voltou a ser vendida, sendo seu comprador Augusto Carreira de Sousa, pessoa ligada à banca, que lhe alterou o nome para Quinta de Santa Clara. [E. do Espírito Santo, *op. cit.*, p. 167]. Desde 1984, que parte do jardim foi comprado por uma instituição de ensino superior particular [Idem, p. 173].

Descrição: (Parte particular) O jardim surgiu na sequência da construção do palácio, tendo sido contratada uma empresa ligada à jardinagem, do Porto, de características «neo», entre o clássico e o romântico [Idem, p. 167]. Em vários pontos do jardim,



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

CARTA MUNICIPAL DO PATRIMÓNIO EDIFICADO E PAISAGÍSTICO

FICHA PATRIMONIAL

(NOS TERMOS DO DISPOSTO NO PONTO 9, DO ART.º 26, DO REGULAMENTO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE LISBOA)

encontram-se bancos de azulejos, neobarrocos, produzidos na Fábrica de Sant'Ana. [V. Serrão, «art. cit», in *Monumentos e Edifícios Notáveis...*, p. 344]. Além dos bancos, existe um painel azulejar de temática religiosa – Adoração dos Reis Magos -, uma cópia do quadro de Rubens ou de P. Cantino, feito na oficina de Policarpo de Oliveira Bernardes [*Ibidem*]. (Parte pública) Em 1975, parte do jardim foi oferecido à autarquia, que o tornou “Jardim Público” [E. do Espírito Santo, *op. cit.*, pp. 167-170; «Sábado, 13 de Fevereiro de 2010. Jardim de Santa Clara, na Ameixoeira. Precisa-se «consenso» in <http://lisboasos.blogspot.pt/2010/02/jardim-de-santa-clara-na-ameixoeira.html> - 18.abr.2013] a ocupar um espaço de cerca de um hectare. [«Sábado, 13 de Fevereiro de 2010 Jardim de Santa Clara, na Ameixoeira. Precisa-se «consenso» in <http://lisboasos.blogspot.pt/2010/02/jardim-de-santa-clara-na-ameixoeira.html> - 18.abr.2013]; «Domingo, 4 de Março de 2012 O Jardim de Santa Clara - Ameixoeira – Lisboa in http://www.jf-ameixoeira.pt/portal/v1.0/mod_texto.asp?pag=Int – 18.abr.2013]. É composto de várias áreas perfeitamente identificadas pela flora lá existente, como, por exemplo, tílias ou cedros, ou pelas construções lá feitas, como balaustradas, escadaria ou o lago. São frequentes as informações em torno de atos de vandalismo. Para contornar este problema e de defender este património, encontra-se o poder local, quer da parte da Câmara Municipal de Lisboa, quer da Junta de Freguesia da Ameixoeira. Do lado desta última entidade, a recuperação total do Jardim de Santa Clara, da qual se inseria o “Parque Infantil do Jardim de Santa Clara”, fazia parte do Plano de Actividades de 2010, sendo frisado o carácter de exigência a ser feita à CMLisboa [«Plano de Actividades 2010 - Freguesia da Ameixoeira» in www.jf-ameixoeira.pt/.../4712PLANO%20DE%20ACTIVIDADES%... – 18.abr.2013]. Uma outra chamada de atenção que aquela junta fazia centrava-se na importância de se trabalhar na mudança de mentalidades em torno do conceito de “responsabilização social”, quer na defesa daquele património natural, quer na punição dos prevaricadores [«Domingo, 4 de Março de 2012 O Jardim de Santa Clara - Ameixoeira - Lisboa (http://www.jf-ameixoeira.pt/portal/v1.0/mod_texto.asp?pag=Int – 18.abr.2013]. Da parte da CMLisboa, várias foram as obras executadas ao longo do tempo para recuperar o jardim, tentando seguir a sua traça original, “ao estilo barroco”. [*Ibidem*]. Estes restauros têm durado pouco tempo, com o jardim a voltar a estar vandalizado. Das obras de recuperação e modernização, mas sem desvirtuar a originalidade do jardim, entendidas por “[intervensões] o mais minimalista possível” [«Sábado, 13 de Fevereiro de 2010 Jardim de Santa Clara, na Ameixoeira. Precisa-se «consenso» in <http://lisboasos.blogspot.pt/2010/02/jardim-de-santa-clara-na-ameixoeira.html> - 18.abr.2013] a autarquia propunha a existência de uma zona infanto-juvenil e de um parque para o ramo da restauração com esplanada [*Ibidem*] apontando-se para a abertura de um concurso, como foi o caso de “um quiosque destinado a estabelecimento de bebidas, com esplanada” [*Diário da República*, II Série, nº 157, 14 de agosto de 2012, «Parte L: Contratos Públicos: Município de Lisboa: Anúncio de procedimento nº 3248/2012, pp. 1-2].



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

CARTA MUNICIPAL DO PATRIMÓNIO EDIFICADO E PAISAGÍSTICO

FICHA PATRIMONIAL

(NOS TERMOS DO DISPOSTO NO PONTO 9, DO ART.º 26, DO REGULAMENTO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE LISBOA)

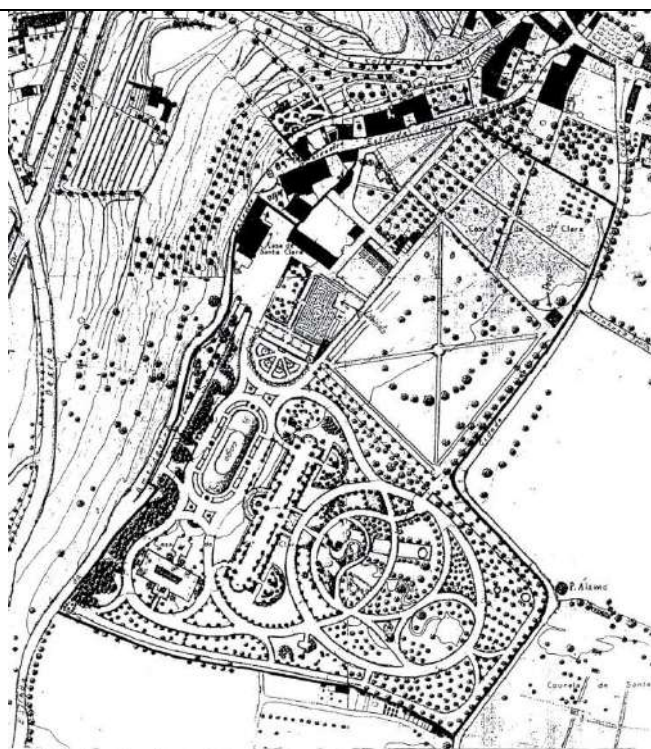
Imagens:



Vista aérea do jardim (Fonte: MapSnapshot.jpg)



Pormenor da planta de localização do jardim (Fonte: MapSnapshot.jpg)



AMEIXOEIRA (1948) — Planta criada pelo Gabinete de Recuperação e Reabilitação Urbana — Lúcio Américo

Pormenor da plana da área ocupada com a união das duas propriedades (Fonte: Eugénio do Espírito Santo, *Ameixoeira – Um Núcleo Histórico*, [Ameixoeira/Lisboa, ed. de Eugénio do Espírito Santo], 1997, p. 168).




CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

CARTA MUNICIPAL DO PATRIMÓNIO EDIFICADO E PAISAGÍSTICO

FICHA PATRIMONIAL

(NOS TERMOS DO DISPOSTO NO PONTO 9, DO ART.º 26, DO REGULAMENTO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE LISBOA)

	
Pormenor de parte das fachadas tardoz e lateral do palácio e de parte do jardim da Quinta de Santa Clara(Fonte:imagesCAFIX9U0.jpg)	Pormenor do Jardim de Santa Clara (parte pública) (Fonte: images.jpg)
	
“Fronteira” limite da área privada e pública [Jan. 2016]	Lago central [Jan. 2016]
OBSERVAÇÕES	
Com a reorganização administrativa em 2012, a Ameixoeira foi integrada na freguesia de Stª Clara [Diário da República, 1ª série, n.º 216, Lei nº 56/2012]	

FONTES E BIBLIOGRAFIA

Fontes e Bibliografia:

ESPÍRITO SANTO, Eugénio do, *Ameixoeira – Um Núcleo Histórico*, [Ameixoeira/Lisboa, ed. de Eugénio do Espírito Santo], 1997;SERRÃO, Victor, «Entradas nºs 177-181 – Sítio da Ameixoeira e outros artigos», in *Monumentos e Edifícios Notáveis do Distrito de Lisboa*, vol. V-Quarto Tomo (2ª Parte), Lisboa, Assembleia Distrital de Lisboa, 2000;ANTT, *Memórias Paroquiais*, vol. 3, nº 67;CARDOSO, P. Luís, *Diccionario Geografico ou Noticia Historica de todas as Cidade, Lugares e Aldeas, Rios Ribeiras, e Serras do Reyno de Portugal, e Algarve, com todas as cousas raras, que nelles se encontrão, assim antigas, como modernas*, Tomo I, Lisboa, Regia Officina Sylviana, 1747.; «Empresa Eduardo Jorge» in <http://bilhetes.no.sapo.pt/camionagem.htm> - 10.abr.2013; .«História dos transportes públicos» (<http://bibesjcp.no.sapo.pt/historiadotransporte.htm> - 10.abr.2013).

EQUIPA TÉCNICA

Elaboração: Nuno CJ Campos

Data: 19 de Abril de 2013

Atualização: Fátima Alcobia

Data: Fevereiro de 2016



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

CARTA MUNICIPAL DO PATRIMÓNIO EDIFICADO E PAISAGÍSTICO

FICHA PATRIMONIAL

(NOS TERMOS DO DISPOSTO NO PONTO 9, DO ART.º 26, DO REGULAMENTO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE LISBOA)

IDENTIFICAÇÃO E LOCALIZAÇÃO		
Código CMP: 05.12	Nome: Quinta do Loureiro	
Outros Códigos CMP:	Outras Designações: Quinta do Reincke	
Número de Obra: 40033	Freguesia: Santa Clara	Freguesia Antiga: Ameixoeira
Morada: Estrada da Ameixoeira, 125-127A		
Código SIG: 0501001002002		



Planta de localização



Perspectiva da frente [Jan. 2016]

INFORMAÇÃO DE SÍNTESE										
Classificação da Administração Central / Municipal:	Área de protecção do IIP - Igreja de Nossa Senhora da Encarnação / Igreja Paroquial da Ameixoeira				Decreto nº 45/93, DR, 1ª série-B, nº 280, de 30-11-1993					
Planos	PDM 1994		x	PDM 2012		x	PU		PP	
Designação dos PU e PP										
Nível Arqueológico (Art.º 33º do PDM)				Azulejaria em Espaço Público – PISAL (Nível)				Grau de Intervenção		
1		2	X	3		1		2		3
Prémios										
Autores/Projetistas					Data do Projeto				Data da Edificação	Século XIX

Sumário: O nome da quinta advém de João Correia Loureiro que a adquiriu no final do século XIX. O acesso ao núcleo construído que integra a quinta faz-se através de um portão implantado no muro. O conjunto dos edifícios comunicam entre si através de um pátio com desenvolvimento ao longo da Estrada da Ameixoeira, apresentando dois a três pisos, sendo o corpo central mais elevado com platibanda trabalhada e janelas em consola protegidas por guardas de ferro fundido.



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

CARTA MUNICIPAL DO PATRIMÓNIO EDIFICADO E PAISAGÍSTICO

FICHA PATRIMONIAL

(NOS TERMOS DO DISPOSTO NO PONTO 9, DO ART.º 26, DO REGULAMENTO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE LISBOA)

CARACTERIZAÇÃO HISTÓRICO-ARQUITETÓNICA

Contextualização histórico-urbana:

A referência mais antiga que se conhece com a localização de uma construção próxima à da atual é uma representação cartográfica datada de 1827 [Prancha nº 39 - *Planta do Lumiar e Ameixoeira, para a Carta Topographica dos Suburbios de Lisboa, levantada por Ordem do Governo - 16 de abril de 1827* in <http://sidcarta.exercito.pt/bibliopac/bin/wxis.exe/bibliopac/> - 11.abr.2013]. Para meados do século XIX, há outra documentação, esta escrita, a indicar que a propriedade havia pertencido à família Brégaro [E. do Espírito Santo, *op. cit.*, p. 201] e, mais tarde, ao 2º Marquês de Valada, D. José de Menezes da Silveira e Castro [*Ibidem*]. Em 1871, a propriedade foi adquirida por João Corrêa Loureiro, que a manteve até 1905, quando a vendeu a um alemão, Carlos Reincke [*Idem*, pp. 201-202]. Anos mais tarde, veio a legá-la à empresa livreira Parceria António Maria Pereira [*Idem*, p. 202]. Deste legado, a propriedade passou à posse dos descendentes dos proprietários daquela empresa. Em 1942 a Parceria António Maria Pereira apresentou um projecto para ampliação do prédio, Cf. Obra 40033/vol.1/proc 37848/42/fl.1 a 29. Por este processo, foram introduzidas pequenas alterações e no decurso das mesmas, em Dezembro de 1943 foi realizado auto de vistoria que informou que as mesmas foram executadas de acordo com os projectos aprovados, tendo ficado concluídas em fins de Setembro de 1943 (Cf. Obra 40033/Vol.1/proc 45662/1943/fl.8.).

Descrição: Conjunto de dois edifícios autónomos entre si (nºs de polícia 125 e 127-127A) com um pátio a estabelecer a ligação entre eles; destes, o edifício com os números de polícia 127-127A destaca-se pelas suas dimensões. Todo o conjunto veio a sofrer obras de melhoramentos, tanto no interior dos edifícios como no espaço envolvente. Edifício (nº 125): Construção caracterizada por ter dois corpos, um mais pequeno, de dois pisos, e um mais alto mas mais estreito, de três pisos, separados por coluna aparente adossada. No primeiro corpo, na fachada, primeiro piso com duas portas de verga de curvatura abatida e o segundo piso com janelas de sacada com balcão de ferro trabalhado e verga reta a ladearem janela de peito, situada num plano superior. No segundo corpo, o primeiro piso caracteriza-se por uma simplicidade ao nível de uma porta e uma janela retangulares, sem quaisquer tipos de decoração, situação que se mantém relativamente aos pisos superiores, com uma janela e uma luneta. Pátio (nº 127): Destaca-se pela entrada em que o frontão é de decoração geometrizarante, sendo a continuidade dos muros laterais. A entrada, de porta larga, tem cantaria a emoldura-la, de verga reta, e, por cima, em baixo relevo, mosaico com um monograma com a letra L, eventualmente relacionado com a família Loureiro [*Ibidem*]. Edifício (nºs 127-127A): Construção com fachada de um só corpo, com a parte central mais alta que as laterais e em que colunas aparentes adossadas os individualizam. A parte central é formada de três pisos e os laterais de dois. Primeiro piso, embasamento de cantaria, desnivelado a acompanhar o declive da artéria, cinco janelas, todas das mesmas dimensões, com grades; o segundo piso, formado de três janelas de peito e duas de sacada, organizadas num jogo intercalado, com estas últimas a serem servidas de varandas de ferro trabalhado e gradeamento a toda a altura do mesmo; o terceiro piso, três janelas, sendo duas de sacada com balcão de ferro trabalhado a ladearem uma de peito, ao centro. Finaliza toda a fachada com platibanda, com decoração nas extremidades.



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

CARTA MUNICIPAL DO PATRIMÓNIO EDIFICADO E PAISAGÍSTICO

FICHA PATRIMONIAL

(NOS TERMOS DO DISPOSTO NO PONTO 9, DO ART.º 26, DO REGULAMENTO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE LISBOA)

Imagens:



Vista aérea da localização da construção – nº 127-127A (Fonte: MapSnapshot.jpg)



Pormenor da planta de localização da construção – nº 127-127A (Fonte: MapSnapshot.jpg)



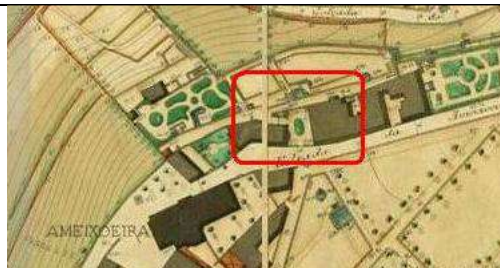
Vista aérea da localização da construção – nº 125 (Fonte: MapSnapshot.jpg)



Pormenor da planta de localização da construção – nº 125 (Fonte: MapSnapshot.jpg)



Localização da Quinta do Loureiro – 1827 (Fonte: Prancha nº 39 - *Planta do Lumiar e Ameixoeira, para a Carta Topographica dos Suburbios de Lisboa, levantada por Ordem do Governo - 16 de abril de 1827* (<http://sidcarta.exercito.pt/bibliopac/bin/wxis.exe/bibliopac/-11.abr.2013>))



Localização e identificação da Quinta do Loureiro - 1907-1911 (Fonte: Júlio António Vieira da Silva Pinto, *Levantamento da Planta de Lisboa: 1904-1911*, Pranchas nºs 8V-9V - PT-AMLSB-CMLSB-UROB--PU-05-03-237)

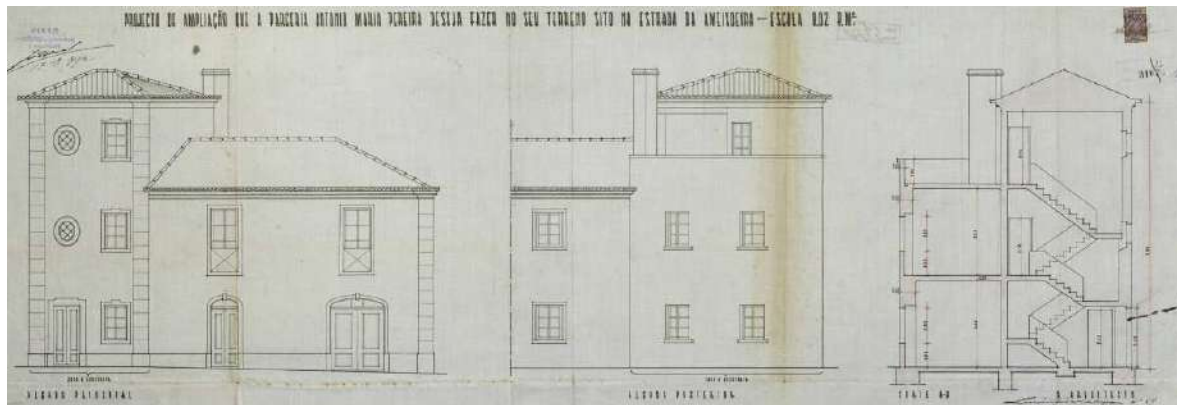


CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

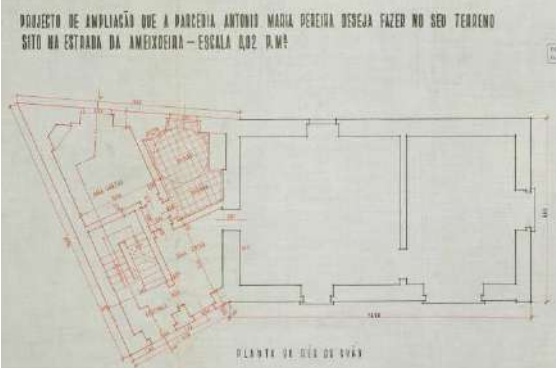
CARTA MUNICIPAL DO PATRIMÓNIO EDIFICADO E PAISAGÍSTICO

FICHA PATRIMONIAL

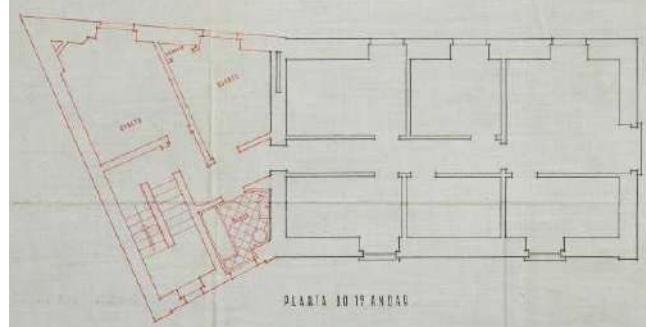
(NOS TERMOS DO DISPOSTO NO PONTO 9, DO ART.º 26, DO REGULAMENTO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE LISBOA)



Projecto de ampliação - Obra 40033; Processo 37848/DSC/PG/1942; Página 18



Planta do R/ch - Obra 40033; Processo 37848/DSC/PG/1942; Página 27



Planta do 1º andar - Obra 40033; Processo 37848/DSC/PG/1942; Página 27



Perspetiva da frente de rua [Jan. 2016]



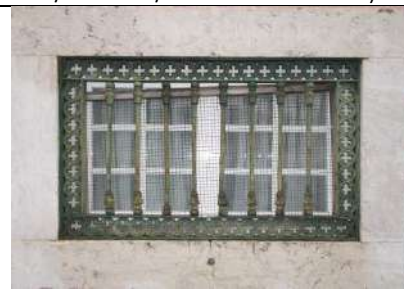
Perspetiva da entrada principal (Fonte: CML/DMPRGU/DPRU-DRU-ECR-CMP)



Perspetiva de parte da fachada do edifício - lado noroeste (Fonte: CML/DMPRGU/DPRU-DRU-ECR-CMP)



Frente e pormenores decorativos (Jan. 2016)





CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

CARTA MUNICIPAL DO PATRIMÓNIO EDIFICADO E PAISAGÍSTICO

FICHA PATRIMONIAL

(NOS TERMOS DO DISPOSTO NO PONTO 9, DO ART.º 26, DO REGULAMENTO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE LISBOA)

OBSERVAÇÕES

Com a reorganização administrativa em 2012, a Ameixoeira foi integrada na freguesia de Stª Clara [Diário da República, 1ª série, n.º 216, Lei nº 56/2012]

FONTES E BIBLIOGRAFIA

Fontes e Bibliografia:

ESPÍRITO SANTO, Eugénio do, *Ameixoeira – Um Núcleo Histórico*, [Ameixoeira/Lisboa, ed. de Eugénio do Espírito Santo], 1997; Arquivo Municipal, Obra 40033; Júlio António Vieira da Silva Pinto, *Levantamento da Planta de Lisboa: 1904-1911*, Pranchas nºs 8V-9V - PT-AMLSB-CMLSB-UROB--PU-05-03-237; Prancha nº 39 - *Planta do Lumiar e Ameixoeira, para a Carta Topographica dos Suburbios de Lisboa, levantada por Ordem do Governo - 16 de abril de 1827* in <http://sidcarta.exercito.pt/bibliopac/bin/wxis.exe/bibliopac/> - 11.abr.201.

EQUIPA TÉCNICA

Elaboração: Nuno CJ Campos

Data: 17 de Abril de 2013

Actualização: Fátima Alcobia

Data: Abril de 2016



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

CARTA MUNICIPAL DO PATRIMÓNIO EDIFICADO E PAISAGÍSTICO

FICHA PATRIMONIAL

(NOS TERMOS DO DISPOSTO NO PONTO 9, DO ART.º 26, DO REGULAMENTO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE LISBOA)

IDENTIFICAÇÃO E LOCALIZAÇÃO		
Código CMP: 05.13	Nome: Casal de Nossa Senhora da Saúde	
Outros Códigos CMP:	Outras Designações: Quinta de Nossa Senhora da Saúde	
Número de Obra: 39781	Freguesia: Santa Clara	Freguesia Antiga: Ameixoeira
Morada: Estrada da Ameixoeira, 129; Calçada do Poço, S/N		
Código SIG: 0501001001001		



Planta de localização



Acesso [Jan. 2016]

INFORMAÇÃO DE SÍNTESE												
Classificação da Administração Central / Municipal:												
Planos	PDM 1994		x	PDM 2012		x	PU			PP		
Designação dos PU e PP												
Nível Arqueológico (Art.º 33º do PDM)				Azulejaria em Espaço Público – PISAL (Nível)					Grau de Intervenção			
1		2	X	3		1		2		3		
Prémios												
Autores/Projetistas					Data do Projeto				Data da Edificação	Séc. XIX		
Sumário: Com frente virada à estrada da Ameixoeira e Largo do Ministro, os corpos laterais são unidos por um muro servido por gradeamento em ferro fundido. O edifício de habitação apresenta uma planta em U invertido característico da arquitectura do século XVII e XVIII, cujo portão de acesso ladeado por coroamentos de cantaria faz o acesso ao pátio pavimentado com desenho artístico.												



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

CARTA MUNICIPAL DO PATRIMÓNIO EDIFICADO E PAISAGÍSTICO

FICHA PATRIMONIAL

(NOS TERMOS DO DISPOSTO NO PONTO 9, DO ART.º 26, DO REGULAMENTO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE LISBOA)

CARACTERIZAÇÃO HISTÓRICO-ARQUITETÓNICA

Contextualização histórico-urbana:

Aponta-se para que a habitação principal possivelmente pertencesse a alguma quinta setecentista [CML/DMPRGU/DPRU-DRU-NREC – Inf. Nº 4363/INT//2010, de 13 de Dezembro] embora não se tenha encontrado qualquer documentação escrita que assim o confirme. No entanto, pela cartografia de finais da década de 20 do século XIX, sabe-se que, pelo menos para o século XIX, já lá havia construções [Plancha nº 39 - Planta do Lumiar e Ameixoeira, para a Carta Topographica dos Suburbios de Lisboa, levantada por Ordem do Governo - 16 de abril de 1827 in <http://sidcarta.exercito.pt/bibliopac/bin/wxis.exe/bibliopac/> - 11.abr.2013]. Para se falar deste edifício, é obrigatório associá-lo à presença «natural» em todo o Portugal da tuberculose, com picos mais ou menos altos ao longo do primeiro quartel do século XX, agravada, entretanto, pela «Pneumónica» de 1918-1919 que atingiu Portugal e a que Lisboa não pôde escapar [Eugénio do Espírito Santo, *Ameixoeira – Um Núcleo Histórico*, [Ameixoeira/Lisboa, ed. de Eugénio do Espírito Santo], 1997, pp. 193-194; Álvaro Sequeira, «A pneumónica/Spanish influenza», in *Medicina Interna*, vol. 8, nº 1, 2001, pp. 52-54 (http://www.spmi.pt/revista/vol08/ch7_v8n1jan2001.pdf - 12.abr.2013)]. Uma das vítimas foi a futura Condessa de Monte Real, que, ainda solteira, foi aconselhada a viver uma temporada na zona da Ameixoeira, para recuperar a saúde, tendo ficado alojada nas casas de um agricultor. Resolvido o problema de saúde, regressou a Lisboa, mas tendo ficado afetivamente ligada à Ameixoeira. Casada com Artur Porto de Mello e Faro [Foi fundador e diretor de várias empresas ligadas às finanças, como por exemplo o Banco Nacional Ultramarino e o Banco de Angola, ou a Companhia dos Tabacos; foi o primeiro Conde de Monte Real, com Carta de Armas dada em uma vida, passada por D. Carlos a 21 de Outubro de 1907 in http://pt.wikipedia.org/wiki/Artur_Porto_de_Melo_e_Faro – 11.abr.2013]; E. do Espírito Santo, *op. cit.*, p. 194] vivia em Lisboa num palacete na zona da Lapa Palacete dos Condes de Monte Real]. Em 1929, o casal adquiriu a antiga casa onde ela ficara na Ameixoeira, procedendo-se a grandes obras de remodelação, que demoraram alguns anos, passando a ter a designação de Casal de Nossa Senhora da Saúde [E. do Espírito Santo, *op. cit.*, p. 194]. Na década de 40 do século XX, a família vendeu a propriedade a um membro da família judaica Rothschild, Henry James de Rothschild [*Idem*, p. 195]. Com o seu falecimento, em 1946, a propriedade foi adquirida pelo empresário Fausto Cardoso de Figueiredo, estando já lá a viver em 1948 [*Ibidem*]. Nas décadas seguintes, a casa teve outros donos, sendo Mário Mosquera do Amaral o último, em 1975. Fisicamente, o edifício foi afetado com o abandono do seu proprietário, na sequência da conjuntura política que então se vivia. Numa espécie de nacionalização pelo MFA, o edifício foi entregue a uma comissão de moradores. Na sequência desta decisão, o espaço da casa foi partilhado por várias instituições, como foi uma escola do 1º Ciclo e outros serviços ligados ao apoio a crianças, ou uma cooperativa de habitação económica. Em 1991, no âmbito da devolução de bens aos antigos proprietários, o edifício foi reavido pela família Mosquera do Amaral, sendo sua intenção alterar todo o edifício, o que não foi permitido pela autarquia. Em 1995, o edifício foi adquirido pela Câmara Municipal de Lisboa, que, mais tarde, o vendeu a uma ordem religiosa espanhola, Irmãs Servidoras de Jesus Cottolengo do Padre Alegre, vocacionada na proteção de crianças desfavorecidas, passando a casa a ter a designação de «Cottolengo do Padre Alegre. Casa da Divina Providência».

O documento mais antigo em livro Obra, data de 1929 e é referente a um pedido de licença para pequenas obras de reparação. Ainda neste ano o proprietário Artur Porto de Melo e Faro, Conde de Monte Real (acima referido) apresentou projecto assinado pelo arquitecto Tertuliano de Lacerda Marques que constou de “reconstrução em dois pisos, vedação definitiva” (Cf. Obra 39781/Vol.1/proc. 16861/1929/fl.1 a 5 e fl. 13). No ano seguinte, pelo mesmo arquitecto é apresentado um projecto de lago e casa para cisnes no logradouro a tardoz que o auto de vistoria de 1931 informa que tinha sido concluída (Cf. Obra 39781/Vol.1/proc. 5177/1931/fl. 5). O conde de Monte Real foi proprietário até 1942 e, nos finais do ano seguinte, o novo proprietário era o Barão Henry Rothschild que veio a introduzir alterações e ampliações, assinadas pelos arquitectos Leonardo de Castro (Freire?) e Gonçalo



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

CARTA MUNICIPAL DO PATRIMÓNIO EDIFICADO E PAISAGÍSTICO

FICHA PATRIMONIAL

(NOS TERMOS DO DISPOSTO NO PONTO 9, DO ART.º 26, DO REGULAMENTO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE LISBOA)

(?), no conjunto edificado e que consistiram na criação de uma galeria para ligação das duas alas (nascente e poente) formando contudo independência entre zonas. Foram também criadas duas arrecadações subterrâneas bem como uma escada de acesso do jardim da moradia à quinta (Cf. Memória descritiva, Obra 39781/Vol.1/proc 45612/1943/fl. 1 a 3). Neste âmbito foi criado um conjunto de pequenos edifícios de apoio à propriedade rural nomeadamente casa de caseiro, estábulo e arrecadações (Cf. Memória descritiva, Obra 39781/Vol.1/proc 45612/1943/fl.8 e fl. 20 à 25). As telas finais relativas aos projectos de alterações e pequenas modificações em obra decorrentes do processo 45612 foram apresentadas em Dezembro de 1944, (Cf. Obra 39781/Vol.1/proc 42134/1944/fl.1 a 7). Posteriormente, na década de 90 (1944) um outro projecto de alterações foi apresentado com vista ao albergue de um Lar para doentes e uma pequena comunidade religiosa – Cottolengo Del Padre Alegre, (Cf. Obra 39781/Vol.3/proc 1582/OB/1994/fl.1 a 45). As telas finais relativas à obra que a Congregação das Irmãs Servidoras de Jesus – Cottolengo do Padre Alegre, foram apresentadas em 1996 pelo processo 320/OB/1996/ fl. 1 a 15).

Descrição:

“O edifício é originalmente uma habitação unifamiliar, que foi sendo alterada ao longo do tempo, pelos inúmeros proprietários e adaptada aos diversos usos a que já se destinou nomeadamente, escola primária, posto médico, biblioteca, sede de uma cooperativa de habitação económica, infantário e centro de dia para idosos. (...). [Edifício] com dois pisos resultantes da ampliação da casa principal. A ala Nascente da casa é prolongada sobre uma área de terraço existente junto à fachada Norte, com a mesma cêrcea e composição arquitetónica, mas com uma cobertura plana” [CML/DMPRGU/DPRU-DRU-NREC – Inf. Nº 4363].

Imagens:



Vista aérea da localização da construção (Fonte: MapSnapshot.jpg)



Pormenor da planta de localização da construção (Fonte: MapSnapshot.jpg)



Localização provável de edificações anteriores – 1827 (Fonte: Prancha nº 39 - Planta do Lumiar e Ameixoira, para a Carta Topographica dos Suburbios de Lisboa, levantada por Ordem do Governo - 16 de abril de 1827in <http://sidcarta.exercito.pt/bibliopac/bin/wxis.exe/bibliopac/> - 11.abr.2013)



Pormenor da planta da construção (Fonte: CML/DMPRGU/DPRU-DRU-ECR-CMP)


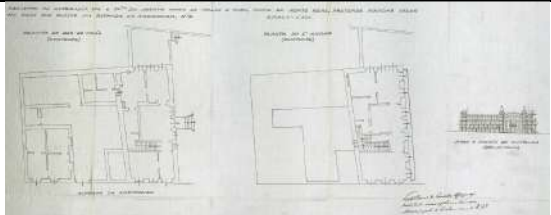

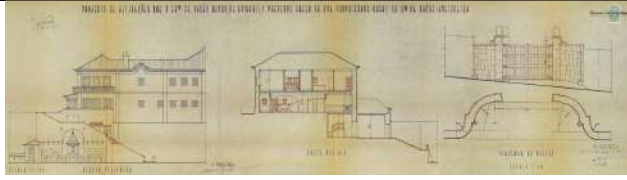
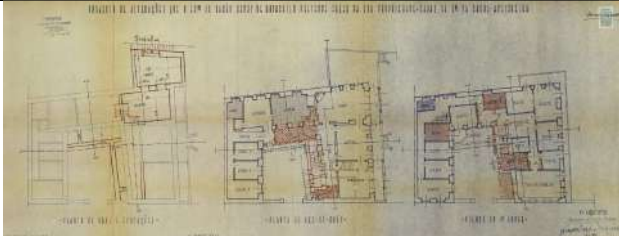

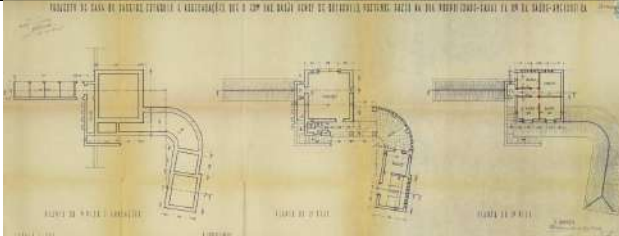
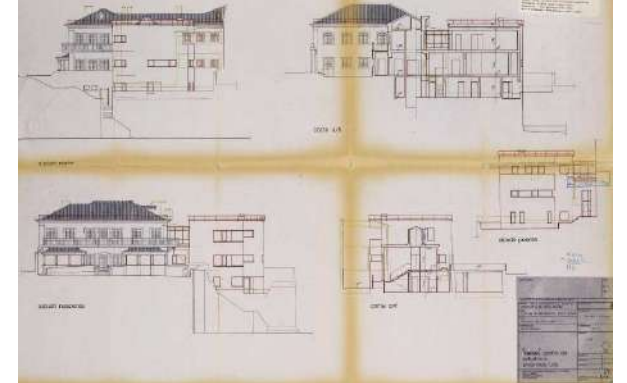
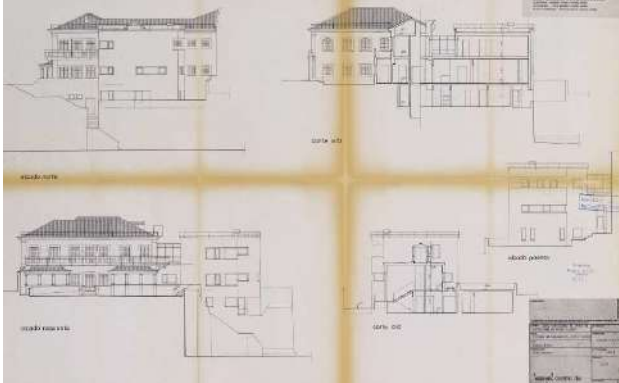


CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

CARTA MUNICIPAL DO PATRIMÓNIO EDIFICADO E PAISAGÍSTICO

FICHA PATRIMONIAL

(NOS TERMOS DO DISPOSTO NO PONTO 9, DO ART.º 26, DO REGULAMENTO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE LISBOA)

	
Alterações - Obra 39781; Volume 1 ; Processo 16861/SEC/PG/1929 - Tomo 1; Página 3	
	
Planta do R/ch e 1 andar existente - Obra 39781; Volume 1 ; Processo 16861/SEC/PG/1929 - Tomo 1; Página 5	Planta do R/ch e 1 andar projectado - Obra 39781; Volume 1 ; Processo 16861/SEC/PG/1929 - Tomo 1; Página 4
	
Alçados e cortes - Obra 39781; Volume 1 ; Processo 45612/DSC/PG/1943 - Tomo 1; Página 21	Plantas da cave, R/C, 1º andar - Obra 39781; Volume 1 ; Processo 45612/DSC/PG/1943 - Tomo 1; Página 20
	
Cortes - Obra 39781; Volume 1 ; Processo 45612/DSC/PG/1943 - Tomo 1; Página 25	Casa do caseiro, estábulo e arrecadações - Obra 39781; Volume 1 ; Processo 45612/DSC/PG/1943 - Tomo 1; Página 22
	
Alterações - Obra 39781; Volume 3 ; Processo 1582/DMPGU/OB/1994 - Tomo 1; Página 39	Alçado norte e nascente, cortes - Obra 39781; Volume 3 ; Processo 1582/DMPGU/OB/1994 - Tomo 1; Página 43



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

CARTA MUNICIPAL DO PATRIMÓNIO EDIFICADO E PAISAGÍSTICO

FICHA PATRIMONIAL

(NOS TERMOS DO DISPOSTO NO PONTO 9, DO ART.º 26, DO REGULAMENTO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE LISBOA)



Frete virada à estrada da Ameixoeira e jardim interior / acesso pelo Largo do Ministro [Jan. 2016]

OBSERVAÇÕES

A Inf. Nº 4363/INT//2010, de 13 de Dezembro foi proferida em função da apreciação de peças desenhadas e escritas enviadas pelo requerente. Com a reorganização administrativa em 2012, a Ameixoeira foi integrada na freguesia de Stª Clara [Diário da República, 1ª série, n.º 216, Lei nº 56/2012]

FONTES E BIBLIOGRAFIA

Fontes e Bibliografia:

Eugénio do Espírito Santo, *Ameixoeira – Um Núcleo Histórico*, [Ameixoeira/Lisboa, ed. de Eugénio do Espírito Santo], 1997; CML/DMPRGU/DPRU-DRU-NREC – Inf. Nº 4363/INT//2010, de 13 de Dezembro; Arquivo Municipal, Obra 39781 (5 Vols.); Plano de Pormenor Salvaguarda da área de intervenção do Gabinete Técnico Rua do Lumiar / Ameixoeira, Área da Ameixoeira, DMRU, s.d. (policopiado).

EQUIPA TÉCNICA

Elaboração: Nuno CJ Campos

Data: 12 de Abril de 2013

Actualização: Fátima Alcobia

Data: Abril de 2016



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

CARTA MUNICIPAL DO PATRIMÓNIO EDIFICADO E PAISAGÍSTICO

FICHA PATRIMONIAL

(NOS TERMOS DO DISPOSTO NO PONTO 9, DO ART.º 26, DO REGULAMENTO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE LISBOA)

IDENTIFICAÇÃO E LOCALIZAÇÃO		
Código CMP: 05.15	Nome: Conjunto de quatro edifícios de habitação unifamiliar	
Outros Códigos CMP:	Outras Designações:	
Número de Obra: 40135	Freguesia: Santa Clara	Freguesia Antiga: Ameixoeira
Morada: Tv. de Santo André, 15, 17, 19, 21		
Código SIG: 0502102005001; 0502102033001; 0502102004001; 0502102003001		



Planta de localização



Frete dos edifícios - sentido norte [Jan. 2016]

INFORMAÇÃO DE SÍNTESE													
Classificação da Administração Central / Municipal:													
Planos	PDM 1994		x	PDM 2012		x	PU		PP				
Designação dos PU e PP													
Nível Arqueológico (Art.º 33º do PDM)				Azulejaria em Espaço Público – PISAL (Nível)					Grau de Intervenção				
1		2	X	3			1		2		3		
Prémios													
Autores/Projetistas					Data do Projeto					Data da Edificação			
Sumário:	<p>Possíveis heranças de pré-existências quinhentistas, este conjunto de edifícios térreos demarcam-se nesta frente da Travessa de Santo André pelas suas características de simplicidade. A sua singularidade com localização entre capelas privadas documentam actualmente uma edificação habitacional.</p>												



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

CARTA MUNICIPAL DO PATRIMÓNIO EDIFICADO E PAISAGÍSTICO

FICHA PATRIMONIAL

(NOS TERMOS DO DISPOSTO NO PONTO 9, DO ART.º 26, DO REGULAMENTO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE LISBOA)

CARACTERIZAÇÃO HISTÓRICO-ARQUITETÓNICA

Contextualização histórico-urbana

As referências mais antigas à existência de casas térreas naquela artéria e área datam do século XVI, na descrição que é feita da propriedade de Mendo Afonso, cavaleiro da Casa de D. Manuel I [Júlio de Castilho, *A Quinta de Sant'Anna – Ameixoeira*, Lisboa, Oficinas Gráficas do Anuário Comercial, [1936], p. 9]. Suportado unicamente na cartografia histórica, sabe-se que foi sempre uma área com edificações, possivelmente de características térreas, chegando aos dias de hoje, podendo ser uma herança quinhentista.

O documento mais antigo em livro obra relativamente a estes edifícios é datado de 19 de setembro de 1933 e refere-se à folha de fiscalização de obras de beneficiação geral em nome de Miguel António Trancoso (Cf. Obra 40135/Vol.1/proc.5885/1933/fl.1). Face à proximidade dos edifícios e idêntico nome de proprietário (estes) terão pertencido ao mesmo proprietário da quinta de Stª Ana (Em 1928 a quinta estava arrendada a Júlio Baptista Ribeiro, rendeiro da quinta, sendo seu proprietário Miguel António Trancoso, Cf. Obra 20000, CPMEP 05.04). Em 1963 os edifícios térreos pertenciam a Francisco Dias Ferreira da Costa Trancoso, sendo deste ano (1963) o último documento em livro obra. O edifício términus desta frente (transformado em capela) segundo livro Obra 39544 , pertencia a Francisco Dias Ferreira da Costa Trancoso nos anos 60 (Cf. Obra 39544/Vol.1/proc.23520/1983/fl. 3)

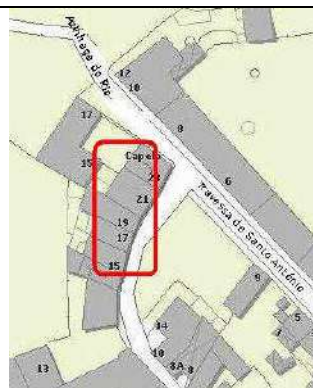
Descrição:

Casas térreas, de alvenaria servidas por pequena área de logradouro, caracterizadas por serem construções simples e marcadas pela singularidade de terem cada uma delas uma porta e uma janela, todas retangulares e de verga reta .Todas apresentam embasamento aparente, a dar a ideia de solidez estrutural a partir da base.

Imagens:



Vista aérea da construção (Fonte: MapSnapshot.jpg)



Pormenor da planta da construção (Fonte: MapSnapshot.jpg)



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

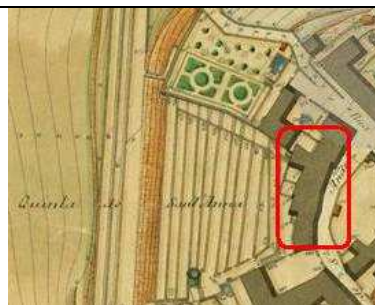
CARTA MUNICIPAL DO PATRIMÓNIO EDIFICADO E PAISAGÍSTICO

FICHA PATRIMONIAL

(NOS TERMOS DO DISPOSTO NO PONTO 9, DO ART.º 26, DO REGULAMENTO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE LISBOA)



Localização dos edifícios – 1827 (Fonte: Prancha nº 39 - *Planta do Lumiar e Ameixoeira, para a Carta Topographica dos Suburbios de Lisboa, levantada por Ordem do Governo - 16 de abril de 1827* (<http://sidcarta.exercito.pt/bibliopac/bin/wxis.exe/bibliopac/> - 11.abr.2013)



Localização provável dos edifícios - 1907-1911 (Fonte: Júlio António Vieira da Silva Pinto, *Levantamento da Planta de Lisboa: 1904-1911*, Prancha nºs 9V - PT-AMLSB-CMLSB-UROB--PU-05-03-237)



Perspetiva das fachadas principais – lado sudoeste (Fonte: CML/DMPRGU/DPRU-DRU-ECR-CMP)



Perspetiva das fachadas principais – lado nordeste (Fonte: CML/DMPRGU/DPRU-DRU-ECR-CMP)



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

CARTA MUNICIPAL DO PATRIMÓNIO EDIFICADO E PAISAGÍSTICO

FICHA PATRIMONIAL

(NOS TERMOS DO DISPOSTO NO PONTO 9, DO ART.º 26, DO REGULAMENTO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE LISBOA)



Planta de localização - Obra 39544; Processo 23520/DAG/PG/1983; Página 3

OBSERVAÇÕES

Segundo a planta de localização que integra a obra 39544, diz respeito a um edifício transformado em capela e pertencente à quinta de N.º Sr.ª do Carmo. Anteriormente pertenceu ao mesmo proprietário dos edifícios adjacentes e objecto desta ficha.

Com a reorganização administrativa em 2012, a Ameixoeira foi integrada na freguesia de St.ª Clara [Diário da República, 1.ª série, n.º 216, Lei n.º 56/2012].

FONTES E BIBLIOGRAFIA

Fontes e Bibliografia: CASTILHO, Júlio de, *A Quinta de Sant'Anna – Ameixoeira*, Lisboa, Oficinas Gráficas do Anuário Comercial, [1936]; Arquivo Municipal, Obras n.ºs 40135; 40135; 39330; 39542.; *Planta do Lumiar e Ameixoeira, para a Carta Topographica dos Suburbios de Lisboa, levantada por Ordem do Governo - 16 de abril de 1827* - Prancha n.º 39 in <http://sidcarta.exercito.pt/bibliopac/bin/wxis.exe/bibliopac/> - 11.abr.2013; SILVA PINTO, Júlio António Vieira da, *Levantamento da Planta de Lisboa: 1904-1911* - Prancha n.º 9V - PT-AMLSB-CMLSB-UROB--PU-05-03-237.

EQUIPA TÉCNICA

Elaboração: Nuno CJ Campos

Data: 22 de Abril de 2013

Actualização: Fátima Alcobia

Data: Março de 2016



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

CARTA MUNICIPAL DO PATRIMÓNIO EDIFICADO E PAISAGÍSTICO

FICHA PATRIMONIAL

(NOS TERMOS DO DISPOSTO NO PONTO 9, DO ART.º 26, DO REGULAMENTO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE LISBOA)

IDENTIFICAÇÃO E LOCALIZAÇÃO		
Código CMP: 05.16	Nome: Quinta de N.ª Srª do Carmo	
Outros Códigos CMP:	Outras Designações: Casa e Jardim do Reitor e Prior	
Número de Obra: 47396; 39544	Freguesia: Santa Clara	Freguesia Antiga: Ameixoeira
Morada: Travessa de Santo António, 15-17; Travessa de Santo André, 23		
Código SIG: 0502102001001; 0502102002001		



Planta de localização



Acesso pela Travessa de Stº António [Jan. 2016]

INFORMAÇÃO DE SÍNTESE												
Classificação da Administração Central / Municipal:												
Planos	PDM 1994		x	PDM 2012		x	PU			PP		
Designação dos PU e PP												
Nível Arqueológico (Art.º 33º do PDM)				Azulejaria em Espaço Público – PISAL (Nível)				Grau de Intervenção				
1		2	X	3		1		2		3		
Prémios												
Autores/Projetistas	Data do Projeto				Data da Edificação				Séc. Séc. XVI-XX			

Sumário: Propriedade composta por edifício de habitação, capela, hortas, pomares, olival e jardins em extensão pela encosta sobranceira ao vale, é delimitada por muros altos que definem o final da Travessa de Stº António. Possivelmente com origem muito anterior ao século XVIII porém é desta data que surgem informações sobre os seus proprietários, tendo um deles, o Reitor e Pároco da freguesia, Pe. José Vieira, contribuído para outra designação (Casa e jardim do Reitor e Prior) pela qual a quinta também é conhecida.



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

CARTA MUNICIPAL DO PATRIMÓNIO EDIFICADO E PAISAGÍSTICO

FICHA PATRIMONIAL

(NOS TERMOS DO DISPOSTO NO PONTO 9, DO ART.º 26, DO REGULAMENTO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE LISBOA)

CARACTERIZAÇÃO HISTÓRICO-ARQUITETÓNICA

Contextualização histórico-urbana:

A antiguidade desta quinta pode conjeturar-se, recua ao século XV, período em que aquela propriedade e outras eram pertença de Mendo Afonso [Eugénio do Espírito Santo, *Ameixoeira – Um Núcleo Histórico*, [Ameixoeira/Lisboa, ed. de Eugénio do Espírito Santo], 1997, p. 187]. Este, em 1514, doou as terras e outros bens aos seus sobrinhos Heitor e Diogo Machado, calhando a este último aquela quinta [*Ibidem*]. Só a partir do primeiro quartel do século XVIII é que começam a surgir notícias sobre a quinta e o circuito de proprietários [*idem*, pp. 187-188]. Em 1757, ela foi adquirida pelo Reitor e pároco da Ameixoeira, Pe. José Nunes Vieira, que a teve durante cerca de dezasseis anos, quando a deixou a um sobrinho, por testamento celebrado a 5 de agosto de 1773 [*idem*, p. 188; este clérigo morreu a 31 de março de 1777 (cf. *idem*, p. 189)]. Caracterizava-a, entre outras coisas, por ser “uma casa que tinha sobre o portão de entrada a imagem de Nossa Senhora do Monte do Carmo em nicho”. Estas duas situações – quem foi o seu proprietário e a imagem devocional -, levaram a que a quinta ganhasse duas designações: uma primeira assente naquela invocação; uma segunda, que se perpetuou no tempo, assente na tradição popular, muito devido à importância local deste padre e ao fato de lá ter criado um jardim. De finais do século XVIII até aos trinta primeiros anos do seguinte, a quinta passou por várias mãos, quando, em 1835, foi vendida a Miguel António Trancoso. A partir daqui, o seu percurso estabilizou, com a família sua proprietária a conservá-la na sua posse até aos inícios do século XX e a habitá-la em determinados períodos do ano. Entre 1909 e 1926, a quinta esteve arrendada [Esta família era parente da pintora Helena Vieira da Silva (cf. *idem*, p. 190)] para o período de tempo entre 1926/27 e 1942 (cerca de dezasseis anos), desconhece-se o tipo de ocupação; entre 1942 e 1975, voltou a ser arrendada [Esta família era oriunda da Alemanha (cf. *Ibidem*)]. Em 1984, a propriedade foi vendida pelos descendentes da família Trancoso, curiosamente, a um descendente da família de Mendo Afonso, pelo ramo do seu sobrinho Diogo Machado. Este procedeu a obras de restauro e recuperação da propriedade, “não adulterando todavia a traça principal exterior do imóvel” [*idem*, p. 190]. O documento mais antigo em livro Obra data de 1933 e é relativo a um pedido para limpeza de prédios e obras em nome de Miguel António Trancoso. Em 1984 João Pinto P.R. Carvalho apresentou um projecto que visava criar as condições necessárias à instalação de um lar para a terceira idade tendo sido este deferido em maio de 1985 Cf. Obra 47396/Vol.1/proc. 4228/1984/fl. 1 a 10. Em 1987 era apresentado um projecto de alterações para a construção de uma capela no local onde anteriormente funcionava uma garagem. A proposta procurou integrar-se na linguagem da habitação principal (Cf. Obra 47396/Vol.1/proc. 4122/OB/1986/fl5 e proc.5082/OB/1987/fl.3 e 4).

Descrição: No torneamento entre a Travessa de Santo André e a Travessa de Santo António, encontra-se a capela virada de nascente para poente, e consagrada a Nossa Senhora do Carmo. Com entrada pública pela Travessa de Santo António, de cantaria decorada pelo recorte lateral, nervura superior destacada e verga curva abatida. A fachada tardoz, virada para a Travessa de Santo André, sobressai pelo estilo neoclássico, com decoração de colunas adossadas aparentes de dois comprimentos e de volutas a fazerem ligação entre elas; as maiores terminam em pináculos. A disposição das colunas dá a ideia de um espaço interior com três nichos/altares. O interior é iluminado por um óculo. Termina esta fachada por um frontão triangular, encimado de cruz latina. Tem adossada torre sineira.



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

CARTA MUNICIPAL DO PATRIMÓNIO EDIFICADO E PAISAGÍSTICO

FICHA PATRIMONIAL

(NOS TERMOS DO DISPOSTO NO PONTO 9, DO ART.º 26, DO REGULAMENTO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE LISBOA)

Imagens:



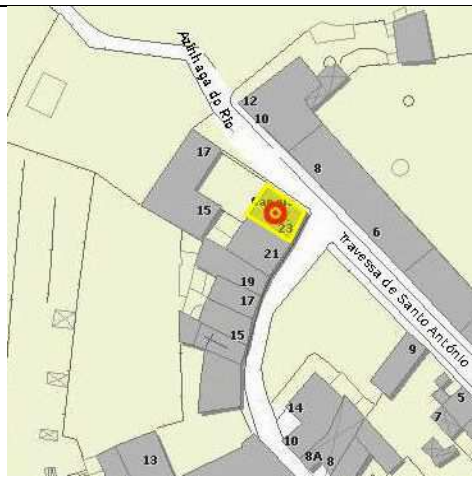
Vista aérea da localização da habitação – nºs 15-17 (Fonte: MapSnapshot.jpg)



Vista aérea da localização da Capela (Fonte: MapSnapshot.jpg)



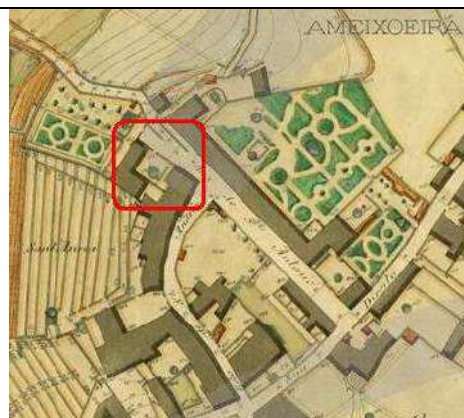
Pormenor da planta de localização da habitação – nºs 15-17 (Fonte: MapSnapshot.jpg)



Pormenor da planta de localização da Capela (Fonte: MapSnapshot.jpg)



Localização do edifício e capela – 1827 (Fonte: Prancha nº 39 - *Planta do Lumiar e Ameixoeira, para a Carta Topographica dos Suburbios de Lisboa, levantada por Ordem do Governo - 16 de abril de 1827* <http://sidcarta.exercito.pt/bibliopac/bin/wxis.exe/bibliopac/> - 11.abr.2013)



Localização e identificação do edifício e capela - 1907-1911 (Fonte: Júlio António Vieira da Silva Pinto, *Levantamento da Planta de Lisboa: 1904-1911*, Pranchas nºs 8V-9V - PT-AMLSB-CMLSB-UROB--PU-05-03-237)



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

CARTA MUNICIPAL DO PATRIMÓNIO EDIFICADO E PAISAGÍSTICO

FICHA PATRIMONIAL

(NOS TERMOS DO DISPOSTO NO PONTO 9, DO ART.º 26, DO REGULAMENTO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE LISBOA)

	
Perspetiva da fachada tardoz da capela – Travª de Stº André (Fonte: CML/DMPRGU/DPRU-DRU-ECR-CMP)	Perspetiva da fachada lateral da capela – Travª de Stº António (Fonte: CML/DMPRGU/DPRU-DRU-ECR-CMP)
	
Travessa de Stº André à Ameixoeira [Jan. 2016]	Travessa de Stº António [Jan. 2016]
	
Obra 47396; Volume 1 ; Processo 4122/DMPGU/OB/1986 - Tomo 1; Página 5	Obra 39544; Processo 23520/DAG/PG/1983; Página 3

OBSERVAÇÕES

Com a reorganização administrativa em 2012, a Ameixoeira foi integrada na freguesia de Stª Clara [Diário da República, 1ª série, n.º 216, Lei nº 56/2012]

FONTES E BIBLIOGRAFIA

Fontes e Bibliografia: ESPÍRITO SANTO, Eugénio do, *Ameixoeira – Um Núcleo Histórico*, [Ameixoeira/Lisboa, ed. de Eugénio do Espírito Santo], 1997 Arquivo Municipal, Obras 47396; 39544; Júlio António Vieira da Silva Pinto, *Levantamento da Planta de Lisboa: 1904-1911*, Pranchas nºs 8V-9V - PT-AMLSB-CMLSB-UROB--PU-05-03-237; Prancha nº 39 - *Planta do Lumiar e Ameixoeira, para a Carta Topographica dos Suburbios de Lisboa, levantada por Ordem do Governo - 16 de abril de 1827* in <http://sidcarta.exercito.pt/bibliopac/bin/wxis.exe/bibliopac/> - 11.abr.2013).

EQUIPA TÉCNICA

Elaboração: Nuno CJ Campos

Data: 17 de Abril de 2013

Actualização: Fátima Alcobia

Data: Abril de 2016



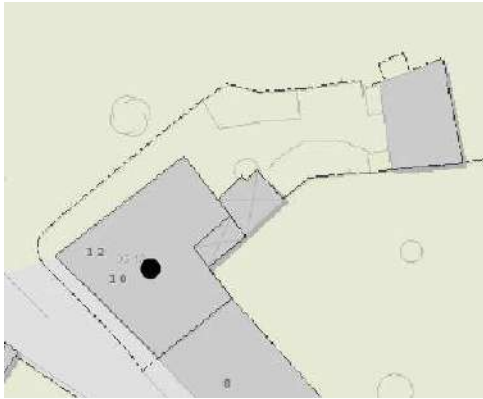
CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

CARTA MUNICIPAL DO PATRIMÓNIO EDIFICADO E PAISAGÍSTICO

FICHA PATRIMONIAL

(NOS TERMOS DO DISPOSTO NO PONTO 9, DO ART.º 26, DO REGULAMENTO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE LISBOA)

IDENTIFICAÇÃO E LOCALIZAÇÃO		
Código CMP: 05.17	Nome: Edifícios da antiga Quinta da Castelhana	
Outros Códigos CMP:	Outras Designações: Pátio do Cartucho	
Número de Obra: 45894	Freguesia: Stª Clara	Freguesia Antiga: Ameixoeira
Morada: Travessa de Santo António, 10-12; Azinhaga do Rio		
Código SIG: 0501415016001		



Planta de localização



Vista da fachada com o acesso principal [Jan. 2016]

INFORMAÇÃO DE SÍNTESE

Classificação da Administração o Central / Municipal:		

Planos	PDM 1994	x	PDM 2012	x	PU		PP	
Designação dos PU e PP								

Nível Arqueológico (Art.º 33º do PDM)				Azulejaria em Espaço Público – PISAL (Nível)				Grau de Intervenção			
1		2	X	3		1		2	X	3	

Prémios	
---------	--

Autores/Projetistas		Data do Projeto		Data da Edificação	Séc. XVIII
---------------------	--	-----------------	--	--------------------	------------

Sumário: Propriedade outrora dotada de vasta área de cultivo define-se actualmente por uma edificação térrea de habitação e outra de apoio na sua área reduzida de logradouro. Possivelmente herança do século XVIII define-se por uma construção simples com cobertura de telhado a duas águas e, servida por varandim murado.



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

CARTA MUNICIPAL DO PATRIMÓNIO EDIFICADO E PAISAGÍSTICO

FICHA PATRIMONIAL

(NOS TERMOS DO DISPOSTO NO PONTO 9, DO ART.º 26, DO REGULAMENTO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE LISBOA)

CARACTERIZAÇÃO HISTÓRICO-ARQUITETÓNICA

Contextualização histórico-urbana:

Formada por habitação térrea na confluência da Travessa de Santo António e da Azinhaga do Rio [Eugénio do Espírito Santo, Eugénio do, *Ameixoeira – Um Núcleo Histórico*, 1997, p. 211]. Foi seu proprietário António Ferreira Reis que, anos depois, a alugou a José Ferreira (Cartucho), negociante ligado à produção e comércio vitivinícola [Idem, pp. 211-212]. O documento mais antigo em livro *Obra data* de 1932 e refere-se a uma beneficiação geral. Uma outra ocorrida em 1961 é acompanhada por planta de localização que identifica apenas o imóvel de habitação (Cf. *Obra* 45894/Vol.1/proc.10685/1961/fl.3). Posteriormente, e por escritura de 10 de Setembro de 1982, a CML adquiriu por compra a Maria Adelaide Pereira Reis o prédio urbano com os números de polícia 10 e 12 da Travessa de Stº António. Este processo de venda foi posto em causa em função do direito de preferência não ter sido respeitado, decidindo o Tribunal de Relação de Lisboa adjudicar a venda aos inquilinos em substituição da CML (Cf. *Obra* 45894/Vol.1/proc.15810/1996/fl.19). Quanto ao armazém (adjacente) António Ferreira Reis alugou-o à Junta Nacional dos Produtos Pecuários. Não se sabendo a data da sua construção pela ausência de documentação escrita, a cartografia é uma fonte importante e que ajuda a situá-la ou a aproximá-la de um determinado período ou século. A planta da Ameixoeira de 1827 já indica a existência de uma construção mais ou menos longa naquele espaço, o que mostra a sua antiguidade, sugerindo poder ser uma herança setecentista. Já o levantamento topográfico de Silva Pinto, de 1907, também o representa em desenho, embora na continuidade de outras construções daquela ala da Azinhaga do Rio/Travessa de Santo António. Segundo a certidão da Conservatória do Registo Predial com a data de 1993, o edifício com os números 6 e 8 (contíguo) foi adquirido pela “Serigrafia Rujoca, Lda” e registado com a data de penhora em 6.6.2014 (in certidão on-line, descrição em livro n.º 3957, livro n. 11).

Descrição: Os edifícios térreos caracterizam-se pelo domínio de janelas de verga reta a ladearem a entrada principal (três à esquerda e uma à direita). Esta entrada é também de verga reta. Acede-se à habitação por um pequeno pátio/varandim murado. Ao longo do muro, há pilares de cantaria tosca, distribuídos espaçadamente, possivelmente explicados por terem servido de apoio a algum telheiro.

Imagens:



Vista aérea da localização da habitação – n°s 15-17 (Fonte: MapSnapshot.jpg)



Planta de localização da construção (Fonte: MapSnapshot.jpg)


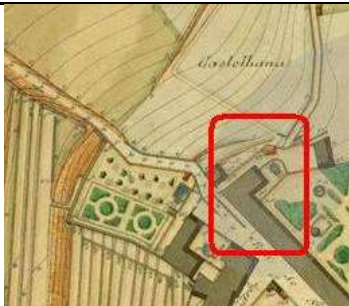


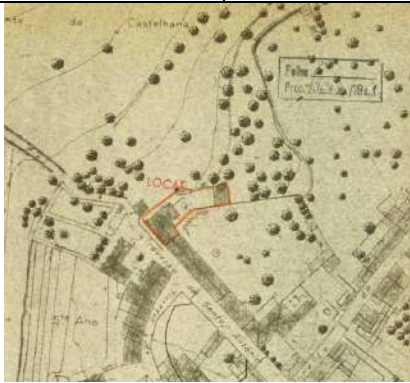


CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

CARTA MUNICIPAL DO PATRIMÓNIO EDIFICADO E PAISAGÍSTICO

FICHA PATRIMONIAL

(NOS TERMOS DO DISPOSTO NO PONTO 9, DO ART.º 26, DO REGULAMENTO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE LISBOA)

	
Localização da Quinta da Castelhana – 1827 (Fonte: Prancha nº 39 - <i>Planta do Lumiar e Ameixoeira, para a Carta Topographica dos Suburbios de Lisboa, levantada por Ordem do Governo - 16 de abril de 1827 in http://sidcarta.exercito.pt/bibliopac/bin/wxis.exe/bibliopac/ - 11.abr.2013</i>	Localização e identificação da Quinta da Castelhana - 1907-1911 (Fonte: Júlio António Vieira da Silva Pinto, <i>Levantamento da Planta de Lisboa: 1904-1911</i> , Prancha nºs 9V - PT-AMLSB-CMLSB-UROB--PU-05-03-237)
	
Perspetiva da entrada principal edifício – Travª de Stº António-Azinhaga do Rio (Fonte:CML/DMPRGU/DPRU-DRU-ECR-CMP)	Perspetiva de parte do <i>armazém</i> – Travª de Stº António-Azinhaga do Rio (Fonte:CML/DMPRGU/DPRU-DRU-ECR-CMP)
	
Delimitação da propriedade - Obra 45894; Processo 10685//PET/1961; Página 3	
OBSERVAÇÕES	
Com a reorganização administrativa em 2012, a Ameixoeira foi integrada na freguesia de Stª Clara [Diário da República, 1ª série, n.º 216, Lei nº 56/2012]	
FONTES E BIBLIOGRAFIA	
Fontes e Bibliografia: ESPÍRITO SANTO, Eugénio do, <i>Ameixoeira – Um Núcleo Histórico</i> , [Ameixoeira/Lisboa, ed. de Eugénio do Espírito Santo], 1997; arquivo Municipal,Obra 45894;Júlio António Vieira da Silva Pinto, <i>Levantamento da Planta de Lisboa: 1904-1911</i> , Prancha nº 9V - PT-AMLSB-CMLSB-UROB--PU-05-03-237;Prancha nº 39 - <i>Planta do Lumiar e Ameixoeira, para a Carta Topographica dos Suburbios de Lisboa, levantada por Ordem do Governo - 16 de abril de 1827in http://sidcarta.exercito.pt/bibliopac/bin/wxis.exe/bibliopac/ - 11.abr.2013.</i>	

EQUIPA TÉCNICA	
Elaboração: Nuno CJ Campos	Data: 21 de Abril de 2013
Actualização: Fátima Alcobia	Data: Abril de 2016



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

CARTA MUNICIPAL DO PATRIMÓNIO EDIFICADO E PAISAGÍSTICO

FICHA TÉCNICA DE CARACTERIZAÇÃO

(NOS TERMOS DO DISPOSTO NO PONTO 9, DO ART.º 26, DO REGULAMENTO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE LISBOA)

IDENTIFICAÇÃO E LOCALIZAÇÃO		
Código CMP: 05.18	Nome: Casa dos Ingleses	
Outros Códigos CMP:	Outras Designações:	
Número de Obra: 58334	Freguesia: Stª Clara	Freguesia Antiga: Ameixoira
Morada: Estrada de São Bartolomeu, 32-38		
Código SIG: 0501903010001		



Planta de localização



Vista da fachada com o acesso principal [Jan. 2016]

INFORMAÇÃO DE SÍNTESE										
Classificação da Administração Central / Municipal:										
Planos	PDM 1994		x	PDM 2012		x	PU		PP	
Designação dos PU e PP										
Nível Arqueológico (Art.º 33º do PDM)			Azulejaria em Espaço Público – PISAL (Nível)				Grau de Intervenção			
1	2	X	3	1	2	3	1	2	x	3
Prémios										
Autores/Projetistas	Data do Projeto			Data da Edificação			Século XIX			



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

CARTA MUNICIPAL DO PATRIMÓNIO EDIFICADO E PAISAGÍSTICO

FICHA TÉCNICA DE CARACTERIZAÇÃO

(NOS TERMOS DO DISPOSTO NO PONTO 9, DO ART.º 26, DO REGULAMENTO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE LISBOA)

Sumário: Edifício datável ao século XIX, actualmente devoluto, foi construído em terrenos da antiga quinta de Santa Susana. Constituído por dois pisos e cobertura a telhados de três águas, apresenta o piso nobre servido por quatro janelas de sacadas protegidas por gradeamentos de ferro forjado. Com uma frente outrora totalmente murada assinala uma das entradas no núcleo histórico contribuindo para a reconstituição histórica do local.

CARACTERIZAÇÃO HISTÓRICO-ARQUITETÓNICA

Contextualização histórico-urbana: Construída em terrenos da antiga Quinta de Santa Susana, podendo apontar-se para que já datasse a existência lá de um edifício desde 1827, como a cartografia de 1827 e 1907 o indicam.

Descrição – Edifício de dois pisos caracterizado por embasamento aparente e de duas entradas de verga reta, ladeadas em cada uma das extremidades por uma janela de peito de verga reta, de duas batentes e bandeira. O sentido de maior estatuto está no segundo piso, onde se encontram, numa simetria perfeita com os vãos do primeiro piso, janelas de sacada, de verga reta e todos servidos por uma pequena varanda com grade de ferro trabalhado. Todos os têm moldura pintada. Do lado noroeste da fachada, há um muro alto, com portão de ferro e chapeado. Do lado nordeste, existe, adossada, uma construção propriedade do Casal de Santo António [CML/DMPRGU/DPRU-DRU-NREC – Inf. Nº 5698/INT/2008, de 30 de Dezembro].

Excursão – Conhece-se uma outra entrada da Quinta de Santa Susana, esta virada para a Estrada de São Bartolomeu e que foi inserida nos planos do então Gabinete de Reabilitação Urbana para ser restaurada e conservada no local, devido ao seu enquadramento no Núcleo Histórico da Ameixoeira [Eugénio do Espírito Santo, *Ameixoeira – Um Núcleo Histórico*, [Ameixoeira/Lisboa, ed. de Eugénio do Espírito Santo], 1997, pp. 233-234]. Sabe-se que ele sobreviveu à venda por que a Quinta passou ao longo de vários anos até à fase mais recente de urbanização daquela zona, mostrando a importância da articulação dos vários órgãos do Poder Local na defesa do património, de acordo com as leis [*Ibidem*].

Apreciação – “Urbanisticamente, o conjunto formado pelo Casal de Santo António e pela Casa dos Ingleses, forma uma unidade urbana presentemente autónoma que assinala a entrada para o Núcleo Histórico da Ameixoeira através da Estrada de S. Bartolomeu, que fazia a ligação entre os núcleos da Ameixoeira e da Charneca. É portanto um marco histórico cuja imagem original importa cuidar” [CML/DMPRGU/DPRU-DRU-NREC – Inf. Nº 5698 e Inf. nº 2638/INT/DMGU/DMDIU/DMU/2005 de 17 de Junho].

O documento mais antigo em livro de obra data de 1915 e refere-se à aprovação de uma alteração interior que consistia na abertura de um corredor no primeiro andar. A peça desenhada informa da compartimentação e áreas de distribuição [Obra n.º 58334/Vol.1/Proc. 1774/1915/fl 1 a 3]. A propriedade (área de logradouro) estendia-se em paralelo à estrada de S. Bartolomeu, tal como documenta um processo sobre a fruição desta área [Obra n.º 58334/Vol.1/proc. 19404/1959/fl.3] e que a abertura da Rua Fernando Cabral veio a amputar.

Imagens:



Vista aérea da construção (Fonte: MapSnapshot.jpg)



Pormenor da planta da construção (Fonte: MapSnapshot.jpg)







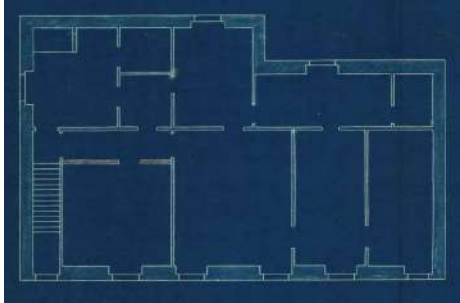
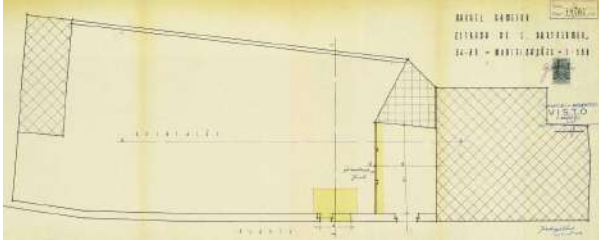


CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

CARTA MUNICIPAL DO PATRIMÓNIO EDIFICADO E PAISAGÍSTICO

FICHA TÉCNICA DE CARACTERIZAÇÃO

(NOS TERMOS DO DISPOSTO NO PONTO 9, DO ART.º 26, DO REGULAMENTO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE LISBOA)

	
<p>Localização provável de edificações anteriores – 1827 (Fonte: Prancha nº 39 - Planta do Lumiar e Ameixoeira, para a Carta Topographica dos Suburbios de Lisboa, levantada por Ordem do Governo - 16 de abril de 1827in (http://sidcarta.exercito.pt/bibliopac/bin/wxis.exe/bibliopac/ - 11.abr.2013)</p>	<p>Localização provável de edificações anteriores – 1907-1911 (Fonte: Júlio António Vieira da Silva Pinto, <i>Levantamento da Planta de Lisboa: 1904-1911</i>, Prancha nº 9V - PT-AMLSB-CMLSB-UROB--PU-05-03-237)</p>
	
<p>Perspetiva da fachada do edifício principal – Rua de São Bartolomeu (lado noroeste) (Abril.2013)(Fonte: CML/DMPRGU/DPRU-DRU-ECR-CMP)</p>	<p>Perspetiva do limite da frente do edifício principal – Rua de São Bartolomeu (lado noroeste) (data desconhecida)(Fonte: Gesturbe - 0501903011001d_l)</p>
	
<p>Estrada de S. Bartolomeu em 1966- 09 Fonte: AF\img108\A53770.jpg</p>	<p>Edifício em 1966- 09 Fonte: AF\img108\A53771.jpg</p>
	
<p>Compartimentação interna - Obra 58334/Vol.1/Proc. n.º 1774/1915/fl. 1 a 3</p>	<p>Área de logradouro - Obra 58334/Vol.1/Proc. n.º 19404/1959/fl.3</p>



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

CARTA MUNICIPAL DO PATRIMÓNIO EDIFICADO E PAISAGÍSTICO

FICHA TÉCNICA DE CARACTERIZAÇÃO

(NOS TERMOS DO DISPOSTO NO PONTO 9, DO ART.º 26, DO REGULAMENTO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE LISBOA)

OBSERVAÇÕES

Com a reorganização administrativa em 2012, a Ameixoeira foi integrada na freguesia de Stª Clara [Diário da República, 1ª série, n.º 216, Lei nº 56/2012]

FONTES E BIBLIOGRAFIA

Fontes e Bibliografia:

Eugénio do Espírito Santo, *Ameixoeira – Um Núcleo Histórico*, [Ameixoeira/Lisboa, ed. de Eugénio do Espírito Santo], 1997; Inf. n.º 2638/Int/DMGU/DMDIU/DMU/2005 de 17 de Junho; arquivo Municipal, Obra 58334; Prancha nº 39 - Planta do Lumiar e Ameixoeira, para a Carta Topographica dos Suburbios de Lisboa, levantada por Ordem do Governo - 16 de abril de 1827 in <http://sidcarta.exercito.pt/bibliopac/bin/wxis.exe/bibliopac/> - 11.abr.2013; SILVA PINTO, Júlio António Vieira da, *Levantamento da Planta de Lisboa: 1904-1911*, Prancha nº 9V - PT-AMLSB-CMLSB-UROB--PU-05-03-237.

EQUIPA TÉCNICA

Elaboração: Nuno CJ Campos

Data: 28 de Abril de 2013

Actualização: Fátima Alcobia

Data: Abril de 2016



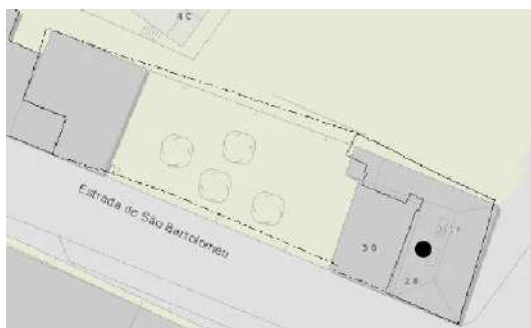
CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

CARTA MUNICIPAL DO PATRIMÓNIO EDIFICADO E PAISAGÍSTICO

FICHA TÉCNICA DE CARACTERIZAÇÃO

(NOS TERMOS DO DISPOSTO NO PONTO 9, DO ART.º 26, DO REGULAMENTO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE LISBOA)

IDENTIFICAÇÃO E LOCALIZAÇÃO		
Código CMP: 05.19	Nome: Casal de Stº António	
Outros Códigos CMP:	Outras Designações:	
Número de Obra: 20846 (6 Vols)	Freguesia: Stª Clara	Freguesia Antiga: Ameixoeira
Morada: Estrada de São Bartolomeu, 28 - 30		
Código SIG: 0501903010001		



Planta de localização



Vista de conjunto [Jan. 2016]

INFORMAÇÃO DE SÍNTESE												
Classificação da Administração Central / Municipal:												
Planos	PDM 1994		x	PDM 2012		x	PU			PP		
Designação dos PU e PP												
Nível Arqueológico (Art.º 33º do PDM)				Azulejaria em Espaço Público – PISAL (Nível)				Grau de Intervenção				
1		2	X	3		1		2		3		
Prémios												
Autores/Projetistas				Data do Projeto				Data da Edificação	Século XIX			
<p>Sumário: Esta propriedade desenvolvida paralelamente à Estrada de S. Bartolomeu, constituída por dois edifícios [datáveis ao século XIX] e por jardim de planta rectangular murado forma conjunto com a casa dos Ingleses, constituindo uma unidade urbana autónoma e assinalando a entrada para o núcleo histórico da Ameixoeira através da Estrada de S. Bartolomeu que fazia a ligação entre os núcleos da Ameixoeira e da Charneca.</p>												
CARACTERIZAÇÃO HISTÓRICO-ARQUITETÓNICA												



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

CARTA MUNICIPAL DO PATRIMÓNIO EDIFICADO E PAISAGÍSTICO

FICHA PATRIMONIAL

(NOS TERMOS DO DISPOSTO NO PONTO 9, DO ART.º 26, DO REGULAMENTO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE LISBOA)

Contextualização histórico-urbana: “[É] uma pequena construção edificada em terrenos da antiga Quinta de Santa Susana.” [CML/DMPRGU/DPRU-DRU-NREC – Inf. Nº 4446/INT/DMGU/DMDIU/DRU/2007, de 12 de Outubro]. Em cartografia de finais da década de 20 do século XIX, aparece a identificação de uma construção, podendo pôr-se a hipótese de ser a casa principal do Casal.

Descrição – “O Casal de Santo António é composto por dois edifícios separados entre si pelo portão de entrada, e por um jardim de planta rectangular, murado, que se desenvolve paralelamente à Estrada de S. Bartolomeu. No fundo do lote, adossados à Casa dos Ingleses, duas construções de um piso, com reduzida visibilidade da frente da rua, e que constituíam fracções autónomas” [CML/DMPRGU/DPRU-DRU-NREC – Inf. Nº 5698/INT/2008, de 30 de Dezembro; CML/DMPRGU/DPRU-DRU-NREC – Inf. Nº 2638/INT/DMGU/DMDIU/DMU/2005, de 17 de Junho]. “O edifício principal, a que se acede por um portão encimado por frontão de forma canopial onde figura um registo de azulejo policromo (azul e amarelo) com a imagem de Santo António, apresenta planta em L invertida, cêrcea de 2 pisos e cobertura de águas múltiplas. A fachada sobre a Estrada de S. Bartolomeu apresenta fenestração regular de 2 vãos por piso – janelas de peito no r/c e janelas de sacada no 1º andar. Nas fachadas lateral norte e tardoz há apenas frestas. O edifício secundário apresenta planta rectangular e cobertura de duas águas. O jardim/horta, sobrelevado relativamente à rua ainda mantém os esteiros de pedra e diversas árvores de fruto (ameixoeira, nespereira, limoeiro, laranjeira, etc.). No final do jardim existem duas construções abarracadas” [CML/DMPRGU/DPRU-DRU-NREC – Inf. Nº 4446/...].

Apreciação – “Urbanisticamente, o conjunto formado pelo Casal de Santo António e pela Casa dos Ingleses, forma uma unidade urbana presentemente autónoma que assinala a entrada para o Núcleo Histórico da Ameixoeira através da Estrada de S. Bartolomeu, que fazia a ligação entre os núcleos da Ameixoeira e da Charneca. É portanto um marco histórico cuja imagem original importa cuidar” [CML/DMPRGU/DPRU-DRU-NREC – Inf. Nº 5698/...].

Em 2008 um projecto reabilitou o edifício alterando a sua função habitacional para serviços. Para o efeito foi instalada uma creche (dos 3 meses aos e anos) (Cf. Obra 20846/Vol.3/Proc 781/EDI/2008/fl.362. As telas finais do dito projecto são datadas de 2012.

Imagens:



Vista aérea da construção (Fonte: MapSnapshot.jpg)



Pormenor da planta da construção (Fonte: MapSnapshot.jpg)

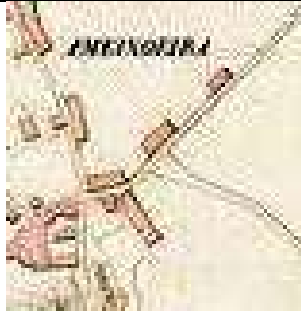


CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

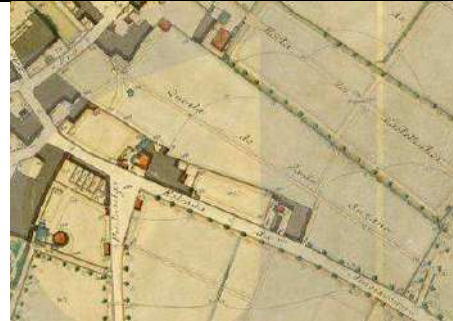
CARTA MUNICIPAL DO PATRIMÓNIO EDIFICADO E PAISAGÍSTICO

FICHA TÉCNICA DE CARACTERIZAÇÃO

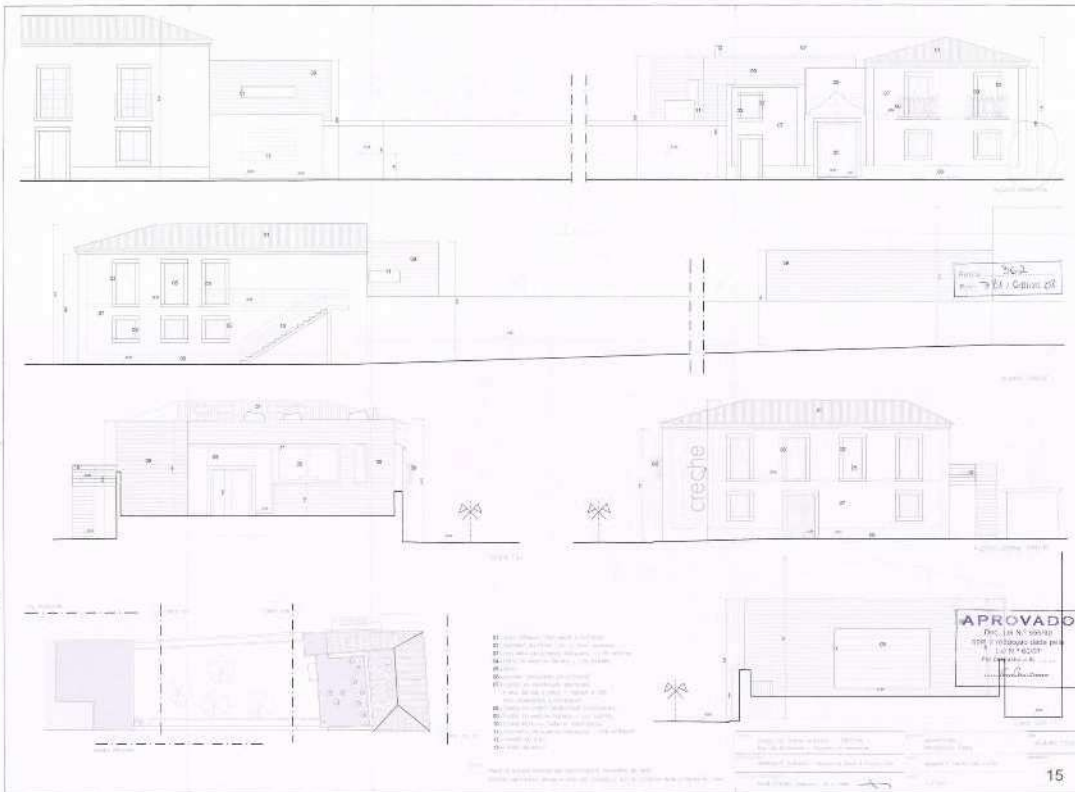
(NOS TERMOS DO DISPOSTO NO PONTO 9, DO ART.º 26, DO REGULAMENTO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE LISBOA)



Localização provável de edificações anteriores – 1827 (Fonte: Prancha nº 39 - Planta do Lumiar e Ameixoeira, para a Carta Topographica dos Suburbios de Lisboa, levantada por Ordem do Governo - 16 de abril de 1827in (<http://sidcarta.exercito.pt/bibliopac/bin/wxis.exe/bibliopac/> - 11.abr.2013)



Localização provável de edificações anteriores – 1907-1911 (Fonte: Júlio António Vieira da Silva Pinto, *Levantamento da Planta de Lisboa: 1904-1911*, Prancha nº 9V - PT-AMLSB-CMSB-UROB--PU-05-03-237)



Projecto da creche - Obra 20846; Processo 781/DMGU/EDI/2008; Página 362



Perspetiva da fachada do edifício principal – Rua de São Bartolomeu (Fonte: 0501903010001h_1.jpg)



Fachada de nova construção – Rua de São Bartolomeu (Fonte: CML/DMPRGU/DPRU-DRU-ECR-CMP)



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

CARTA MUNICIPAL DO PATRIMÓNIO EDIFICADO E PAISAGÍSTICO

FICHA PATRIMONIAL

(NOS TERMOS DO DISPOSTO NO PONTO 9, DO ART.º 26, DO REGULAMENTO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE LISBOA)

	
Estrada de S. Bartolomeu, frentes [Jan. 2016]	Janela de sacada [Jan. 2016]
	
Estrada de S. Bartolomeu, frentes em 1966 – 09 Fonte: AF\img108\A53772.jpg	Estrada de S. Bartolomeu, frentes em 1966 – 09 Fonte: AF\img108\A53770.jpg
Observações	
Com a reorganização administrativa em 2012, a Ameixoeira foi integrada na freguesia de Stª Clara [Diário da República, 1ª série, n.º 216, Lei nº 56/2012].	

FONTES E BIBLIOGRAFIA

Fontes e Bibliografia:

CML/DMPRGU/DPRU-DRU-NREC – Inf. Nº 4446/INT/DMGU/DMDIU/DRU/2007, de 12 de Outubro.; CML/DMPRGU/DPRU-DRU-NREC – Inf. Nº 5698/INT/2008, de 30 de Dezembro; Arquivo Municipal, Obra 20846; Prancha nº 39 - Planta do Lumiar e Ameixoeira, para a Carta Topographica dos Subúrbios de Lisboa, levantada por Ordem do Governo - 16 de abril de 1827 in <http://sidcarta.exercito.pt/bibliopac/bin/wxis.exe/bibliopac/> - 11.abr.2013; SILVA PINTO, Júlio António Vieira da, *Levantamento da Planta de Lisboa: 1904-1911*, Prancha nº 9V - PT-AMLSB-CMLSB-UROB--PU-05-03-237.

EQUIPA TÉCNICA

Elaboração: Nuno CJ Campos

Data: 12de Abril de 2013

Actualização: Fátima Alcobia

Data: Março de 2016



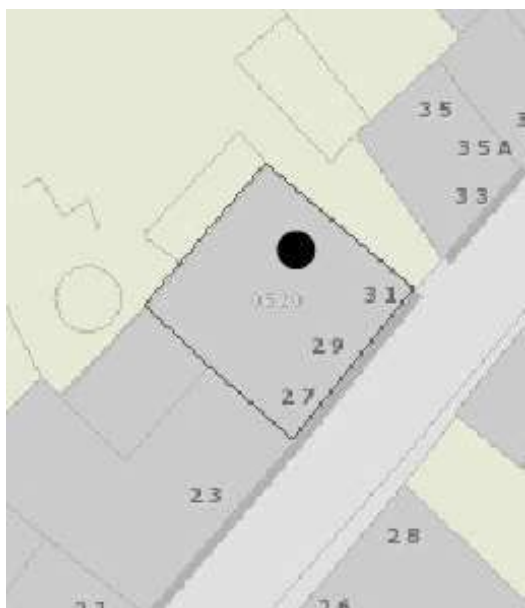
CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

CARTA MUNICIPAL DO PATRIMÓNIO EDIFICADO E PAISAGÍSTICO

FICHA PATRIMONIAL

(NOS TERMOS DO DISPOSTO NO PONTO 9, DO ART.º 26, DO REGULAMENTO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE LISBOA)

IDENTIFICAÇÃO E LOCALIZAÇÃO		
Código CMP: 05.20	Nome: Edifício de habitação com fachada de azulejos	
Outros Códigos CMP:	Outras Designações:	
Número de Obra: 46965 (1 Vol.)	Freguesia: Santa Clara	Freguesia Antiga: Ameixoeira
Morada: Rua Direita da Ameixoeira, 27-29		
Código SIG: 0501415010001		



Planta de localização



Fachada principal [Jan. 2016]

INFORMAÇÃO DE SÍNTESE										
Classificação da Administração Central / Municipal:										
Planos	PDM 1994		x	PDM 2012		x	PU		PP	
Designação dos PU e PP										
Nível Arqueológico (Art.º 33º do PDM)			Azulejaria em Espaço Público – PISAL (Nível)				Grau de Intervenção			
1		2	X	3		1		2		3
Prémios										
Autores/Projetistas				Data do Projeto				Data da Edificação	Século XIX	



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

CARTA MUNICIPAL DO PATRIMÓNIO EDIFICADO E PAISAGÍSTICO

FICHA PATRIMONIAL

(NOS TERMOS DO DISPOSTO NO PONTO 9, DO ART.º 26, DO REGULAMENTO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE LISBOA)

Sumário: O edifício integra uma das frentes da Rua Direita da Ameixoeira, uma das artérias principais do núcleo histórico com ligação ao Largo do Terreiro. Composto por dois pisos e cobertura a telhados de duas águas, regista uma linguagem ritmada e hierarquizada de vãos com vergas retas, sobrepujado por balaustrada encimada por vasos de coroamento. Totalmente revestido a azulejo polícromo de produção semi-industrial e temática vegetalista, regista frisos a contornar os elementos de cantaria na mesma temática.

CARACTERIZAÇÃO HISTÓRICO-ARQUITETÓNICA

Contextualização histórico-urbana:

Com localização numa das ruas do núcleo histórico, o edifício acompanha em volumetria alguns dos edifícios da frente onde se insere. Destaca-se pelas suas características decorativas comuns do século XIX.

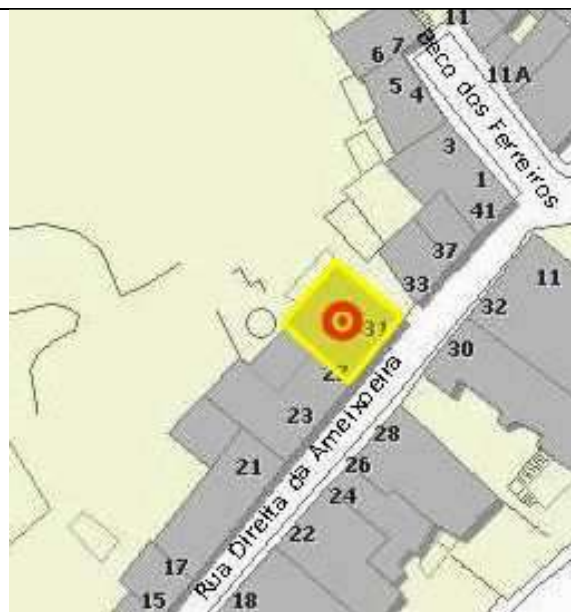
Descrição: Edifício de dois pisos com fachada de traça setecentista com fachada revestida de azulejos estampilhados de motivos vegetalistas, polícromo entre o amarelo e o azul em fundo branco e moldurado por friso da mesma temática, possivelmente fabricados pela Fábrica Viúva Lamego. A decoração azulejar é idêntica à do Palácio do Conde da Glória, onde está sediado o Gabinete de Estudos Olisiponenses (GEO), datado de 1887 [Eugénio do Espírito Santo, *Ameixoeira – Um Núcleo Histórico*, [Ameixoeira/Lisboa, ed. de Eugénio do Espírito Santo], 1997, p. 139]. Primeiro piso, duas entradas, individualizadas (números de polícia 27 e 29), de verga reta e cantaria como moldura. Segundo piso, duas janelas de duas batentes e de verga reta, igualmente emolduradas de cantaria. Finaliza com platibanda balaustrada, com balaústres distribuídos regularmente e encimados de peça de cantaria decorativa. Segundo Eugénio do Espírito Santo, é o edifício de revestimento azulejar mais antigo da Ameixoeira [Ibidem].

De facto o documento mais antigo em livro de obra data de 1933 e refere o “edifício em azulejo” Cf. Obra 46965/ Vol. 1/Pet. 163/1933/fl.2. Face ao mau estado geral de conservação do edifício (aferido por auto de vistoria) foi referido que os azulejos da fachada principal necessitavam de ser restaurados. O edifício foi objecto de obras coercivas na sequência da tomada de posse administrativa em 1996, Cf. Obra 46965/ Vol. 1/ Proc. 1041/I/1987/fl.11 e 25.

Imagens:



Vista aérea da construção (Fonte: MapSnapshot.jpg)



Pormenor da planta da construção (Fonte: MapSnapshot.jpg)



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

CARTA MUNICIPAL DO PATRIMÓNIO EDIFICADO E PAISAGÍSTICO

FICHA PATRIMONIAL

(NOS TERMOS DO DISPOSTO NO PONTO 9, DO ART.º 26, DO REGULAMENTO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE LISBOA)



Localização provável do edifício - 1907-1911 (Fonte: Júlio António Vieira da Silva Pinto, *Levantamento da Planta de Lisboa: 1904-1911*, Prancha nºs 9V - PT-AMLSB-CMLSB-UROB--PU-05-03-237)



Perspetiva da fachada principal - Rua Direita da Ameixoeira (Fonte: CML/DMPRGU/DPRU-DRU-ECR-CMP)



Pormenor do azulejo que reveste a fachada (Fonte: CML/DMPRGU/DPRU-DRU-ECR-CMP)



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

CARTA MUNICIPAL DO PATRIMÓNIO EDIFICADO E PAISAGÍSTICO

FICHA PATRIMONIAL

(NOS TERMOS DO DISPOSTO NO PONTO 9, DO ART.º 26, DO REGULAMENTO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE LISBOA)



Rua Direita da Ameixoeira, frentes [Jan. 2016]



Pormenores [Jan. 2016]



Pormenores [Jan. 2016]



OBSERVAÇÕES

Com a reorganização administrativa em 2012, a Ameixoeira foi integrada na freguesia de Stª Clara [Diário da República, 1ª série, n.º 216, Lei nº 56/2012].

FONTES E BIBLIOGRAFIA

Fontes e Bibliografia: ESPÍRITO SANTO, Eugénio do, *Ameixoeira – Um Núcleo Histórico*, [Ameixoeira/Lisboa, ed. de Eugénio do Espírito Santo], 1997; Arquivo Municipal, Obra 46965; SILVA PINTO, Júlio António Vieira da, *Levantamento da Planta de Lisboa: 1904-1911*, Prancha nºs 9V - PT-AMLSB-CMLSB-UROB--PU-05-03-237.

EQUIPA TÉCNICA

Elaboração: Nuno CJ Campos

Data: 22 de Abril de 2013

Actualização: Fátima Alcobia

Data: Março de 2016



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

CARTA MUNICIPAL DO PATRIMÓNIO EDIFICADO E PAISAGÍSTICO

FICHA PATRIMONIAL

(NOS TERMOS DO DISPOSTO NO PONTO 9, DO ART.º 26, DO REGULAMENTO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE LISBOA)

IDENTIFICAÇÃO E LOCALIZAÇÃO		
Código CMP: 05.31	Nome: Azinhaga do Rio	
Outros Códigos CMP:	Outras Designações:	
Número de Obra:	Freguesia: Santa Clara	Freguesia Antiga: Ameixoeira
Morada: Azinhaga do Rio		
Código SIG:		



Planta de localização



Percurso da azinhaga [Jan. 2016]

INFORMAÇÃO DE SÍNTESE														
Classificação da Administração Central / Municipal:														
Planos	PDM 1994		x		PDM 2012		x		PU		PP			
Designação dos PU e PP														
Nível Arqueológico (Art.º 33º do PDM)				Azulejaria em Espaço Público – PISAL (Nível)					Grau de Intervenção					
1		2	X	3		1		2		3				
Prémios														
Autores/Projetistas					Data do Projeto					Data da Edificação				



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

CARTA MUNICIPAL DO PATRIMÓNIO EDIFICADO E PAISAGÍSTICO

FICHA PATRIMONIAL

(NOS TERMOS DO DISPOSTO NO PONTO 9, DO ART.º 26, DO REGULAMENTO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE LISBOA)

Sumário:
Esta azinhaga, em conjunto com outras azinhagas do território estabeleciam a articulação das comunicações delimitando as quintas. Caracterizadas por trilhos (caminhos) de pé posto, estreitos entre muros, constituem a memória mais antiga da área rústica. A Azinhaga do Rio deve o seu nome a um riacho que corria a poucos metros e que segundo a tradição, constituía o local onde era lavada roupa.

CARACTERIZAÇÃO HISTÓRICO-ARQUITETÓNICA

Contextualização histórico-urbana:

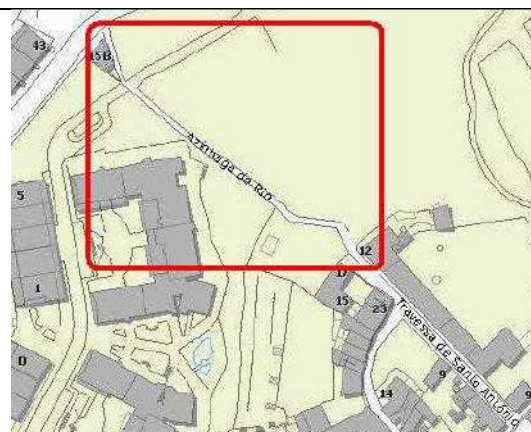
Nome derivado de uma artéria que, há muito, ligava a Travessa de Santo António próxima a um pequeno curso de água, proveniente de minas de água próximas ao Forte de D. Carlos I e em direção à zona de Carriche, e a que o povo chamava de «Rio da Ameixoeira» [Eugénio do Espírito Santo, *Ameixoeira – Um Núcleo Histórico*, 1997, p. 212]. Os terrenos por onde passava são descritos pelo pároco da Ameixoeira, em 1758, de “huma baixa, na qual ha huma fonte: que parte do anno corre meya telha de agoa, e pelo verão menos; ha tradição que em tempo dos Mouros a havia” [ANTT, *Memorias Paroquiais*, vol. 3, nº 67, fl. 273v]. Em cartografia histórica de 1827 e 1907, aparece a separar terrenos que, em planta de Silva Pinto, de 1907, são identificados como as quintas de Sant’Ana e da Castelhana. As particularidades naturais daquela zona, muito devido à existência desse riacho, e por a azinhaga ser o local mais acessível a partir da povoação, cedo levaram a que se tornasse importante ponto de passagem das populações [E. do Espírito Santo, *op. cit.*, p. 212] tendo chegado aos dias de hoje, com a sua adaptação ao declive do terreno com a construção de escadas.

Descrição: Esta antiga azinhaga tem como atuais limites a *Rua* Professor Adelino da Palma Carlos a poente e a Travessa de Santo António a nascente. Regista um pavimento em pedra formando degraus que acompanha apenas um dos muros que delimita a área das quintas confinantes.

Imagens:



Vista aérea da Azinhaga do Rio (identificação a vermelho)
(Fonte: MapSnapshot.jpg)



Pormenor da planta de localização da Azinhaga do Rio (Fonte: MapSnapshot.jpg)


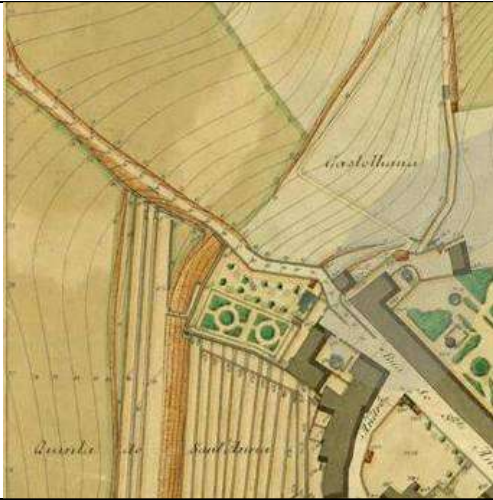




CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

CARTA MUNICIPAL DO PATRIMÓNIO EDIFICADO E PAISAGÍSTICO

FICHA PATRIMONIAL

(NOS TERMOS DO DISPOSTO NO PONTO 9, DO ART.º 26, DO REGULAMENTO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE LISBOA)

	
Localização da Azinhaga do Rio – 1827 (Fonte: Prancha nº 39 - <i>Planta do Lumiar e Ameixoeira, para a Carta Topographica dos Suburbios de Lisboa, levantada por Ordem do Governo - 16 de abril de 1827</i> in http://sidcarta.exercito.pt/bibliopac/bin/wxis.exe/bibliopac/ - 11.abr.2013)	Localização e identificação da Azinhaga do Rio - 1907-1911 (Fonte: Júlio António Vieira da Silva Pinto, <i>Levantamento da Planta de Lisboa: 1904-1911</i> , Prancha nºs 9V - PT-AMLSB-CMLSB-UROB--PU-05-03-237)
	
Pormenor da placa toponímica da Azinhaga do Rio vandalizada (Fonte: CML/DMPRGU/DPRU-DRU-ECR-CMP)	A Azinhaga do Rio a separar propriedades (Fonte: CML/DMPRGU/DPRU-DRU-ECR-CMP)
OBSERVAÇÕES	
Com a reorganização administrativa em 2012, a Ameixoeira foi integrada na freguesia de Stª Clara [Diário da República, 1ª série, n.º 216, Lei nº 56/2012]	

FONTES E BIBLIOGRAFIA

Fontes e Bibliografia:

ESPÍRITO SANTO, Eugénio do, *Ameixoeira – Um Núcleo Histórico*, [Ameixoeira/Lisboa, ed. de Eugénio do Espírito Santo], 1997; ANTT, *Memorias Paroquiais*, vol. 3, nº 67; Prancha nº 39 - *Planta do Lumiar e Ameixoeira, para a Carta Topographica dos Suburbios de Lisboa, levantada por Ordem do Governo - 16 de abril de 1827*in <http://sidcarta.exercito.pt/bibliopac/bin/wxis.exe/bibliopac/> - 11.abr.2013; SILVA PINTO, Júlio António Vieira da, *Levantamento da Planta de Lisboa: 1904-1911*, Prancha nºs 9V - PT-AMLSB-CMLSB-UROB--PU-05-03-23.

EQUIPA TÉCNICA

Elaboração: Nuno CJ Campos

Data: 24 de Abril de 2013

Atualização: Fátima Alcobia

Data: Fevereiro de 2016